



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Artur Schausltz Pereira Faustino

**A História Ambiental de uma tragédia: percepção geográfica-ambiental em uma comunidade atingida por um evento extremo**

Rio de Janeiro

2020

Artur Schausltz Pereira Faustino

**A História Ambiental de uma tragédia: percepção geográfica-ambiental em uma comunidade atingida por um evento extremo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Inês Aguiar de Freitas

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

F268 Faustino, Artur Schausltz Pereira.  
A História Ambiental de uma tragédia: percepção geográfica-  
ambiental em uma comunidade atingida por um evento extremo /  
Artur Schausltz Pereira Faustino. – 2020.  
200 f.: il.

Orientadora: Inês Aguiar de Freitas.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Catástrofes naturais – Nova Friburgo (RJ) – Teses. 2.  
História ambiental – Nova Friburgo (RJ) – Teses. 3. Percepção  
geográfica – Nova Friburgo (RJ) – Teses. 4. Vítimas de desastres  
– Nova Friburgo (RJ) – Teses. 5. Geografia ambiental – Nova  
Friburgo (RJ) – Teses. I. Freitas, Inês Aguiar de. II. Universidade  
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 911:504.4(815.3)

Bibliotecária responsável: Taciane Ferreira da Silva / CRB-7: 6337

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou  
parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Artur Schausltz Pereira Faustino

**A História Ambiental de uma tragédia: percepção geográfica-ambiental em uma comunidade atingida por um evento extremo**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovado em 16 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Inês Aguiar de Freitas (Orientadora)  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof. Dr. Alexander Josef Sá Tobias da Costa  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof. Dr. Nilton Abranches Junior  
Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof. Dr. Rafael de Souza Dias  
Prefeitura Municipal de Teresópolis – Secretaria de Educação

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rachel de Almeida Moura  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

Dedico a todos os atingidos pela catástrofe, em especial ao amigo e bombeiro Victor Lembo Spinelli, que heroicamente deu sua vida cumprindo o dever de salvar.

Dedicado à minha pequena Cecília.

## AGRADECIMENTOS

A todos os que, de algum modo, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. O desenvolvimento de uma tese envolve tantos momentos, que não se pode limitar os agradecimentos às contribuições diretas. Obrigado a todos.

Entre os agradecimentos pessoais, gostaria de dividir pelos grupos que me auxiliaram nesta empreitada. Algumas pessoas se encaixam em mais de um grupo.

Primeiramente, um agradecimento especial aos meus familiares: meu pai Luiz Carlos, minha mãe Valéria, meus irmãos Rafael e Isabel e cunhados Pedro e Germana. Um agradecimento também aos meus sobrinhos Heitor e Luisa, que sendo crianças nem sabem, mas são combustíveis para eu prosseguir e melhorar.

Agradeço a minha esposa Nara, por todo o apoio, mas especialmente pela nossa Cecília, razão de ser de tudo que faço e farei para sempre.

Agradeço aos amigos da vida: Vitinho, Juninho, Gustavo “Dança”, Felipe “Cabecinha”, Igor “Paçoquito”, Murilo, Hiltinho, Godoy, Igor “Celite”, Gabriel “Sorin”, Gabriel “Godinho”, Lucas “Lukita”, Alex Fonte, Renato, Ricardinho, Bruno Miranda, Bruno Oliveira, Diego Amaduro e Max Bill. Todos os seus incentivos e apoios impulsionaram este trabalho para frente.

Aos amigos da Geografia Uerj: Jefferson, Cassio, José Arilson, Carliane e Karina. Foram tantos aprendizados em cada viagem e eventos, que de certo as contribuições de vocês estão grafadas nas linhas desta tese.

Aos amigos da Geografia Friburgo: Vania Heringer, Hermes, Romulo, Rildo, Walison Boy, Pedro Higgins, Douglas Figueira, Michel Richieri, Camille Foepfel, Leandro Martins, Heric Sinigalhe, Ramon Soto, Alanda, Diego Mazin, Rafael Giz. Obrigado pelo companheirismo e por todas as conversas que geraram ideias para este trabalho. Um agradecimento especial aos professores Uderson Ribeiro e Carlos Coça, inspirações para que eu escolhesse a Geografia como profissão.

Dentre os agradecimentos institucionais, o meu obrigado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro de modo geral e especificamente ao PPGEIO aos quais eu devo mais esta parte da minha formação acadêmica: graças a estes realizei o meu sonho de me tornar doutor em Geografia. Agradeço também a todos os professores dos quais tive a honra de ser aluno (e mesmo dos que eu não fui aluno em sala, mas

aprendi muito pelo convívio), em especial a Professora Zeny Rosendahl, orientadora no mestrado, mas de modo amplo, uma orientadora na minha vida acadêmica.

Agradeço também a Faperj pela bolsa concedida nos primeiros 20 meses do curso, essenciais no processo.

Agradeço à Prefeitura de Nova Friburgo, à Associação de Moradores do Bairro Córrego D'Antas, ao CECNA, à Fundação Natureza e ao COMMAM, nas figuras das pessoas que se dispuseram a ajudar, através dos materiais disponibilizados, pela hospitalidade na acolhida e pela solicitude em sanar as dúvidas e no fornecimento das informações necessárias a esta pesquisa. Agradeço especialmente ao Leonardo Freire (PMNF), à Edna Veiga (COMMAM), ao Rodrigo Campos e Willy Ortiz (CECNA), à Mari Patuelli (Fundação Natureza) e Sandro Schottz (AMBCD).

Agradeço à professora Maria Janaína Botelho Correa (UCAM), por toda a disponibilidade em esclarecer dúvidas sobre a história de Nova Friburgo.

Agradeço às pessoas que se dispuseram em contribuir com os dados pertinentes ao entendimento e resposta da tese: a todos os moradores do bairro Córrego D'Antas que responderam a nossa entrevista, bem como aos representantes das denominações religiosas, igualmente solícitos: Rafael da Silva França (Cáritas Diocesana - Igreja Católica), Marcelo Oliveira dos Santos (Assembleia de Deus Central), Jeferson Zebende Forny (Assembleia de Deus Palavra Viva) e Daniel Fraga de Oliveira (Igreja Batista).

Um agradecimento mais do que especial a toda a equipe do Polo Cederj Nova Friburgo, das quais destaco a diretora Rosali Zavoli, ao pessoal da secretaria Érika, Renata e Luís Fernando, além dos muitos alunos que ajudaram debatendo questões, coletando informações e em todas as bancas que eu participei, algumas das quais com temas ligados ao desta pesquisa.

Agradeço aos professores Alexander Josef Sá Tobias da Costa e Sônia Vidal Gomes da Gama pelas valiosas contribuições no exame de qualificação, indicando caminhos e possibilidades para o desenvolvimento da versão final.

E, claro, muito obrigado à minha orientadora professora Inês Aguiar de Freitas, por ter acreditado em mim e no meu projeto, por não ter desistido nos momentos difíceis e pelo empenho em fazer esta tese acontecer. Sinto vontade de emoldurar minhas anotações de caderno das suas aulas, tamanha a riqueza. Sou orgulhoso em dizer que fui seu orientando.

A natureza pode ser hostil e enigmática, porém o homem aprende a compreendê-la – extrair-lhe significado – quando isto é necessário para a sua sobrevivência.

*Yi-Fu Tuan*



## RESUMO

FAUSTINO, Artur Schausltz Pereira. **A História Ambiental de uma tragédia: percepção geográfica-ambiental em uma comunidade atingida por um evento extremo.** 2020. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A ideia de natureza permeia toda a História do Pensamento Geográfico, seja como objeto de pesquisas ou como imaginário social de um modo geral (que é também objeto de pesquisas). Nesse sentido, este trabalho buscou demonstrar sua importância na ciência geográfica e de que modo essa ideia é vivenciada pelas pessoas, a partir de sua (re)elaboração em situações de desastres naturais. Assim, se teve ao caso específico da tragédia ocorrida em janeiro de 2011 no município de Nova Friburgo-RJ, a partir de entrevistas com moradores de uma das áreas mais afetadas, o bairro do Córrego D'Antas, buscando revelar estes modos de se pensar a natureza e o ambiente no pós-tragédia e baseando-se conceitualmente nas noções de lugar, paisagem, fatos (representações) sociais e percepção ambiental. Para tanto, foram utilizados os níveis de análise da disciplina de História Ambiental, por suas relações mais próximas com a ciência geográfica e por fornecer arcabouço teórico consistente para o entendimento da temática, abordando a configuração física das áreas atingidas (nível 1), as ações dos atores sintagmáticos destacados (nível 2), além das questões ligadas a cultura e memória, das estruturas de significação, mitos, valores e atitudes, ou seja, das ideias como agentes ecológicos (nível 3). Ademais, foram abordados alguns movimentos ambientalistas surgidos e/ou intensificados no pós-tragédia. Como resultado geral, percebeu-se um arrefecimento relativo das preocupações referentes aos problemas ambientais ao longo dos últimos dez anos, não obstante as marcas deixadas pelo desastre, tanto materiais quanto imateriais.

Palavras-chave: Ideia de Natureza. História Ambiental. Desastres Naturais. Nova Friburgo-RJ.

## ABSTRACT

FAUSTINO, Artur Schausltz Pereira. **The Environmental History of a tragedy:** geographical-environmental perception in a community affected by an extreme event. 2020. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The idea of nature permeates the entire History of Geographical Thought, either as an object of research or as a social imaginary in general (which is also an object of research). In this sense, this work sought to demonstrate its importance in geographic science and how this idea is experienced by people, from its (re) elaboration in situations of natural disasters. Thus, we focused on the specific case of the tragedy that occurred in January 2011 in the municipality of Nova Friburgo-RJ, through interviews with residents of one of the most affected areas, the Córrego D'Antas neighborhood, seeking to reveal these ways of thinking nature and the environment in the post-tragedy and based conceptually on the notions of place, landscape, social facts (representations) and environmental perception. For this purpose, the levels of analysis of the Environmental History discipline were used, due to their closer relations with geographic science and for providing consistent theoretical framework for understanding the theme, addressing the physical configuration of the affected areas (level 1), the actions the outstanding syntagmatic actors (level 2), in addition to issues related to culture and memory, the structures of meaning, myths, values and attitudes, that is, ideas as ecological agents (level 3). Besides, some environmental movements that arose and / or intensified in the post-tragedy were addressed. As a general result, there was a relative depression of concerns regarding environmental problems over the past ten years, despite the marks left by the disaster, both material and immaterial.

Keywords: Idea of Nature. Environmental History. Natural Disasters. Nova Friburgo-RJ.

## RESUMEN

FAUSTINO, Artur Schausltz Pereira. **La Historia Ambiental de una tragedia:** percepción geográfico-ambiental en una comunidad afectada por un evento extremo. 2020. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

La idea de naturaleza impregna toda la Historia del Pensamiento Geográfico, ya sea como un objeto de investigación o como un imaginario social en general (que también es un objeto de investigación). En este sentido, este trabajo buscó demostrar su importancia en la ciencia geográfica y cómo las personas experimentan esta idea, desde su (re) elaboración en situaciones de desastres naturales. Por lo tanto, nos centramos en el caso específico de la tragedia que ocurrió en enero de 2011 en el municipio de Nova Friburgo-RJ, a través de entrevistas con residentes de una de las áreas más afectadas, el vecindario Córrego D'Antas, buscando revelar estas formas de pensar. naturaleza y medio ambiente en la post-tragedia y se basa conceptualmente en las nociones de lugar, paisaje, hechos sociales (representaciones) y percepción ambiental. Para este propósito, se utilizaron los niveles de análisis de la disciplina de Historia Ambiental, debido a sus relaciones más estrechas con la ciencia geográfica y para proporcionar un marco teórico consistente para comprender el tema, abordar la configuración física de las áreas afectadas (nivel 1), las acciones los actores sintagmáticos destacados (nivel 2), además de temas relacionados con la cultura y la memoria, las estructuras de significado, mitos, valores y actitudes, es decir, ideas como agentes ecológicos (nivel 3). Adicionalmente, se abordaron algunos movimientos ambientales que surgieron y / o se intensificaron en la post-tragedia. Como resultado general, hubo un relativo enfriamiento de las preocupaciones por los problemas ambientales durante los últimos diez años, a pesar de las marcas que dejó el desastre, tanto materiales como inmateriales.

Palabras clave: Idea de Naturaleza. Historia Ambiental. Desastres Naturales. Nova Friburgo-RJ.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Logotipo CECNA Padrão.....	76
Figura 2 –	Logotipo CECNA 2007.....	77
Figura 3 –	Logotipo Fundação Natureza.....	79
Figura 4 –	Logotipo Agenda 21 Local.....	83
Figura 5 –	Logotipo Agenda 21 COMPERJ.....	83
Figura 6 –	Logotipo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Nova Friburgo.....	87
Figura 7 –	Logotipo “Nova Friburgo em Transição”.....	90
Figura 8 –	Logotipo REGER-CD.....	94
Figura 9 –	Nova Friburgo: Cobertura do solo (2009).....	103
Figura 10 –	Regiões de Governo e Municípios do estado do Rio de Janeiro - (Nova Friburgo destacado na porção central do estado).....	106
Figura 11 –	Polígono representativo do eixo urbano de Nova Friburgo no final da primeira metade do século XX.....	110
Figura 12 –	Delimitação do Bairro do Córrego D’Antas (Prefeitura Municipal de Nova Friburgo).....	111
Figura 13 –	Delimitação da área de drenagem da Microbacia do Córrego D’Antas..	111
Figura 14 –	Área Central do Bairro do Córrego D’Antas (recorte espacial específico da pesquisa).....	112
Figura 15 –	Localização da Área Central do bairro do Córrego D’Antas no total da Microbacia.....	112
Figura 16 –	Climograma de Nova Friburgo.....	114
Figura 17 –	Classes de declividade do Córrego D’Antas e cicatrizes dos movimentos de massa.....	115
Figura 18 –	Perfil topográfico Centro-Córrego D’Antas.....	115
Figura 19 –	Perfil topográfico Córrego D’Antas “Ponta a ponta”.....	116
Figura 20 –	Imagens de satélite divulgadas pela NASA para os dias 10 (A), 11 (B), 12 (C) e 13/01/2011 (D).....	120
Figura 21 –	Precipitação horária em mm dos dias 11 e 12 de janeiro de 2011.....	121
Figura 22 –	Panorama do Centro de Nova Friburgo antes da tragédia (12/10/2010).	124
Figura 23 –	Panorama do Centro de Nova Friburgo no pós-tragédia (19/01/2011)...	125

Figura 24 – Bairro Córrego D’Antas antes da tragédia (12/10/2010).....	126
Figura 25 – Bairro Córrego D’Antas pós-tragédia (19/01/2011).....	126
Figura 26 – Aspectos atuais do Córrego D’Antas: Próteses de contenção na Pedra das Duas Pedras (A) e Casa em área de risco (B).....	134
Figura 27 – Aspectos atuais do Córrego D’Antas: Casas amontoadas ao sopé da Pedra Duas Pedras (A) e Meandro do córrego (B).....	135
Figura 28 – Aspecto atual de trecho da parte alta do bairro: blocos de rochas remanescentes (A) e casas em ruínas (B).....	136
Figura 29 – Localização dos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público para abrigar os atingidos pelo desastre.....	145
Figura 30 – Origem das famílias do Conjunto Habitacional Terra Nova (Córrego D’Antas destacado).....	146
Figura 31 – Divisão de setores da Área Central do bairro do Córrego D’Antas para as entrevistas com moradores.....	150

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 –	Praça Getúlio Vargas alagada (Centro de Nova Friburgo).....	104
Foto 2 –	Centro do bairro dias após o desastre.....	128
Foto 3 –	Cenário pós-desastre no Córrego D’Antas (Localidade Sítio Dois Esquilos).....	128
Foto 4 –	Cenário pós-desastre no Córrego D’Antas (fábrica de mortadela).....	129
Foto 5 –	Cenário pós-tragédia no Córrego D’Antas (ponte improvisada pelos moradores).....	129
Foto 6 –	Cenário pós-tragédia no Córrego D’Antas (cicatriz em encosta).....	130
Foto 7 –	Cenário do bairro dois meses após o desastre.....	131
Foto 8 –	Mutirão de reconstrução do bairro (03/04/2011).....	132
Foto 9 –	Faixa estendida durante mutirão no Córrego D’Antas (03/04/2011).....	132
Foto 10 –	Retirada de lama ressecada em mutirão de reconstrução (07/05/2011)...	133
Foto 11 –	Interior de casa durante mutirão de reconstrução (07/05/2011).....	133
Foto 12 –	Entrevista realizada no setor 1.....	151
Foto 13 –	Entrevista realizada no setor 3.....	151

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições integrantes da REGER-CD e suas atuações.....	95
Tabela 2 – Tipos religiosos da amostragem de entrevistados.....	155
Tabela 3 – Identificação das denominações religiosas.....	156
Tabela 4 – Perfil Geral dos Entrevistados.....	163
Tabela 5 – Tipos de afetação com a tragédia.....	164

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMBCD	Associação de Moradores do Bairro Córrego D'Antas
ANA	Agência Nacional de Águas
CECNA	Centro de Estudos e Conservação da Natureza
COMMAM	Conselho de Meio Ambiente de Nova Friburgo
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
GHUM	Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural
GIDES -	Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais
GRD	Gestão do Risco de Desastres
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEA	Instituto Estadual do Meio Ambiente (Rio de Janeiro)
MOU	Memorandum of Understanding
NUDECs	Núcleos Comunitários de Defesa Civil
NUPDECs	Núcleos de Proteção de Defesa Civil
PMNF	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WWF	World Wide Fund for Nature
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
1	<b>REFERENCIAIS TEÓRICO-CONCEITUAIS</b> .....	29
1.1	<b>Lugar (mundo vivido)</b> .....	31
1.2	<b>Paisagem</b> .....	35
1.3	<b>A questão do fato social e as representações sociais</b> .....	38
1.4	<b>Percepção geográfica-ambiental</b> .....	41
1.5	<b>Considerações</b> .....	44
2	<b>A IDEIA DE NATUREZA</b> .....	47
2.1	<b>A ideia de natureza em Geografia</b> .....	54
2.2	<b>Natureza e História Ambiental</b> .....	58
2.3	<b>Considerações</b> .....	63
3	<b>MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS ANTES E APÓS O EVENTO DE 2011 EM NOVA FRIBURGO</b> .....	68
3.1	<b>Os movimentos já existentes antes do desastre: o CECNA, a Fundação Natureza, a Agenda 21 Local/COMPERJ e o COMMAM-NF</b> .....	75
3.1.1	<u>O Centro de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA)</u> .....	75
3.1.2	<u>A Fundação Natureza</u> .....	79
3.1.3	<u>A Agenda 21 Local/COMPERJ</u> .....	82
3.1.4	<u>O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo (COMMAM-NF)</u> .....	87
3.2	<b>Os movimentos surgidos após o desastre de 2011: o Nova Friburgo em Transição e a REGER-CD</b> .....	90
3.2.1	<u>O Nova Friburgo em Transição</u> .....	90
3.2.2	<u>A Rede para Gestão de Riscos da Bacia Hidrográfica do Córrego D'Antas (REGER-CD)</u> .....	94
3.3	<b>Considerações</b> .....	98
4	<b>NOVA FRIBURGO E O EVENTO DE JANEIRO DE 2011</b> .....	101
4.1	<b>Caracterização do recorte espacial</b> .....	105
4.2	<b>A catástrofe de 11-12 de janeiro de 2011</b> .....	117
4.3	<b>Os impactos na paisagem do Córrego D'Antas em imagens</b> .....	123
4.4	<b>Os níveis da História Ambiental aplicados</b> .....	137

4.4.1	<u>O poder público e a tragédia</u> .....	138
4.4.2	<u>Entrevistas</u> .....	148
4.4.3	<u>As denominações religiosas e a tragédia</u> .....	153
4.4.4	<u>Os moradores do Córrego D'Antas e a tragédia</u> .....	163
4.5	<b>Considerações</b> .....	169
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	173
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	178
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas com moradores</b> .....	190
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com representantes de denominações religiosas</b> .....	192
	<b>APÊNDICE C – Relato pessoal daqueles dias</b> .....	193
	<b>ANEXO – Acordo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e a Cátedra de Conservação Ambiental e Ecoturismo da UNESCO (Memorandum of Understanding)</b> .....	199

## INTRODUÇÃO

O que motiva uma pesquisa científica? O que identifica um perfil acadêmico, de pesquisador ou de especialista? Pensamos que tanto num caso quanto no outro se necessita haver alguma forma de angústia, um certo tipo de incômodo com algum aspecto da realidade que precisa de explicação. Para o especialista, a busca por estas explicações se dá na forma de aprofundamento em conhecimentos já levantados. No caso do pesquisador se observa a inquietação com algo não explicado ou explicado de maneira não satisfatória (ao menos para ele). Quando transplantamos esta situação ao campo das chamadas “ciências humanas” a trama fica ainda mais complexa, na medida em que grande parte dos resultados de pesquisas não podem ser mensurados em laboratórios. Todo conhecimento se insere a um pensamento de época, a alguma filosofia que permeia a cabeça do pesquisador, estando ligada a sua vivência, sua formação, seu meio social, sua visão de mundo (CAMARGO e ELESBÃO, 2004). Entretanto, apesar de haver uma impossibilidade prática de se trabalhar com uma pretensa “neutralidade científica” em ciências humanas, o pesquisador deve, tanto quanto possível, se aproximar de uma objetividade que confira a sua pesquisa os resultados que contribuam efetivamente para o avanço científico do seu campo. Resultados de pesquisas, portanto, serão formulados e reformulados a partir dos conflitos de ideias e a Geografia vem experimentando esse fato desde sempre, mas em especial a contar de sua institucionalização enquanto ciência acadêmica. As tradicionais referências às correntes do pensamento geográfico (ou paradigmas da Geografia) denotam certa estabilidade momentânea geral, mas escondem os turbulentos debates que fazem deste ramo do saber uma verdadeira arena intelectual. Ou, como nas palavras de Moraes (2007, p. 31), “...pode-se depreender que inexistente um consenso, mesmo no plano formal, a respeito da matéria tratada pela Geografia. As várias definições formais de objeto atestam a controvérsia reinante. Diante deste fato, muitas pessoas poderiam perguntar de onde vem ou mesmo se existe, a unidade do pensamento geográfico”.

De toda forma, todas essas indefinições atestam à Geografia um caráter filosófico que contribui para a sua evolução, na medida em que o processo de construção/transformação/reforma do pensamento geográfico se dá justamente por

meio destes debates, ainda que tenda mais para um ou outro lado em determinados momentos.

Neste sentido, a importância do que entendemos por epistemologia da Geografia e, em especial, da chamada história do pensamento geográfico se faz crucial para a compreensão do nosso próprio fazer científico, bem como das produções em Geografia em seus devidos tempos. Todo fazer científico estará em algum grau ligado à base das demais pesquisas realizadas, seja em confluência, seja em desacordo. A Geografia experimentou ao longo de sua história (aqui tratando especificamente da sua trajetória institucional) diversos momentos distintos e só é possível abarcar o momento atual se soubermos torná-lo inteligível e coerente.

Assim, dentre as possibilidades de se pensar em objetos para Geografia, podemos citar a natureza como permeando a base do que se pretende compreender da realidade geográfica, em tempos diversos, ora mais, ora menos explicitamente, já que segundo Freitas (2014) trata-se “do principal objeto da Geografia (escamoteado por diferentes conceitos ou noções, mas sempre [...] dela derivados ou a ela referentes)” (p. 154). Assumindo-se, portanto, que a natureza permeia o pensamento geográfico, tomamos como foco desta pesquisa o pensar sobre a formação deste objeto a partir do cotidiano de parte da população do município de Nova Friburgo-RJ, após a tragédia ocorrida em janeiro de 2011. A tese parte da hipótese de uma possível mudança de pensamento com relação à natureza (ou “meio ambiente”), a partir da resignificação que a população atingida dá ao repensar a força da natureza diante da impossibilidade de se defender de um evento catastrófico, como foi o caso, e da constatação do surgimento de alguns movimentos de cunho ambientalista no município.

Deste modo, o motivo de ser desta pesquisa se baseia em compreender quais são os fatores que atuam (re)modelando a ideia de natureza (e suas nuances mais próximas, como “meio ambiente”, “ecologia” etc) em uma comunidade atingida por um desastre natural de grande magnitude. A comunidade abordada, que se configura como nosso recorte espacial, foi o bairro do Córrego D’Antas, mais especificamente sua área central (conforme detalhado no tópico 4.1), localizado a cerca de 6 quilômetros do centro de Nova Friburgo. A escolha do bairro se justifica pelos seguintes motivos: ter sido apontada à época como uma das áreas mais atingidas pelas chuvas e deslizamentos (i); por ser próximo ao centro (meu local de moradia), de fácil acesso e um lugar tranquilo (se comparado com outras áreas bastante

atingidas do município, nas quais a questão da violência poderia ser um empecilho) (ii); bem como a facilidade para obtenção de informações junto a associação de moradores, presidida atualmente por um colega geógrafo, em diversos trabalhos que tiveram no desastre o seu objeto, assim como o acesso aos moradores para as entrevistas (iii). Para tanto, recorreremos às noções de lugar, paisagem, fato social e percepção ambiental, a fim de buscar compreender a base dos movimentos que formam o substrato do pensamento coletivo da sociedade, no qual se insere a ideia de natureza que se pretende demonstrar como objeto principal de uma epistemologia da Geografia.

Neste momento, vislumbra-se a necessidade de se estabelecer uma diferenciação conceitual entre os termos utilizados para nomear a ocorrência do evento abordado: afinal, seriam desastre, catástrofe e tragédia correspondentes linguísticos dos mesmos fenômenos? Podemos utilizar qualquer um destes vocábulos para se referir ao ocorrido em janeiro de 2011 na região serrana? Apesar de o uso corrente ter embaralhado os termos, cremos ser pertinente o resguardo ao rigor científico no uso mais claro de conceitos.

Etimologicamente já é possível estabelecer distinções entre as ideias contidas nos termos: catástrofe deriva do grego “*katastrophe*”, usada para designar agitação, transtorno e ruína, a partir da composição do prefixo “*kata*” (para baixo) e do radical “*strophein*” (virar); desastre é um vocábulo composto pelo prefixo latino “*des*” (negação) somado ao grego “*aster*” (astro), indicando uma perturbação da ordem por influência negativa do cosmos; e tragédia composta por “*tragos*” (bode) e “*ode*” (canto), remetendo ao gênero clássico da dramaturgia originado no antigo teatro grego.

No que tange ao termo catástrofe, observa-se a referência às teorias que indicam reviravoltas no decorrer dos processos que se observam no desenrolar dos tempos (ABBAGNANO, 2007), guardando ligação com sua raiz etimológica. Araújo a define como “grande desgraça, acontecimento funesto e lastimoso, desastre de grandes proporções envolvendo alto número de vítimas e/ou danos severos” (2012, p. 14). Está contido, inclusive, como se verá adiante, na concepção da tragédia do teatro grego, sendo aquele momento no qual surge a reviravolta na história em que emerge o drama vivido pelo protagonista.

Para desastre, Araújo (2012) indica a referência às consequências de um evento adverso (natural ou humano), medido em função da intensidade dos danos

materiais, humanos e ambientais. Mano et al. destacam que “na concepção social, o desastre é um processo que está inserido em uma sociedade que expõe as pessoas às situações de vulnerabilidade” (2019, p. 547). Apontam também para a ligação entre o desastre e aquilo que é “agudo, visível e choca” em oposição ao que é “crônico, cotidiano, silenciado e banalizado” (2019, p. 546), ou seja, a ocorrência de um evento adverso tende a fazer voltar os olhos sobre áreas que, por vezes, são vítimas de dramas diários, os quais não têm tanta atenção.

O desastre, portanto, refere-se aos resultados dos eventos adversos. Afinal, podemos imaginar o exemplo hipotético de um evento extremo que ocorra em uma área desabitada e que, por mais violento e arrasador que seja, por não causar mortes e demais danos, não será chamado de desastre. Para se ter uma noção da dimensão do evento aqui abordado, em parte das pesquisas elaboradas sobre o tema usou-se a denominação de “megadesastre”, demonstrando seu perfil amplificado.

O vocábulo tragédia é o que tem maior amplitude semântica por estar ligado, como indicado anteriormente, a um gênero clássico da dramaturgia e da literatura. Na antiga dramaturgia grega (século V a.C.) as tragédias caracterizavam-se pela condição de permanente tensão e finais infelizes, vividos por personagens heróicos movidos por suas paixões humanas e que objetivavam “suscitar terror e piedade e obter a catarse (libertação) dessas emoções” (SOARES, 2007, p. 61). O exemplo mais emblemático do gênero (apontado por Aristóteles, inclusive, por conter todos os elementos típicos) é a obra “Édipo Rei” de Sófocles, que narra a triste história do rei fadado pelo destino a matar o próprio pai e casar-se com a mãe sem saber.

Como se percebe, a tragédia remete a uma condição de inculpabilidade direta, estando ligada ao destino imprevisível e inevitável. Deste modo, seria inapropriado o uso do termo tragédia, em seu sentido estrito, para se referir ao ocorrido, uma vez que existem de fato responsabilizações a serem realizadas, isto é, a referência à tragédia serviria como um alívio para gestores públicos interessados em abrandar suas parcelas de culpa. Entretanto, a acepção ampla do termo permite sua utilização, na medida em que o vivenciado pela população (principalmente os atingidos diretamente, que sofreram perdas materiais e parentes/amigos, mas de modo geral toda a população friburguense) se aproxima do drama que se acomete sobre nossa condição de vulnerabilidade às intempéries. Nas palavras de Soares, “...ainda hoje temos o sentido do trágico toda vez que vemos destruída a razão de uma existência, toda vez que o homem se vê impelido a uma fatalidade” (2007, p. 61).

Assim, ainda que seja necessário se ter em mente as diferenças entre os termos, a lexicologia nos ensina que para os contextos diversos existem diferentes apresentações de sentido para as palavras. Catástrofe, desastre e tragédia, assim como seus correlatos “calamidade” e “infortúnio”, são formas de se tentar descrever a experiência de um evento adverso, buscando remeter às sensações de medo, terror, confusão e insegurança. Dito isto, podemos nos aproximar da compreensão do ambiente que se constituiu no evento adverso aqui tratado.

Em vista disso, traçamos como objetivo geral desta pesquisa se identificar as nuances da ideia de natureza no imaginário social de uma comunidade atingida por um desastre natural, o qual se insere num esforço geral de contribuição à epistemologia da Geografia, uma vez que acreditamos que a referida ideia permeia a constituição do pensamento geográfico.

Entre os objetivos específicos elenca-se (a) abordar o imaginário social por um viés geográfico, através das noções de lugar, paisagem, fato social e percepção geográfica-ambiental; (b) compreender a relação do povo friburguense (em especial os de áreas mais vulneráveis) com eventos naturais catastróficos, notadamente enchentes e escorregamentos de encostas; e (c) identificar as ações de atores sintagmáticos locais quando da ocorrência do evento de janeiro de 2011.

Conforme exposto anteriormente, pesquisas em Geografia (e nas ciências humanas de modo geral) demandam concepções para além de resultados puramente objetivos, uma vez que não se faz possível estabelecer regras *a priori* que possam ser testadas em condições análogas em qualquer parte e obter padrões de regularidade passíveis do estabelecimento de leis, especialmente na chamada Geografia Humana. Este fato decorre de que, ao se debruçar sobre os fenômenos referentes às atividades humanas sobre o espaço geográfico, a ciência geográfica se vê obrigada a incorporar as subjetividades entre suas premissas. Estas subjetividades são definidas a partir de variáveis diversas, que estão ligadas a contextos históricos, culturais, econômicos, políticos e espaciais específicos, em tempos específicos. Deste modo, ao contrário do que imaginavam alguns críticos da validade da ciência geográfica, como na ideia de “fim da Geografia”<sup>1</sup>, defendida por Paul Virilio (numa clara confusão entre a “Geografia” e “distâncias”), esta não possuiria um limite epistemológico e operacional

---

<sup>1</sup> Ideia defendida por Paul Virilio em diversas ocasiões. Pode ser encontrada em entrevista concedida ao Jornal Le Monde, transcrita no site da Revista Educação, em <<http://www.revistaeducacao.com.br/ruina-da-alma/>>. Acesso em 22/01/2017.

estranque frente a um conhecimento “completo” do espaço do planeta, já que o espaço geográfico está constante transformação, seguindo as subjetividades comportamentais humanas, que variam no tempo e no espaço.

Assim, deste fato decorrem as dificuldades das ciências humanas (incluída a Geografia) com o chamado método científico puro, a saber: (1) observação de fenômeno, (2) elaboração/refutação/validação de hipóteses, (3) estabelecimento de leis e (4) estabelecimento de teoria. Este formato se adequa razoavelmente bem às ciências exatas, naturais e da saúde, por exemplo, na medida em que indicam padrões de regularidade mais bem definidos: determinado composto químico ou situação física, se testados nas mesmas condições, precisam apresentar padrões comportamentais regulares em quaisquer laboratórios nos quais forem realizados os experimentos, estabelecendo leis. Entretanto, conforme demonstrado, o comportamento humano não é passível do estabelecimento de leis (padrões de regularidade), necessitando, portanto, de métodos mais adequados de se proceder ao real. “Assim, vemos que as ciências humanas não podem se deixar julgar por ‘modelos’ de cientificidade de outras ciências, pois possuem racionalidades e especificidades próprias, relativas ao ser humano” (CAMARGO e ELESBÃO, 2004. p. 10). No nosso caso, a evolução do pensamento geográfico revela a incorporação de diversas correntes metodológicas ao longo do tempo, possibilitando certo ecletismo (DINIZ FILHO, 2009). Tentativas de se adaptar a Geografia ao método científico das ciências naturais (ou ciência neo-positivista) resultaram numa “matematização” exagerada e inócua do espaço, já que não davam conta de apreender os fenômenos em sua essência, para além de tão somente aplicar modelos matemáticos (como na famosa “Teoria das Localidades Centrais”, de Christaller) com o intuito de se estabelecer hierarquizações entre as diferentes áreas do globo. As diversas críticas que se sucederam a essa “Geografia Quantitativa”, terminaram por engajar os geógrafos para a admissão de novos métodos, mais capazes de dar conta da subjetividade humana, que de fato é quem transforma o espaço. As configurações dos continentes, dos países, das cidades, dos bairros revelam esse poder da subjetividade: se não o fosse, as cidades com características geomorfológicas, botânicas e climáticas próximas tenderiam à similaridade.

Vitte e Gomes tratam da questão a partir das incertezas científicas enquanto “aspectos fundamentais que compõem o projeto de sociedade e ciência moderna” (2017, p. 51). A ciência moderna teria a missão de desvendar o singular, o aleatório e



desordenado dos fenômenos, atribuídos como aparentes, para se chegar às verdades ocultas nestes a partir da busca e afirmação do universal. Os autores exemplificam a questão com a “descoberta” da Lei da Gravidade por Newton, revelando a verdade oculta na aparência do fenômeno de que os objetos mais pesados que o ar são atraídos para o centro da Terra. Na esteira do contexto, a ciência geográfica moderna, portanto, seria incumbida de universalizar as diferenciações espaciais, tidas como particularidades. Esse cenário fica bastante evidente a partir das Grandes Navegações, nas quais:

...a “Descoberta das Américas” tanto impulsionou o desenvolvimento de instrumentos geográficos mais úteis (mapas, instrumento de navegação, catalogação de novas rotas etc.), quanto se tornou um problema para a racionalidade do período, que necessariamente teria que universalizar a multiplicidade espacial encontrada nos moldes da ciência e filosofia emergentes. O Novo Mundo tornou a manifestação espacial incerta devido à possível multiplicidade geográfica [...]. A noção da superfície da terra é uma das que catalisam esse sentido de multiplicidade espacial do período, e busca, de forma secular, universalizá-la em uma noção. (VITTE e GOMES, 2017, p. 53)

Segundo os autores, esse cenário perpassa toda a trajetória histórica da Geografia, chegando aos dias atuais, nos quais as correntes da Geografia Radical e da Geografia Humanística também buscam no seu âmago universalizar os fenômenos (seja a partir das preocupações sociais, no caso da Geografia Radical, ou das subjetividades ou vivências, para a Geografia Humanística).

Neste sentido, um dos métodos escolhidos para apreensão do real por parte dos geógrafos foi o chamado “método fenomenológico”, na medida em que este busca tratar das experiências dos indivíduos ou dos grupos com seus espaços. Nesta concepção, os objetos se colocam frente ao observador como realidade aparente, ganhando sentido nos fenômenos da consciência, que os projeta como objetos ideais. Merleau-Ponty (1999), assim o descreve:

Nossa percepção chega a objetos, e o objeto, uma vez constituído, aparece como a razão de todas as experiências que dele tivemos ou que dele poderíamos ter. Por exemplo, vejo a casa vizinha sob um certo ângulo, ela seria vista de outra maneira da margem direita do Sena, de outra maneira do interior, de outra maneira ainda de um avião; a casa *ela mesma* não é nenhuma dessas aparições, ela é, como dizia Leibniz, o geometral dessas perspectivas e de todas as perspectivas possíveis, quer dizer, o termo sem perspectivas do qual se podem derivá-las todas ela é a casa vista de lugar algum. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 103 - grifo no original)

Deste modo, os objetos e fenômenos não são dotados de auto-explicação ou se caracterizam por realidade objetiva *per se*, mas ao se realizar na consciência que

temos de suas existências, são projetados como objetos ideais a partir das subjetividades dos indivíduos e dos grupos de indivíduos. No caso da ciência geográfica, se desenvolve principalmente a partir dos estudos humanísticos, ensejando os conceitos de lugar e paisagem, caros a esta pesquisa, como se verá mais adiante. Ou, como orienta Tuan (apud MELLO, 1993, p. 32) o objetivo da vertente humanística é de “especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana”. Suertegaray assim sintetiza:

Tomando como ponto de partida o conceito de espaço geográfico, é possível dizer que, de forma mais generalizada, o foco de atenção dos geógrafos humanistas (assim denominados os que trabalham com Fenomenologia, representações e cultura) é o mundo vivido. Este é entendido como o mundo das experiências e do sentido que damos a elas em nosso cotidiano. Portanto, o mundo vivido é um mundo subjetivo. Três conceitos são fundamentais nessa perspectiva, são eles: espaço, paisagem e lugar. O espaço (...) não é concebido geometricamente, o espaço é vivido, experienciado. A superfície limitante do espaço experienciado é a paisagem. Finalmente, temos o conceito de lugar; este constitui o centro de significados expressando, não só a localização, mas o tipo de experiência com o mundo. (SUERTEGARAY, 2005, p. 30-31)

Não à toa, portanto, a opção pelos conceitos-chaves da geografia - o de *paisagem* e o de *lugar* - para fornecer referencial teórico-conceitual que permeia as noções desenvolvidas nesta pesquisa, conforme se verá no capítulo 1. Estes, em consonância com o que afirmou a autora, possuem melhor adequação ao método escolhido, pois buscam revelar justamente as ligações entre as pessoas e seus espaços, através dos sentimentos, das memórias e dos simbolismos.

Marandola Jr (2013) aponta a fenomenologia na geografia brasileira a partir dos estudos pioneiros do chamado grupo de Rio Claro, formado pelas professoras Lívia de Oliveira e Lucy Marion Machado, em especial os ligados à percepção ambiental ou geográfica. Não havia, portanto, um desenvolvimento epistemológico que pudesse caracterizar uma constituição de uma geografia fenomenológica, estando esta diluída como metodologia em trabalhos que pontualmente a utilizavam. O autor atesta ainda a criação do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM), em 2008, com sede na Universidade Federal Fluminense (UFF), como espécie de marco de projeção e consolidação do horizonte humanista na Geografia brasileira. Neste sentido, os tempos atuais seguem uma estrada com melhor pavimentação para estudos baseados nas experiências subjetivas das pessoas e dos grupos com seus espaços de vivência, como se pretende nesta tese.

Assim sendo, a pesquisa presente se baseia num formato de investigação no qual só é possível se atingir os objetivos se se busca compreender o pensamento geral da sociedade. Esta compreensão passa diretamente pela análise dos fatores que influenciam este pensamento, tais quais os citados fatos sociais.

A discussão metodológica empreendida até aqui busca situar a opção desta pesquisa pelos caminhos da fenomenologia, demonstrando sua inteligibilidade no processo de exame das características apreendidas na comunidade do Córrego D'Antas, que implicam na concepção de natureza percebida no imaginário social. A metodologia impõe, portanto, um traçado, isto é, um caminho pelo qual o pesquisador percorre para se atingir os objetivos definidos. Metodologia e objetivos precisam, assim, estar em consonância.

A prática metodológica começa muito antes da operacionalização em si da pesquisa. A definição e delimitação do objeto, dos recortes espaciais e temporais, a problematização do tema e formulação dos objetivos fazem parte de seu escopo e moldam o antes, o durante e o depois do processo no qual se mergulha sobre a tentativa de compreensão e explicação de um aspecto da realidade. Evidentemente, este processo não é simples e envolve desafios diversos ao pesquisador. Uma tese abarca a necessidade de cercar o objeto aos limites do que se propõe, criar possibilidades de desenvolvimento de novas pesquisas e, ao mesmo tempo, evitar mal-entendidos no produto final. A clareza que o pesquisador busca para o seu entendimento próprio, que o fez definir e delimitar seu caminho para a elaboração da tese, deve estar a disposição do leitor em igual medida. Portanto, se lança mão de um arsenal de procedimentos que nos levem aos objetivos, por vezes de ordens diversas.

Nesse sentido, o caminho trilhado nesta pesquisa consistiu a princípio numa revisão bibliográfica sobre os conceitos geográficos de lugar e paisagem, bem como os de fato (ou representação) social e percepção ambiental. Estes são conceitos relevantes ao tema, pois ajudam a elucidar a resposta da tese. Em seguida, foi revisada bibliografia das principais pesquisas sobre a ideia de natureza, em especial aquelas ligadas à Filosofia e à Geografia. Esta tem por finalidade relatar como a natureza vem sendo tratada no pensamento ocidental e como este tratamento vem moldando nossas ações sobre o planeta, uma vez que, como se verá, está ligada às noções que desenvolvemos sobre o surgimento e funcionamento do cosmos, sobre nichos ecológicos, sobre cultura, economia, tecnologia e, em especial, sobre o nosso papel nisso tudo. Ainda na revisão bibliográfica, foram abordados livros e textos a

respeito do município de Nova Friburgo, com destaque para pesquisas em torno de questões ligadas ao meio ambiente de um modo geral e sobre enchentes mais especificamente.

A coleta de dados empíricos se deu em dois momentos: abordagem a partir de material (fotos, cartogramas) disponibilizado pela internet em sites e blogs, bem como dissertações e teses que versam sobre o desastre de janeiro de 2011 na região serrana fluminense. Este material nos deu subsídios para compreender o evento em si, bem como as ações que foram implementadas pelo poder público municipal. O segundo momento empírico foi realizado em entrevistas com moradores do bairro do Córrego D'Antas, a partir de questionários abertos (Apêndice A), respondendo, portanto, a uma pesquisa de caráter qualitativo. Foi estipulado um perfil etário para os entrevistados de aproximadamente 30 anos de idade, já que o evento abordado data de 2011, necessitando de uma idade mínima aproximada de 18 anos do entrevistado quando da ocorrência da tragédia, buscando garantir maior discernimento das pessoas que responderam ao questionário.

Apesar de não haver uma porcentagem definida a rigor para adequação da amostragem (VENTURI, 2011), buscou-se um número absoluto de entrevistados que desse conta de justificar as conclusões sobre a constituição do imaginário social da comunidade no que tange aos valores e atitudes para com a natureza e o meio ambiente. Assim, a amostragem foi composta por 52 casas (sendo que em algumas destas houve respostas compartilhadas por dois membros ou mais). A inquietação norteadora do questionário esteve baseada no impacto da tragédia para o cotidiano da comunidade, mas principalmente para o imaginário referente à natureza e ao meio ambiente, sendo este seu *leitmotiv*.

Foi aplicado também questionário a alguns representantes de denominações religiosas locais (Apêndice B), a fim de compreender o papel das religiões enquanto formadoras de opinião. Os representantes religiosos foram escolhidos a partir das respostas dos moradores do Córrego D'Antas na primeira parte de seus questionários ("1- Identificação/Perfil"): as denominações religiosas que foram mais citadas foram a Igreja Católica (19 pessoas), Assembleias de Deus (14 pessoas) e Igreja Batista (9 pessoas). Outros recortes espaciais, por conseguinte, demandariam respostas de outros representantes religiosos. Deste modo, ao final deste traçado, se pretende apreender as respostas que deem inteligibilidade ao fenômeno pelo viés pretendido.

A presente tese se estrutura em 4 capítulos, nos quais buscou-se dar conta de explicitar o tema proposto. A configuração dos capítulos e do ordenamento destes buscou seguir um traçado de raciocínio linear, começando pelas bases teórico-conceituais, contextualizando o recorte espacial e chegando enfim à análise do caso em tela.

Assim, o capítulo 1 (Questões teórico-conceituais) faz um apanhado dos conceitos mais caros ao entendimento do tema, na ciência geográfica e demais ramos pertinentes. Os conceitos escolhidos se referem aos de lugar, enquanto porção do espaço que emana os sentimentos, significações e simbolismos nas pessoas; o conceito de paisagem, relacionado ao anterior, mas principalmente pelas transformações mais aparentes decorrentes da tragédia e que impactam mais diretamente por serem visíveis e por remeterem às lembranças; o conceito de fatos (ou representações) sociais, na medida em que expõe o imaginário social sobre a ideia-objeto da pesquisa; e, por fim, a questão da percepção ambiental, como espécie de síntese dos conceitos anteriores, a fim de desvendar como a população percebe o ambiente de modo geral e quais relações estabelecem com a tragédia. A escolha destes conceitos se deu pela necessidade de criar uma contextualização sólida que abarcasse o tema em sua “geograficidade”, mas também captar o referido imaginário social que se imprime como marcas, materiais e/ou simbólicas sobre o espaço geográfico.

O capítulo 2 aborda a ideia de natureza na Geografia, baseada na própria concepção de “civilização ocidental”, apresentando suas tipologias históricas e dialogando com o tema proposto. Este capítulo apresenta a História Ambiental, seus níveis de análise, bem como as relações com a História Natural e a História da Natureza e destas com a Geografia.

O capítulo 3 aborda os movimentos de cunho ambientalista surgidos e/ou intensificados em Nova Friburgo no pós-tragédia, como forma de corroborar a ideia defendida na tese de que a tragédia altera as formas de se pensar as relações da sociedade com o ambiente.

O quarto e último capítulo trata do município de Nova Friburgo, recorte espacial da pesquisa. Realizou-se um apanhado histórico do desenvolvimento da cidade de modo geral, das relações da população com enchentes, além de descrições sobre a estrutura urbana geral e específica das áreas mais atingidas no ocorrido. O capítulo aborda também o desastre de janeiro de 2011, que serve de marco histórico para as

análises propostas. Foram analisadas as ações (e omissões) do poder público municipal (ligado às esferas estadual e federal), bem como as entrevistas e ações dos demais atores sintagmáticos envolvidos, buscando revelar como se forma, reforma e transforma a ideia de natureza, a partir de um evento catastrófico. Constitui, portanto, o *core* da pesquisa.

Cada um dos capítulos teve ao final um tópico de “considerações”, nos quais se buscou uma síntese geral dos temas abordados, bem como as suas relações. Quando pertinente, abordou-se também alguns autores e ideias que não compuseram o marco teórico da pesquisa, mas que constituem pensamentos e caminhos possíveis de se tornarem pesquisas futuras.

## 1 REFERENCIAIS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Há tantos quadros na parede, há tantas formas de se ver o mesmo quadro. Há tanta gente pela rua, há tantas ruas e nenhuma é igual a outra: ninguém é igual a ninguém. (“Ninguém = ninguém”, Humberto Gessinger)

Dentro da temática em questão, ou seja, a compreensão da ideia de natureza em uma sociedade atingida por um desastre natural e suas remodelações, alguns conceitos-chave da Geografia se mostram mais propícios ao entendimento. Conforme pode ser constatado por diversos trabalhos em teoria e epistemologia da Geografia, esta ciência operacionaliza suas investigações a partir de cinco conceitos-chave, a saber: território, região, lugar, paisagem e espaço. Cada um destes instrumentaliza o pesquisador para os objetivos que se pretende atingir e direciona o olhar para as questões que se pretende responder. Assim, dependendo do objeto em tela e em especial dos objetivos, um ou outro conceito-chave estará mais em evidência para ajudar na elucidação da questão.

Deste modo, quaisquer objetos em investigação geográfica deverão apresentar suas geografidades, na medida em que todos os fenômenos ocorrem espacialmente e remetem à ligação entre humanidade e ambiente, estando entre nossas atribuições o desvendar dessa relação, mais até do que a explicação isolada dos fatores (DARDEL, 2015). Assim, sobre esta relação, Dardel ainda coloca que a chamada geografidade nem se dá tanto pela espacialidade, já que esta estaria intrinsecamente presente em quaisquer objetos, ou como nas aclamadas palavras de Cosgrove (2012, p. 221) “a Geografia, afinal de contas, está em toda parte”: a geografidade se revela mais pelo pensamento, ou pelos modos de pensar dos indivíduos e grupos sociais que atuam como agentes modeladores do espaço. O que se busca enxergar nesta pesquisa, portanto, é a experiência espacial das pessoas e dos grupos, sendo ela física, mas também simbólica, valorativa e atitudinal.

Assim, na proposta desta pesquisa, necessitaremos recorrer aos conceitos de lugar (mundo vivido) e paisagem. A escolha destes se dá, como explicitado acima, por conta dos objetivos que se buscou alcançar. O imaginário de uma população atingida por um desastre natural passa diretamente pelas relações de afetividade que estas desenvolvem com seus espaços de nascimento e convívio. Sem que se leve essa

noção em consideração, a consequência direta seria o esvaziamento de propósito para o qual esta pesquisa está direcionada.

Como se verá adiante, existem níveis da História Ambiental que buscam dar conta da relação humanidade-ambiente em sua plenitude, sendo que, dentre estes, estará destacado o que trata diretamente das interações puramente humanas (mentais e intelectuais), ou seja, suas percepções, valores éticos, leis, mitos e estruturas de significação e de como estas ideias se transfiguram em “agentes ecológicos” (WORSTER, 1991). Pois, os conceitos de lugar e paisagem, caros à Geografia, se encontram imbricados a estas ideias e aos modos como se fazem necessários entrelaçar a ciência e o “mundo-da-vida”. Segundo Husserl (apud GOTO, 2013), a crise das ciências modernas se dá justamente pelo distanciamento entre estas e o “mundo-da-vida”, uma vez que desconsidera os movimentos existenciais das sociedades. A fenomenologia, como visto, portanto, seria o caminho mais viável para promover esta reaproximação e a constituição de uma geografia humanista vem recolocando os conceitos supracitados a serem utilizados nesta perspectiva ao abordar as questões existenciais da afetividade entre as pessoas e os espaços. Além disso, como indicou a letra da canção citada como epígrafe do capítulo, a subjetividade humana gera formas distintas de se observar um objeto e de se produzir constructos materiais e imateriais sobre a superfície terrestre, tornando-a plena de significados e simbolismos.

Além dos conceitos estritamente “geográficos”, se fez necessário também recorrer às noções de fatos (representações) sociais e de percepção ambiental, uma vez que estes ajudam a amarrar os objetivos pretendidos. No caso da percepção ambiental, se trata de uma abordagem que já vem sendo bastante explorada na ciência geográfica, com diversos trabalhos publicados, enquanto que a questão dos fatos sociais observa menor inserção. Entretanto, ambas as noções colaboram com as proposições da pesquisa, na medida em que ajudam a elucidar os modos de pensar, uma de modo geral, nos grupos sociais e a outra mais especificamente ligada às nossas relações com o ambiente.

Procedamos, então, nos tópicos seguintes, à exploração destas noções no modo como entendemos serem úteis, demonstrando suas forças conceituais no âmago de uma Geografia que busca as essências das explicações dos fenômenos. Optou-se por apresentá-los de modo separado por tópicos, entretanto, na medida do possível, conectando-os entre si e com o objeto da pesquisa, evitando o simples



compilado de abordagens importantes anteriores, mas buscando dar coerência e coesão na explicação do fenômeno em tela.

### 1.1 Lugar (mundo vivido)

Apesar de expressão comum do vocabulário cotidiano, a noção de lugar em Geografia ganha a conotação dos sentimentos que as pessoas desenvolvem com os espaços. Afetividade, nostalgia, medo, paixão etc são sentimentos que a Geografia deve considerar na composição de suas análises sobre o espaço geográfico. Isso porque estas contribuem para revelar a condição de ser geográfico (ou a geograficidade) na humanidade. Assim, todo ser humano e, por conseguinte, os constructos humanos trazem a condição inerente de ligação com o espaço, seja por questões de sobrevivência (mais evidentes em tempos remotos), seja pelos laços que unem as pessoas aos seus espaços de origem e/ou afeição. Nesse sentido, inclusive, tornam-se inteligíveis diversos conflitos que ocorrem no mundo e que podem ser explicados, em grande parte, por esta ligação na qual diversos grupos não abrem mão de “seus espaços”. Entre os exemplos mais marcantes no cenário atual estão os palestinos, os curdos, os chechenos, os bascos, os tibetanos e mesmo os indígenas. Todos estes povos lutam por autodeterminação, mas principalmente pela permanência em suas terras de origem, pelas quais nutrem sentimento de pertencimento, motivo pelo qual as tradicionais análises pelo viés simplesmente político-econômico e geográfico (através das territorializações) são incompletas e não dão conta de explicar a totalidade destes fenômenos.

Deste modo, a noção de lugar na ciência geográfica esteve durante muito tempo relegada a segundo plano, na medida em que este campo surge institucionalmente sob a égide filosófica do positivismo. A exigência da definição de seu objeto e método acabou por direcionar os estudos em torno dos conceitos de região e paisagem, a fim de dar conta da relação sociedade-ambiente, sob a velha dicotomia “determinismo x possibilismo”.

Este quadro teria alguma perspectiva de mudança a partir de Sauer (em “A morfologia da paisagem”), que busca orientar um campo para a Geografia através de uma “visão fenomenológica da ciência” (apud HOLZER, 2003). Esta visão

fenomenológica se mostra como a base filosófica mais adequada à emergência do conceito de lugar, na medida em que busca se distanciar do caráter objetivista da ciência moderna tradicionalmente estabelecida. Nesta abordagem, apesar de não negar o método científico tradicional, se incorpora a dimensão subjetiva e intersubjetiva dos movimentos humanos (estes geralmente subjugados no referido método tradicional).

A Geografia, como visto, enquanto ciência humana, insere os seus estudos e pesquisas em “pensamentos de época”. Isso significa que os movimentos da sociedade influem diretamente nas pesquisas, que por sua vez não podem negligenciar tais movimentos. E é esse par dialético que a inserção do método fenomenológico no pensamento geográfico visa suprir, proporcionando uma visão mais holística que dê melhor inteligibilidade ao processo de transformação do espaço.

Neste contexto, em especial a partir das décadas de 1970-80, com a chamada “virada cultural” na Geografia (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003), a busca por métodos que deem conta de compreender os elementos simbólicos que dão conotação distinta às ligações das pessoas com os espaços despertou nos geógrafos a necessidade de aproximações com as chamadas filosofias do significado, além de outras ciências que já trabalhavam com as subjetividades das sociedades, destacada a Antropologia. Desenvolve-se aí o interesse pelos temas da psicologia social, dos modos de vivenciar o espaço, das relações entre a corporeidade (e os sentidos corpóreos humanos) e o ambiente, principalmente a partir de um grupo de geógrafos pioneiros na formação da vertente conhecida como Geografia Humanista, a saber: Relph, Tuan e Buttimer. Relph dá impulso especial ao resgatar o texto de Dardel em sua tese (“The phenomenon of place”, 1973), fazendo com que a comunidade acadêmica da Geografia atentasse para o leque de possibilidades que a fenomenologia trazia para o campo científico, a partir de temas antes abordados sob o positivismo (“clássico” na geografia tradicional e “lógico” na geografia quantitativa) ou sob o materialismo histórico (na geografia crítica). Relph (2014, p. 19) avaliava esse atraso na geografia tradicional pelo fato de que “a geografia sempre foi uma disciplina dedicada à descrição e ao mapeamento da diversidade de lugares da Terra”, predominando assim os conceitos de região e paisagem. Já no caso da corrente crítica, avalia-se que na ânsia por se adaptar a teoria social crítica, desenvolvida pelo marxismo, e tornar a Geografia uma ciência capaz de dar uma resposta às contradições sociais (inclusive “completando” as lacunas deixadas pelo marxismo no que tange a

negligência quanto as questões espaciais), esta deu muita ênfase a um chamado “economicismo dogmático”, no qual toda a realidade geográfica poderia ser explicada a partir das questões de produção e das relações de trabalho, predominando os conceitos de espaço e território.

Assim sendo, Holzer (2003) corrobora estas ideias ao colocar que o lugar é o conceito espacial que melhor atende aos propósitos de uma geografia fenomenológica, já que esta busca descrever as “essências das estruturas temáticas, o exame dos modos como aparecem os objetos, o estudo da constituição dos fenômenos na consciência, (...) a valorização da intersubjetividade e da intencionalidade, (...) a valorização de condutas de vida.” Por ser o conceito de lugar o que exprime a condição de geograficidade humana, dos seus laços com os espaços e de que estes se dão a partir de expectativas simbólicas e identitárias, expõe-se a necessidade de exame dos fatores descritos acima. Conforme nos explica Mello:

Aqui é o meu lugar, mas desconheço o que existe do outro lado da montanha. Amo o meu bairro e minha cidade; todavia não os conheço inteiramente. Estimo lugares onde nunca estive pessoalmente, porém, a mim transmitidos por amigos, parentes ou pelos meios de comunicação. (...) Ambivalentemente admito que abomino ou rejeito diversas porções espaciais de minha cidade ou de meu país. No entanto, sonho em ancorar em paraísos naturais ou construídos pelos homens em meu torrão-natal ou além-mar. (MELLO, 2011, p. 08)

Rosendahl, com leituras em Tuan e Norton, coloca seis tópicos que devem ser levados em consideração para o entendimento da noção de lugar em geografia:

(i) sua criação é um ato social, os lugares diferem porque as pessoas os fizeram assim; (ii) são entidades autorreprodutivas; as pessoas aprendem e fornecem modelos alimentando determinadas crenças e atitudes; (iii) a cultura regional não existe separadamente das pessoas que a refazem enquanto vivem; (iv) em uma economia capitalista mundial, lugares são unidades autônomas, possuindo controle independente sobre o destino de seus residentes; (v) não são simplesmente os resultados não intencionais de processos econômicos, sociais e políticos; e (vi) são locais potenciais fontes de conflito. (ROSENDAHL, 2010, p. 107)

Portanto, a noção de lugar está intimamente ligada às experiências das pessoas com os espaços. Ferreira (2000, p. 67) aponta o lugar a partir de uma “relação existencial, portanto subjetiva, que o indivíduo ou grupo social estabelece com os lugares, refletindo seu pertencimento...”. Esta se aproxima do conceito como visto em Buttimer (apud Ferreira, 2000, p. 67), que o analisa na condição de mundo vivido (“lifeworld”, concepção advinda da própria fenomenologia), no qual “é necessário o conhecimento de seus atores, suas práticas, representações e imaginário espacial”.

Assim, o mundo vivido revela o “homem que não apenas vivencia, mas cria, organiza e ordena seu mundo” (MELLO, 2005, p. 35).

Tuan (2011, p. 09) destaca ainda a inseparabilidade entre os sentidos de lugar e tempo, na medida em que estes elos de afetividade estão ligados no “‘aqui’ e ‘ali’ (que) exprimem ‘agora’ e ‘depois’”. O autor exemplifica comentando as notícias de outros espaços que nos chegam e que são sempre passado, dada a distância geográfica entre o evento ocorrido e o tempo de chegada da notícia. Planos de viagem ou de passeio já remetem a noção de futuro no espaço pretendido, formando pontos de partida e de chegada, tanto espacialmente quanto temporalmente.

Em “Experiências Íntimas com lugar”, capítulo 10 de seu clássico “Espaço e lugar” (1983), Tuan coloca que “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (p. 151), onde se enfoca a experiência do “aqui”. O “aqui” transforma espaço em bairro e a ordem espacial desenvolvida pela disposição de objetos e trajetos no espaço urbano impõe o “estabelecimento de um padrão de lugares significantes” (p. 151). Mais adiante, o autor define que “lugar é uma pausa no movimento” (p. 153), a partir da ideia de imbricação de espaço e tempo. A pausa denota a sensação de estabilidade e conforto em meio ao movimento cotidiano da sociedade moderna. Ainda neste texto, Tuan indica o lar como refúgio temporal de dimensões sazonais diferenciadas: mais íntimo no inverno, pois este “nos lembra de nossa vulnerabilidade” (p. 152). Na perspectiva desta pesquisa, que analisa uma tragédia climática em área de clima tropical de altitude, com chuvas concentradas no verão, a lógica em parte se inverte, já que a vulnerabilidade que amedronta a população se verifica no verão, quando áreas de construções em encostas, muitas vezes irregulares, ficam mais expostas às intempéries e, portanto, contrário a tranquilidade normalmente verificada no inverno.

Pelas razões apresentadas acima, a noção de lugar se faz necessária ao entendimento desta pesquisa, já que ajuda a elucidar as preocupações ambientais e, portanto, os sentimentos da população com relação aos seus espaços. O próximo conceito, abordado no tópico seguinte, é o de paisagem, também sob a ótica humanística.

## 1.2 Paisagem

Outro conceito importante para a Geografia (e para esta pesquisa) é o de paisagem, porquanto exprime as memórias da população com relação ao ambiente e os simbolismos atribuídos e materializados espacialmente. A importância da categoria paisagem para a Geografia está presente no fato primordial de ser ela a “porta de entrada” na nossa apreensão do espaço geográfico. O desastre natural descrito nesta pesquisa alterou elementos da paisagem friburguense, tanto os objetos dispostos no espaço (“cicatrizes” em voçorocas e próteses de contenção em morros, construções destruídas), quanto as visões que se têm destes objetos.

Com relação à ramificação linguística, principalmente entre línguas românicas e germânicas do latim, o termo paisagem apresenta ligação com o espaço, entretanto com abordagens diferenciadas. Enquanto que nas línguas românicas se deriva de “*pagusque*” (país), nas germânicas ocorre a derivação do original “*land*” (terra). O uso do termo na língua alemã especificamente, como *landschaft*, se denota um uso antigo (medieval) da relação entre o território e seus habitantes. Acredita-se que o termo *landschaft* tenha origem na contração dos vocábulos “*land*” (terra) e “*schaffen*” (criar), ou seja, da ideia de se produzir a terra.

Em Sauer (1998), já se percebe claramente a definição de paisagem como o recorte composto pelas disposições dos entes no espaço, sendo abarcado pelo olhar do observador. Assim, distingue-se a paisagem natural da paisagem cultural, sendo que “para a primeira metade do conteúdo da paisagem podemos usar a designação de sítio”, enquanto “somatório de todos os recursos naturais que o homem tem a sua disposição na área” (SAUER, 1998, p. 30). No caso da paisagem cultural, sendo a cultura na geografia pensada como “a marca da ação do homem sobre a área” (SAUER, 1998, p. 30).

Assim como a noção de lugar, abordada no tópico anterior, também com relação à paisagem pode-se afirmar que este renova força a partir da chamada virada cultural na Geografia das décadas de 1970-80. Diversos questionamentos são elaborados, sendo um dos mais famosos o desenvolvido por Denis Cosgrove, em sua “iconografia das paisagens”. Cosgrove remodela o conceito, atribuindo-lhe a dimensão histórica, concebendo-a como detentora de camadas de sentidos justapostos e superpostos. A análise de Carvalho nos revela que:

A paisagem cosgroveana passa, portanto, a ter uma (ou diversas) história e ser tanto ente material como, ao mesmo tempo, substrato cultural representacional. Assim no decorrer do pensamento de Cosgrove, gradualmente a paisagem, como mantenedora da história e da cultura (a formação social), conteria como que hipertextos que podiam ser iconologicamente lidos na história da cultura a partir das iconografias representativas dos tempos pretéritos. (CARVALHO, 2017 ,p. 89)

Cosgrove e os demais integrantes da virada cultural acabaram, desta forma, por acrescentar a questão dos simbolismos presentes na paisagem, tornando-a cheia de significados. A paisagem, a partir desta perspectiva, engloba, além do modelo clássico descritivo dos elementos naturais e culturais, também as subjetividades dos grupos sociais, suas memórias e valores, tão caros a esta pesquisa. Ou, nas palavras de Corrêa,

A paisagem, cara ao geógrafo, e parte fundamental do seu interesse exercita a memória, remetendo anos ao passado recente e remoto, resgatando boas e más lembranças, porém seletivas e com alguma transformação que reconstrói o passado. (CORRÊA, 2016, p. 05)

Essa “dicotomia da paisagem” é apontada por Maciel (2009) como “um debate filosófico primordial”, já que “de um lado defende-se a necessidade de descrição das conformações naturais e culturais do espaço; de outro define-se a paisagem eminentemente como representação subjetiva do olhar” (p. 32). De certo modo, acreditamos ser possível se trabalhar com as duas dimensões interligadas, haja visto que a paisagem, ainda que se referindo aos aspectos abarcados pela visão no espaço geográfico, estará sempre submetida ao olhar subjetivo do observador, sua imaginação, suas memórias, seus simbolismos, seus medos e suas contemplações. Nesse sentido, a aplicação desta interligação na pesquisa apresentada visa demonstrar que a paisagem, enquanto fenômeno geográfico, contribui para a remodelação do pensamento em relação à natureza. As alterações descritas por conta da tragédia representam no imaginário da população os símbolos de alerta para a iminência de outros eventos catastróficos, pois carregam em si as marcas deixadas pelos eventos anteriores.

Berque (2012), em seu famoso texto, corrobora esta ideia ao apresentar a paisagem como marca e matriz, numa relação dialética:

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc.: e, por outro, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política etc. (BERQUE, 2012, p. 240)

O autor indica ainda que a história de determinada sociedade com seu meio produz a visão de “sujeitos coletivos”: o corpo social, formado por indivíduos independentes, mas que, dotados de seu sistema de sentidos humanos que determinam suas percepções, dão “sentido à sua relação com o mundo” (IBERQUE, 2012, p. 241). A abordagem desta pesquisa considera a ideia de natureza por determinada sociedade, condicionada pelos valores estipulados pela cultura ocidental, modelada pela atuação das mídias (locais e globais) e pelos fatos sociais, ganha elemento especial quando da ocorrência de um desastre natural de proporções maiores estando, portanto, em situação de remodelação do sentido da relação sociedade-meio.

Assim, a paisagem guarda em si, além dos entes que a compõem, também os olhares das pessoas. Schama (1996, p. 70) corrobora esta ideia ao colocar que a paisagem é “um constructo da imaginação”. A extensa obra deste autor busca demonstrar isso a partir da constatação de que os entes geográficos dispostos no espaço estão impregnados das memórias que as pessoas investem sobre eles. Esta ideia é bastante importante para esta pesquisa, na medida em que diversos objetos do espaço friburguense (urbanos, rurais e naturais) sofreram modificações quando da ocorrência da tragédia de 2011, contribuindo para a referida remodelação do pensamento.

Deste modo, compreende-se o evento catastrófico ocorrido em Nova Friburgo a partir das memórias que as pessoas guardam das paisagens em tempos pretéritos, mas também das perspectivas futuras em relação à constituição do espaço geográfico. Este, por definição, compõe o substrato no qual as relações da sociedade se dão e, portanto, está ligado a todas estas relações entre humanidade e ambiente, ou seja, entre as pessoas e as condições de natureza que vão sendo modeladas e remodeladas ao longo do tempo.

Os conceitos de paisagem e lugar aqui contemplados representam, assim, nuances do espaço geográfico que dão emergência aos modos com os quais as sociedades se relacionam com seus espaços. Em tempos de preocupação ambiental/ecológica mais difundidos de modo global, evidenciados pelas polêmicas sobre o chamado “aquecimento global” e os grandes encontros mundiais sobre meio ambiente (a exemplo de Estocolmo-72 e Rio-92/+10/+20), estas questões permeiam o pensamento das pessoas sobre os usos que fazemos dos recursos do planeta e de como as “reações” da natureza podem nos afetar. Por esta razão, os conceitos

supracitados remetem as ideias de segurança-incerteza, aconchego-desconforto, refúgio-exposição, que nos fazem desentrelaçar de forma mais inteligível o imaginário geográfico para com a natureza.

Os próximos tópicos abordarão as noções de fatos (representações) sociais e percepção geográfica e ambiental, enquanto componentes importantes da esfera de composição do pensamento individual e social.

### 1.3 A questão do fato social e as representações sociais

Além das noções de lugar e paisagem, caros a esta pesquisa, buscou-se também recorrer ao conceito de fato social, tal qual desenvolvido por Durkheim, especialmente na obra “As regras do método sociológico” (2007 [1895]). Nesta, o sociólogo francês estabelece as bases do seu método sociológico, no qual pressupõe a existência de estruturas de conhecimento e conduta que permeiam o pensamento geral das sociedades. Estes, chamados fatos sociais, se distinguiriam pela existência anterior aos indivíduos e, portanto, externo a eles. São todas as bases de pensamento da sociedade que servem como espécie de “manual de conduta”, a partir dos valores definidos *a priori* e que nos fazem perceber o mundo e o convívio em grupo, dotando-nos de uma régua ética e moral que nos fazem distinguir o certo do errado, o moral do imoral, o belo do feio. Nas palavras do autor:

O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc. funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que se precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais. (DURKHEIM, 2007, p. 02)

Apesar da inscrição num modelo positivista de ciência, a questão dos fatos sociais ainda pode ser observada em aspectos diversos do pensamento sociológico contemporâneo. No caso desta pesquisa, ao se abordar o “pensamento em relação à natureza”, bem como as nuances do que o envolve, como as questões ambientais, os valores e simbolismos, os sentimentos e as sensações etc, a ligação com os fatos sociais se mostra profícua, já que este só poderá ser compreendido em sua essência



se levar-se em consideração as noções que as pessoas apreendem de conceitos pré-estabelecidos socialmente. O atual momento tecnológico da humanidade, ao contribuir para a difusão veloz das informações e das opiniões em escala global, coloca a sociedade diante dos desafios de se repensar os modelos de vivência num planeta de recursos escassos, ao mesmo tempo em que o próprio desenvolvimento tecnológico é muitas vezes visto como abalador do equilíbrio ecológico. Assim, justamente por identificar nestes pensamentos o desenvolvimento dos valores e atitudes das pessoas para com o ambiente, revelando o cerne da ciência geográfica, quer seja de analisar as relações homem-natureza, que esta pesquisa se propõe desvendar uma parte importante do que se pretende compreender em Geografia.

Voltando à definição de Durkheim sobre os fatos sociais, o autor identifica ainda a propriedade da força imperativa e da coerção sobre os indivíduos, os quais se veem constantemente compelidos a agir e reformular suas ações conforme as ideias pré-estabelecidas. Estas coerções podem se dar tanto na forma legal quanto na forma legítima, cabendo a distinção entre elas. A legalidade dos atos pressupõe a previsão de algo em lei, regimentada por documentos oficiais para tal, enquanto que a legitimidade não necessita estritamente de previsão em lei, mas de certa anuência social. Neste sentido, determinadas ações podem ser enquadradas como antiecológicas por lei ou não, tendo sua coerção explicitada na desaprovação que os demais membros de uma comunidade atribuem ao fato. De certo, o atributo de coerção dos fatos sociais trabalha a moldar o pensamento e o imaginário social e no que tange as questões relativas à natureza e ao ambiente. Interessante notar que estes variam de sociedade para sociedade, no espaço e no tempo, sendo, portanto, campo fértil de investigação para a Geografia.

Durkheim identifica a educação, em seus mais variados aspectos, formais e não-formais, como grande conformadora dos hábitos que se caracterizam em fatos sociais. Neste sentido, destacamos a questão religiosa (melhor explicitada no tópico 4.4.3) enquanto formadora de hábitos e características que vão compor o pensamento social, seja na forma de regras rígidas estabelecidas, seja na adaptação às contextualizações sociais. Um desastre natural, como no exemplo desta pesquisa, cria uma contextualização geográfico-social especial, que remonta as influências de diversos pensamentos relativos ao espaço, ao ambiente e aos valores e simbolismos imbricados à paisagem, o que abre o leque da questão da religião em Geografia para além da identificação de espaços sagrados hierofânicos, como tradicionalmente se

concebe. Portanto, podemos afirmar, em sequência, que a religião influencia o pensamento e o pensamento concebe o espaço geográfico. Este só se constrói e se transforma a partir do pensamento.

Assim, Durkheim acaba por identificar no imaginário social uma espécie de “duplo pensamento dialético”: as pessoas pensam por si individualmente ao mesmo tempo em que pensam coletivamente. O pensamento individual é moldado pelo pensamento coletivo, enquanto que este se molda pelos pensamentos individuais. A citada difusão veloz das informações da atualidade, evidenciada pelo desenvolvimento de redes sociais, cria as possibilidades de grande dinâmica dos pensamentos individuais e coletivos. A difusão destes pensamentos se dá em escalas cada vez maiores, reformando constantemente o imaginário. Redes sociais como o *facebook* e o *youtube* se transformam em grandes arenas de debates e pulverização de ideias, por vezes polarizando a sociedade em grupos antagônicos. Engloba-se, deste modo, a característica da “generalidade” proposta por Durkheim para os fatos sociais.

Deste modo, os fatos sociais em Durkheim se definem pelas características da “externalidade” aos indivíduos, “coerção social” e da “generalidade”, fundindo-se num amálgama que compõe inteligivelmente os objetos a serem investigados nas sociedades multifacetadas, nas suas mais variadas circunstâncias. Todas essas características podem ser observadas no modo como se constitui o imaginário sobre a natureza e sobre as questões ambientais, sendo, portanto, de grande valia para o desenvolvimento desta pesquisa.

Referente e em conjunto aos fatos sociais, Moscovici (1978) desenvolve a noção de representações sociais (ou representações coletivas), como ponto de contato entre a Sociologia e a Psicologia Social, ao fundamentar a orientação das ações e comportamentos humanos baseados na ordem social do “senso comum”. Este sentido é importante para demonstrar que as ideias compartilhadas coletivamente através do tripé “informação”, “campo cognitivo” e “atitudes” se compõem nos modos como determinados grupos direcionam seus pensamentos, suas ações e, por conseguinte, seu ambiente. Assim, para o autor, os objetos (informações) que se colocam frente às pessoas são transmutados em imagens destes objetos a partir da capacidade de se orientar pelo senso comum (campo cognitivo) e de se posicionar e agir sobre eles (atitudes). Aplicando-se a teoria para o caso particular aqui tratado, temos que a tragédia (informação) gerou preocupações

de ordem ambiental ligadas a movimentos mais amplos (campo cognitivo), suscitando movimentos específicos locais (atitudes). O que se buscará ao responder a tese é identificar e analisar as mais variadas formas de informação, de campo cognitivo e de atitudes surgidas, resgatadas e desenvolvidas neste processo de reformulação do pensamento em relação a natureza no pós-tragédia de Nova Friburgo.

Desta forma, no tocante aos fatos e representações sociais, pode-se depreender uma ligação entre a Geografia, a Sociologia e a Psicologia Social através da compreensão de que formam uma base estrutural da percepção ambiental. Esta, ao representar as imagens mentais do ambiente percebido e vivenciado, liga-se aos filtros culturais e individuais que determinam “as tomadas de decisões e nos conduzem às tomadas de consciência” (OLIVEIRA, 2012, p. 58). Neste sentido, partindo dos conceitos geográficos supra explicitados, abordaremos a questão da percepção geográfica e ambiental como resultado das representações coletivas que dão sentido ao pensamento social sobre a natureza e o ambiente, orientando seus valores e suas atitudes.

#### **1.4 Percepção geográfica-ambiental**

Por fim, este apanhado teórico-conceitual aborda a noção de percepção geográfica-ambiental também sob o enfoque da fenomenologia, ou seja, aproximando mais ainda de uma Geografia Humanística. Esse enfoque se justifica pelo fato de que as percepções, ainda que ligadas objetivamente aos órgãos sensoriais humanos, são transmutadas em sensações e atitudes de forma subjetiva, só sendo passível de apreensão, portanto, quando do entendimento das essências que guiam as intencionalidades.

Os estudos sobre percepção geográfica e ambiental enfatizam o processo de aquisição de informações sobre as noções de corporeidade no espaço, ou seja, da consciência de ocupar e perceber o espaço no entorno. O corpo, dotado de órgãos sensoriais, percebe o espaço e assim o vive. Perceber o espaço como cerne da Geografia se liga à própria condição humana no planeta. Isso porque a Geografia enquanto saber se relaciona ao suprimento das necessidades básicas do ser humano: os problemas da fome, do frio e da sede só podem ser solucionados com saberes

geográficos. Desde os tempos remotos, a localização de abrigos e recursos é necessidade vital, que se remodela e avança conforme processo de evolução da humanidade. A engenhosidade e inventividade humanas desabrocham a partir das dificuldades que o ambiente impõe, tornando sua percepção um fator crucial.

Oliveira e Machado (2014) identificam a fundamentação dos trabalhos em percepção nas teorias de Piaget, Skinner e na Gestalt, sendo a maioria derivados da teoria mais abrangente de Piaget. As autoras classificam os sistemas perceptivos em “sensoriais” (visual, auditivo, olfativo e tátil) e “não-sensoriais” (memória, imagem mental, cultura, personalidade, experiência, transmissão da informação, orientação geográfica e leitura). Estas são ideias pertinentes à pesquisa em tela, que buscará captar, mais precisamente, os sistemas perceptivos não-sensoriais nas entrevistas empreendidas com as pessoas atingidas pela tragédia.

Assim, Oliveira e Del Rio (1996, apud PACHECO, 2009) a conceituam como “o processo mental mediante o qual (...) estruturamos e organizamos nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado”. É, portanto, um processo que parte da observação da realidade, passa pela absorção através dos sentidos, gera sensações que, por sua vez, se filtram pela cultura para se tornarem percepções (OLIVEIRA, 2012). Em outras palavras, podemos dizer que este processo, para além da apreensão direta pelos sentidos (que são relativamente universais na humanidade), depende do sistema interpretativo para se configurar em percepção ambiental, sendo o sistema interpretativo, por sua vez, configurado pelos sistemas culturais.

A autora ainda chama a atenção para o caráter multidisciplinar da percepção geográfica-ambiental, na medida em que se trata de questão complexa e, portanto, pode ser abordada por enfoques profissionais diversos (arquitetos, geógrafos, urbanistas, economistas, sociólogos, psicólogos, ecólogos, juristas, biólogos, educadores e planejadores), conferindo-lhe respostas variadas: cultural, econômica, artística, geográfica, histórica, ecológica, afetiva.

Essa dimensão afetiva que levou o geógrafo Yi-Fu Tuan a desenvolver os conceitos de topofilia e topofobia, a partir da constatação das relações de sentimento (bons ou ruins) que as pessoas estabelecem com seus espaços. Em sua obra mais famosa sobre o assunto (“Topofilia”, 1980), Tuan aborda a percepção ambiental sob diversos aspectos, oferecendo uma visão extremamente abrangente sobre o tema. As que nos interessam mais especificamente nesta pesquisa são as que se referem à

“cultura, experiência e atitudes ambientais” (capítulo 6), ao “meio ambiente, percepções e visões de mundo” (capítulo 7) e aos “subúrbios e cidades novas” (capítulo 14). Nestes, Tuan enfatiza a superposição entre as dimensões da cultura e do ambiente como “perspectivas complementares sobre o caráter da percepção e atitude ambiental” (TUAN, 1980, p. 68).

A respeito da cultura como influenciadora da percepção, o autor inicia questionando o papel dos modelos culturais (aqui na nossa pesquisa abordados como “fatos sociais”) na constituição do imaginário sobre o ambiente. Cita a condição de alucinação como percepção de objetos inexistentes como se fossem reais, questionando a influência da cultura a ponto de fazer com que as pessoas tenham estas alucinações (individuais ou coletivas). A percepção, neste caso, deriva da experiência de determinado grupo com situações e que são interpretadas como exercício de racionalidade. Deste modo, Tuan relativiza a condição de “verdade” em determinados eventos, substituindo-a pela condição interpretativa, quando há lapso de tempo suficiente para se tomar conceitos sobre o percebido. Nas palavras do autor:

Uma interpretação é preferida e por parecer verdadeira, apegamos-nos fortemente a ela. A verdade não é dada através de nenhuma consideração objetiva da evidência. A verdade é subjetivamente admitida como parte da experiência e da perspectiva global da pessoa. (TUAN, 1980, p. 70)

O fato de percebermos o espaço primeiramente através da visão implica ao conceito de paisagem uma dimensão importante da percepção geográfica-ambiental. Deste modo, interpretar a dinâmica das paisagens se constitui em ponto de partida para o entendimento da percepção do ambiente. O caso do evento extremo estudado fez surgir cicatrizes tão evidentes na paisagem friburguense que se pode associar a verdadeiras feridas abertas que se perpetuam na memória da população, em especial das mais atingidas. Todo o trabalho de reconstrução no pós-tragédia gerou diversas próteses urbanas que fazem remontar ao evento e o sentido de medo com o qual autores como Tuan trabalham ficam bastante evidentes. A cada verão (principalmente, mas em menor escala a cada chuva), as sensações de desassossego e inquietação se mostram claros nos olhares e nas conversas que a população friburguense trava, revelando a insegurança como componente geográfico.

## 1.5 Considerações

O esforço empreendido neste capítulo visou mais do que fazer um apanhado conceitual cansativo ou uma espécie de inventário sobre conceitos pertinentes ao tema. A escolha e a apresentação dos conceitos buscaram, para além disso, dialogar estes com o caso em tela, aplicando-os às situações observadas na experiência da tragédia e de seus desdobramentos.

Ademais, buscou-se também um diálogo entre os conceitos utilizados, a fim de demonstrar uma ligação entre eles e entre seus campos principais de desenvolvimento teórico. Lugar, paisagem, fatos (representações) sociais e percepção geográfica-ambiental formam, portanto, um elo entre a Sociologia, a Psicologia e a Geografia que desnudam de forma mais inteligível a interpretação de um fenômeno da natureza pela via do comportamento humano, seus valores e atitudes. Cholley (apud MONBEIG, 1989), ao tratar sobre a complexidade dos fenômenos das sociedades humanas, revela que “os fatores de ordem moral e psicológica ocupam um lugar pelo menos tão importante quanto os elementos materiais”, ou seja, da consideração de que os modos de pensar são variáveis das mais importantes na constituição da organização espacial da sociedade. Portanto, “exprimem a necessidade de não subestimar os fatores psicológicos” (MONBEIG, 1989, p. 46).

Diversos trabalhos em Geografia Humanística vêm demonstrando a importância destes fatores. O espaço geográfico descortina a multidimensionalidade das sociedades, revelando suas facetas. Se aceitarmos a condição de que a Geografia busca entre seus objetivos apresentar a organização espacial das sociedades (CORRÊA, 1995), não poderemos nos furtar de abordar a dimensão subjetiva do pensamento humano. Muitos geógrafos relatam as dificuldades de se trabalhar nesta dimensão e muitos devem ser os casos dos que se enveredam e desistem da abordagem humanística. Entretanto, concordando com Umberto Eco, uma tese deve dar conta de apresentar “um trabalho *original* de investigação (...) capaz de fazer progredir a disciplina a que se dedica” (ECO, 2007, p. 28 - grifo no original). Assim, a ciência só avança se se debruça sobre as questões que se fazem pertinentes aos campos de saber específicos. Negligenciar os modos de pensar e

viver subjetivamente o espaço implicaria na estagnação de uma das variáveis, comprometendo o equilíbrio da Geografia enquanto ciência interdisciplinar.

Felizmente, as últimas décadas viram surgir diversos trabalhos voltados para desvendar os aspectos subjetivos do pensamento humano na Geografia, difundindo e desenvolvendo esta vertente. Como nos aponta Machado, a diferenciação entre geografia como materialidade da Geografia como campo do saber (diferenciando, inclusive, o uso do 'G' maiúsculo para o campo do saber e do 'g' minúsculo para se referir à disposição de entes ou fenômenos no espaço geográfico), é de suma importância, pois ajuda a compreender este processo de evolução epistemológica de uma ciência, seja pelos estudos mais empíricos, seja pelos mais teóricos (MACHADO, 2007).

A necessidade de revisão epistemológica, por vezes transmutada em autocrítica científica, se constituiu em fator preponderante para a ciência moderna, em especial nas que tocam diretamente os fatores ambientais. Muitos apontam um "ecocalipse", num jogo de sílabas que indicaria que o desenvolvimento técnico-científico nos estaria levando ao esgotamento dos recursos e, por conseguinte, ao fim da aventura humana no planeta. Assim, "a crise ambiental agravou a crise da própria ciência e levou os cientistas a repensarem os fundamentos de sua prática" (PACHECO, 2007, p. 02). A Geografia, por seu caráter interdisciplinar, tem em sua trajetória a marca das preocupações com o ambiente. Compreender os mecanismos da natureza e suas relações com o desenvolvimento das sociedades, apesar de tônica da abordagem geográfica, se insere também num movimento do repensar desta ciência. Nenhuma das duas variáveis principais (a natureza e a sociedade) é estática e seus processos de transformação ensejam os debates epistemológicos interdisciplinares, ainda que muitos geógrafos pareçam presos às leituras do âmbito geográfico (SILVA, 1976).

Daí a preocupação em abordar os conceitos-chave da Geografia de paisagem e lugar atrelados a noções nas áreas da Sociologia e Psicologia. Tanto uma quanto a outra dialogam a questão do pensamento humano como condicionantes da individualidade e da coletividade, da objetividade e da subjetividade, dos atos conscientes e os inconscientes.

Sobre isso, Jung (1969) acreditava corresponder partes das ideias reinantes no pensamento humano advindas de um "inconsciente coletivo", herdado dos antepassados. O estudo do inconsciente, para o autor, seria, portanto, de igual ou

maior valor que os da consciência, mais tradicionais na Psicologia. Pode-se estabelecer uma ligação entre os estudos *junguianos* e os fatos sociais em Durkheim, apesar das distinções quanto às explicações dos fenômenos de constituição do imaginário social. Esta pesquisa não ignora as possibilidades de exploração das ideias de Jung para a explicação do fenômeno em tela, entretanto este seria um caminho de difícil investigação. Ateremos-nos, portanto, aos dados mais palpáveis, obtidos através das análises das ações de atores sintagmáticos e dos questionários aplicados.

Sendo assim, acreditamos que as configurações que se imprimem no espaço geográfico (ou as organizações espaciais) derivam diretamente das racionalizações humanas sobre estes, atribuindo formas e funções que evidenciam os processos mentais. Esta pesquisa busca demonstrar isso, colocando como questão central as experiências de viver o espaço após uma tragédia, que redimensiona o pensar sobre os impactos dos hábitos de vida na natureza. O capítulo seguinte aborda a ideia de natureza de modo geral, na ciência geográfica, bem como as contribuições da História Ambiental (e suas diferenças com relação à História Natural e à História da Natureza).



## 2 A IDEIA DE NATUREZA

Nature is an all-pervasive aspect of our lives. In fact, it's difficult to think of anything else that's as promiscuously evident in all that we think, say and do.<sup>2</sup> (CASTREE, 2005, p. 01)

A assertiva de Noel Castree, logo no início de sua obra intitulada “Nature”, demonstra a importância do significado da ideia de natureza para a humanidade. Neste capítulo, abordaremos sobre a natureza enquanto base de todo o pensamento ocidental, permeando seu desenvolvimento econômico, político e cultural, diluindo a explanação em momentos sobre a História Ambiental, a História Natural e a História da Natureza, e sobre esta ideia na Geografia.

De início, cabe ressaltar que o uso do termo “ideia” ao invés de “conceito” se deve ao fato de que o *conceptus*, enquanto coisa concebida, não se adequa muito bem ao que se entende por natureza, ou seja, colocá-la na condição de conceito seria como limitá-la e, portanto, empobrecê-la. Isso se dá pelo fato de que a natureza não pode ser visualizada como um objeto, mas como um conjunto de diversos objetos inter-relacionados, sentido que dificultaria a adoção de conceitos para abordá-la. A utilização de ideia, por sua característica mais totalizante, parece dar melhor sentido ao que se observa ao longo da história e será assim usada aqui.

A ideia de natureza é tão antiga quanto a humanidade. Mesmo que busquemos localizá-la temporalmente, os mistérios da vida e, principalmente, os dramas da sobrevivência fizeram parte das preocupações com as quais as pessoas precisaram lidar desde sempre. Ainda que em tempos de tecnologia avançada, de desenvolvimento acelerado e de estados de bem-estar social, eventos como a tragédia aqui abordada nos recordam de nossa condição de vulnerabilidade. Neste sentido, pela antiguidade de sua concepção, se faz necessária a abordagem de alguns momentos da história da humanidade nos quais pensar sobre a natureza deixaram marcas mais relevantes no entendimento que hoje temos dela na cultura ocidental. Esta concepção não exclui as possibilidades de outras vertentes de pensamento sobre a natureza que diferem do modo ocidental, mas tão somente

---

<sup>2</sup> “A natureza é um aspecto onipresente de nossas vidas. Na verdade, é difícil pensar em qualquer outra coisa que seja tão promiscuamente evidente em tudo o que pensamos, dizemos e fazemos” (tradução nossa).

demonstrar a vinculação existente na noção desenvolvida da ideia de natureza na comunidade pesquisada.

A necessidade de dar sentido à natureza forma uma espécie de tradição da cultura ocidental (FREITAS, 2005). O cristianismo, que compõe uma de suas bases, assim o demonstra, já no livro de Gênesis da Bíblia, a partir do qual se compreende a criação do mundo para o homem:

E Deus criou o ser humano à sua imagem, à imagem de Deus ele o criou, macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e disse: “sejam fecundos, multipliquem-se, encham a terra e a submetam. Dominem os peixes do mar, as aves do céu e todos os seres que se remexem sobre a terra”. E Deus disse: “vejam! Eu lhes dou as ervas que semeiam sementes, ervas que estão sobre a terra inteira; e todas as árvores com frutos que semeiam sementes será alimento para vocês(...)” (GÊNESIS, 1,27-29)

Este sentido corrobora a ideia aristotélica da separação entre a humanidade e a natureza, ao dotar o homem do poder de intervenção sobre o meio disposto por Deus com este fim, ou seja, um mundo criado para e por causa do homem. Aliás, em boa parte da literatura enciclopedista característica do século XVIII, o vocábulo natureza encontra-se extremamente imbricado com a concepção divina, chegando até mesmo a confundir-se: em muitos casos o uso do termo “Deus” era realizado para se referir justamente ao que se entendia à época como natureza. Deriva deste período, assim, boa parte dos empregos mais comuns para a ideia de natureza, conforme nos indica Freitas (2014, p. 155-156): o de movimento; o conjunto de todos os seres criados; o sentido contido na característica de uma espécie; o da noção de ordem divina; o conjunto das leis naturais; as propriedades instintivas, as virtudes e qualidades dos sujeitos; as criações divinas, que diferem das criações humanas (artificiais); o selvagem, incontrolável.

É nesta fase da história do Ocidente (séculos XVII, XVIII e XIX) que se encontra o espírito do que se compreende como o apogeu da História Natural, uma vez que esta tinha no seu âmago a grande ambição de dar conta de conhecer o funcionamento da natureza por completo. Também chamada de ciência natural ou simplesmente de física, dividia-se em história natural geral e história natural particular. Sua vertente geral buscava o entendimento do sistema da natureza como um todo interligado: as interações entre os seres revelavam suas propriedades comuns, seu grau de semelhança e padrões de regularidade, permitindo suas classificações, apresentando “o resultado comum de todas as suas ações no grande conjunto da natureza,

determinando suas leis de coexistência de suas propriedades” (CUVIER, 1798, apud. FREITAS, 2014, p. 159).

Entretanto, o conhecimento de uma história natural geral só seria possível quando (ou se) fossem conhecidas todas as características que compunham cada ser existente no planeta, suas partes, as relações entre estas e as relações deste com os demais seres, bem como as explicações de cada uma das etapas. Esta seria a tarefa da história natural particular. Desnecessário mencionar a impossibilidade prática da realização de tais feitos, todavia e apesar desta condição, o esforço empreendido por alguns dos mais empenhados naturalistas da época serviu de base para as especializações científicas que se seguiram ao longo do século XIX, incluída aí a Geografia. Tanto que alguns naturalistas da época vieram a ser considerados “pais fundadores” de disciplinas hoje reconhecidas por sua autonomia científica, a exemplo de Alexander von Humboldt (ao lado de Karl Ritter) para a Geografia e de Charles Robert Darwin para a Biologia. Entretanto, não se pode aprisionar nenhum destes a algum dos campos de saber que atualmente tratamos por esta ou aquela denominação: naturalistas eram, por definição, estudiosos da natureza e, portanto, buscavam um conhecimento interdisciplinar em sua essência. Esse fato pode ser corroborado por pesquisas em história do pensamento geográfico que nos aproximam de Darwin, considerando-o um “geógrafo antes da Geografia”. A pesquisa de Geraldino (2016), por exemplo, aponta as influências que o raciocínio e os conhecimentos geográficos tiveram nos estudos e considerações de Darwin em suas expedições e escritos. O autor demonstra em diversos trechos de sua tese como Darwin considerou que as questões relativas à continuidade ou isolamento geográfico de áreas interfeririam no processo evolutivo de espécies. Ou seja, por mais que tendamos a enquadrar um naturalista do passado em algum compartimento científico do presente, suas obras acabam por revelar uma tendência muito mais plural e interdisciplinar do proceder científico da época.

Curiosamente, nos aponta Kury (2001) que havia uma certa distinção de *status* entre o naturalista viajante e o naturalista sedentário: os naturalistas mais prestigiados tendiam ao estudo de gabinete, enquanto que os mais jovens eram os que se dispunham a cruzar oceanos e desbravar terras interioranas. O texto da autora informa sobre o convite feito por Bonaparte a Cuvier para uma expedição ao Egito e que foi recusado pelo mesmo, a pretexto de que, fixado na capital francesa, este teria “à sua disposição as mais completas coleções de história natural do mundo” (KURY,

2001, p. 864). No mesmo texto, Kury aponta Alexander von Humboldt como um naturalista que, apesar do prestígio, não abria mão da experiência da viagem. Assim, coloca ela que “...a abordagem humboldtiana da natureza não é (...) unicamente intuitiva: o viajante mede de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado” (KURY, 2001, p. 865).

Essa condição demonstra uma divisão do trabalho que, no caso da Geografia, distinguiu basicamente os dois grandes pais fundadores de forma complementar um ao outro: de um lado Humboldt, viajante, descritor e coletor das configurações que encontrava por suas viagens; do outro lado, Ritter, naturalista de gabinete, sistematizador e compilador das informações levantadas pelos viajantes.

Deste modo, remonta à própria compartimentação das ciências, no final do século XIX, o declínio da história natural. Este declínio se deve ao fato de que, ao dividir os ramos do saber em disciplinas especializadas, a ciência ocidental fez escantear o padrão holístico que caracterizava o espírito dos naturalistas. Todavia, a história natural ainda se faz notar (e com bastante sucesso) na atualidade através dos grandes canais midiáticos, como o National Geographic, o Discovery Channel, o Love Nature, Smithsonian Channel, o NatGeo Wild, o Animal Planet etc. Todo o *glamour* que o “espetáculo da natureza” vende está ligado ao *status* que sempre teve a História Natural, na forma de grandes museus, zoológicos e jardins botânicos (FREITAS, 2014). O próprio Museu do Amanhã, inaugurado em 2015 na zona portuária do Rio de Janeiro se insere nesse formato de uma história natural modernizada, na medida em que mescla questões ambientais com tecnologia.

Thomas Kesselring (2000), ao tratar da natureza na história do pensamento ocidental, inicia remetendo etimologicamente ao participio passado do verbo nascer (nato). Apresenta, ainda, a raiz indo-germânica do termo como “*gen*”, formadora de palavras como “gênese”, “genitor” e “gene”, todas ligadas à noção de origem. Em outros troncos linguísticos, aparenta ter relação com radicais como “*gno*”, dos vocábulos “ignorância”, “cognitivo” e “gnose”, ligados à questão do conhecimento, do saber. Nesse sentido, remete-se a uma relação entre natureza e conhecimento. Kesselring aponta também que os tempos atuais apresentam uma certa relação causal entre o desenvolvimento das ciências e das tecnologias com os problemas ambientais, deteriorando curiosamente, assim, a ligação entre os termos no ramo da linguística. O tópico 4.4.4, do quarto capítulo desta tese, buscará também tentar responder a esta questão: qual(is) associação(ões) a população atingida pelo

desastre faz entre o ocorrido e algum fenômeno externo, no sentido de se há alguma culpabilização ou apontamento de fatores que se acredita levar à ocorrência de um desastre.

Em seu Dicionário Básico de Filosofia, Hilton Japiassú e Danilo Marcondes apresentam suas definições para a natureza atribuindo-lhe asserção ampla:

O mundo físico, como conjunto dos reinos mineral, vegetal e animal, considerado como um todo submetido a leis, as “leis naturais” (em oposição a leis morais e a leis políticas). As forças que produzem os fenômenos naturais. Em sentido teológico, o mundo criado por Deus. Opõe-se à cultura, no sentido daquilo que é criado pelo homem, que é produto da obra humana. Opõe-se também ao sobrenatural, aquilo que transcende o mundo físico, que lhe é externo. (JAPIASSU & MARCONDES, 2001, p. 192)

A natureza pode exprimir também as essências ou conjunto de propriedades de determinado ser ou objeto, os inatismos individuais (ou “dons naturais”) e os fundamentos dos princípios morais. Esta última serve de base a boa parte dos chamados movimentos ambientalistas, na consideração de que “o ser humano faz parte do mundo natural, sendo que os preceitos morais em que deve basear a conduta humana consistem em reproduzir a harmonia do próprio cosmo, atingindo assim o homem o equilíbrio que haveria na natureza” (JAPIASSU & MARCONDES, 2001, p. 193). Esta concepção de natureza é bastante recorrente no mundo atual e está presente nas narrativas dos grupos e movimentos ambientalistas abordados nesta pesquisa, como se verá no capítulo 3.

Mais detalhado e abrangente, o Dicionário de Filosofia, de Nicola Abbagnano, destrincha o termo natureza a partir de quatro proposições fundamentais, a saber: “1º. princípio do movimento ou substância; 2º. ordem necessária ou nexos causal; 3º. exterioridade, contraposta à interioridade da consciência; 4º. campo de encontro ou de unificação de certas técnicas de investigação.” (ABBAGNANO, 2007, p. 814). Além do vocábulo natureza diretamente, o autor também trabalhou os termos correlatos de “natural”, “naturalismo”, “estado de natureza”, “filosofia da natureza” e “naturismo”, sendo estes considerados no corpo das quatro unidades expostas anteriormente.

A primeira proposição trata da concepção aristotélica de separação humanidade-natureza, a partir da exclusão da acidentalidade. Sendo a natureza o princípio de vida e de movimento das coisas, ela comporta inerentemente as causas, que não ocorrem por acidente. Assim, opõe-se a obra natural da obra humana. Liga-se a essa concepção a tese do finalismo da natureza, para o qual tudo acontece com vistas a uma finalidade. Difere-se, assim, a natureza *naturante* (enquanto causalidade

dos movimentos, própria do poder criador divino) da natureza *naturada* (enquanto totalidade das coisas, na medida em que a causalidade é inerente às coisas que produz). Deste modo, a ideia de natureza remete ao “universo ou conjunto das coisas naturais”, ideia até hoje bastante difundida na concepção popular da palavra.

A segunda proposição se contrapõe à ideia de finalidade exposta na primeira. Esse fato se dá pela adoção da concepção de uma ordem natural que rege os movimentos do cosmos, dispensando a finalidade prevista *a priori*. Os resultados estariam em constante mutação graças à ordem de movimentos do universo. Essa foi uma concepção comum quando da constituição da ciência moderna, adotada por nomes como da Vinci, Kepler, Copérnico e Galilei, em contraponto ao período da escolástica dominante na Idade Média. Ainda sobre esta segunda asserção, tem-se a busca pelo estabelecimento de leis, na esteira da explicação desta ordem do universo, para compreender o conjunto dos fenômenos e seus padrões de regularidade no espaço e no tempo.

A terceira asserção aborda a natureza como exterioridade do ser, se contrapondo à condição original da consciência. Neste sentido, a natureza se configuraria como o espírito diminuído ou imperfeito, desviado de sua condição original. Essa concepção foi difundida pelo romantismo e expressa de forma mais rigorosa por Hegel, que a considerava pior que o mal. A natureza é entendida, por um lado, como distinção do espírito pelos aspectos que as contrapõem (exterioridade, acidentalidade e mecanismo) e, por outro lado, como manifestação do espírito, tendo “em comum com ele seus caracteres substanciais” (ABBAGNANO, 2007, p. 816), prevalecendo a primeira alternativa. Sendo assim, “a natureza é a degradação, em mecanismo e necessidade, de um princípio espiritual que é espontaneidade e liberdade” (ABBAGNANO, 2007, p. 816).

Por fim, a quarta concepção de natureza a define pela prática científica contemporânea, ou seja, pela definição de campo enquanto “técnicas perceptivas e de observação de que o homem dispõe. (...) Trata-se, como é óbvio, de uma concepção não dogmática, mas funcional, pois ainda não foram feitas indagações metodológicas suficientes para esclarecê-la; contudo, afigura-se como uma exigência da atual fase da metodologia científica” (ABBAGNANO, 2007, p. 816). Refere-se, deste modo, à natureza de determinado campo científico, dos seus modos de proceder ao real pelas vias metodológicas próprias de seu campo. No caso da Geografia, por essa concepção, acreditamos encontrar uma de suas naturezas pela

revelação da conformação espacial baseada nos modos de pensar das sociedades, sentido com o qual trabalhamos nesta pesquisa. Esta concepção, todavia, não exclui os demais modos de proceder da ciência geográfica, por se tratar de campo intrinsecamente interdisciplinar.

Hooper (1996) destaca as concepções que enxergam na humanidade uma presença perturbadora sobre a dinâmica natural. O autor chama a atenção, inclusive, para o uso da linguagem como condicionadora do pensamento humano sobre a natureza. Vocábulos como “poluição” e “impacto” são normalmente associados à ação humana sobre o meio e nunca (ou quase nunca) a outros tipos de perturbação de origem não-antrópica. Nas palavras dele:

An environment in which there is no discernable evidence of human activity (which does not necessarily mean it is not there) is described as "virgin" and "pristine". In the instant that a foot makes an impression in the soil, something has been "disturbed". A natural environment without humans is "clean" and "undisturbed". It has also, in relatively recent times, come to be understood as good and moral. "Pollution", on the other hand, is bad and immoral. It not only means to make something foul or unclean, but it removes purity. Since nature without the touch of human hands is pure and clean and moral, pollution can only be produced by people. A volcano can belch thousands of tons of acidic gases into the air, but few environmentalists would call this "air pollution".<sup>3</sup> (HOOPER, 1996, p. 02)

William Cronon corrobora esta ideia ao colocar a *wilderness* como verdadeira paixão dos movimentos ambientalistas. Entretanto, argumenta ele que esta é uma ideia extremamente cultural, já que mudou bastante ao longo do tempo: até o século XVIII, na língua inglesa, por exemplo, o termo *wilderness* estava associado a “deserto”, “desolado” e “estéril”. “(...) In short, a ‘waste’, the word’s nearest synonym. Its connotations were anything but positive, and the emotion one was most likely to feel in its presence was ‘bewilderment’ - or terror”<sup>4</sup> (CRONON, 1996, p. 70). Os tempos atuais, por sua vez, veem a natureza como refúgio e salvação, bela e moral, frente à

---

<sup>3</sup> “Um ambiente no qual não há evidências discerníveis de atividade humana (o que não significa necessariamente que não exista) é descrito como ‘virgem’ e ‘intocado’. No instante em que um pé deixa uma marca no solo, algo foi ‘perturbado’. Um ambiente natural sem humanos é ‘limpo’ e ‘imperturbado’. Também, em tempos relativamente recentes, passou a ser entendido como bom e moral. ‘Poluição’, por outro lado, é ruim e imoral. Não significa apenas tornar algo sujo ou impuro, mas retirar a pureza. Visto que a natureza sem o toque das mãos humanas é pura, limpa e moral, a poluição só pode ser produzida por pessoas. Um vulcão pode expelir milhares de toneladas de gases ácidos para o ar, mas poucos ambientalistas chamariam isso de ‘poluição do ar’” (tradução nossa).

<sup>4</sup> “Em suma, um ‘desperdício’, o sinônimo mais próximo da palavra. Suas conotações eram tudo menos positivas, e a emoção que mais provavelmente se sentia em sua presença era ‘perplexidade’ - ou terror” (tradução nossa).

impureza do que é construído pela humanidade, “como se a ‘inserção’ das ações humanas estabelecesse uma clivagem entre uma natureza divinizada e uma natureza profanada” (LIMA, 2015, p. 111).

Apesar disso, um dado interessante a ser destacado nessa forma de pensar a natureza se refere ao fato de que as pessoas pouco se colocam como instrumento direto de impacto sobre o ambiente, na medida em que ao colocar a humanidade como causadora dos problemas ecológicos, acabam por se esquivar da questão atribuindo-a a entes um tanto abstratos, tais quais “a ganância”, “o egoísmo” ou “o governo”. Deste modo, ao menos a culpa torna-se algo distante, mais ligada aos outros. Esta é uma ideia muito comum e que ajuda a elucidar o objeto aqui em questão.

Destas ideias decorrem as duas principais correntes identificadas por Almeida (2004, p. 41): “uma sobre a crise ambiental e outra sobre a valoração do natural - esta se dando pela (re)significação das coisas naturais e pela reafirmação destas como parte e produto da sociedade.” Para a autora, o que está em jogo, em se tratando da segunda corrente descrita, é uma reinvenção da natureza, pela consideração de que as coisas naturais possuem signos e mensagens a serem interpretados.

Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar esta ideia, em especial no pensamento ocidental e na ciência geográfica especificamente, como forma de contextualizar e instrumentalizar a parte empírica da tese, momento no qual o título escolhido para este trabalho se demonstrará através da transformação do pensamento relacionado à ideia de natureza revelado no pós-tragédia, ou seja, na condição estritamente caótica e fora da normalidade que se desperta nos imaginários e narrativas dos grupos atingidos. Primeiramente, abordaremos as questões relativas à História Ambiental, enquanto modelo teórico de análise das abordagens sobre esta relação homem-meio com contribuições relevantes à Geografia e à explicação do caso em tela e de suas relações com a História da Natureza em si. Em seguida, aprofundaremos a ideia de natureza dentro da ciência geográfica.

## **2.1 A ideia de natureza em Geografia**

A história do pensamento geográfico revela intensos debates em torno de algumas questões cruciais, dentre as quais podemos destacar a definição de seu



objeto e uma metodologia da Geografia. Esse processo é tradicionalmente trabalhado desde a sua institucionalização enquanto ciência acadêmica, a partir da segunda metade do século XIX. No entanto, sempre existiu evidentemente uma “Geografia antes da Geografia”, no sentido de que os conhecimentos práticos sobre conteúdos geográficos fazem parte do rol de saberes que se desenvolveram desde os tempos e povos primitivos. Esse fato decorre do já citado fator de condição de sobrevivência dos seres. No caso dos seres humanos, as condições primárias de sobrevivência estão ligadas à fome, à sede e ao frio: as soluções para se encontrar alimentos, água e abrigo passam necessariamente pelo desenvolvimento de conhecimentos geográficos, tornando a Geografia, portanto, um saber vital.

Tomando o processo de institucionalização por base, as chamadas correntes (ou paradigmas) da Geografia, na busca por definição de seu objeto, ensejaram diversos debates ao longo do tempo. Assim, o “determinismo”, o “possibilismo”, o “método regional”, a “geografia quantitativa”, a “geografia crítica”, o “paradigma ambiental”, revelam contextos histórico-sociais diversos, nos quais a ciência geográfica se debruçou sobre as questões que demandam explicações espaciais. Por não fazer parte do escopo desta pesquisa, não adentraremos em explanações sobre cada uma das correntes em separado, mas tão somente as usaremos como base para se compreender que, independente do momento ou dos conceitos mais trabalhados nos seus âmagos, a ideia de natureza estará, de uma forma ou de outra, permeando o pensamento geográfico. Seja nas relações homem-meio (mais evidentes no determinismo e no possibilismo), na diferenciação de áreas (ligada ao método regional), na espacialização matemática (da geografia quantitativa), nas relações dialéticas das formas espaciais (geografia crítica) ou das tentativas de supressão da dicotomia física e humana (paradigma ambiental), em nenhum momento a ciência geográfica pôde prescindir da ideia de natureza, ainda que com profundidades e abordagens diversas.

Deste modo, desde saber inerente à condição humana até a sistematização científica, a constante no pensamento geográfico se dá pelas relações entre a humanidade e o ambiente. Nestas relações, a ideia de natureza se coloca como central, já que essencial nos dois lados da questão. A concepção de natureza é, portanto, questão basilar da ciência geográfica, em todos os seus aspectos, na medida em que

independente da abordagem dada ao estudo, seja a natureza interpretada como natural, artificial, ou até mesmo social, ela está sempre presente na base deste espaço e desta sociedade presente neste espaço. Assim, a natureza se encontra subjacente à maioria das pesquisas em Geografia. (SPRINGER, 2010, p. 159)

Neste sentido, Springer (2010) aponta 4 tipologias, que servem de base para o entendimento desta ideia de natureza: a *Phisis* na Grécia Antiga (a); a natureza divinizada (b); a natureza mecânica e racional (c); e novas teorias (ou, que natureza é essa?) (d).

O momento referente à “*Phisis*” (a) está ligada a uma visão de natureza integradora de todas as coisas (incluindo aí o homem) e que estava envolvida em diversos mitos. Assim, a natureza possuía uma concepção animista, na qual os entes e eventos naturais eram tidos como espécies de divindades ou de suas ações, algo próximo do que David Livingstone (1990) descreveu como a tradição geográfica de uma “Geografia Mágica”. No que concerne a “natureza divinizada” (b), característica do período medieval, diferente da concepção mitológica/animista da *phisis*, se refere aos dogmas religiosos estabelecidos pela Igreja Católica através da Escolástica, na qual os conhecimentos produzidos pela ciência necessitariam estar em consonância com esses dogmas. Este período geralmente é associado a uma estagnação e mesmo um declínio geral da ciência. A fase seguinte, identificada como “mecânica e racional” (c), diretamente ligada ao Renascimento, dá início a um processo de remodelação do pensamento. As grandes navegações e as descobertas de novas terras inauguram novas “naturezas” a serem descortinadas. Todo um sistema desconhecido de climas, vegetações, faunas e sociedades tribais se colocava como novos desafios e enigmas a serem desvendados. A profissão de naturalista ganha grande destaque e a concepção dominante é a que busca racionalizar os eventos e fenômenos da natureza, ainda que guardando algumas características do período medieval. Vesentini (1989) identifica nessa fase a ciência se tornando a base do capitalismo, atendendo ao modo de produção europeu, ou seja, imprimindo nova racionalidade à natureza. As “matematizações” do universo dão a tônica desta nova racionalidade ao se comparar seus movimentos aos de uma máquina (daí a ideia de uma natureza “mecânica e racional”). Por último, a autora identifica as “novas teorias” (d), que estão ligadas às revoluções na Física (em especial pós-Teoria da Relatividade de Einstein), que trouxeram novas compreensões sobre o funcionamento do universo e, portanto, da natureza. As relações entre matéria e energia, o equilíbrio perfeito e

preciso do universo (*fine tuning*), demonstram que, quanto mais desvendamos, mais há a ser desvendado, ou como coloca a autora "...surge o indeterminismo, a desordem e a incerteza." (SPRINGER, 2010, p. 164). A noção de "entropia", como uma espécie de "caos ordenado" se revela adequada, uma vez que busca demonstrar os sucessivos equilíbrios gerados por desequilíbrios, num movimento independente, constante e eterno da natureza em se recompor. Apesar de o termo ter sua origem nas leis da termodinâmica, mais ligado à Física, este vem sendo trabalhado também em outros ramos do saber, como a Biologia e a Ecologia, na medida em que os seres vivos se desenvolvem em função de processos energéticos de realização de trabalho. Originalmente, a entropia é entendida como o desequilíbrio causado por déficit energético em determinado ambiente, comprometendo a sustentação da vida, deixando-a, portanto, vulnerável. Entretanto, podemos entendê-la também a partir da constatação de que os desequilíbrios ambientais (energéticos ou de outra ordem) geram novos equilíbrios, pois o processo de recomposição natural é constante. Portanto, ainda que haja o desequilíbrio por falta de energia, os demais processos naturais tendem a reequilibrá-lo, ainda que forçando a extinção de vidas. Esta noção a respeito da vulnerabilidade do equilíbrio da natureza se torna um dos pilares do fenômeno da "consciência ambiental", em especial aquela desenvolvida no pós Segunda Guerra Mundial.

É neste cenário que surge a noção de finitude dos recursos naturais e, conseqüentemente, as grandes preocupações ambientais, que se intensificaram a partir das décadas de 1960-70 (DIEGUES, 2001). Organizam-se grandes encontros (com destaque para Estocolmo-1972, Toronto-1988, Rio de Janeiro-1992, Kyoto-1997, Montreal-2005, Rio+20-2012), surgem os grandes organismos de defesa do meio ambiente (destacados o Greenpeace e a WWF) e se desenvolvem conceitos como os de "uso sustentável". Paradoxalmente, conforme comunicação do professor Carlos Walter Porto Gonçalves proferida na aula inaugural do PPGEU-UERJ 2017.1, nos últimos 50 anos o assunto mais falado foi a defesa do meio ambiente e neste mesmo espaço de tempo aconteceram as maiores degradações ambientais da história. Isso demonstra que a ideia de natureza (ou o que se internaliza dela) está em momento de crise e que este pensar coletivo vem sendo determinante para os projetos futuros da vida humana no planeta. No caso deste trabalho, buscaremos demonstrar de que forma um evento climático extremo, que trouxe conseqüências sociais catastróficas, dada sua magnitude, vem desenvolvendo localmente preocupações

com relação aos valores, emoções e atitudes das pessoas para com o ambiente (que, por vezes, se confunde com a própria ideia de natureza).

## 2.2 Natureza e História Ambiental

A disciplina de História Ambiental, apesar de relativamente recente, vem ganhando força nas últimas décadas, em especial nos Estados Unidos. Data de 1977 a criação da primeira organização científica com o intuito de desenvolver pesquisas neste segmento, a American Society for Environmental History. Preocupações com o meio ambiente não chegam a ser exatamente recentes, entretanto o impulso essencial para os atuais movimentos ecológicos foi dado principalmente a partir da década de 1970, carreando a ciência histórica. Pádua (2010) elenca fatores de ordem sociológica e epistemológica que ensejaram a consolidação da História Ambiental.

Dentre os fatores sociológicos cita-se a pressão popular num contexto marcado pelo despertar da chamada “consciência ecológica”, ou seja, um fator externo. Neste cenário, o fenômeno da globalização fornece as condições para o engajamento amplificado e a implementação de uma agenda ambiental mundial, ainda que fragmentada também em questões particulares. Na esteira desta pressão, seguem as demais áreas de conhecimento que também buscam ligação com o ambiente, tais quais a economia ecológica, o direito ambiental, a engenharia ambiental e a sociologia ambiental (PÁDUA, 2010), bem como a fundação de algumas das mais famosas organizações ambientais de âmbito mundial, a saber: a World Wild Fund for Nature (1961), o Greenpeace (1971), o People for the Etical Treatment of Animal (1980) e a Conservation International (1987). A ciência, de modo geral, precisa estar sempre ligada aos movimentos da sociedade, em especial as ciências humanas, já que esses movimentos compõem justamente os seus objetos.

No que tange aos fatores epistemológicos, a relação se dá internamente, a partir de uma visão que atribui à natureza uma característica de história, isto é, de processo de construção ao longo do tempo. Essa visão provoca os pesquisadores a darem respostas às questões que vêm causando incômodo: estaria de fato a humanidade caminhando para um apocalipse? Esse suposto apocalipse está diretamente relacionado às nossas atividades cotidianas? Existem níveis seguros de

intervenção sobre a natureza? Como pensar em uma consciência ecológica global em um cenário mundial de divisão por países, sentimentos de nacionalismo e desigualdades sociais? As chaves para estas questões se encontram em vias dialéticas: as pesquisas científicas baseadas nos movimentos da sociedade que, por sua vez, se baseiam no desenvolvimento científico. Percebe-se, assim, uma imbricação entre os fatores internos e externos que levaram a esse despertar da História Ambiental, com seu objetivo primordial de “aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 199-200).

O que fica claro, de qualquer modo, é que a natureza não poderia mais ser negligenciada pelos campos científicos que tradicionalmente não a enxergavam entre seus objetos. Ainda que as questões relativas a ela estejam mais restritas ao meio ambiente, a ideia de natureza se faz presente e permeia a consolidação destes campos. Worster (1991) aponta os temas ligados à política (“os conchavos de presidentes e primeiros-ministros, a tramitação de leis, as lutas entre os tribunais e os corpos legislativos e as negociações dos diplomatas” [p. 198]) como preponderantes na ciência histórica entre os séculos XIX e XX, fomentados pelos sentimentos nacionalistas e as motivações patrióticas de muitos historiadores. Todavia, a distância que esta configuração epistemológica tinha em relação às camadas sociais que vivem o cotidiano, revelava a necessidade de maior aprofundamento das pesquisas históricas. No caso da História Ambiental, ao incluir a variável da natureza, essa distância se reduz ao se buscar uma compreensão mais abrangente dos eventos ao longo do tempo.

Para tanto, esta disciplina se viabiliza a partir dos chamados níveis de abordagem. Apesar do uso do termo “níveis”, este não deve ser entendido a partir de uma noção hierárquica, uma vez que aborda questões diferenciadas e complementares na forma como se angulam as influências que a natureza tem feito observar na sucessão e determinação dos eventos históricos. Ao se operacionalizar deste modo, a História Ambiental consegue atingir as diversas facetas que a ideia de natureza traz às realidades a serem decodificadas.

O primeiro nível trata das conformações físicas de determinada área analisada, suas estruturas espaciais, geomorfológicas, climatológicas, biogeográficas. Esse nível retrata a natureza propriamente dita e seus fenômenos, de como o ambiente vem

sendo configurado ao longo dos tempos a partir das variáveis citadas, se aproximando da Geografia Física. Esses estudos relacionados às condições de natureza são de extrema riqueza e ajudam na compreensão de diversos eventos humanos. Sant'Anna Neto (2001), por exemplo, ao propor uma Geografia do Clima, assume a indissociabilidade entre o conhecimento técnico da climatologia e as questões sociais, uma vez que os fenômenos atmosféricos, apesar de em boa parte independentes da ação e vontade humanas, impactam de modos diferenciados em grupos sociais distintos. Isso demonstra que a questão de classe e, por conseguinte, das condições sociais, são determinantes para a absorção e impressão, mas também da percepção dos acontecimentos naturais.

O segundo nível aborda o domínio socioeconômico enquanto condição ligada às formas com as quais a natureza é apropriada e transformada. As relações sociais, compostas pelas interações entre indivíduos e grupos de indivíduos com os recursos da natureza, trazem para as pesquisas que se debruçam sobre este nível o campo das ações de atores sintagmáticos, públicos e privados, que interferem direta ou indiretamente nas questões ambientais. Neste conjunto de questões se examinam as relações de poder, em especial àquelas que tratam do poder de decisão sobre fatores que afetam o ambiente.

Por fim, o terceiro nível, mais caro a esta pesquisa, se aprofunda nas percepções, valores éticos e simbolismos que as pessoas desenvolvem com relação à natureza. Essas relações englobam tanto as sensações da experiência direta com o ambiente, como o medo, o encantamento, a segurança ou o receio, quanto àquelas mais mitológicas, que enxergam nos mistérios da natureza suas formas de mediação entre os planos terrenos e sobrenaturais e metafísicos. A natureza enigmática, que por vezes parece premiar, recompensar ou punir as pessoas com seus fenômenos e acontecimentos, revela o quanto do imaginário social se compõe de informações obtidas das mais diversas formas, sejam elas midiáticas ou por tradição oral.

A aparente fragmentação em três níveis (ou conjunto de questões) evidentemente não obriga o pesquisador a escolher ou se refugiar em um ou dois destes. Ao contrário, as várias possibilidades abertas na identificação destes três níveis fornece um leque vasto para o desenvolvimento de pesquisas no campo crescente da História Ambiental e devem ser enxergados como

uma investigação única e dinâmica, na qual natureza, organização social e econômica, pensamento e desejo são tratados como um todo. É esse todo muda conforme mudam a natureza e as pessoas, numa dialética que atravessa todo o passado e chega até o presente. (WORSTER, 1991, p. 202)

Entretanto, este desenvolvimento ainda não se faz sentir de modo bastante difundido na Geografia, haja visto a resistência que muitos geógrafos apresentam com relação ao debate sobre a amplitude de nossa ciência: muitos veem a questão ambiental como simples adendo das teorias críticas ao capitalismo, negligenciando, portanto, o papel que a ideia de natureza (assim como a de ambiente) tem na constituição do imaginário social e na organização espacial das sociedades.

A despeito desse dado, algumas aproximações vêm ocorrendo e estas se devem principalmente às características comuns aos dois ramos: se observa tanto na Geografia quanto na História Ambiental o caráter interdisciplinar, que impõe a adoção de conceitos e métodos próprios de ciências diversas para compor o arsenal à disposição. Isto não significa a assunção de “ciência de síntese” ou de “ciência cleptomaníaca”, mas sim de que a interdisciplinaridade promove a estes dois campos estar atento e aproveitar-se das pesquisas das demais áreas do conhecimento.

Freitas (2002, 2005 e 2007) correlaciona os dois ramos e demonstra quais os laços mais estreitos e/ou a estreitar entre a Geografia e a História Ambiental. Cada um dos níveis da História Ambiental revela um traço geográfico, por vezes mais aparente na vertente da Geografia Física, por vezes mais próximo da Geografia Humana, seja a política, a econômica ou a cultural. A autora, a partir da abordagem de José Augusto Drummond (um dos pioneiros da História Ambiental no Brasil), identifica nas características descritas por ele os pontos de contato com a Geografia em cinco tópicos, a saber:

- A primeira característica é a de que quase todas as análises realizadas em História Ambiental, até agora, focalizam uma região geográfica com algum grau de homogeneidade natural (a região geográfica?).
- Uma segunda característica dos estudos da História Ambiental, também peculiar à Geografia, é o seu diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais aplicáveis ao entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas, ou seja, um trabalho interdisciplinar em geologia, geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia vegetal e animal e, principalmente, ecologia (...).
- A terceira característica da História Ambiental é explorar as interações entre o quadro de recursos úteis e os diferentes estilos ou níveis civilizatórios das sociedades humanas.

- Uma quarta característica é a grande variedade de fontes. Os historiadores ambientais usam fontes tradicionais da história social ou econômica. Aqui, os relatos de viajantes, exploradores e cientistas europeus do século XV, assim como autores do passado são fontes fundamentais.

- A quinta e última característica da História Ambiental seria o trabalho de campo. (Ponto fundamental para a prática geográfica em todos os tempos). (FREITAS, 2002, p. 164)

Espíndola corrobora esta relação ao refletir sobre a negligência com que a ciência histórica tratou o espaço ao abordá-lo como simples “superfície onde os eventos ocorrem” (2015, p. 344). A proposta do autor, de se incorporar a abordagem espacial para a História Ambiental implica diretamente em se compreender de que espaço se está tratando e qual o grau de importância que cada componente no par espaço-tempo tem na determinação dos eventos. A redução conceitual, sob a qual se considera o espaço um mero substrato, desequilibra o tratamento e faz perder-se a noção de que todo e qualquer evento, ao ocorrer espacialmente, estará necessariamente subordinado as condições de determinações deste espaço no qual se deu. Ou, como nas palavras de Braudel:

As civilizações (...) sempre podem localizar-se num mapa. Uma parte essencial de sua realidade depende das restrições ou das vantagens de sua localização geográfica. (...) Falar de civilização é falar de espaços, terras, relevos, climas, vegetações, espécies animais, vantagens dadas ou adquiridas. (BRAUDEL, 1988, p. 31)

Desprezar o fator espacial, dado este sobre o qual boa parte das críticas e resistências à incorporação do marxismo na geografia se assenta<sup>5</sup>, seria garantir a incompletude da abordagem histórica. Felizmente, a emergência de uma história voltada para compreender e inserir a natureza em seus estudos vem crescendo e se consolidando.

Assim sendo, a História Ambiental, por todas as suas características e, em especial, por criar uma abertura para o fator natureza nas explicações sobre a dinâmica dos acontecimentos humanos, tem muito a contribuir com o pensamento geográfico, assim como já vem se aproveitando da Geografia em suas pesquisas (WORSTER, 1991).

---

<sup>5</sup> E, inclusive, a partir da qual Soja (1993) encampou na árdua tarefa de fazer o que Marx não havia feito: reafirmar o espaço na teoria social crítica.



Este tópico buscou demonstrar isso, atribuindo a esta disciplina um modo de enriquecer a abordagem geográfica sobre a natureza, seja na sua condição de materialidade espacial, mas especialmente na sua condição de ideia, que permeia o imaginário social, fato este fundamental para se compreender esta pesquisa.

### 2.3 Considerações

O capítulo buscou apresentar a ideia de natureza no (e enquanto base do) pensamento ocidental, na ciência geográfica, bem como no campo da História Ambiental. O entrelaço destas noções situa o tema em seu cerne e demonstra a importância de sua compreensão. A necessidade desta explanação reside no fato de que a constituição do imaginário social desvenda-se, no nosso ver na parte mais importante, na base do que se entende por pensamento ocidental, sendo a ideia de natureza sua nuance mais destacada em pesquisas deste tipo.

Uma questão antiga se refere à polêmica sobre se as investigações da natureza se assentam apenas nos métodos próprios das ciências naturais ou se também se submetem às leis da sociedade. Esta questão está ligada principalmente à publicação da obra (inacabada) de Friedrich Engels, provavelmente escrita entre 1872 e 1882, com sua primeira edição em alemão datando de 1925, intitulada “A dialética da natureza” e que, em tese, contrapunha o pensamento deste em relação ao pensamento de seu companheiro Marx: enquanto que para Engels essa dialética da natureza seria uma verdade, para Marx ela não existiria, estando circunscrito somente aos aspectos sociais (CONCEIÇÃO & ANTUNES, 2008).

O capítulo apresentado evita esta questão, na medida em que a dialética de Engels parece circunstanciar os movimentos da sociedade às condições naturais. Neste sentido, Diniz Filho (2009, p. 84) critica “o postulado de integrar as geografias física e humana com base numa suposta ‘dialética da natureza’” e diagnostica que

...todas as tentativas de aplicar o marxismo às ciências naturais fracassaram (inclusive aquelas perpetradas pelos geógrafos), já que o materialismo histórico dialético é justamente uma das mais bem acabadas propostas de analisar a sociedade através de parâmetros totalmente autônomos em relação àqueles empregados nas ciências naturais. (DINIZ FILHO, 2009, p. 84)

Entretanto, a análise deste diagnóstico exigiria uma leitura mais profunda e balizada. Sua apresentação aqui, nas considerações do capítulo, se dá como forma de não negligenciar a abordagem, sendo sua exploração uma possibilidade futura.

Outra ideia bastante difundida sobre a questão da natureza está ligada à concepção que a diviniza, demonizando, por conseguinte, as ações humanas sobre o planeta. Está presente em alguns grupos ambientalistas, a exemplo do “*EarthFirst!*”<sup>6</sup>, do *Sierra Club*<sup>7</sup> e do *Friends of the Earth International*<sup>8</sup> (além das já citadas no tópico 2.2) e têm parte de seus ideais baseados em autores como Willian Bill McKibben, autor do famoso best-seller “End of Nature” e Edward Abbey, autor de “The monkey-wrench gang” (ROCKWELL, 2010). Ao contrário da concepção anterior, esta é uma questão interessante da pesquisa, já que a constituição do imaginário relacionado ao ambiente se pauta também em bases religiosas, dado explorado com mais profundidade no tópico 4.4.3.

O geógrafo norte-americano Clarence Glacken, a quem se atribui a criação da disciplina “História da Natureza”, a partir de sua obra “Traces on the Rhodian Shore” (1991) aponta três questões das relações natureza e cultura na cultura ocidental, sendo a primeira delas referente à criação da natureza como “plena de intenção”, com um fim determinado para cada ser conforme a vontade do criador, próximo da ideia do chamado “*design* inteligente”, na qual:

...it is assumed that the planet is designed for man alone, as the highest being of creation, or for the hierarchy of life with man at the apex. The conception presupposes the earth or certain known parts of it to be a fit environment not only for life but for high civilization.<sup>9</sup> (GLACKEN, 1991, p. vii)

---

<sup>6</sup> EarthFirst! - Movimento ecologista radical, fundado por David Foreman e surgido nos Estados Unidos da América no final dos anos 1970. É considerado por alguns como um movimento “ecoterrorista”. Fonte: Wikipedia. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Earth\\_First!](https://pt.wikipedia.org/wiki/Earth_First!)>. Acesso em: 04/09/2019.

<sup>7</sup> Sierra Club – Associação ecologista fundada em 1892, por John Muir, em San Francisco (EUA), com mais de 3,5 milhões de membros. Fontes: Wikipedia e Sitio Oficial do Sierra Club. Disponíveis em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sierra\\_Club](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sierra_Club)> e <[www.sierraclub.org](http://www.sierraclub.org)>. Acesso em: 04/09/2019.

<sup>8</sup> Friends of the Earth International – Rede internacional de organizações ambientais, presente em 75 países (incluindo o Brasil). Fontes: Wikipedia e Sitio Oficial do Friends of the Earth International. Disponíveis em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Amigos\\_da\\_Terra](https://pt.wikipedia.org/wiki/Amigos_da_Terra)>; <<https://www.foei.org/>>. Acesso em: 04/09/2019

<sup>9</sup> “Presume-se que o planeta é projetado apenas para o homem, como o ser mais elevado da criação, ou para a hierarquia da vida com o homem no ápice. A concepção pressupõe que a terra ou certas partes conhecidas dela sejam um ambiente adequado não apenas para a vida, mas para a alta civilização” (tradução nossa).

Sendo o planeta uma criação proposital, a concepção exposta na primeira ideia de Glacken aponta para uma causa final (finalismo) sob a qual o planeta e os seres estão submetidos. Neste sentido, a natureza revelaria uma harmonia pré-determinada, seguindo a vontade de seu criador, sendo o desvendar dessa harmonia o grande trabalho exposto à criação principal, a saber, a humanidade.

A segunda questão apontada pelo autor, e que estaria nas origens do determinismo e das primeiras teorias médicas, trata das influências das condições naturais no caráter e na cultura humana. Esta se liga à primeira, na medida em que também é usada como argumento para o design divino, na medida em que “all life is seen as adapting itself to the purposefully created harmonious conditions”<sup>10</sup> (GLACKEN, 1991, p. vii). Num sentido bastante correlato à corrente do determinismo geográfico, pressupõe que a diversidade cultural estaria diretamente ligada aos condicionamentos impostos por cada meio natural. De certo modo, se pode afirmar que as correntes do pensamento geográfico seguem certa ordem cronológica, entretanto não apresentam rupturas definitivas nas “viradas” entre elas. Isso significa que a evolução do pensamento geográfico mantém características do passado, revelando não só “tradições geográficas”, mas o fio que nos leva à uma História da Natureza (tão bem explicitada por Glacken [1991]). No caso da presente pesquisa, o determinismo ainda se observa em algumas considerações sob as quais o povo friburguense concebe seu ambiente. Entre estas podemos citar o “ideário salubre” do ar friburguense, que funciona como um dos chamarizes turísticos da cidade. No passado, este ideário salubre foi materializado no Instituto Hydrotherapico, atraindo diversas pessoas para o município, em especial aquelas vindas da capital fluminense (FOLLY, 2007). Outro exemplo da influência determinista está expressa numa ideia muito comum que circula entre os friburguenses, que diz que a população de regiões serranas teria uma suposta mentalidade provinciana graças à presença de montanhas, que impediria a visualização de horizontes distantes. Apesar de hipótese de difícil verificação científica, esta ideia se entrelaça ao imaginário popular friburguense quando de seu pensamento sobre a natureza e seus condicionamentos.

Finalmente, o terceiro tema de Glacken se refere à humanidade como agente geográfico, ou seja, o homem enquanto continuador da obra divina sobre o planeta, uma vez que este é a criação maior, dotado de inteligência superior. Esta é uma

---

<sup>10</sup> “Toda a vida é vista como se adaptando às condições harmoniosas propositalmente criadas” (tradução nossa).

espécie de *continuum* da primeira ideia, na medida em que a condição humana como parceiro de Deus se daria justamente pelo fato aceito de que a Terra foi criada para que este a cultivasse e, por conseguinte, a melhorasse.

Os três temas que Glacken identificou na concepção ocidental da ideia de natureza ao longo da história se entrelaçam e ajudam a compreender as relações entre natureza e cultura. A presente pesquisa busca demonstrar que estas relações se revelam na constituição de um imaginário sobre a natureza, condicionada pela ocorrência de um desastre “natural”. Apesar de controvérsias sobre se constituímos de fato parte do chamado “Ocidente”<sup>11</sup>, esta não foi uma preocupação corrente da pesquisa, na medida em que não se buscou enquadrar a população em si em uma classificação, mas sim a constituição de seu imaginário, este sim fortemente influenciado muito mais pelas ideias oriundas do chamado “Ocidente” do que pelas do chamado “Oriente”, que acreditamos incontestes. Ainda que, em algumas religiões de matriz oriental se possa verificar um ideário diferenciado (isso estará em evidência no tópico específico sobre a influência do pensamento religioso sobre partes da população - tópico 4.4.3), de modo geral se pode identificar as ideias ocidentais como base do nosso pensamento, em especial na aqui tratada ideia de natureza.

Outro dado que nem sempre é encarado como “algo da natureza” se refere à disseminação de doenças, principalmente as epidêmicas e pandêmicas. O recente caso do “Novo Corona Vírus” (COVID-19), que assombrou a humanidade como um todo no início de 2020, registra mais uma condição de vulnerabilidade humana diante de situações naturais. Relacionado a isso, um experimento simples e interessante pode ser realizado em qualquer tempo e necessita de apenas poucas pessoas: geralmente ao se solicitar a alguém que identifique um ser da natureza que lhe venha de pronto a cabeça, qualquer que seja, a resposta dificilmente será um vírus ou uma bactéria, pois, ao remeter a doenças, estes seres se aproximam mais da culpabilidade

---

<sup>11</sup> Uma pesquisa simples no Google usando os termos “Brasileiros são ocidentais?” já revela que boa parte dos povos ao redor do planeta (incluindo europeus, norte-americanos, chineses, indianos...) não nos identifica desta forma, a partir de alguns artigos publicados. Dentre estes, um interessante de autoria do jornalista Guga Chacra, publicado no jornal Estado de São Paulo, em 20 de junho de 2011, discute as classificações de civilização, como na famosa obra “O choque de civilizações”, de Samuel Huntington, o qual nos classifica como “latino-americanos” e exemplifica também com citação jornalística de Fareed Zakaria (CNN), que publicou à época que “a crise financeira internacional atingiu apenas o Ocidente, e não países como Brasil, Índia e China”. (Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/gustavo-chacra/de-ny-a-brasilia-o-ocidente-nao-considera-o-brasil-ocidental/>>. Acesso em: 13/08/2019.

humana nas suas atividades e menos da natureza, a despeito de qualquer teoria conspiratória.

Assim, o capítulo em tela buscou essa contextualização, a fim de identificar quais dos temas e ideias mais frequentes e enraizadas, seja no pensamento de modo geral, seja especificamente na ciência geográfica e na disciplina da História Ambiental, contribuem de forma mais profícua no entendimento do tema.

O próximo capítulo trata da nuance mais identificada como próxima à ideia de natureza, e que ajuda a compreender a percepção que as pessoas têm de sua relação com o mundo, a partir de suas vivências no espaço do bairro, tornado lugar pelas relações de afetividade desenvolvidas. Esta se refere ao que se convencionou chamar de meio ambiente, através dos movimentos de cunho ambiental/ecológico de Nova Friburgo que, a partir de suas atuações fomentam na sociedade friburguense o olhar para a natureza.

### 3 MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS ANTES E APÓS O EVENTO DE 2011 EM NOVA FRIBURGO

Praticamente 100% da população brasileira considera importante o “cuidado/proteção” do meio ambiente, destacando a concepção de que este cuidado é necessário à nossa sobrevivência (65%) e para um futuro melhor para a humanidade (15%). Entretanto, concepções mais sofisticadas começam a emergir na consciência dos brasileiros: espontaneamente 8% enfatizaram a necessidade de conservação dos ambientes naturais para evitar a extinção de animais e plantas; 4% mencionaram a necessidade de se prevenir catástrofes e houve mesmo quem mencionasse a necessidade de expressarmos nossas responsabilidades em uma visão “socioambiental” (1%). (BRASIL, 2012, p. 17-18)

A análise da remodelação (reformulação, reconstrução) da ideia de natureza da comunidade atingida pelo desastre natural remete, além das vozes das pessoas diretamente atingidas, também aos movimentos de cunho ambiental/ecológico desenvolvidos e/ou adaptados em Nova Friburgo. Estes constituem parte importante do imaginário social, na medida em que formam grupos de pressão e “conscientização”<sup>12</sup>. Estes grupos se fazem presentes em Nova Friburgo e tiveram impulso no pós-desastre, haja visto que eventos catastróficos tendem a ligar sinais de alerta nas pessoas. Entretanto, ainda que não houvesse organizações deste tipo no município, de certo uma abordagem geral sobre o movimento ecológico/ambientalista mundial se faria necessária, uma vez que estes ganharam notoriedade muito grande nos últimos anos, estando com frequência nos noticiários e influenciando os modos de pensar das sociedades de modo geral.

Assim, é válido ressaltar que não é objetivo aqui tratar dos dilemas ambientais em si, mas examinar o modo como estas questões vêm (re)ordenando o imaginário social referente à ideia de natureza na atualidade (aqui especificamente tratada uma comunidade atingida por um desastre natural), através dos movimentos ecológicos/ambientais. Ou seja, é importante notar que existe uma diferenciação de

---

<sup>12</sup> O uso das aspas no termo conscientização se deve à questão de que pairam algumas dúvidas com relação a se este processo é de fato possível ou não. Muitos dizem que a consciência se trata de um processo individual e subjetivo, não sendo, portanto, possível “conscientizar” a alguém, mas quando muito educar. Assim, a possibilidade real estaria em informar as pessoas sobre condições existentes em determinadas realidades (aqui especificamente tratadas aquelas relativas às condições ambientais) e projetar que estas informações se transformem em conscientizações. Entretanto, este é um termo já tão enraizado no vocabulário popular, e especialmente entre ativistas e grupos ambientalistas que por vezes ele será utilizado aqui neste capítulo, sendo o sentido esperado o de demonstrar que, se bem sucedido, o processo de conscientização contribui para a constituição do imaginário social sobre a natureza, tema desta tese.

objetos que se entrelaçam, mas que não se deve confundir: uma coisa é a abordagem sobre questões ambientais/ecológicas e outra é sobre o ambientalismo/ecologismo. Enquanto a questão ambiental se refere aos estudos sobre as condições do meio ambiente e do equilíbrio de seus componentes, o ambientalismo trata dos movimentos sociais que acompanham e se debruçam sobre aquelas questões. Deste modo, tanto um quanto outro são objetos para a Geografia e demais ciências interessadas. Este aviso se faz necessário, haja visto que demarca epistemologicamente o entendimento da tese que se pretendeu responder, dirimindo mal-entendidos quanto aos objetos e objetivos aqui definidos e traçados.

Pádua (2005) identifica que a questão ecológica passou por fases de expansão, desde o surgimento do termo com Ernst Haeckel, na segunda metade do século XIX até os dias atuais. A primeira fase se mantinha circunscrita ao universo das ciências biológicas, já que seu princípio norteador se baseava no estudo da dinâmica comportamental de animais e vegetais, suas inter-relações e seus respectivos nichos ecológicos.

A segunda fase, já no século XX, fez perceber uma penetração das questões ecológicas em campos científicos os mais diversos, expandindo-se como tema mais frequente em trabalhos de psicologia, arquitetura, história, geografia, economia etc. Nas palavras de Alonso et al.,

(...) a definição do problema ambiental passa das ciências naturais para as ciências humanas, com ênfase na relação entre processos sociais e naturais. O humanismo da contracultura é incorporado, sob a forma de demanda por uma "ética ecológica". A própria ideia de meio ambiente é redefinida como relação entre grupos sociais e recursos naturais. (ALONSO et al., 2007, p. 157)

Por fim, a terceira fase (partir das décadas de 1960-70) observa um espraiamento para além da academia, chegando à sociedade de modo geral, inspirando

(...) o estabelecimento de movimentos sociais e organizações não-governamentais, práticas sociais e ações coletivas, partidos políticos, políticas públicas em diferentes níveis e articulações importantes no campo das relações internacionais. Mais ainda, ele penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, nas dinâmicas publicitárias e nos diversos aspectos da arte e da cultura. (PÁDUA, 2005, p. 60)

Atualmente, praticamente todas as pessoas em algum momento serão confrontadas com alguma questão referente ao meio ambiente, seja através das

grandes organizações (que noticiam com frequência crimes ambientais cometidos por grandes corporações), seja pelas situações do cotidiano (por exemplo, a medição dos níveis de poluentes emitidos pelos carros de passeio, por alguns órgãos governamentais de trânsito ou o incentivo para seleção do lixo em recipientes destacados por diferentes cores). Aliás, de fato, estas sempre foram questões reais com as quais a humanidade precisou lidar, entretanto, a fase atual do pensamento ecológico vem se explicitando e se inserindo em contextos os mais diversos, ou pelo menos desde a Revolução Industrial.

Deste modo, a penetração das questões ecológicas nas diversas camadas da sociedade acaba por semear alguns dos grandes dilemas da vida moderna (pós-moderna ou hipermoderna, como trabalham alguns autores contemporâneos): como conciliar nosso padrão de qualidade de vida com as condições de suprimento fornecidas pela natureza? Como reduzir/extinguir a miséria das parcelas de população que ainda vivem neste estado sem implodir o sistema natural? Como reduzir/mitigar os impactos causados pelas nossas atividades? Qual planeta deixaremos para as gerações futuras? Neste sentido, estas e outras questões referentes à relação sociedade-natureza ensejaram a formação de uma grande dualidade epistemológica e conceitual no que tange ao campo do movimento ecológico/ambiental: o conservacionismo e o preservacionismo.

A vertente ambiental conservacionista se identifica com aqueles movimentos que pregam o uso sustentável dos recursos naturais, valorizando comunidades que se localizam próximas de unidades de conservação, por exemplo. Ou seja, um formato de proteção da natureza que admite (ou mesmo estimula) que se tome proveito dos recursos, desde que esse uso se faça de modo a não degradar e exaurir os recursos, mas, na medida do possível, (re)valorizando-os. Nestes casos, objetiva-se uma chamada integração socioambiental, na qual as ações de preservação da natureza sejam realizadas em consonância com as atividades de sustento dos grupos instalados nestas áreas. Evidente que essa conciliação não se realiza sem conflitos. Boy (2010) nos traz em sua pesquisa o exemplo dos distritos friburguenses de Lumiar e São Pedro da Serra, que quando da implantação da Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (que abrange o território dos distritos citados em sua totalidade), as legislações inerentes ao modelo de unidade de conservação implementado acabavam por criar embates a partir da imposição de proibições as mais diversas sobre as técnicas tradicionais ali existentes, “estabelecendo um conflito



de saberes entre os agricultores locais e os órgãos ambientais” (BOY, 2010, p. 07). A gestão destes conflitos se torna, portanto, uma das diretrizes a serem levadas em consideração quando da delimitação e implantação destas unidades de áreas protegidas.

Por seu turno, a corrente preservacionista prega um processo mais radical, de “intocabilidade” da natureza pelas mãos humanas, vistas como nocivas e degradadoras. O preservacionismo inspirou a criação das áreas de proteção e de parques naturais (a exemplo dos parques de Yellowstone, inaugurado em março de 1872, com quase 9000 km<sup>2</sup>, entre os estados norte-americanos de Wyoming, Montana e Idaho e de Yosemite, inaugurado em 1890, com 3081 km<sup>2</sup>, na Califórnia). O que se percebe, neste caso, é que a separação entre homem e natureza não se dá pela condição ideológica na qual se considera que se tratam de entes com lógicas e tempos diferentes, mas sim de uma valoração dicotômica que atribui à humanidade a condição de destruidor da harmonia presente na regência natural. Assim sendo, o movimento preservacionista vem sendo identificado como aquele que busca o salvamento de espécies e de ecossistemas, através da proteção integral de áreas naturais.

Dois personagens se tornam centrais no desenvolvimento das duas vertentes ambientalistas: o já citado fundador do Sierra Club, John Muir, mais identificado com o preservacionismo; e Gifford Pinchot, ícone do conservacionismo. Ambos influenciaram sobremaneira o debate e inserção da temática ecológica nos Estados Unidos e que encontra eco no atual contexto ambientalista mundial. Nas palavras de Antônio Carlos Diegues:

Se a essência da “conservação de recursos” é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. Na história ambiental norte-americana, o conflito entre Gifford Pinchot e John Muir é usualmente analisado como um exemplo arquetipo das diferenças entre a conservação dos recursos e a preservação pura da natureza. (DIEGUES, 2001, p. 30)

Todavia, a adoção de uma ou outra vertente não significa necessariamente um procedimento mutuamente excludente, o qual as colocaria como irreconciliáveis. Aliás, boa parte dos movimentos ambientalistas da atualidade se identifica com as duas correntes em concomitância. Isso se deve ao fato de que estas podem se constituir como condições complementares, na qual ora uma, ora outra se mostra mais

adequada para determinados contextos. Assim, situações nas quais existe risco de perda de biodiversidade, com extinção de espécies ou contaminação de águas, por exemplo, as ideias preservacionistas serão mais adequadas. Por outro lado, áreas que possuem comunidades que inclusive se utilizam dos recursos deste ambiente para sua subsistência requerem concepções mais próximas do conservacionismo.

No caso brasileiro, a questão é regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que divide as áreas em 12 categorias, seguindo as duas vertentes mencionadas: cinco categorias no grupo de “proteção integral” (preservacionista) e outras 7 categorias no grupo de “uso sustentável” (conservacionista). Cada uma destas categorias, em consonância com as ideias contidas nas vertentes ambientais, busca responder aos contextos nos quais estão inseridas as áreas a serem protegidas: as áreas de proteção integral são propostas quando se referem a espaços que possuam maior necessidade de evitar impactos de ação degradadora; e as áreas de uso sustentável, quando se tratam de espaços que têm comunidades que tiram seu sustento desta área.

Na esteira deste pensamento, os movimentos ambientais da atualidade trabalham pela consolidação de um ideal ecológico que guie os rumos da vida moderna, seja pela via preservacionista, seja pela via conservacionista, de modo que a humanidade enxergue no ambiente o substrato através do qual a vida se concebe e que desconsiderá-la seria o destino da derrocada, ou seja, o fim da aventura humana na terra. Este ideal sugere um formato de visão sobre a natureza e tem tido bastante relevância na constituição do imaginário social e nos modos de viver, experimentar e agir sobre o espaço geográfico (por vezes tratado como sinônimo de natureza).

Sobre a inserção e consolidação da questão ambiental na Geografia, Arlete Moysés Rodrigues questiona o caráter pretense que a abordagem ambiental estaria tendo de superar a dicotomia “física x humana”, que acompanha a Geografia desde seu início. Na visão da autora, a maior parte dos trabalhos (a partir de pesquisa amostral em dissertações e teses) tão somente inclui a temática ambiental, não se incumbindo da tarefa “proposta” de interpenetrar teorias, metodologias e categorias analíticas das vertentes geográficas. Assim, “ao invés das abordagens ambientais dissolverem a cortina de fumaça que oculta a importância do espaço, território, tornou-a mais espessa, ocultou ainda mais a complexidade das relações sociedade e natureza e a importância do espaço” (RODRIGUES, 2009, p. 169).

Costa e Diniz Filho (2016) identificam uma vinculação entre uma ética geocrítica e uma ética socioambiental no pensamento geográfico brasileiro. Na visão deles, o modelo predominante na Geografia brasileira se faz presente também nesta incorporação das questões ambientais, isto é, da identificação de que “não eram exatamente os problemas ambientais, mas, sim, o rompimento da unidade homem-natureza realizado pelo capitalismo, a causa principal de tais problemas” (COSTA & DINIZ FILHO, 2016, p. 43). A abordagem dos autores aponta para o fato de que a corrente geocrítica legou raízes epistemológicas bastante profundas que influenciam as pesquisas nos mais diversos temas da ciência geográfica, a exemplo da temática ecológica/ambientalista.

Por seu turno, o geógrafo Francisco Mendonça (2009) demonstra a forte ligação entre o conceito de ambiente e uma concepção naturalista, a despeito da abordagem que se faz das ações humanas sobre o meio. Mendonça chama a atenção para a consideração de que o homem vem sendo considerado um fator ambiental e não um elemento do meio ambiente. Esta concepção, segundo ele, torna a análise ambiental insuficiente, na medida em que contribui para a perda da totalidade homem-meio. Nas palavras do autor:

Ainda que tenha sido ampliado e se tornado mais abrangente, o termo meio ambiente – ou ambiente – (...), parece não conseguir desprender-se de uma gênese e uma história fortemente marcadas por princípios naturalistas, o que leva a crer que tenha sido gerada uma concepção cultural do meio ambiente que exclui a sociedade da condição de componente/sujeito, mas a inclui como agente/fator. (MENDONÇA, 2009, p. 125-126)

Deste modo, o que se conclui é que a criação, o desenvolvimento e a consolidação de movimentos ambientalistas vêm ocorrendo de modo cada vez mais espalhado pela sociedade e influenciando destacadamente o imaginário social. Estes grupos geram ramificações para além de seu objetivo original, que seria de gerar um despertar da humanidade para os riscos dos danos ao meio ambiente, chegando a determinar a elaboração de políticas públicas e alterando condições econômicas.

Pode-se identificar como exemplos de influência sobre a política a preocupação dos constituintes brasileiros na elaboração<sup>13</sup> da carta magna em atribuir competências comuns aos entes federativos de se “proteger o meio ambiente e combater a poluição

---

<sup>13</sup> Dois anos antes da promulgação da Constituição, matéria do Jornal O Globo cobrava por mais rigor na legislação brasileira com relação a agressões ao meio ambiente. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115534/1986\\_NOVEMBRO\\_089.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/115534/1986_NOVEMBRO_089.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13/04/2020.

em qualquer de suas formas; preservar florestas, a fauna e a flora” (art. 23, incisos VI e VII). Também pode ser citada a criação e atuação dos diversos órgãos governamentais ligados a questões ambientais, tais quais o IBAMA (nível nacional) e o INEA (nível estadual - Rio de Janeiro). A política enquanto *locus* da resolução de conflitos se insere diretamente nas questões ambientais. Este dado será abordado no capítulo seguinte, sobre a atuação do poder público no pós-tragédia de nosso recorte específico. Entretanto, diversas questões em diferentes escalas se entrelaçam quando da análise das relações entre política e ambiente e dos conflitos decorrentes, sejam de interesses, sejam de opiniões.<sup>14</sup>

No campo econômico, além da movimentação financeira direta, através das doações, vendas de produtos e patrocínios que estes grupos administram, deve observar também a movimentação indireta, ligada ao uso que se faz das ideias ecológicas com fins de *marketing* por empresas que enxergaram este nicho mercadológico.

O que se percebe, portanto, é que a questão ecológica/ambiental, para além de uma abordagem sobre os aspectos físicos/naturais do espaço, vem sendo trabalhada em uma visão sistêmica, que integra diversas variáveis de ordem humana e não-humana. Nossa abordagem sobre os movimentos ambientais locais de Nova Friburgo buscará observar se estas características se revelam aparentes e em quais níveis se apresentam.

Assim sendo, os tópicos seguintes abordarão estes movimentos no contexto do nosso recorte espacial geral, o município de Nova Friburgo e do recorte espacial específico, o bairro do Córrego D’Antas. Por movimentos ambientais nos referimos não somente às organizações ou institutos, mas a toda a cadeia que envolve questões relativas ao meio ambiente, tais quais (além das organizações), também eventos e documentos. Dito isto, podemos seguir a abordagem destes movimentos.

---

<sup>14</sup> Um dado interessante sobre um conflito de opiniões nas relações entre política e meio ambiente pode ser observado nas cartas abertas de um grupo de cientistas brasileiros (entre físicos, geólogos, geógrafos, engenheiros) a então Presidente Dilma Vana Rousseff (em 2012) e ao então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação José Aldo Rebelo Figueiredo (em 2015), nas quais se questionam a validade das teorias sobre o aquecimento global e, conseqüentemente, da implementação de políticas públicas baseadas nesta teoria.

### **3.1 Os movimentos já existentes antes do desastre: o CECNA, a Fundação Natureza, a Agenda 21 Local/COMPERJ e o COMMAM-NF**

Conforme descrito, este tópico fará uma breve apresentação e descrição de atividades sobre quatro dos movimentos ambientalistas que já se faziam presentes em Nova Friburgo antes da ocorrência do desastre, com vistas a reconhecer em suas ações quais pontos são de maior relevância para a constituição do pensamento na ideia de natureza difundida atualmente. Foram selecionados o Centro de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA), a Fundação Natureza, o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo (COMMAM-NF) e a Agenda 21 Local. A escolha destes como exemplo para elucidar a pesquisa se dá por critérios arbitrários, porém coerentes com o objetivo. O CECNA e a Fundação Natureza por serem os grupos independentes de maior destaque e antiguidade; e a Agenda 21 Local e o COMMAM por serem os mais destacados representantes da questão ambiental desenvolvida por setores ligados ao poder público municipal. A abordagem sobre estes grupos se deu através da leitura de documentos (Agenda 21 Local), páginas da internet (Blog do CECNA e sítios da Fundação Natureza e do COMMAM) e de conversas com os responsáveis pelas quatro organizações por email.

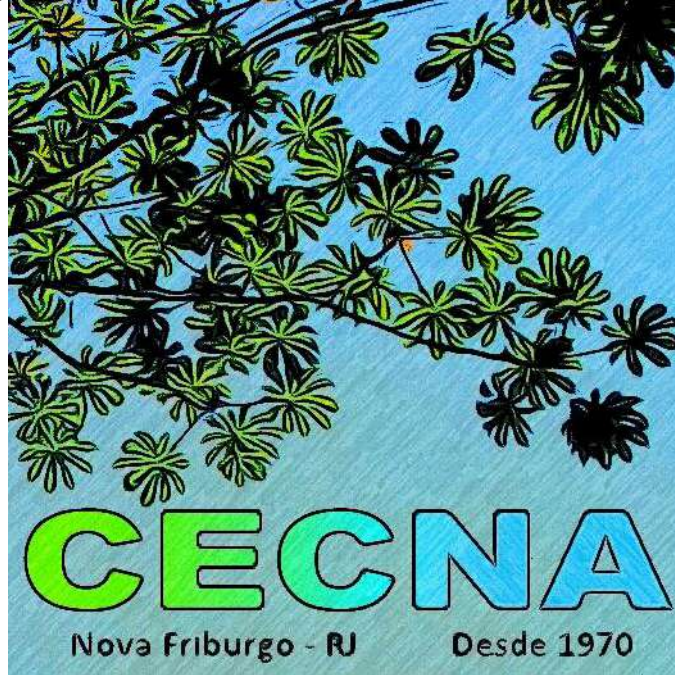
Como forma de organização, abordaremos em separado por subtópicos cada um dos grupos, sendo os dois primeiros (3.1.1 e 3.1.2) os grupos de caráter independente (CECNA e Fundação Natureza) e posteriormente (3.1.3 e 3.1.4) os ligados ao poder público municipal (Agenda 21 Local e COMMAM). Essa divisão, conforme explicitado, se dá simplesmente como modo de organizar o texto, entretanto é válido destacar que algumas ações destes grupos se dão de forma interligada no âmbito do poder público, com reuniões nas quais participam os membros dos variados grupos (incluindo alguns não contemplados aqui).

#### **3.1.1 O Centro de Estudos e Conservação da Natureza (CECNA)**

O CECNA é uma organização ambientalista, fundada e registrada em 1970 em Nova Friburgo, sendo a mais antiga do município e também uma das mais antigas do

Brasil. Seu fundador, Rosalvo de Magalhães (falecido em 2005) foi historiador natural e professor de biologia e foi um dos co-fundadores da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza<sup>15</sup>.

Figura 1 - Logotipo CECNA Padrão



Fonte: Blog do CECNA

---

<sup>15</sup> A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza é uma das primeiras organizações não-governamentais ambientalistas do Brasil, fundada em 1958, no Rio de Janeiro por um grupo de cientistas, agrônomos, jornalistas, artistas e industriais. A partir de ligações de um dos membros com o governo de Jânio Quadros, influenciou a formulação de leis, a criação de órgãos e a elaboração de políticas ambientais no Brasil. Disponível em: <[pt.wikipedia.org/Fundação\\_Brasileira\\_para\\_Conservação\\_da\\_Natureza](http://pt.wikipedia.org/Fundação_Brasileira_para_Conservação_da_Natureza)>. Acesso em 15/04/2020.

Figura 2 - Logotipo CECNA 2007



Fonte: Blog do CECNA

Conforme pode ser observado nas figuras 1 e 2, os logotipos utilizados pela organização buscam remeter à proteção da natureza, seja de forma mais explícita (através de texto “adote uma floresta” e da imagem de uma embaúba), seja de forma mais subliminar (através do uso das cores representativas e dos tons bucólicos das artes gráficas). Conforme descrito no Blog da organização:

O logotipo atual do CECNA apresenta as cores verde, representando as florestas, a vegetação nativa e a vida terrestre como um todo, e o sentimento da esperança; e o azul, representando as vidas da água e do mar, além do sentimento de liberdade. O desenho é a representação gráfica da copa de uma embaúba real, localizada em Nova Friburgo. A embaúba é uma árvore nativa da Mata Atlântica que ajuda na recuperação ambiental de áreas degradadas por se adaptar a quaisquer tipos de solo, ter crescimento rápido e por atrair animais que ajudam a dispersar sementes. Portanto, representa perfeitamente o CECNA como símbolo de pioneirismo e resistência. (Blog do CECNA. Disponível em: <<http://cecna.blogspot.com/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 16/04/2020.

O CECNA tem atuação destacada na região, participando, inclusive, da elaboração do documento referente à outra organização aqui abordada, a saber, a Agenda 21 Local, de suas reuniões, bem como de conselhos consultivos sobre unidades de conservação, comitês de bacias hidrográficas e em fóruns de discussão ambiental. A respeito das unidades de conservação, foi atuante na criação do Parque Estadual do Desengano (Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis) da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (Nova Friburgo e Casimiro

de Abreu) e da Reserva Biológica Federal de Poço das Antas (Silva Jardim e Casimiro de Abreu), bem como de RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural). Além disso, possui um projeto de pesquisa próprio intitulado “Diagnóstico de Campo Turístico Ambiental de Nova Friburgo”, no qual se identificou atrativos naturais e rurais da Bacia do Rio Macaé, com dados coletados em visitas a pé. Possui um acervo de mais de dezoito mil documentos relativos às suas atuações nas questões ambientais de Nova Friburgo e da região. Atualmente este acervo encontra-se disponível para acesso no site da Fundação Dom João VI, um museu especializado na história de Nova Friburgo<sup>16</sup>.

Apesar de todo o orgulho demonstrado pelos responsáveis pelo CECNA a respeito das ações e participações realizadas, estes relatam também certa inquietação com o momento de “hibernação” da organização. Em conversa por *e-mail*, nos foi relatado que o grupo vem sendo mantido “burocraticamente vivo”, mas sem atividades de campo, apenas mantendo um “ativismo virtual” e participações nos fóruns ambientais e comitês de debates das unidades de conservação e bacias hidrográficas, além do conselho de meio ambiente, abordado a frente (subtópico 3.1.4). Segundo um dos responsáveis, para esse ano, o projeto é reestruturar a organização para “voltar a fazer algo na prática”, se referindo a trabalhos em campo e não somente na internet e nas reuniões.

Quando perguntado sobre a tragédia de 2011, um dos responsáveis nos relatou que o CECNA tentou alertar as autoridades desde muito antes do ocorrido, mas que não foram ouvidos. Transcrevo a seguir a resposta:

Nos períodos anteriores a tragédia de 2011 e posterior a 2007, participamos de reuniões e entrevistas de rádios de TVs, em que alertávamos para o início de um ciclo de elevada carga pluviométrica. Esse alerta foi emitido pela ONU em 2005 e o governo brasileiro na época ‘deu de ombros’. Aquele mês entre novembro e dezembro de 2006 para 2007, sinalizou algo incomum. Mil milímetros de chuva nesse período. Chuva ininterrupta. Um fenômeno raríssimo que apontava para algo maior, o que de fato aconteceu em 2011, ainda dentro do ciclo relatado pela ONU. Estivemos em nome do CECNA em uma reunião em março de 2007 na sede do Centro Comercial organizado pelo instituto dos engenheiros de Nova Friburgo. A tônica deles era conseguir recursos federais para obras de geotecnia por aqui. Intervimos no debate, para discordar disso e montar um plano de monitoramento meteorológico e ações preventivas de evacuação. É claro que não houve ressonância, pois a ideia era construir muros de contenção. Mesmo assim prosseguimos nos anos posteriores com o mesmo discurso, além de agregar preocupação com um grande incêndio florestal que é uma perspectiva certa de ocorrer. Os sistemas de alerta, evacuação e estruturação da Defesa Civil só ocorreram depois da tragédia de 2011. Mesmo assim não conheço a eficácia e continuidade do sistema de alerta meteorológico instalado.

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://promemoriadigital.djoaovi.com/acervodigital/fundocecna>>.



Deste modo, o CECNA se mostra um dos movimentos independentes mais importantes e atuantes em Nova Friburgo, estando presentes em diversas ocasiões nas quais se pôde observar questões que tocam a questão ambiental, locais e/ou regionais, a exemplo da Agenda 21 e da ECO-92. Apesar do período de estagnação das ações, continua se mantendo como referência em termos de movimento ecológico/ambientalista em Nova Friburgo, com projeções de retornar as atividades de campo no futuro. A preocupação dos atuais responsáveis com eventos de grande impacto sobre o ambiente friburguense parece motivar a continuidade da organização. Entretanto, o momento de pausa não permite fazer prognósticos muito confiáveis, até porque o relato dos responsáveis revelou que o CECNA sobrevive da vontade e voluntariedade das pessoas que ainda acreditam no trabalho do grupo.

Na sequência, abordaremos outro movimento não-governamental de atuação destacada no município e que desenvolve projetos de educação ambiental que reforçam o modo como a ideia de natureza é vivenciada pela população friburguense, com o sugestivo nome de Fundação Natureza.

### 3.1.2 A Fundação Natureza

Figura 3 - Logotipo Fundação Natureza



Fonte: Site da Fundação Natureza

Outra tradicional organização de cunho ambiental/ecológico influente no município é a Fundação Natureza, fundada em 1989, porém registrada somente em 2001. A organização foi criada a partir da conjunção de ideias de um grupo de pessoas que já atuavam em outras organizações, como a Federação de Bandeirantes do Brasil e o Centro Excursionista Friburguense. Neste sentido, vem desenvolvendo atividades de difusão de ideais ecológicos com vistas a buscar um equilíbrio entre a vida humana e a natureza. Neste sentido, pode ser enquadrada como uma organização conservacionista, já que não despreza ou rejeita as atividades humanas de uso dos recursos naturais, somente alertando para uma utilização mais racional e menos degradante, conforme pode ser observado nas palavras que abrem a página inicial de seu sítio na internet:

A FUNDAÇÃO NATUREZA é uma ONG verdadeiramente independente e aberta à participação comunitária, adotando o princípio de irradiar uma nova mentalidade *onde o pesquisar, sondar, extrair, produzir, transportar, perfurar, industrializar, são ações que podem ser conjugadas sem o verbo destruir.* (Sítio da Fundação Natureza. Disponível em: <<http://fundacaonatureza.org.br/index.html>> - grifo nosso)

Dentre as ações do grupo, destacam-se campanhas desenvolvidas desde a década de 1990, a exemplo da “Diga não ao desperdício”, na qual se orienta a população sobre reaproveitamento de alimentos, energia e demais materiais de uso doméstico. A campanha se estende para “o combate ao consumismo, à utilização dos agroquímicos na produção de alimentos, à transgenia e todas as formas que manipulam a vida humana sem a sua integração com a Mãe Natureza”, conforme postado em seu sítio. Nesse trecho, se percebe uma aproximação maior com a vertente do preservacionismo, na medida em que considera algumas das intervenções humanas sobre a produção de alimentos, por exemplo, como maléficas ao meio ambiente devendo, assim, ser abolidas. Percebe-se, também, uma ideia bastante romantizada do sistema natural no uso da expressão “Mãe Natureza”, com letra maiúscula (denotando personificação) e pela própria ideia que se embute no termo, isto é, a de uma configuração maternal de proteção ao seres que dela se geram e que nela (sobre)vivem. Diversas críticas são realizadas sobre esta concepção romântica da natureza, se considerado, por exemplo, que a história da humanidade reflete a história da luta por sobrevivência justamente contra as intempéries naturais. O domínio que a humanidade exerce sobre o sistema natural se dá como busca incessante de reverter as condições adversas às quais estamos submetidos. Assim

sendo, a metáfora da “mãe protetora” não parece dar conta do sistema natural em relação aos seres que nela surgem: apesar de o provimento dos recursos estar disponível “naturalmente”, a inércia em relação a eles leva inevitavelmente à morte.

Outras campanhas da organização são o “Reciclando com arte”, o “Plante árvore e colha água” e o “Pássaro bom é pássaro solto”. O “Reciclando com arte”, conforme o próprio nome indica, trata do reaproveitamento de materiais domésticos que podem ter sua estrutura reutilizada ou processada para novo uso. Este é um convênio de cooperação técnica entre a Fundação Natureza, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e o SEBRAE-RJ. Ao solicitar à população que separe e guarde estes materiais para posterior entrega à organização, a campanha tem potencial de educação ambiental ao envolver a participação direta das pessoas, para além da transmissão de informações referentes a importância da reciclagem. Nesta campanha, por exemplo, foram colhidas cerca de 15 mil caixas de leite, que foram utilizadas com fins diversos.

Uma das finalidades dadas às caixas de leite coletadas se fez através da campanha “Plante árvore e colha água”, na qual refuncionalizou-se as caixas de leite como recipientes para germinação de sementes frutíferas e de espécies nativas da Mata Atlântica. Em conjunto com a Federação de Bandeirantes do Brasil, a União dos Escoteiros do Brasil, o Instituto Estadual de Florestas, a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, o projeto plantou cerca de duas mil mudas daquelas espécies em áreas das APAs de Macaé de Cima, do Caledônia e dos Três Picos.

Por fim, a campanha “Pássaro bom é pássaro solto”, integrado ao projeto “Amor de bicho não se compra”, que promoveu eventos, principalmente palestras e oficinas, que demonstravam sobre crueldade contra animais e objetivam reunir apoio para fomentar a abolição do tráfico, captura, caça e comercialização de animais silvestres.

A atual direção da fundação nos relatou que a organização contribuiu na formação do COMMAM, na Agenda 21 Local e que tentou, sem sucesso, incluir projetos junto à prefeitura. Sobre a tragédia de 2011, a atual presidente da organização nos informou, em tom de consternação, que a fundação teve sua sede destruída em consequência das chuvas e deslizamentos em seu então endereço (o Parque Luiz Simões Lopes, onde se encontrava também o campus da UERJ em Nova Friburgo), com a perda de acervo e, inclusive, de militantes. Isso, somado ao falecimento do fundador do grupo, um mês antes (dezembro de 2010), levou a

organização a um declínio que, segundo ela, tende ao desaparecimento da fundação. Nas palavras da atual presidente: “(...) podemos afirmar que a tragédia impactou de forma drástica a instituição que, de certa maneira, foi vítima da Natureza da qual tanto trabalhava em sua defesa”.

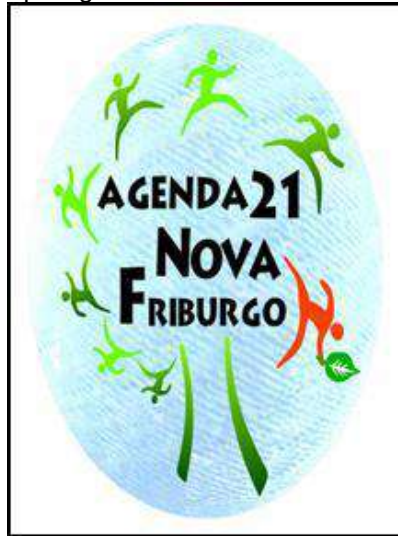
Deste modo, a Fundação Natureza teve papel importante no município, entretanto vem perdendo fôlego nos últimos anos. Apesar de terem tentado se manter ativos, com as campanhas citadas e nos fóruns e comitês de organismos do poder público, a tendência parece ser a do encerramento das atividades.

A abordagem sobre o CECNA e a Fundação Natureza visou apresentar dois movimentos de cunho ecológico independentes desenvolvidos no município, que já se faziam presentes anteriormente ao grande desastre e que desenvolvem (desenvolveram) projetos que buscam a conscientização da população sobre as questões ambientais. Válido mencionar que, quando tratamos estas organizações como independentes na condição de não-governamentais, não se trata de que estas se distanciam ou evitam contato com o poder público em suas diversas esferas. Aliás, pelo contrário, boa parte dos projetos desenvolvidos pelos movimentos está baseada em programas governamentais, tais quais os que serão abordados a seguir, a Agenda 21 e o COMMAM. Trata-se, portanto, de identificá-los como não originários de repartições do poder público, sendo reconhecidos pela famosa alcunha de ONGs (organizações não governamentais).

A seguir, abordaremos outros dois movimentos já existentes no município antes do desastre de 2011, diretamente ligados ao poder público. Apesar da origem pública destas organizações, há participação dos movimentos não governamentais, incluindo-se os já abordados CECNA e Fundação Natureza.

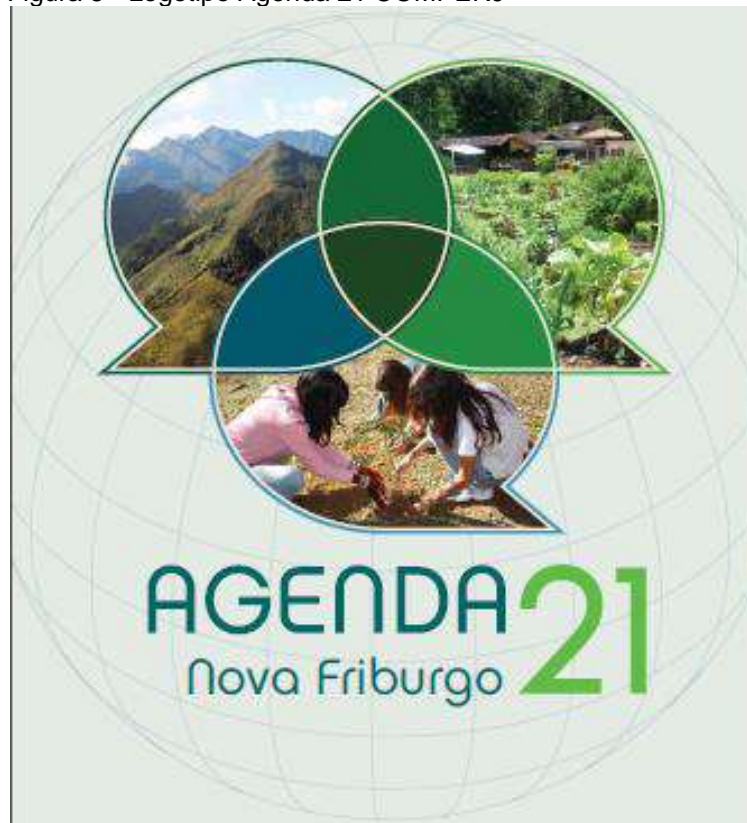
### 3.1.3 A Agenda 21 Local/COMPERJ

Figura 4 - Logotipo Agenda 21 Local



Fonte: Nova Friburgo, 2011

Figura 5 - Logotipo Agenda 21 COMPERJ



Fonte: Nova Friburgo, 2011

A Agenda 21 Local se refere à elaboração da versão local do documento divulgado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD - ECO-92), no Rio de Janeiro em 1992. O documento local gerou um grupo de debates que discute questões relacionadas ao meio ambiente

em Nova Friburgo, a partir de reuniões frequentes com diversos setores da comunidade friburguense.

Este documento foi elaborado com base nas diretrizes expostas na Agenda 21 Global (BRASIL, 2005), sendo esta o produto da ECO-92. O nome do documento remete a uma agenda de ações definidas com destino ao futuro da humanidade a partir do século XXI, englobando as questões referentes ao desenvolvimento sustentável em escala planetária, recomendando diretrizes para suas elaborações locais. Segundo texto publicado no sítio do Ministério do Meio Ambiente a Agenda 21 Global “pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”, demonstrando seu caráter conservacionista.

A Agenda 21 Global possui 40 capítulos, divididos em 4 seções, com 2500 recomendações que buscam dar conta dos mais diversos temas ligados às questões ambientais em conjunto com as questões econômicas, a saber: a seção I trata das “dimensões sociais e econômicas”, com capítulos sobre a pobreza, os padrões de consumo, a dinâmica demográfica, a saúde humana e da integração do meio ambiente na tomada de decisões; a seção II, sobre “conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento”, tem capítulos sobre a proteção da atmosfera, o planejamento e gerenciamento de recursos terrestres, o combate ao desflorestamento, a questão das secas e desertificação, o desenvolvimento rural, a biotecnologia, proteção dos oceanos e demais recursos hídricos e o manejo de substâncias tóxicas e de resíduos; a seção III trata do “fortalecimento do papel dos grupos principais”, abordando o papel da mulher, das comunidades indígenas, das organizações não-governamentais (ONGs), das autoridades locais, dos sindicatos e dos setores econômicos (comércio, indústria, comunidade científica e agricultores); por fim, a seção IV versa sobre os “meios de implementação”, tratando do financiamento, da tecnologia, do ensino e dos arranjos, acordos e mecanismos jurídicos internacionais.

Todo esse aparato revela um esforço de dinamizar e integrar ações na direção do aclamado “desenvolvimento sustentável”, entretanto, os diagnósticos da efetividade não foram animadores. Em matéria publicada no Jornal O Globo, de 23 de abril de 2012 (ou seja, vinte anos depois de sua criação), revela-se certa frustração do diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA),

Achim Steiner, ao comentar que, apesar de o mundo inteiro ter tido contato e desenvolvido suas versões nacionais e locais, “pouca coisa saiu do papel, e são exceções os locais onde a população se apropriou delas”<sup>17</sup>. Ainda segundo o diretor, somente Curitiba entre as cidades brasileiras teria apresentado algo de relevante, especialmente na questão da mobilidade urbana. Piga et al (2016, p. 02) reiteram ao afirmar que “é notável que tal documento sofreu enfraquecimento sistemático, deixando de ser referência”. Na avaliação das autoras, as dificuldades de implementação de grandes documentos de abrangência internacional residem no fato da negligência para com a transversalidade da política em relação à ecologia. Assim, “sem considerar tal dimensão, qualquer documento, por mais detalhado, divulgado e relevante que possa ser, mostra-se como algo inoperante e vazio” (PIGA et al, 2016, p. 03). A dimensão política apontada por elas se revela logo no preâmbulo do documento, no qual se coloca que “o êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos” (CNUMAD, 1992, p. 05).

A versão local da Agenda 21 foi construída em dois momentos diferentes, relacionados a contextos que se modificaram. Na primeira fase (2004-2008) foram realizadas cerca de 250 reuniões, com a coleta de dados para subsidiar o planejamento do documento, com intuito de identificar demandas e potencialidades (ligadas à saúde e degradação ambiental e redução da pobreza) no município. Posteriormente, deu-se entrada no pedido de financiamento junto ao Fundo Nacional de Meio Ambiente (conseguido em 2006) e início das atividades de construção do projeto, tomando-se como base três bacias hidrográficas de Nova Friburgo: Rio Grande, Rio Macaé e Rio Bengalas (na qual se insere o Córrego D’Antas). O segundo momento (2008-2011) esteve ligado à implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), alterando toda a dinâmica dos municípios afetados pelo empreendimento, considerado o maior investimento único da Petrobras (da ordem de 8,4 bilhões de dólares). Assim, o financiamento dos projetos relativos à agora denominada Agenda 21 COMPERJ destes municípios passou a ser realizados pela própria Petrobras. Elaborada a partir das diretrizes e exemplos das versões global, nacional e estadual, a Agenda 21 COMPERJ Nova Friburgo busca congrega os diversos setores interessados em suas atividades: o primeiro setor, representado pelo poder público municipal (prefeitura, câmara de vereadores, secretarias); o

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/rio20/depois-de-vinte-anos-de-agenda-21-nada-festejar-4718720>>. Acesso em: 25/04/2020.

segundo setor, representado pelas empresas e demais associações privadas; e o terceiro setor, representado por ONGs, sindicatos, associações de moradores e cidadãos em geral (DE SOUZA, 2012; NOVA FRIBURGO, 2011). Evidentemente, a questão política se faz presente na versão local aqui tratada. Primeiramente pela própria organização das etapas e elaboração do documento, partindo de setores ligados ao poder público. Além disso, podemos citar o tratamento dado aos pontos abordados que, em consonância com a preocupação da versão global, coloca o poder público como responsável pelas ações, relegando os demais setores a condição de coadjuvantes e complementares.

Em uma descrição da Agenda 21 COMPERJ Nova Friburgo, atenta-se primeiramente para o formato muito bem feito em termos de *layout* e *design* de imagens, revelando preocupação de tornar a leitura mais atraente. Esta avaliação pode ser percebida, inclusive, pelas imagens referentes aos logotipos da versão antiga e da versão COMPERJ (Figuras 4 e 5). O documento possui 178 páginas, distribuídas em 9 capítulos, que buscam dar conta de abordar as diretrizes das versões “superiores”. Podemos dividir em 4 partes temáticas: a primeira, englobando os dois primeiros capítulos (“Desenvolvimento sustentável e a Agenda 21” e “Agenda 21 COMPERJ”) trata dos assuntos preliminares, abordando o que é a Agenda 21, como é sua versão nacional e regional, metodologia e desafios. A segunda parte, contendo os capítulos 3 e 4 (“O município de Nova Friburgo” e “Agenda 21 de Nova Friburgo”) contextualiza o recorte espacial e o processo de construção do documento. É na terceira parte, incluindo os capítulos 5, 6, 7 e 8 (“Ordem ambiental”, “Ordem física”, “Ordem social” e “Ordem econômica”) que se destringem os temas principais e projetos de utilização das diretrizes, com uma seção de “propostas” ao final de cada tópico dos capítulos, separadas em alta, média e baixa prioridade, sugerindo ações e formas de implementação. Por fim, a quarta parte, com o último e nono capítulo (“Meios de implementação”) trata da parte técnica como financiamento e comunicação.

A mudança no formato do documento, da versão “local” para a versão “COMPERJ”, precisou lidar também com a ocorrência do evento de janeiro de 2011. O próprio uso dos termos referentes já ajuda a demonstrar: foram 11 vezes “tragédia”, 15 vezes “catástrofe” e 16 vezes “janeiro de 2011”, praticamente todas remetendo ao ocorrido. Assim, foram incluídas diversas questões referentes ao evento, remodelando



projetos e incluindo a condição da vulnerabilidade revelada pelo rastro de destruição que a combinação de chuvas torrenciais com movimentos de massa deixou.

O subtópico seguinte trata do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Nova Friburgo, organismo do poder público municipal que, por suas atribuições oficiais, congrega os demais movimentos de cunho ambientalista existentes no município.

#### 3.1.4 O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo (COMMAM-NF)

Figura 6 - Logotipo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Nova Friburgo



Fonte: Site do COMMAM-NF

A Lei Orgânica de Nova Friburgo, em seu artigo 224, dispõe que o município deverá criar e manter os conselhos com intuito de assessorar a administração pública. Assim, os diversos serviços que o poder público deve retornar à população contam com os seus conselhos específicos, que auxiliam as esferas administrativas: conselhos de saúde, de educação, de turismo, de arquivos, dos direitos da mulher, da juventude, de proteção e defesa civil, do meio ambiente etc. Deste modo, a criação do conselho relativo ao meio ambiente, apesar de demandado legalmente desde a promulgação da lei orgânica em 1990, somente ocorreu 18 anos depois.

Deste modo, pode-se definir o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo como um órgão do poder público, criado a partir da lei municipal 3694/2008, de caráter normativo, consultivo e deliberativo, tendo como objetivos auxiliar a administração pública nas “questões relativas à preservação, conservação, defesa, recuperação, melhoria do meio ambiente natural, construído e do trabalho, e a

promoção do desenvolvimento sustentável, conforme orientações expressas na Agenda 21 Brasil”, segundo artigo 1º da referida lei<sup>18</sup>.

É composto por representantes de diversos setores da sociedade local, entre secretarias municipais (é presidida, inclusive, pelo Secretario Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), empresários e sociedade civil. Estrutura-se em Plenário e Membros Consultivos Permanentes, com representantes das secretarias municipais (meio ambiente, saúde, agricultura, educação, turismo e obras), um coordenador-geral eleito pelo colegiado, da OAB, de ONGs ambientais, de associações de moradores e de instituições do comércio, indústria (Plenário); e representantes da Câmara Municipal, das Concessionárias dos Serviços Públicos, do INEA, da Defesa Civil, dos Bombeiros e da Polícia Militar (Membros Consultivos Permanentes).

O COMMAM rege suas ações com base na lei 3694/2008, no Código do Meio Ambiente municipal (Lei Complementar 045/2009) e na Lei Orgânica de Nova Friburgo, que estabelecem as diretrizes básicas, atribuições, composição e funcionamento do órgão. No que tange as diretrizes básicas são expostas as condições de tratamento interdisciplinar nas questões ambientais, da integração com as legislações dos níveis estadual e federal, da participação da comunidade, da publicidade na divulgação das informações e da promoção do desenvolvimento sustentável. Entre as atribuições estão colaborar na elaboração da política municipal para a proteção do meio ambiente e demais planos de desenvolvimento do município, opinar e propor na formulação legislativa a respeito do meio ambiente e do zoneamento e planejamento ambientais, fiscalizar Áreas de Proteção Ambiental e, que nos interessa mais de perto, propor e promover campanhas de conscientização e educação ambiental.

As ações atuais do conselho, informadas em conversa com a secretária geral, estão mais relacionadas aos apoios a projetos de secretarias (Defesa Civil e Secretaria de Meio Ambiente) e outras instituições, como o Corpo de Bombeiros, a Polícias Civil e Militar, Firjan, Cruz Vermelha e ONGs. Como exemplo, nos foi relatado a proposta de criação do Monumento Natural da Pedra do Cão Sentado, um geossímbolo extremamente importante de Nova Friburgo. A Pedra do Cão Sentado é uma espécie de marca do município, usada em diversas ocasiões como símbolo

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://novafriburgo.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdmunicipio=6811&cdDiploma=6658>>

identitário, similar ao Pão de Açúcar para os cariocas. Em se tratando mais especificamente do evento de 2011, o COMMAM apoiou a criação e instalação de NUDECS (Núcleos Comunitários de Defesa Civil - atualmente rebatizados como NUPDECs [Núcleos de Proteção de Defesa Civil]), bem como a criação do Comitê de Gestão Estratégica em Apoio à Defesa Civil. Um marco importante, neste sentido, foi o lançamento do Manual de Formação de NUDECS, pelo Instituto Care Brasil e financiado pela Ajuda Humanitária e Proteção Civil da Comissão Europeia (ECHO), ocorrida em outubro de 2012 em Nova Friburgo, ou seja, 15 meses após o desastre, como encerramento das atividades de ajuda do Instituto na região (SORENSEN, 2012).

Os NUPDECs têm atuação destacada ao promover oficinas de conhecimento das condições das localidades em que se instalam, mas principalmente por seus trabalhos de educação ambiental e treinamento para situações de risco, reduzindo sobremaneira as chances de perdas humanas durante a ocorrência de eventos catastróficos, na medida em que a comunidade envolvida conhece e sabe aplicar os procedimentos de evacuação e proteção, avaliados como decisivos para o alto número de mortes que ainda acontecem quando de suas ocorrências em locais despreparados. Nova Friburgo atualmente conta com 3 NUPDECs, sendo uma no nosso recorte espacial e as demais nos bairros de Duas Pedras (próximo ao Córrego D'Antas e também bastante atingido pela tragédia) e no bairro da Ponte da Saudade.

Assim, na condição de organização ligada ao poder público, o COMMAM tem capacidade de ação mais profunda, propondo alterações na legislação municipal em questões que tocam direta ou indiretamente o meio ambiente, tendo instituído sete resoluções com força de lei. Além disso, ela congrega em si as demais organizações aqui abordadas que, a partir do conselho, colocam suas demandas para apreciação pelo colegiado e também apreciam as questões debatidas.

O próximo tópico tem foco nos movimentos que surgiram em Nova Friburgo no pós-2011, ou seja, que tiveram o despertar para suas criações baseadas na ocorrência de um evento extremo, que gerou cicatrizes diversas na paisagem, mas também no imaginário social do povo friburguense.

### 3.2 Os movimentos surgidos após o desastre de 2011: o Nova Friburgo em Transição e a REGER-CD

Conforme descrito anteriormente, este capítulo se divide em duas partes, sendo a primeira abordando os movimentos ambientalistas que já existiam em Nova Friburgo antes da tragédia e esta segunda sobre movimentos que surgiram em momento posterior ao ocorrido. O primeiro tópico se subdividiu quatro subtópicos, sendo dois movimentos independentes e dois ligados ao poder público. Nesta segunda parte, abordaremos dois dos movimentos surgidos em Nova Friburgo após o evento de 2011, sendo os dois independentes (guardando o sentido já explicitado, isto é, não originários do poder público, entretanto, trabalhando em confluência com este - caso do REGER-CD).

#### 3.2.1 O Nova Friburgo em Transição

Figura 7 - Logotipo “Nova Friburgo em Transição”



Fonte: Perfil do *Facebook* “Nova Friburgo em Transição”

O primeiro movimento independente surgido no pós-2011 no município, o “Nova Friburgo em Transição” faz menção direta à catástrofe, em sua publicação de estreia divulgada ainda em 2011 no periódico “Fórum Século XXI” e na página do grupo na rede social *Facebook*. Inspirado no movimento mundial Transition Towns, que prega a sustentabilidade urbana através de princípios como a resiliência e a

"permacultura"<sup>19</sup>, o "Nova Friburgo em Transição" se apresentou como movimento que buscaria nos princípios gerais do movimento Transition uma forma de propor ações que preparassem no futuro mais adequadamente a sociedade friburguense para eventos como o de 2011, desenvolvendo em especial o conceito de resiliência, muito discutido no movimento Transition. Primeiramente, procederemos a uma apresentação do movimento original para posteriormente abordar a versão tentada em Nova Friburgo.

O Transition Towns surgiu em 2005, em Kinsale na Irlanda, por iniciativa do Professor Rob Hopkins, um ativista inglês das questões ambientais. Hopkins mudou-se posteriormente para Totnes, na Inglaterra, onde desenvolveu seu projeto, chegando a criar uma moeda própria (a "Libra de Totnes", aceita em alguns estabelecimentos locais). O movimento Transition ganha impulso com a publicação em 2008 do livro "The Transition Handbook: from oil dependency to local resilience" (facilmente encontrado pela internet), de autoria de Hopkins, no qual o professor explicita a preocupação geral do movimento com as mudanças climáticas e o *peak oil*, bem como o seu entendimento sobre o conceito de resiliência, além de listar 7 "poréns", que desencorajam as pessoas a tentar a mudança, e 12 passos a serem seguidos para a transição.

Entre os "poréns" listados estão a falta de financiamento (1); os possíveis impedimentos burocráticos (2); a concorrência de outros grupos ambientalistas locais e suas possíveis resistências (3); a falta de interesse das pessoas por questões ambientais (4); a ideia de que já é tarde demais para agir (5); o receio da falta de qualificações (6); e de desanimar se as coisas não derem certo de início (7). Para cada um destes "poréns", Hopkins gera um encorajamento, basicamente demonstrando experiências anteriores que venceram ou vêm lidando de forma criativa com estas questões (HOPKINS, 2008).

Na sequência, o autor lista os 12 passos a serem traçados pelos locais que desejarem participar do processo, alertando que estes não precisam ser seguidos religiosamente, podendo alguns ser ignorados e/ou adaptados às realidades locais: formar um grupo diretor e planejar o seu fim, a fim de evitar vaidades e choque de

---

<sup>19</sup> "Sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis. (...) O objetivo é a criação de sistemas que sejam ecologicamente corretos e economicamente viáveis; que supram suas próprias necessidades, não explorem ou poluam e que, assim, sejam sustentáveis a longo prazo." (MOLLISON, 1998, p. 13)

egos (1); aumentar a conscientização, para garantir o engajamento (2); estabelecer contatos com movimentos já existentes no local (3); organizar uma grande apresentação, para chamar a atenção das pessoas e buscar novas adesões (4); dividir as tarefas em subgrupos especializados, a fim de buscar excelência nas ações (5); usar espaços abertos, para dar maior publicidade ao movimento (6); realizar atividades que demonstrem resultados práticos, para evitar noção de movimento restrito ao “mundo das ideias” (7); realizar programas de qualificação, para desenvolver habilidades e gerar/manter a união do grupo (8); manter bom relacionamento com autoridades locais, evitando entraves políticos (9); buscar ouvir os mais antigos, conhecendo a história da localidade através de suas experiências vividas e depoimentos (10); evitar manipular o andamento do processo para uma tendência específica, fazendo do movimento um catalisador de ideias (11); e, finalmente, criar um plano de ação para redução do consumo de energia (EDAP, na sigla original para Energy Descent Action Plan), haja visto que uma das grandes motivações para o desenvolvimento da ideia, e que é tratada durante vários momentos no livro e no site oficial do movimento, reside justamente no *peak oil*, ou seja, na teoria de que estamos atingindo o pico de uso dos combustíveis fósseis, necessitando, portanto, de uma revisão sobre a matriz energética mundial.

No caso friburguense, o movimento explicita em sua publicação de estreia quais seriam as propostas de ação para se alcançar um modelo mais sustentável através de um projeto de cidade que esteja atenta as questões globais como as mudanças climáticas (que aparece como uma das causas da tragédia de 2011) e a crise energética mundial (basicamente a dependência do petróleo). A proposta principal do movimento consiste na formação de "ecobairros", a partir de um "ecobairro piloto" que poderia servir de exemplo a ser repetido no restante da cidade. Esta estaria desmembrada em 5 subpropostas que sustentariam a proposta principal, explicitadas a seguir: privilégio a circulação de pedestres, bicicletas e transporte coletivo (elétrico ou biodiesel) (i); adequação urbanística às características geomorfológicas (evitando-se as encostas e conseqüentemente os riscos de desabamentos) (ii); o uso de ecotécnicas e materiais locais para as construções, buscando-se respeitar as características geográficas e culturais do lugar (iii); uso de energias limpas e renováveis, tratamento biológico do esgoto, separação e reciclagem do lixo, paisagismo produtivo, hortas orgânicas, agroflorestas (iv); e a capacitação de jovens para o trabalho nas construções dos ecobairros (v).

Para tanto, a publicação previa a possibilidade da organização de um “concurso nacional de ideias”, no qual se selecionariam os melhores projetos para serem aplicados em conjunto, por uma equipe técnica transdisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas, bem como os futuros moradores. Além disso, previa também campanhas ecopedagógicas a serem realizadas com a população-alvo, a saber, os desabrigados e moradores de áreas de risco, a partir da expertise dos demais grupos ambientalistas já atuantes na cidade, listando o CECNA entre eles.

Como espécie de tônica geral, a publicação do “Nova Friburgo em Transição” encaminha a responsabilidade pelos eventos catastróficos em um modelo de “desenvolvimento urbano pautado na prioridade dos interesses privados sobre os da coletividade”, no qual “as ações do poder público têm se limitado a seus aspectos emergenciais, não resolvendo a questão em termos estruturais”. Deste modo, propõe uma maior integração entre sociedade e governo na busca de soluções, conforme pode ser constatado neste trecho da publicação:

O “Nova Friburgo em Transição” tem como propósito inserir o nosso município no Movimento Mundial das Cidades em Transição (Transition Towns) a partir da articulação da sociedade civil organizada e do poder público, para a realização das mudanças necessárias para que a cidade atinja uma situação de sustentabilidade urbana, tornando-se menos vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, crise econômica e/ou energética.

Entretanto, o que se percebeu ao longo do tempo foi que a movimentação do grupo não se desenvolveu, estando atualmente restrita a postagens em uma página na rede social Facebook. Algumas tentativas de contato com os administradores do grupo foram realizadas, com o intuito de captar informações sobre a situação do movimento, de perspectivas futuras e demais ações, porém não obtivemos resposta. O que se conclui, portanto, é que o movimento entrou em inatividade.

O próximo tópico aborda um movimento integrado de ação conjunta entre universidades, grupos de pesquisa, sociedade civil e poder público, que busca dinamizar o gerenciamento dos riscos de novos desastres no bairro do Córrego D’Antas, nosso recorte espacial, a Rede para Gestão de Riscos da Bacia Hidrográfica do Córrego D’Antas (REGER-CD).

### 3.2.2 A Rede para Gestão de Riscos da Bacia Hidrográfica do Córrego D'Antas (REGER-CD)

Figura 8 - Logotipo REGER-CD



Fonte: Site da AMBCD

A Rede para Gestão de Riscos da Bacia Hidrográfica do Córrego D'Antas é uma iniciativa criada no final de 2013 (com atividades iniciadas em 2014), englobando, além do Córrego D'Antas, os bairros do Cardinot, Granja Spinelli, São Geraldo, Floresta dos Mendes, Jardim Califórnia e Solares. A denominação de “rede” advém do trabalho integrado composto atualmente por cerca de 25 instituições, das mais diversas ordens. Dentre estas, se destacam a Associação de Moradores do Córrego D'Antas (sociedade civil), o Laboratório de Geo-Hidroecologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (pesquisadores) e as Secretarias de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Educação e de Saúde (poder público), demonstrando sua característica multifacetada. A rede tem caráter colaborativo e conta com a contribuição dos diversos participantes, com suas respectivas especialidades para o preparo da comunidade em prevenção, atuação e resiliência em situações de catástrofes. Estas atribuições podem ser observadas na tabela abaixo:



Tabela 1 - Instituições integrantes da REGER-CD e suas atuações.

<b>Grupos</b>	<b>Atuação principal</b>
Associações de moradores (Córrego D'Antas, Cardinot e São Geraldo)	Representação de moradores.
Pesquisa e ensino (Geoheco / GeoCart / Poli/ Geo-Marinha UFRJ, FFP Uerj, CEPEDS Fiocruz, GEDN / IEAR UFF, Colégio Pedro II, Secretaria Municipal de Educação e SENAC RJ)	Educação, pesquisa e ensino.
Defesa Civil e INEA	Enfrentamento.
Secretaria Municipal de Saúde	Atendimento a feridos.
Centro Estadual de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais	Desenvolvimento e implementação de sistemas de previsão de desastres.
Núcleo de Proteção de Defesa Civil.	Articulação da comunidade.
Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Mobilidade Urbana	Gestão ambiental e Mobilidade.
Conservation International Brasil e VIVARIO	Execução de projetos.

Fonte: Adaptado de Freitas & Netto, 2016.

A premência da rede surge, evidentemente, por conta da tragédia experienciada e a consequente constatação de que somente uma ação integrada poderia dar conta de abarcar a quantidade de atuações necessárias para se mitigar os efeitos de uma possível nova enchente. Deste modo, as diversas instituições envolvidas assumem papéis ligados às suas funções de ofício e que são indispensáveis à garantia do planejamento da rede, desde a escuta das demandas e das experiências dos moradores dos bairros envolvidos, passando pelas ações de educação, treinamento e execução de projetos até o enfrentamento no caso da ocorrência de chuvas com riscos de alagamentos e movimentos de massa. Assim, a missão e objetivos da rede estão descritos do seguinte modo:

Missão: promover a associação dos saberes de organismos públicos, privados e comunitários para a redução dos riscos geo-hidrológicos. Objetivos: construir um modelo de gestão de riscos integrando os agentes públicos, privados e comunitários; promover o desenvolvimento de uma cultura de redução de riscos; estimular o intercâmbio dos conhecimentos dos diferentes atores; desenvolver mecanismos de geração e difusão de informações e conhecimentos; promover mecanismos de gestão e governança territorializados. (FREITAS & NETTO, 2016, p. 181-182)

Assim, o Reger-CD se coloca como um grupo de confluência das principais ações propostas e realizadas no bairro. As pesquisas e conversas que estabelecemos com atores diversos demonstram a variedade de propostas e projetos, advindos de variadas instituições. Entretanto, apesar de toda essa movimentação, o que se depreende como tônica geral e que aparece em praticamente todas as falas e escritos se refere à indispensabilidade da efetiva participação popular. Freitas & Netto (2016) diagnosticam que a participação popular em questões que envolvem a tomada de decisões ainda se mostra muito incipiente, estando circunscrita apenas às intenções, por necessidade de se atender às exigências previstas em legislação. Todavia, o conhecimento prático de moradores, que experimentam a realidade “ao nível do solo”, é de grande valia para a detecção dos problemas e, portanto, das demandas reais de quem vai de fato viver o resultado das ações propostas. O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres, documento que expõe as determinações advindas da Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas para a Redução dos Riscos de Desastres e que se tornou referência na Gestão do Risco de Desastres (GRD), identifica justamente essa importância do trabalho multissetorial, desde que focado nas pessoas envolvidas. O trecho a seguir demonstra que o REGER-CD esteve bastante alinhado com as recomendações propostas no documento, ainda que isso não tenha sido exposto para nós durante a pesquisa:

There has to be a broader and a more people-centred preventive approach to disaster risk. Disaster risk reduction practices need to be multisectorial, inclusive and accessible in order to be efficient and effective. While recognizing their leading, regulatory and coordination role, Governments should engage with relevant stakeholders, including women, children and youth, persons with disabilities, poor people, migrants, indigenous peoples, volunteers, the community of practitioners and older persons in the design and implementation of policies, plans and standards. There is a need for the public and private sectors and civil society organizations, as well as academia and scientific and research institutions, to work more closely together and to create opportunities for collaboration, and for businesses to integrate disaster risk into their management practices.<sup>20</sup> (UNISDR, 2015, p. 10)

---

<sup>20</sup> “Deve haver uma abordagem preventiva mais ampla e centrada nas pessoas para o risco de desastres. As práticas de redução do risco de desastres precisam ser multissetoriais, inclusivas e acessíveis para serem eficientes e eficazes. Embora reconhecendo seu papel de liderança, regulador e de coordenação, os governos devem se envolver com as partes interessadas relevantes, incluindo mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, pessoas pobres, migrantes, povos indígenas, voluntários, a comunidade de profissionais e idosos na concepção e implementação de políticas, planos e padrões. É necessário que os setores público e privado e as organizações da sociedade civil, bem como as instituições acadêmicas e científicas e de pesquisa, trabalhem mais em conjunto e criem oportunidades de colaboração, e que as empresas integrem o risco de desastres em suas práticas de gestão” (tradução nossa).

O que fica, portanto, é que a experiência concreta da vivência dos espaços e das paisagens, tornadas lugares pelas relações de afetividade, fazem dos moradores os agentes geográficos por excelência. A análise do processo de reconstrução do bairro revelou que todos os caminhos que foram propostos à margem da participação popular falharam e foram rechaçados. Um exemplo se refere ao projeto de um Parque Fluvial, proposto pelo Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) no final de 2011, do qual a população teve conhecimento de surpresa, através da mídia. O Parque Fluvial fazia parte de outro projeto mais amplo denominado “Rios da Serra”, que, em Nova Friburgo, estabeleceu modificações nas margens do Rio Bengalas, que corta o centro da cidade e do qual o Córrego D’Antas é afluente (sendo o Córrego D’Antas a fase seguinte a ser implementada). A falta do diálogo inicial levou a população, através de sua representação na associação de moradores, a buscar uma audiência pública com o Instituto. Quando finalmente a conseguiram, a sensação que tiveram foi a de que se tratava apenas de uma formalidade, sem um diálogo efetivo, na medida em que as demandas da população não se concretizavam em modificações no projeto, que aparentava já estar definido. Isso, evidentemente, gerou insatisfação entre os moradores, que viam o instituto “literalmente entrar em seus quintais”, nas palavras do presidente da associação dos moradores.

Com a atuação do REGER-CD, as tratativas passaram a se dar em termos mais técnicos, com o apoio dos pesquisadores envolvidos, fazendo com que o projeto do Parque Fluvial revisse partes importantes de sua aplicação para buscar melhor entendimento com a população afetada. Entretanto, a partir de 2016, com a crise econômica do Estado do Rio de Janeiro, o projeto precisou ser interrompido por falta de recursos. O presidente da AMBCD nos informou que no ano passado (2019) foi convocada uma reunião, com uma nova equipe do INEA para tratar da retomada das obras, todavia até o momento nada foi iniciado.

Assim sendo, tanto o “Nova Friburgo em Transição” quanto o REGER-CD foram tentativas de se dar uma resposta aos eventos naturais, propondo ações que ajudassem a mitigar efeitos e se prevenir para a provável ocorrência de novas chuvas intensas e movimentos de massa. O “Nova Friburgo em Transição” acabou ficando pelo caminho, enquanto que o REGER-CD se mantém ativo e atuante, tendo o seu sucesso atribuído ao fato de que toca mais diretamente a população com ações práticas, não ficando restrito ao campo das ideias e intenções.

### 3.3 Considerações

Este capítulo teve como objetivo fazer um apanhado dos movimentos e organizações de cunho ambiental que se fazem presentes em Nova Friburgo, dando uma noção de como as ações e projetos de cada um deles toma conteúdo de educação ambiental e, portanto, contribuem para a constituição do imaginário social relacionado à natureza. Na abordagem proposta, alguns dados chamam a atenção. Primeiramente, o fato de que muitos dos movimentos ambientais desenvolvidos no município parecem viver ciclos que alternam momentos de empolgação com arrefecimentos e mesmo inatividade. Isso foi claramente percebido no caso do “Nova Friburgo em Transição” (aparentemente extinto, já que não apresenta nenhuma atividade além de um grupo de *Facebook* com postagens esporádicas de notícias ou artigos sobre o meio ambiente, mas nada sobre a atuação da organização) e em menor grau no CECNA e na Fundação Natureza, haja visto que estes, apesar de ainda existirem, não estão atuando em nenhum projeto atualmente.

Um segundo ponto se refere à constatação de que a participação popular é imprescindível para a evolução dos movimentos. Isso ficou muito claro na atuação das associações de moradores do Córrego D’Antas, do Cardinot e de São Geraldo, enquanto representantes da população destes bairros no sucesso da REGER-CD. E, no caso dos demais movimentos, os momentos de maior efervescência foram aqueles nos quais se teve contato maior com situações do cotidiano e da participação da comunidade.

Outra percepção que se teve também é a de que os movimentos pesquisados possuem certo entrelaço, em especial quando da participação em órgãos e documentos ligados ao poder público, como por exemplo as participações do CECNA e da Fundação Natureza na Agenda 21 Local e no COMMAM, mas um isolamento em suas atuações particulares. Quando questionado sobre projetos em parceria com outras organizações independentes, o representante do CECNA respondeu que:

...desde 2010 o único projeto que tivemos em parceria com outra instituição ambiental foi o “Sala Verde”, em parceria com a Uniflora, que nem sei se existe mais. Apenas dividíamos uma sala para servir de sede das duas instituições. Os contatos que tivemos com representantes de outras instituições nesse período foram praticamente todos nos fóruns participativos como você disse, Commam, Agenda 21, conselhos de UCs e comitês de bacias hidrográficas.

No caso da Fundação Natureza, esta teve alguns projetos integrados a outras organizações, mas que acabaram ficando pelo caminho, haja visto os problemas relatados pela atual direção, descritos no tópico 3.1.2.

Por fim, a quarta percepção está ligada ao grau de responsabilidade que se atribui ao poder público nas condições de gerador das situações que deveriam promover o bem-estar social e a consequente culpabilização quando da ocorrência de desastres. Nas conversas que estabelecemos com representantes dos movimentos, com os moradores e mesmo com representantes de órgãos ligados ao poder público, a culpabilização tende a apontar para “o governo”, ainda que no desenvolvimento da conversa este tenha uma conotação de abstração. Aliás, mesmo políticos tendem a fazê-lo, acusando, evidentemente, seus adversários eleitorais. Ainda assim, apesar dessa culpabilização distante, no que tange a solução dos problemas do bairro, muitas pessoas se colocaram como agentes. Esse dado provavelmente decorre do fato de que as pessoas, em especial as de áreas atingidas por desastres, vêm se cansando de promessas que nunca se cumprem, mas que sempre retornam em anos de eleições.

A variedade de “planos” governamentais, representados por inúmeras siglas, e o entrelaço entre eles demonstra um emaranhado burocrático que aparentemente se distancia do cidadão comum e suas responsabilidades individuais, na medida em que geralmente o coloca na condição de “setores da população”, “sociedade civil organizada” ou mesmo “comunidade”. Correa (2015) apresenta em sua pesquisa os nós gerados pelo que ela identificou como “política pura”, ou seja, do jogo de interesses da elite política que se choca com os anseios dos moradores do Córrego D’Antas. Mesmo o Marco de Sendai abordado anteriormente expõe essa “governo-dependência”, ao explicitar em sua lista de diagnósticos o reconhecimento do “papel de liderança, regulamentação e coordenação” (UNISDR, 2015, p. 10) de governos, bem como a exigência de “forte empenho e envolvimento de lideranças políticas” (UNISDR, 2015, p. 12) para se atingir os objetivos. Todavia, todo esse aparato de cima para baixo, se não ouvir e estiver alinhado com os anseios do cidadão comum, que é quem de fato vive a realidade local, tende ao desperdício e à má alocação dos recursos.

O capítulo seguinte fará a contextualização do recorte espacial (o município de Nova Friburgo) e da ocorrência do evento catastrófico, que dão a tônica de impulso da pesquisa. Constitui a parte central e clímax da tese, já que aborda também a

aplicação dos níveis da História Ambiental, nas ações do poder público, das religiões, dos modos de pensar da população com relação ao ambiente no pós-evento.

#### 4 NOVA FRIBURGO E O EVENTO DE JANEIRO DE 2011

No cimo da montanha/ Em seu ninho florido, eis Friburgo./ Um jardim suspenso no alto erguido/ Paragem de beleza infinita e de calma/ Onde respira o corpo e onde repousa a alma./ Cidade cujo nome é um símbolo, um troféu./ Parada de um caminho a caminho do céu. ("Eis Friburgo", José Guilherme de Araújo Jorge, 1961)

A ocorrência do evento catastrófico na madrugada de 11 para 12 de janeiro de 2011, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, se configura como marco de sua história ambiental pela magnitude e pela quantidade de perdas econômicas, mas principalmente, de vidas. A ideia da tese aqui apresentada é de realizar uma investigação que revele o impacto do evento sobre o imaginário social no que se refere à natureza, a partir de uma comunidade das mais atingidas, o bairro do Córrego D'Antas em Nova Friburgo. Para tanto, buscamos analisar as abordagens dos diversos atores sintagmáticos ligados à constituição deste imaginário, a saber: movimentos ambientalistas/ecológicos do município, poder público, religiões e, evidentemente, a própria comunidade atingida.

A despeito de se abordar o evento de 2011 como um marco, a enchente que desencadeou todo o processo que levou ao desastre não chega a ser novidade na história de Nova Friburgo. A relação do povo friburguense com as inundações remonta aos períodos iniciais de ocupação do território, principalmente pelos suíços. A historiadora Maria Janaína Botelho Corrêa dedica dois capítulos de sua obra "Histórias e memórias de Nova Friburgo" ao tema: um trata da primeira enchente registrada na Vila de Nova Friburgo e o seguinte sobre "como lidávamos com as enchentes no passado" (CORRÊA, 2011). Nestes, a autora narra o fracasso das primeiras colheitas devido às enchentes, fato que gerou grande tensão e desânimo entre os primeiros colonos. Corrêa adverte ainda que "desde a fundação da vila até o presente momento são 191 anos de convivência com as enchentes do Rio Bengalas, um *déjà vu* em nossa história" (CORRÊA, 2011, p. 60), ou seja, a frequência das inundações torna-se uma espécie de marca da História Ambiental de Nova Friburgo, motivo pelo qual a partir do megadesastre de 2011 nos propomos a investigar os movimentos de cunho ambiental que vêm se desenvolvendo no município.

Outro exemplo curioso da relação dos friburguenses com as chuvas remonta à década de 1950, quando um destes eventos pluviais coincidiu com uma previsão de “fim dos tempos”. Segue o texto, publicado no jornal A Voz da Serra<sup>21</sup>:

É difícil imaginar o mundo sem internet, principalmente para os jovens. Mas esta época existiu e a televisão ainda engatinhava quando deu-se publicidade exagerada a uma previsão de um destes malucos profetas (ou profetas malucos) de que o mundo ia acabar. A notícia se espalhou em Nova Friburgo e o dia do dilúvio seria 11 de janeiro de 1951 (a previsão quase aconteceu mesmo 60 anos depois). Por outra coincidência do destino, na tarde daquele anunciado dia, o tempo fechou de maneira tal que até as luzes da Praça XV (antiga [sic] Praça Getúlio Vargas) se acenderam, tamanha a escuridão provocada por negras nuvens que pousaram no centro da cidade. Com a forte chuva acompanhada de raios e trovões, quem estava na rua procurou se abrigar debaixo das marquises. Numa delas, em frente à Única, misto de bar e restaurante dos Ruiz Galvez, aconteceu o inusitado. Na sobreloja, o Rubey, mais conhecido como ‘Rubem Drescher’, fabricava sorvete e picolé. Fazia parte do equipamento enormes pedras de gelo. Assim que começou a cair granizo, o Rubem, de pura farra, jogou pela janela uma daquelas gigantescas pedras de gelo que, com o impacto, se espatifou no chão fazendo voar pedra de gelo pra todo lado. O povo que assistia ao dilúvio anunciado, abrigado nas marquises da Única, saiu em desabalada carreira, debaixo da torrencial chuva que já inundava o entorno da praça. Acreditaram, piamente, que o mundo estava mesmo acabando.

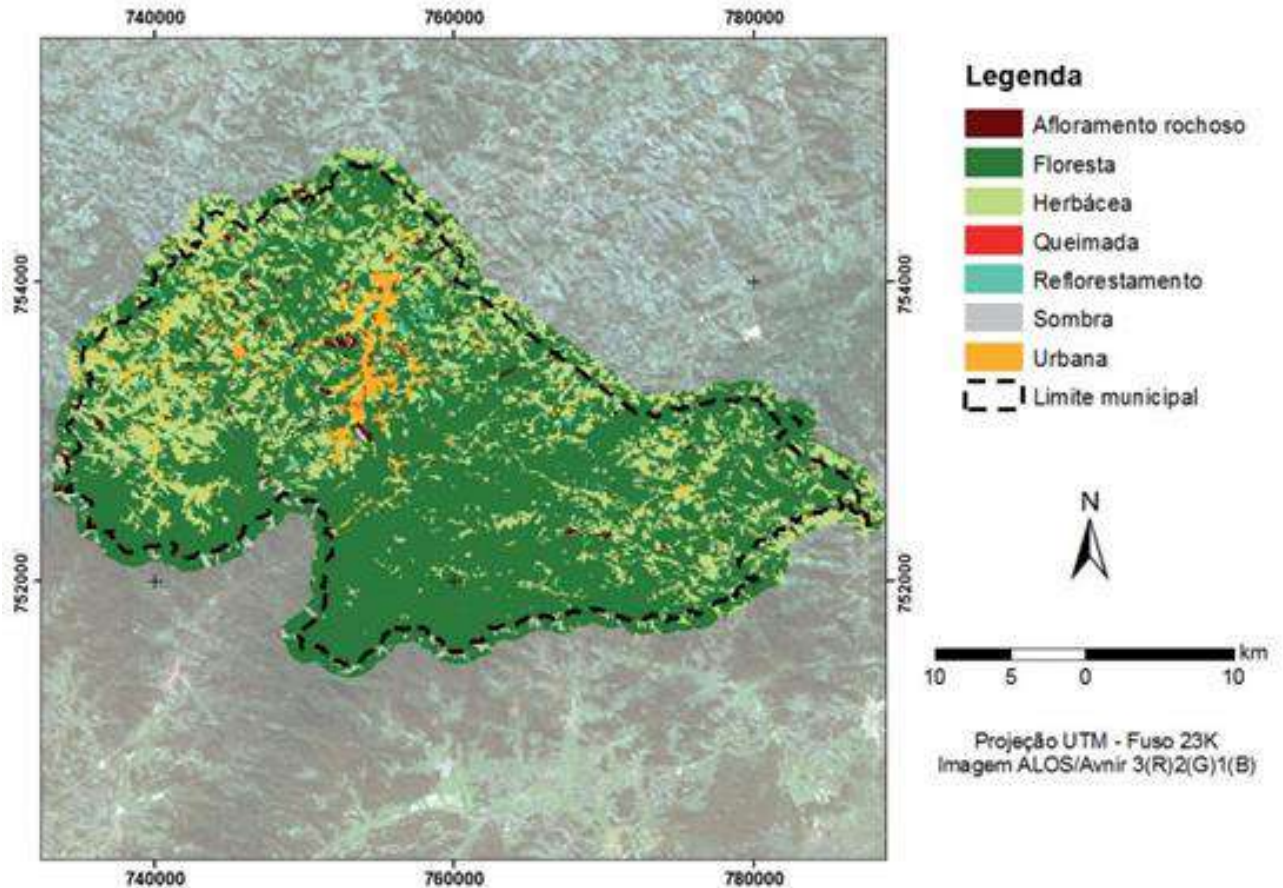
De qualquer forma, o que fica registrado é que as inundações são relativamente frequentes na região e causam problemas (reais e imaginários) ao povo friburguense desde sempre, dado decorrente das condições geográficas das áreas onde se desenvolveu a cidade. Apesar da expressiva área total (933,4 km<sup>2</sup>), o município de Nova Friburgo tem poucos locais propícios às construções, se observados os estreitos vales que se formam entre as montanhas componentes da Serra do Mar na região. Ademais, podemos citar o fato de boa parte dos solos ser de base argilosa, o que torna suas encostas suscetíveis a desmoronamentos, deslizamentos e escorregamentos, além de estar situado em área de clima tropical, com chuvas concentradas no verão (Tropical de Altitude), inviabilizando a ocupação desordenada. Assim, podemos dizer que em Nova Friburgo poucas serão as áreas consideradas muito seguras por órgãos como a Defesa Civil, já que todas as construções estarão em elevações (suscetíveis aos desmoronamentos) ou no fundo dos vales próximos aos rios (suscetíveis às inundações): tanto que a área urbana do município corresponde a apenas aproximadamente 3,8% do total, conforme figura 9, a seguir:

---

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/mitos-e-lendas-friburguenses-que-valem-pena-ser-relembrados>>. Acesso em: 27/05/2020.



Figura 9 - Nova Friburgo (RJ): Cobertura do solo (2009)



Fonte: Francisco & Almeida, 2012

Neste contexto geográfico, torna-se comum que alagamentos ocorram com alguma frequência, principalmente no período do verão. Originalmente, as áreas centrais da cidade constituíam verdadeiros pântanos, pelo acúmulo de água no fundo do vale sobre os solos argilosos formados a partir de intensa degradação rochosa. Contam alguns antigos moradores que boa parte das edificações construídas nas áreas centrais de Nova Friburgo demoravam um longo tempo até o início efetivo das obras, já que era necessário o bombeamento das águas subterrâneas num primeiro momento (que, segundo alguns relatos, duravam semanas ou até meses) para que o terreno estivesse apto a receber uma construção mais segura. Esta situação geomorfológica ainda pode ser observada em dias de chuvas mais intensas, nos quais o escoamento se mostra ineficiente: com frequência ocorrem alagamentos nas imediações da Praça Getúlio Vargas (Foto 1), decorrentes de refluxo nas tubulações quando a quantidade de água no rio Bengalas ultrapassa certo limite que cria pressão superior à força da gravidade.

Foto 1 - Praça Getúlio Vargas alagada (Centro de Nova Friburgo)



Fonte: Revista Êxito, 2010

Destarte, o ambiente urbano no Brasil, de modo geral, revela fragilidades ligadas ao ordenamento territorial. Santos e Ross (2012, p. 02) diagnosticam que “o atual quadro urbano-ambiental das cidades brasileiras mostra que essas relações se dão de forma desordenada, desencadeando enorme quantidade de problemas e conflitos socioambientais”. Decorre daí o conceito de fragilidades ambientais, enquanto vulnerabilidades do estado de equilíbrio dinâmico do ambiente, induzido por fatores naturais e/ou antrópicos. Este conceito se baseia, em parte, nas considerações de Tricart (1977) sobre os aspectos dos ambientes morfodinâmicos, assentados em três classificações, a saber: os meios-estáveis; os meios-intergrades; e os meios fortemente instáveis. No caso de Nova Friburgo, estas fragilidades se dão principalmente pela ocupação irregular de encostas, por técnicas de engenharia menos sofisticadas, sobre solos vulneráveis somadas às chuvas intensas no período do verão, constituindo, no caso das encostas, em meios fortemente instáveis, gerando constante insegurança e medo na população.

Deste modo, o que fica demonstrado é que os fenômenos naturais deste tipo não são atípicos (mas sim sua magnitude) não podendo, então, as causas naturais serem apontadas como culpadas pelo desastre. Sendo sabido o histórico de chuvas frequentes, em especial sobre solos pouco estáveis em encostas o desastre ganha contornos de “tragédia anunciada”.

Todas as questões apresentadas demonstram preocupação geral com as ações do poder público quanto aos problemas ambientais (e o desastre de 2011 criou um sinal de alerta), na medida em que estas geralmente são pontuais e emergenciais, não pautadas em planejamentos de longo prazo e mais duradouros. De qualquer forma, para o objetivo deste trabalho, fica clara a mudança de percepção (e preocupação) ambiental de parcelas cada vez maiores da população friburguense a partir do choque gerado pelo megadesastre.

#### **4.1 Caracterização do recorte espacial**

Nosso recorte espacial é a área central do Córrego D’Antas, bairro periférico, localizado a seis quilômetros do centro de Nova Friburgo, na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Triamos este trecho por ser o que concentra a maior parte da população do bairro, bem como ter sido considerada a área mais atingida pelo desastre abordado.

O município de Nova Friburgo, com população absoluta de 190.631 e relativa de 203,78 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2019), PIB de aproximadamente R\$ 5.014.315.840,00 (IBGE, 2017) e IDHM de 0,745 (IBGE, 2010), localiza-se no reverso da Serra do Mar, na porção central do estado (entre as coordenadas de 22° 11’ e 22° 24’ S e 42° 37’ e 42° 27’ W), formando, portanto, elo entre as diferentes regiões fluminenses, conforme pode ser observado na figura 10, a seguir:

Figura 10 - Regiões de Governo e Municípios do estado do Rio de Janeiro - (Nova Friburgo destacado na porção central do estado)



Fonte: Adaptado de Fundação CEPERJ, 2018.

Desta condição geográfica decorre sua vocação como polo regional, incrementada pela alcunha de “capital da moda íntima”, haja visto ser o maior produtor nacional, responsável por 25% de toda a produção deste setor no mercado brasileiro, segundo dados da Associação Brasileira de Indústria Têxtil (ABIT)<sup>22</sup>, além de promover o maior evento latino americano do tipo, a Feira Brasileira de Moda Íntima, Praia, Fitness e Matéria-Prima (FEVEST), que chega a 2020 em sua 30ª edição. Além disso, Nova Friburgo também detém o posto de segundo maior centro floricultor do país (atrás apenas de Holambra, no Estado de São Paulo). A exemplo do setor de vestuário, também o ramo da produção de flores organiza um evento específico de divulgação e comércio, a Festa da Flor (15ª edição em 2020). Destaca-se ainda o fato de ser o maior produtor estadual de trutas que ajuda a incrementar o turismo como principal atividade econômica do município.

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/região-serrana/friburgo-200-anos/noticia/no-bicentenario-nova-friburgo-rj-se-mantem-como-maior-produtora-de-moda-intima-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 30/05/2020.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2017 demonstram que o PIB *per capita* de Nova Friburgo foi de R\$ 27.048,70, ficando em 35º no estado (de um total de 92 municípios). Se avaliada a série histórica recente, observa-se que este dado retoma aos patamares logo anteriores à tragédia, quando ocupava a 37ª posição em 2010. Neste período de sete anos, a posição do município no *ranking* oscilou entre a 37ª e a 48ª, revelando a recuperação das atividades após o evento catastrófico<sup>23</sup>.

Entretanto, para o reconhecimento do recorte espacial adotado nesta pesquisa se faz necessária a abordagem referente à ocupação do território, bem como das características de conformação geomorfológica e climatológica, ou seja, uma caracterização histórica e geográfica. Esta abordagem procura dar conta de compreender o processo de ocupação das áreas atingidas na tragédia, bem como suas implicações sociais. Assim, procederemos primeiramente no histórico de ocupação da região para em seguida compreender suas configurações geográficas.

Nova Friburgo é reconhecida por ser a primeira colônia não-portuguesa instalada no Brasil. Data de 16 de maio<sup>24</sup> de 1818 a autorização, por parte de D. João VI, para a vinda de 100 famílias do cantão de Fribourg, na Suíça, a fim de se instalar na região conhecida como “Fazenda do Morro Queimado”, como forma de obter apoio dos povos germânicos contra as ameaças do Império Francês. Até antes disso, a região era habitada por “índios brabos” e portugueses, tendo o personagem lendário Manuel Henriques, conhecido como “Mão de Luva”, como protagonista. Este foi um garimpeiro que, após fugir da região aurífera de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, veio a se instalar e garimpar clandestinamente na região dos Sertões de Macacu (CORRÊA, 2011). Esta região, que atualmente integra os 14 municípios do Centro-Norte Fluminense (incluindo Nova Friburgo), teve, assim, a formação de seu primeiro núcleo, a Vila de São Pedro de Cantagalo<sup>25</sup>. O primeiro povoado a se desmembrar, para a formação da colônia dos suíços, foi Nova Friburgo. Entretanto,

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://avozdaserra.com.br/colunas/observatorio/nova-friburgo-35o-pib-do-rj>>. Acesso em: 30/05/2020.

<sup>24</sup> Data na qual é comemorado o aniversário do município.

<sup>25</sup> Inclusive, a alcunha de Cantagalo remete também a história do “Mão de Luva”, já que, diz a lenda, a tropa enviada pelo Vice-Reino a fim de captura-lo juntamente com seu bando (que exerciam atividade clandestina de garimpo em terras proibidas e sem pagar o “quinto” [imposto]), estava próxima da desistência quando o canto de um galo teria denunciado a presença de pessoas e orientado o caminho até encontra-los (CORRÊA, 2011).

importante notar que a ocupação da região “nitidamente antecede, até mesmo, as iniciativas e negociações empreendidas por Nicolau Sebastião Gachet, agente da colonização suíça, para o estabelecimento da colônia helvética no Brasil” (MARRETTO, 2014, p. 16). Apesar de a autorização por parte de Dom João VI ter sido realizada em 1818, o processo migratório começou a ocorrer efetivamente em fins de 1819 e início de 1820, adquirindo neste ano o *status* de vila.

Assim, o inspetor da colônia, Monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, foi autorizado a adquirir fazendas em Cantagalo, sendo duas destas divididas em 120 lotes para abrigar aos colonos recém chegados, além da Fazenda do Morro Queimado para instalação da sede da vila e outras duas sesmarias (São José do Ribeirão e Córrego D’Anta). A menção a sesmaria do Córrego D’Anta aparece em alguns trabalhos sobre a história de Nova Friburgo, entretanto não confirma se há correspondência exata entre a sesmaria e o espaço do bairro atual (MARRETTO, 2014; CORREA, 2015). Outra menção ao córrego se encontra em Corrêa (2012), na qual a autora discorre sobre as narrativas do naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi que, na condição de embaixador suíço no Brasil, percorre as áreas ocupadas pelos colonos helvéticos no Rio de Janeiro e em São Paulo na segunda metade do século XIX a fim de relatar as condições de vida e de trabalho dos colonos. Corrêa relata que, em sua passagem por estas terras,

Tschudi percorrerá, sob incessantes chuvas, a freguesia de Sebastiana de Nova Friburgo, com destino à fazenda Bom-Fim, onde se hospedará. A propriedade era de Heckerdorn, do Cantão de Solothurn, há pouco tempo ali estabelecido. Na manhã seguinte, foi até a fazenda Palmital do Córrego da Anta, a meia légua de distância, igualmente pertencente a um suíço (...). (CORRÊA, 2012, p. 74)

Os relatos de Tschudi ao governo suíço demonstram que a região estava dedicada ao cultivo do café, que desde 1840 se expandira para a região serrana fluminense. Fazendo um salto histórico, podemos destacar o processo de incremento na ocupação do local a partir da pavimentação da rodovia RJ 130 e da instalação de empreendimentos econômicos, notadamente fábricas, distribuidoras e comércio em geral, a partir da segunda metade do século XX. A publicação não assinada “Breve apresentação do bairro Córrego d’Antas e de seus desafios”, divulgada no site da AMBCD, ajuda a conhecer melhor este processo:

Da época das antas até os dias de hoje, muita coisa mudou. A rápida transição ocorrida de zona rural para zona urbana ocorreu a partir da década de 70, com a pavimentação da rodovia RJ 130 que liga os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis. Nos anos 80, o bairro se tornou área de expansão

industrial orientada. Contudo, o desenvolvimento econômico não veio acompanhado pelo desenvolvimento ambiental sustentável e desenvolvimento social. Houve um rápido crescimento demográfico com ocupação territorial desordenada do solo, desmatamento, escavações e aterros irregulares às margens do rio. (AMBCD, 2011, p. 01)

O recenseamento realizado pelo IBGE não contempla a contagem e divulgação de dados por bairros, motivo pelo qual não se tem essas informações com precisão, já que as pesquisas são realizadas por área censitária, que não englobam necessariamente os limites dos bairros. Entretanto, acredita-se que haja aproximadamente dois mil moradores no bairro, segundo informações da AMBCD, publicadas em matéria no jornal A Voz da Serra<sup>26</sup>.

Em artigo publicado na Revista Brasileira de Geografia em 1947, o engenheiro Virgílio Corrêa Filho faz um apanhado das três principais cidades serranas fluminenses (Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis), oferecendo um croqui esquemático da expansão urbana friburguense naquele momento. Na imagem (Figura 11), pode-se observar que o trecho referente ao Córrego D'Antas sequer é mencionado, apesar de parecer estar englobado no polígono representativo do perímetro periférico do eixo urbano<sup>27</sup> friburguense.

---

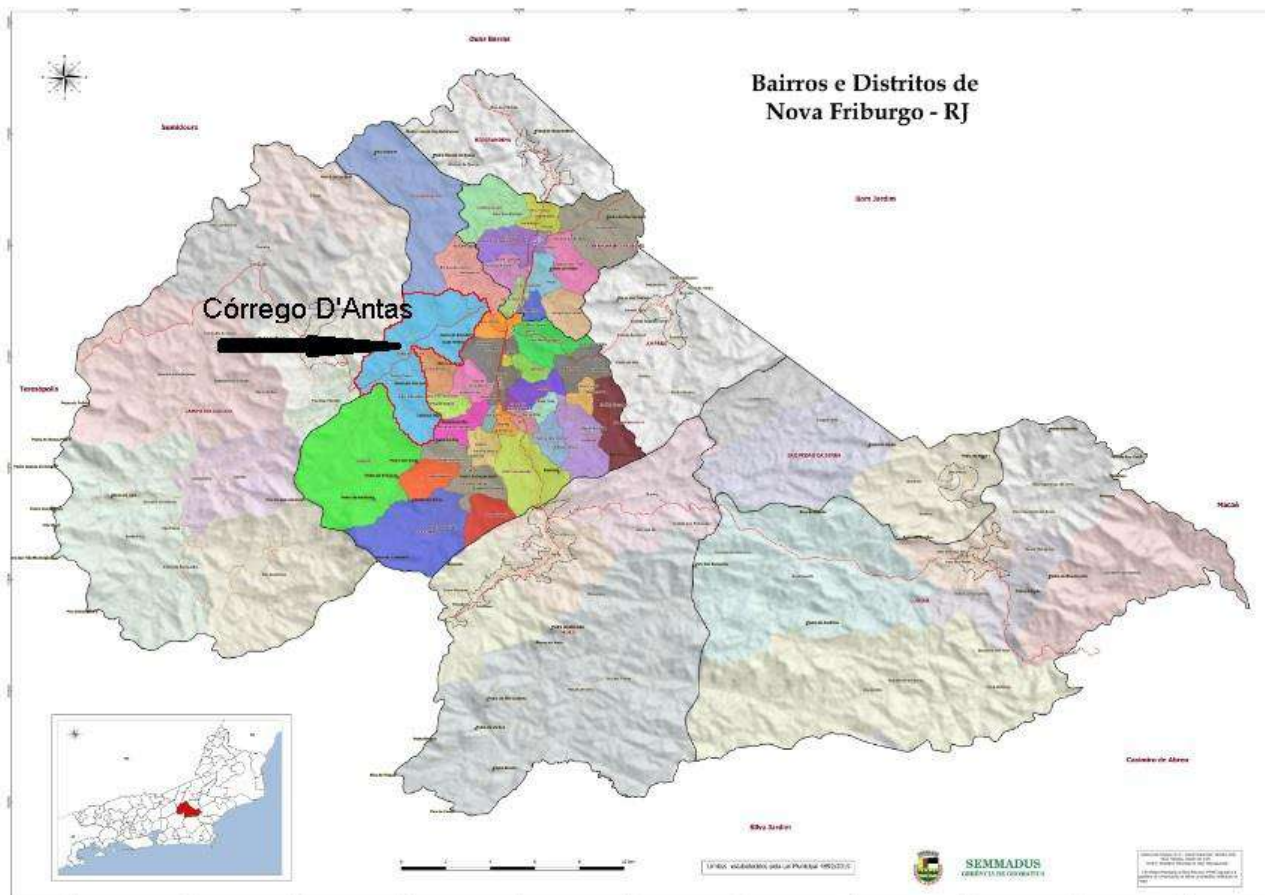
<sup>26</sup> Disponível em: <<http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/corrego-dantas-sete-anos-depois-volta-por-cima>>. Acesso em: 05/06/2020.

<sup>27</sup> Por se tratar de um croqui, não há indicação de escala cartográfica, mas as menções à Granja Spinelli, à Lagoinha, ao Lazareto e à Conselheiro Paulino fazem concluir que a área do Córrego D'Antas faz parte do polígono, apenas não estando mencionado, provavelmente por não constituir àquele momento um bairro consolidado.



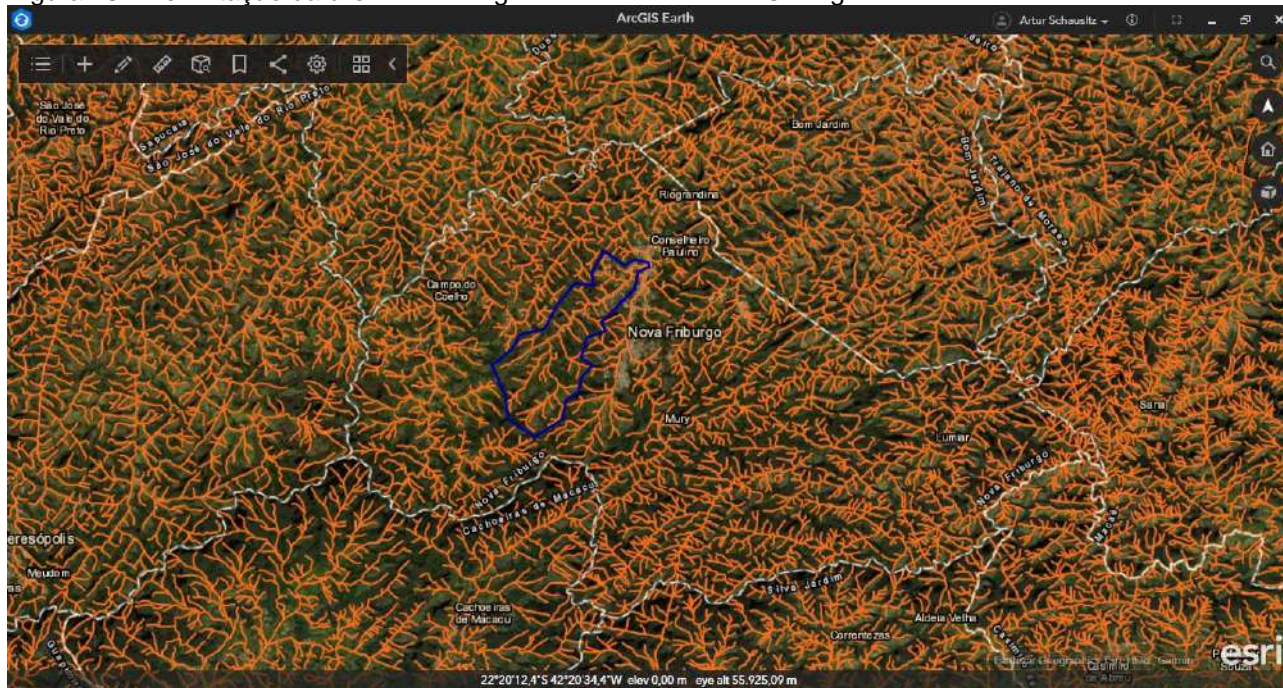


Figura 12 - Delimitação do Bairro do Córrego D'Antas (Prefeitura Municipal de Nova Friburgo)



Fonte: Adaptado de Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Figura 13 - Delimitação da área de drenagem da Microbacia do Córrego D'Antas



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da REGER-CD

Figura 14 - Área Central do Bairro do Córrego D'Antas (recorte espacial específico da pesquisa)



Fonte: O autor, 2020.

Figura 15 - Localização da Área Central do bairro do Córrego D'Antas no total da Microbacia



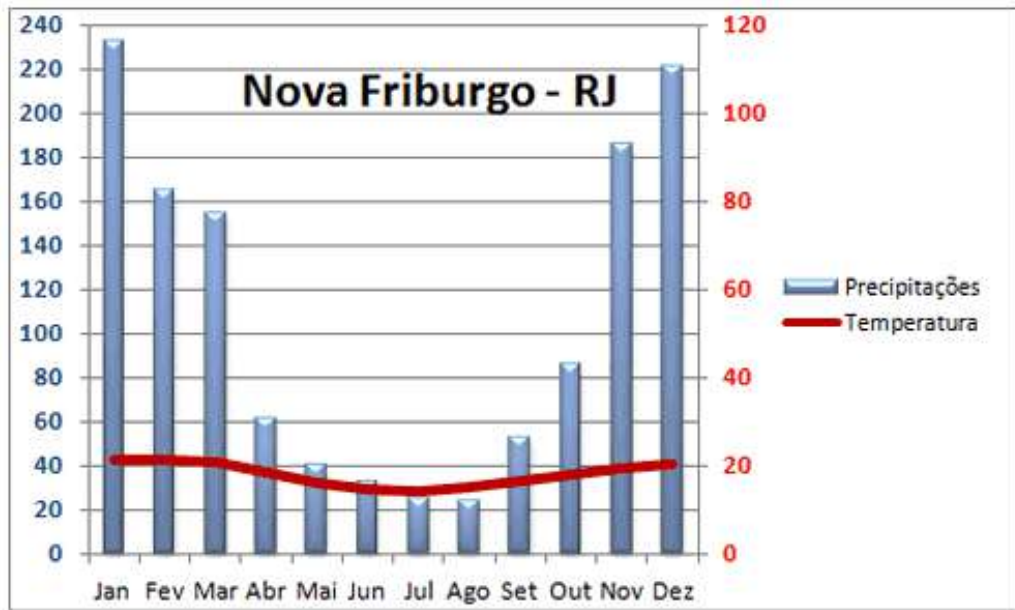
Fonte: O autor, 2020.

Assim, nota-se que a área de drenagem do córrego, desde a nascente até o deságue no Rio Bengalas, perpassa áreas de diferentes bairros. Apesar de a microbacia como um todo ter sofrido demasiadamente os efeitos da catástrofe, optamos por concentrar nossa pesquisa somente na chamada área central do Córrego D'Antas (Figura 14) por ter sido apontada como a área específica mais atingida (não

a que sofreu mais deslizamentos, mas sim a que teve maior quantidade de perdas humanas). Acreditamos que a pesquisa aqui apresentada encontre eco nas demais áreas atingidas, haja visto as configurações apresentadas, de potencial geográfico de risco somado ao tradicional descaso do poder público, e constituem possibilidades de pesquisas comparativas futuras.

No que tange às configurações físicas, a área se insere no domínio morfoclimático dos mares de morros (AB'SÁBER, 2003), caracterizado por um conjunto de morros mamelonares (topos em “meia laranja”) derivados de intensa ação intempérica sobre as rochas cristalinas. Além disso, possui solos (predominantemente cambissolos e latossolos) pouco espessos nas áreas de maior declividade, sobrepostos em embasamento cristalino (granito-gnássico) impermeável, com presença de grandes matacões próximos a superfície, gerando instabilidade (OLIVEIRA FILHO, 2012). O clima tropical de altitude na região serrana fluminense possui chuvas o ano todo (mais concentradas no período do verão), contribuindo para o processo de intemperização. A distribuição das chuvas e temperaturas médias pode ser observado no climograma de Nova Friburgo, a seguir:

Figura 16 - Climograma de Nova Friburgo



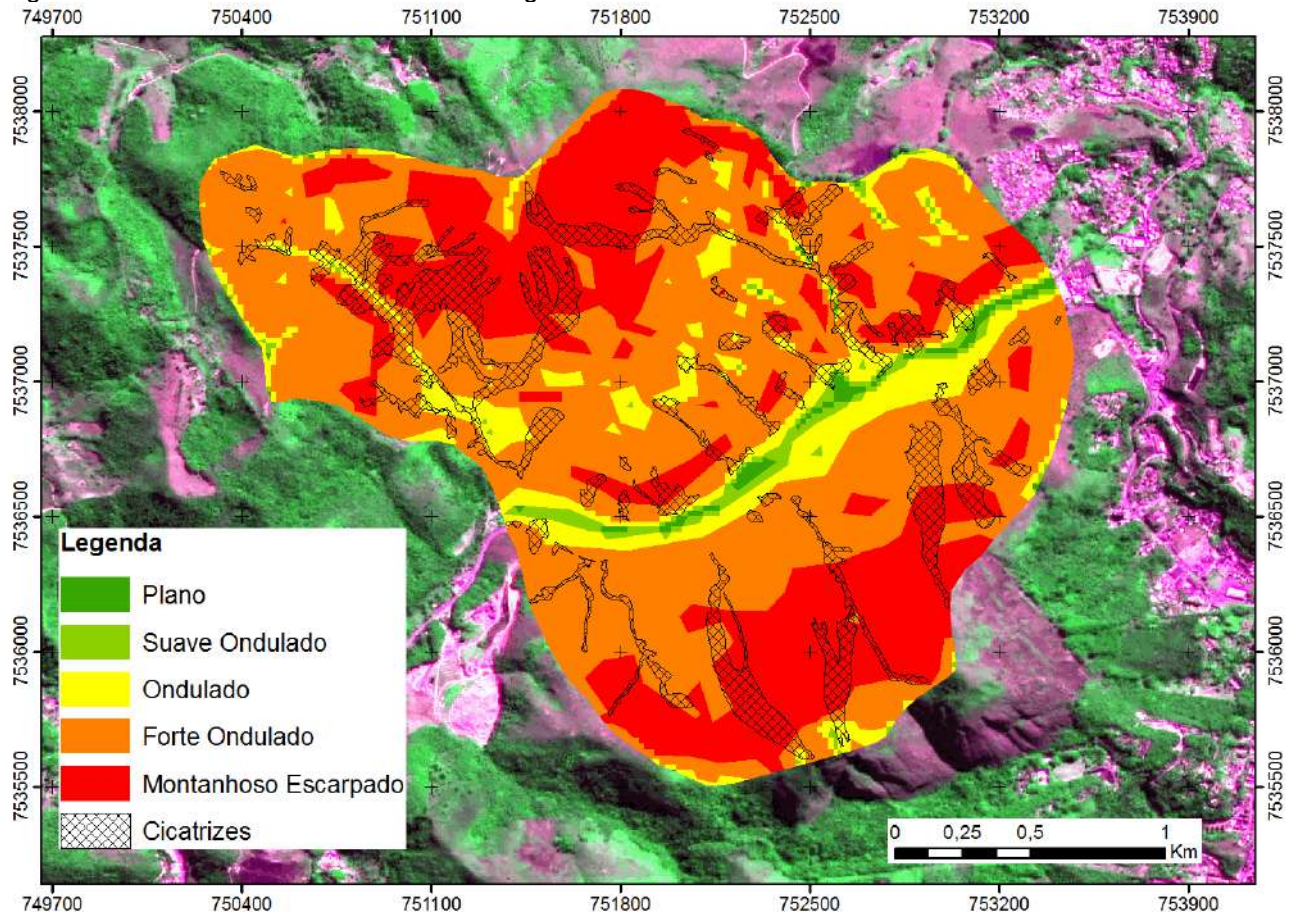
Temperatura média (°C):	18,0
Total precipitações (mm)	1279,8

	Chuva (mm)	Trimestre	% do Total	Temperatura	Mês
JAN	232,1			21,2	Normal
FEV	165,2			21,2	Normal
MAR	154,6	551,9	43,1	20,8	Normal
ABR	61,4			18,5	Normal
MAI	39,8			16,0	Normal
JUN	32,3	133,5	10,4	14,6	Normal
JUL	24,7			14,1	SECO
AGO	23,7			15,3	SECO
SET	52,4	100,8	7,9	16,6	Normal
OUT	86,3			18,2	Normal
NOV	186,1			19,3	Normal
DEZ	221,2	493,6	38,6	20,3	Normal
	Total	1279,8	100	(°C)	

Fonte: AGEVAP/COHIDRO, 2014.

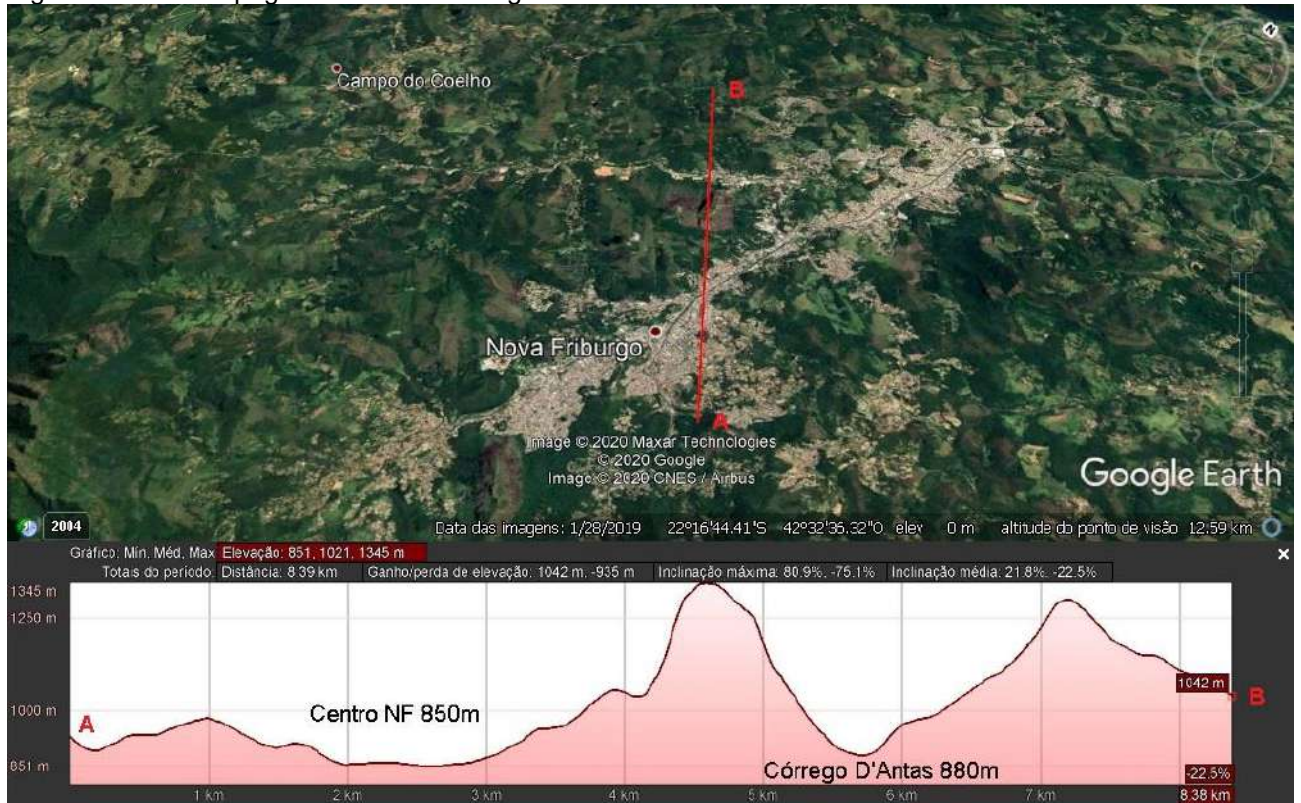
O bairro se desenvolveu às margens do córrego e da rodovia, a partir do fundo do vale em direção às encostas, ocupando áreas de diferentes classes de declividades (Figura 17). A direção do escoamento do córrego acompanha o perfil de deformação (em diferentes graus de ductilidade e ruptilidade) das rochas, ou seja, SW-NE. As figuras 18 e 19 apresentam o perfil topográfico do bairro, a partir de dois cortes: um em sentido SE-NW, do centro da cidade até o bairro (figura 18); e o outro em sentido NE-SW, do bairro “ponta a ponta” (figura 19).

Figura 17 - Classes de declividade do Córrego D'Antas e cicatrizes dos movimentos de massa



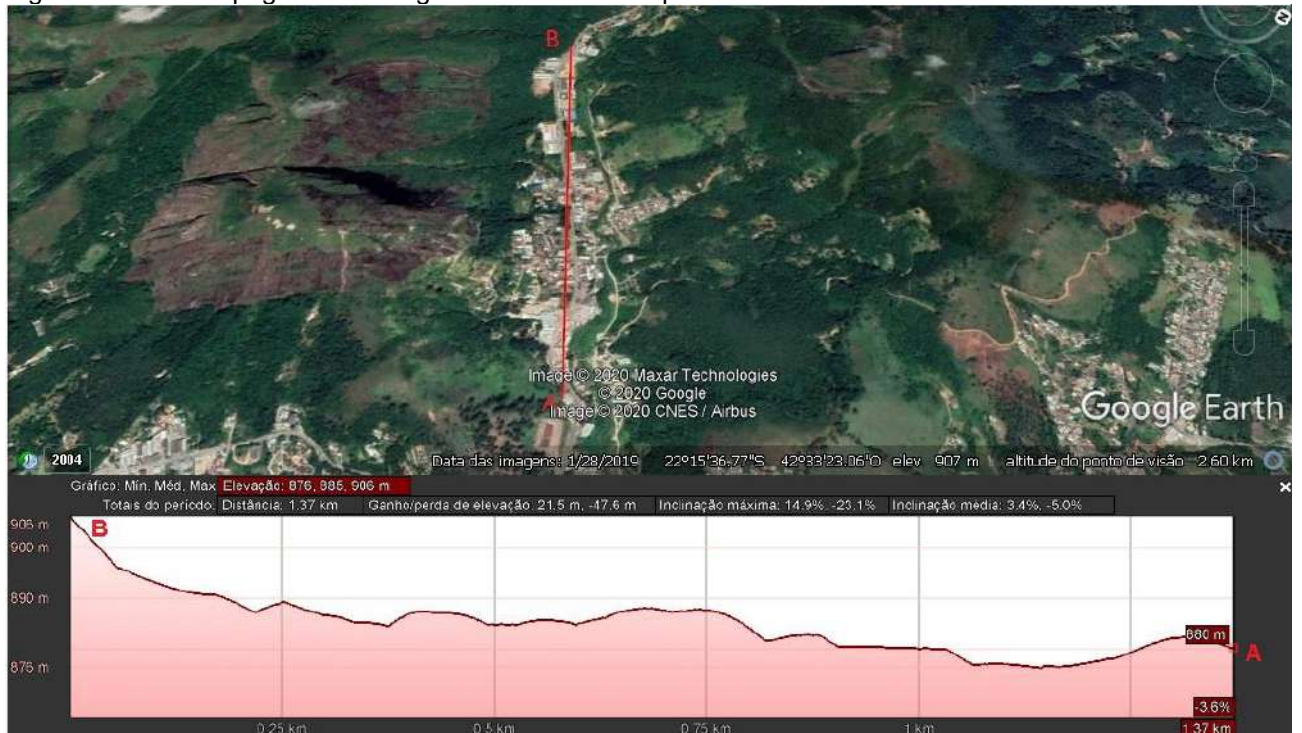
Fonte: Pinho et al., 2013.

Figura 18 - Perfil topográfico Centro-Córrego D'Antas



Fonte: O autor, 2020.

Figura 19 - Perfil topográfico Córrego D'Antas "Ponta a ponta"



Fonte: O autor, 2020.

Pelas características descritas, forma-se o cenário padrão para movimentos de massa dos tipos deslizamento/escorregamento translacional e rotacional, bem como corridas de massa. Ab'Sáber descreve esta condição de vulnerabilidade da região mencionando, inclusive, a dificuldade que empreiteiras apresentavam para realizar obras públicas, como a construção de estradas, por exemplo, neste domínio. Nas palavras do autor:

O domínio dos mares de morros é o meio físico mais complexo e difícil do país em relação às construções e ações humanas. Aí (...) tanto é difícil o encontro de sítios urbanizáveis (...) como igualmente difícil é a abertura de estradas e sua conveniente conservação. Por outro lado, é a região sujeita aos mais fortes processos de erosão e de movimentos coletivos de solos de todo o território brasileiro, haja vista o caso das catastróficas enxurradas e escorregamentos de solos que frequentemente - e de modo espasmódico - têm afetado as áreas urbanas de algumas grandes aglomerações humanas brasileiras localizadas em morros ou por entre morros (...). (AB'SÁBER, 2003, p. 62)

Ademais, pode-se citar o fator relativo às ocupações irregulares das encostas como mais um dado tributário da ocorrência destes movimentos, transmutando um evento natural em social. A questão da ocupação irregular de encostas revela, assim, um fenômeno de classe social. Via de regra, o crescimento urbano (com a consequente especulação imobiliária) empurra as populações mais pobres para as zonas periféricas, onde os terrenos são menos desejados e, portanto, há menor

controle sobre as ocupações. No caso do Córrego D'Antas, o crescimento desordenado e a ocupação de áreas de risco estiveram ligados ao desenvolvimento da área ao redor da estrada (no caso, a RJ-130) e à implantação dos pontos industriais, conforme citado anteriormente. Marandola Jr. confirma esta ideia, ao colocar que:

Se há riscos que têm um componente mais fortemente marcado do ambiente, como os relacionados aos desmoronamentos, a avalanches, a tornados ou furacões, os riscos a pobreza são caracteristicamente marcados pela dinâmica social e pela estratificação social. (MARANDOLA JR., 2004, p. 331)

Correa (1986) identifica o processo de transformação de zonas periféricas, no qual as áreas passam de uma situação de plenamente rural para uma periferia rural-urbana (situação atual do bairro em tela) e, finalmente, para uma área suburbana. Deste modo, conclui o autor que as áreas periféricas inserem-se “no processo de controle social através da reprodução segregada das diferentes classes sociais e suas frações” (CORREA, 1986, p. 73). As pessoas não ocupam áreas de risco por vontade ou gosto de viver nesta situação, mas evidentemente, pelas condições nas quais o desencadear dos processos econômicos e sociais encerram os valores atribuídos aos espaços. É neste sentido que a noção de lugar ganha suas conotações de geograficidade, na medida em que, ainda que o preço (enquanto informação econômica entre compradores e vendedores) possa ser mensurado objetivamente, o valor de determinado bem (no caso, o espaço de moradia e vivência) será sempre subjetivo, para além, inclusive, de sua utilidade. Este dado ficou claro quando das entrevistas e conversas com os moradores atingidos, nas quais se perguntou sobre a relação deles com o bairro, muitos relataram sentimentos contrastantes de afetividade com o espaço, mas também de angústia com a convivência com o risco, materializada dramaticamente no desastre de janeiro de 2011.

Tomado o recorte em seu contexto, podemos dar sequência ao andamento do capítulo, abordando o evento catastrófico, a partir de uma breve descrição.

#### **4.2 A catástrofe de 11-12 de janeiro de 2011**

Conforme anunciado no final do tópico anterior, este se aterá à descrição do ocorrido na madrugada de 11 para 12 de janeiro, no qual um conjunto de condições

naturais e sociais geraram um desastre sem precedentes no país, considerado o maior do tipo. Ao anunciar o tópico como uma breve descrição não se objetivou criar salvo conduto para evitar detalhamentos trabalhosos, mas sim expor que, ainda que se faça uma descrição minuciosa da ocorrência de um desastre, nunca será possível se explicar o que é viver isso “na pele”. As sensações mais captadas nos olhares das pessoas nos dias subseqüentes eram de desolação e perplexidade, mas principalmente de insegurança e incerteza. Estas têm ligação íntima com o conceito de risco, trabalhado por Marandola Jr. (2004; 2014) na perspectiva geográfica, nos quais o autor desenvolve noções diferenciadas de escala (individual e coletiva) e de dimensões (espacial/ambiental, social/cultural e existencial/fenomenal) que formariam um arcabouço ontológico do risco. Grosso modo, podemos caracterizar cada uma destas do seguinte modo: a dimensão espacial/ambiental se refere ao conjunto das condições geográficas, englobando tanto as materialidades (geomorfologia, clima, sítio urbano) quanto as imaterialidades (percepção ambiental, imaginação geográfica, discursos e práticas sociais); a dimensão social/cultural está ligada aos processos de organização e desorganização na relação entre sociedade e ambiente, enquanto condição coletiva na qual o desastre (ou, antes mesmo, o risco) leva a um processo de desorganização seguida de reorganização nas relações sociedade-ambiente; e, por último, a dimensão existencial/fenomenal trata do conhecimento subjetivo da vida em comunidade, na qual importa mais a vivência do espaço que propriamente a sua concepção<sup>28</sup> e que envolvem, portanto, “os fenômenos psíquicos e afetivos” (MARANDOLA JR., 2004, p. 329).

Marandola Jr. estabelece as suas três dimensões a partir das leituras em Kenneth Hewitt e as compara com as “três ecologias” de Félix Guatarri, bem como com o esquema teórico proposto por Marcio Piñon Oliveira, demonstrando o encaixe de ideias e conseqüente corroboração de suas dimensões. O autor chama a atenção ainda para o fato de que as dimensões propostas possuem um entrelaço que dificultaria a adoção ou compartimentação (e, mais ainda, uma oposição entre elas), já que possuem igual importância na abordagem sobre o risco. Tendo em mente estas dimensões, podemos tentar nos aproximar de uma descrição que forneça condições de entendimento do que se viu e se vivenciou naquela madrugada.

---

<sup>28</sup> No sentido da diferenciação proposta por Lefebvre (2006) entre as noções de espaço vivido, concebido e percebido.

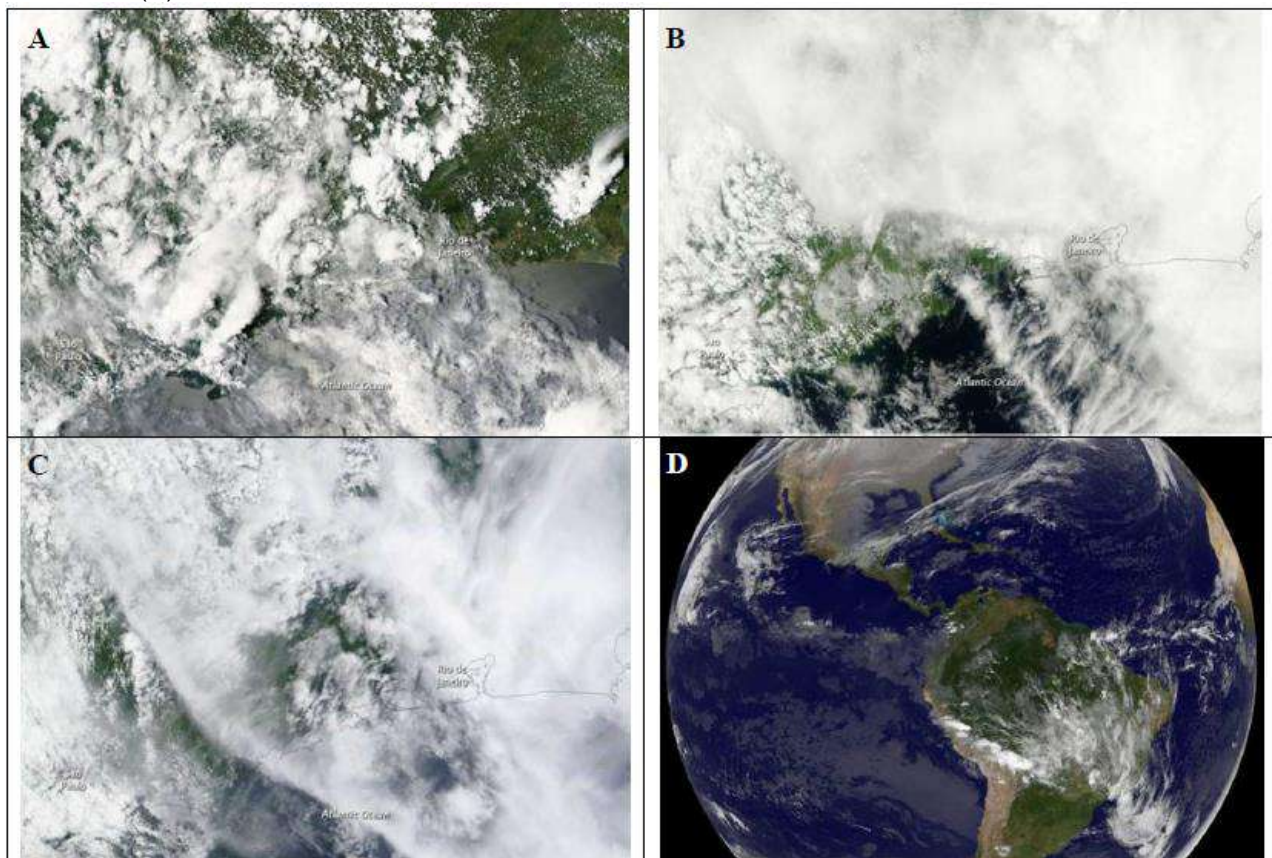


A madrugada de 11 para 12 de janeiro de 2011 culminou com um evento crítico de grandes proporções, tendo sido apontado pela mídia à época como o maior do tipo já ocorrido no país (OTTERO et al., 2018; MEDEIROS, 2013; CORREA, 2015). As semanas que antecederam ao evento já estavam sob atuação da chamada Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), com tempos chuvosos que foram causando encharcamento dos solos, como uma espécie de preparação para a catástrofe. Segundo relatório do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ) a grande precipitação foi causada por uma série de três fatores, a saber:

Um período chuvoso na Região Sudeste, que provocou precipitações de oito a dez dias na serra do Estado do Rio e iniciou o processo de encharcamento do solo, combinou-se com chuvas pré-frontais, que caíram com intensidade forte durante 32 horas em boa parte da serra, entre os dias 10 e 12 de janeiro. O terceiro evento foi a formação de uma cúmulus nimbus realimentada por umidade proveniente da Amazônia, que resultou em chuvas localizadas nas cabeceiras de vales, de intensidade fortíssima. (COPPE, 2011 apud OLIVEIRA FILHO, 2012)

Assim, a intensa banda de nebulosidade, que pode ser observada na figura 20, somado a configuração orográfica gerou o estacionamento de grandes nuvens convectivas sobre a região.

Figura 20 - Imagens de satélite divulgadas pela NASA para os dias 10 (A), 11 (B), 12 (C) e 13/01/2011 (D)

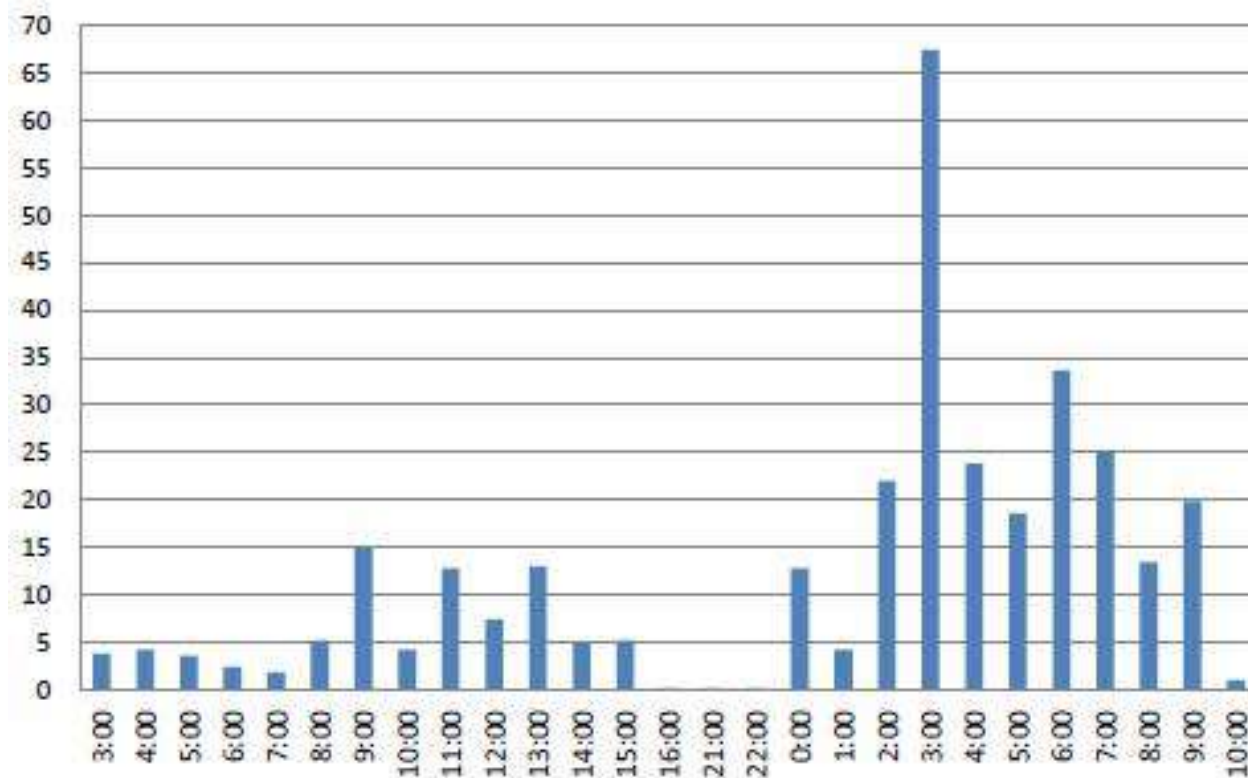


Fonte: Cavalcanti Filho et al., 2011

Deste modo, entre os dias 11 e 12 choveu o esperado para todo o mês de janeiro na região<sup>29</sup>. Somente na microbacia do Córrego D'Antas foram registrados valores entre 180mm e 220mm (LIMA, 2012), com base em dados das estações de monitoramento da ANA (Agência Nacional de Águas), conforme pode ser observado na figura 21, a seguir:

<sup>29</sup> “As normais climatológicas (1961-1990) calculadas para a estação meteorológica de Nova Friburgo, operada pelo Inmet (lat. 22°15'S, long. 42°31'W e altitude 856,6m), possuem valores de temperatura do ar de 18° C, umidade relativa de 80% e precipitação anual de 1279,8 mm. Os meses com as maiores médias mensais de precipitação são **janeiro (232,1 mm)** e dezembro (221,2 mm), enquanto agosto apresenta a menor média (23,7mm), indicando chuvas de verão aproximadamente 9 vezes maior que no inverno.” (PINHO et al., 2013, p. 18 - grifo nosso)

Figura 21 - Precipitação horária em mm dos dias 11 e 12 de janeiro de 2011



Fonte: Rodrigues, 2013.

Assim, toda a precipitação acumulada dos dias anteriores, a grande precipitação da madrugada de 11 para 12 de janeiro somado à conjunção das características fisiográficas da área, tais quais as encostas íngremes, os vales estreitos, as rochas com alto grau de intemperismo, o contato abrupto rocha-solo e litologia com fraturas (PINHO et al., 2013) levaram a um total de 800 movimentos de massa no município, deixando um rastro de destruição, com cerca de 428 mortos (segundo dados oficiais<sup>30</sup>, de um total de 911 óbitos em toda a região atingida, que inclui os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Bom Jardim, Sumidouro e São José do Vale do Rio Preto), 2.031 desabrigados (de um total de 12.768 na região), 3.220 desalojados (de um total de 23.315 na região) e um prejuízo de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2012 apud FREITAS & NETTO, 2017). A publicação de apresentação do bairro, mencionada anteriormente, descreve o cenário dramático:

<sup>30</sup> Não se tem certeza se os dados oficiais refletem a quantidade real de óbitos, acreditando-se ser este número bem maior.

Houve muitas perdas humanas. Sua estrutura física natural foi seriamente afetada pela imensa quantidade de água das chuvas. Os deslizamentos de encostas fizeram com que aflorassem rochas até então cobertas por matas nativas, o que gerou enormes cicatrizes em suas montanhas. As águas abundantes levaram para muitas casas e para o córrego uma quantidade impressionante de pedras, árvores e lama. Numerosas casas foram destruídas com seus moradores dentro. O córrego virou um rio completamente assoreado que escoava fora de sua calha e ficou passando por ruas e casas por cerca de três meses, deixando grande acúmulo de terra ou mesmo lama por onde passou. Parte dos moradores passou a data da Páscoa sem casa, com a casa em condição de risco ou sem poder ficar em sua residência tomada por sedimentos até o teto. A infraestrutura urbana foi profundamente afetada. Galerias de águas pluviais entupiram, toda a rede de esgoto e de abastecimento d'água foi danificada, postes foram arrancados e ruas ficaram totalmente interditadas prejudicando serviços básicos como fornecimento de eletricidade, serviços de telefonia, conexão de internet, coleta de lixo, transporte público, etc. (AMBCD, 2011, p. 02)

Diversas alterações na paisagem ainda hoje (quase 10 anos depois) são notadas por todo o município. No Córrego D'Antas, houve o alargamento da calha em 4,5 metros (de 3,5 para 8) (DIAS & LIMA, 2012), graças à corrida de detritos (*mudflow*, em especial argila e areia) originados nos deslizamentos ocorridos na cabeceiras (PINTO & FREITAS, 2012). Imóveis ainda permanecem com sinais de destruição e marcas de lama, encostas possuem próteses de contenção, áreas que antes possuíam casas e comércio a beira do córrego agora estão vazias. Estas alterações poderão ser melhor visualizadas no tópico seguinte, que traz o desastre em imagens.

Deste modo, apesar de toda a chuva torrencial e de todos os movimentos de massa que caracterizaram o evento crítico, a tragédia se anuncia não somente pelos deslizamentos de terra, mas sim pela quantidade de mortos e desabrigados, a grande maioria nas áreas periféricas, revelando o "elo mais fraco" da falta de planejamento urbano-ambiental das políticas públicas do município (e estadual/federal) ao longo dos anos: os mais pobres e a ocupação irregular de encostas suscetíveis. Desse fato, decorre a chamada "ferida aberta" do povo friburguense, o que fez parecer despertar um novo olhar (ou uma nova consciência) sobre o ambiente, motivo de ser desta tese.

A escrita deste tópico remeteu à memória as diversas cenas não registradas fotograficamente, e que não podem ser descritas fielmente. A composição de cada cenário, de cada expressão facial vista e de cada desabafo ouvido são filmes difíceis de se expressar em linhas acadêmicas. Assim, o tópico seguinte, complementar a este, buscará aproximar esta contextualização a partir das fotografias e imagens próprias e coletadas pela internet, no site da associação dos moradores e a partir do recurso de recuperação de imagens no *software* Google Earth Pro.

### 4.3 Os impactos na paisagem do Córrego D'Antas em imagens

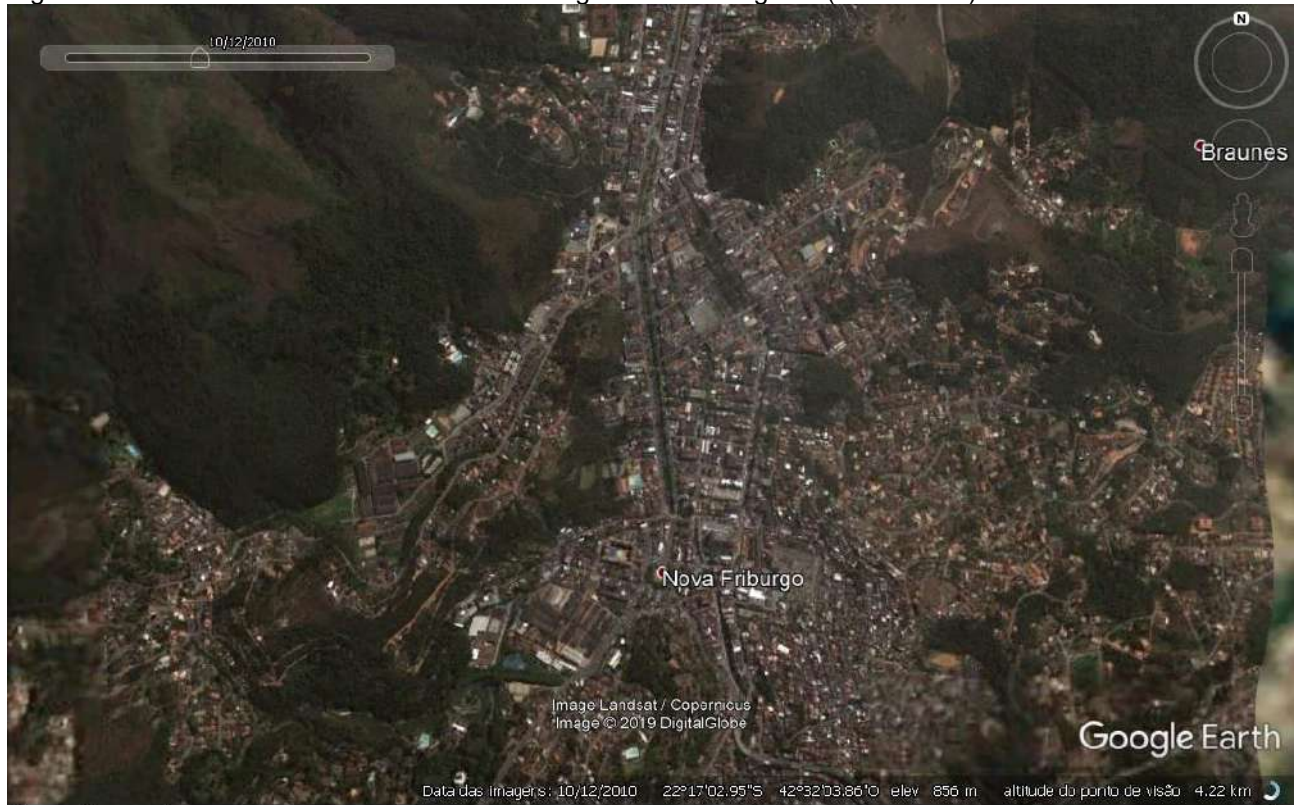
Este tópico será utilizado para expor imagens da paisagem do bairro do Córrego D'Antas no antes e pós-tragédia, visando ilustrar a dimensão do ocorrido, além das marcas deixadas na paisagem, que se mostram deveras impactantes e se destacam mantendo viva a memória da tragédia. É praticamente impossível não remeter ao evento quando se observa, por exemplo, uma obra de contenção de encostas, das muitas que estão dispostas nas áreas atingidas.

Serão utilizadas fotografias próprias e outras divulgadas por meios de comunicação, de mídia local e nacional e do site da AMBCD. Outro recurso empregado se refere ao uso de uma funcionalidade bastante interessante oferecida pelo *software* Google Earth, no qual é possível se observar a série histórica de imagens já produzidas sobre os locais, em formato de linha do tempo.

O uso das imagens visa também estabelecer uma conexão entre os objetivos da tese e suas nuances, ilustrando o texto com uma contextualização geográfica, afinal, imagens são textuais e textos são imagéticos. Não se pretende empreender um debate a respeito da questão de iconografias (ou iconologias), mas tão somente demonstrar que o texto, por mais imagético que possa parecer, nunca dará conta de fazer compreender a experiência da tragédia por seu intermédio. Acreditamos que as imagens, por mais textuais que também sejam, dão uma dimensão mais próxima do ocorrido, guardando, evidentemente, seus limites. Reforçamos que nenhuma das sensações vividas na experiência da tragédia poderá ser aqui transcrita com exatidão, entretanto o uso das imagens busca fazer conhecer o ocorrido.

De início recorreremos a imagens de satélite, obtidas a partir do *software* Google Earth, de antes (outubro de 2010) e após (janeiro de 2011) o evento, da parte central do município e do bairro Córrego D'Antas, como forma de melhor contextualizar a escolha do bairro como recorte específico.

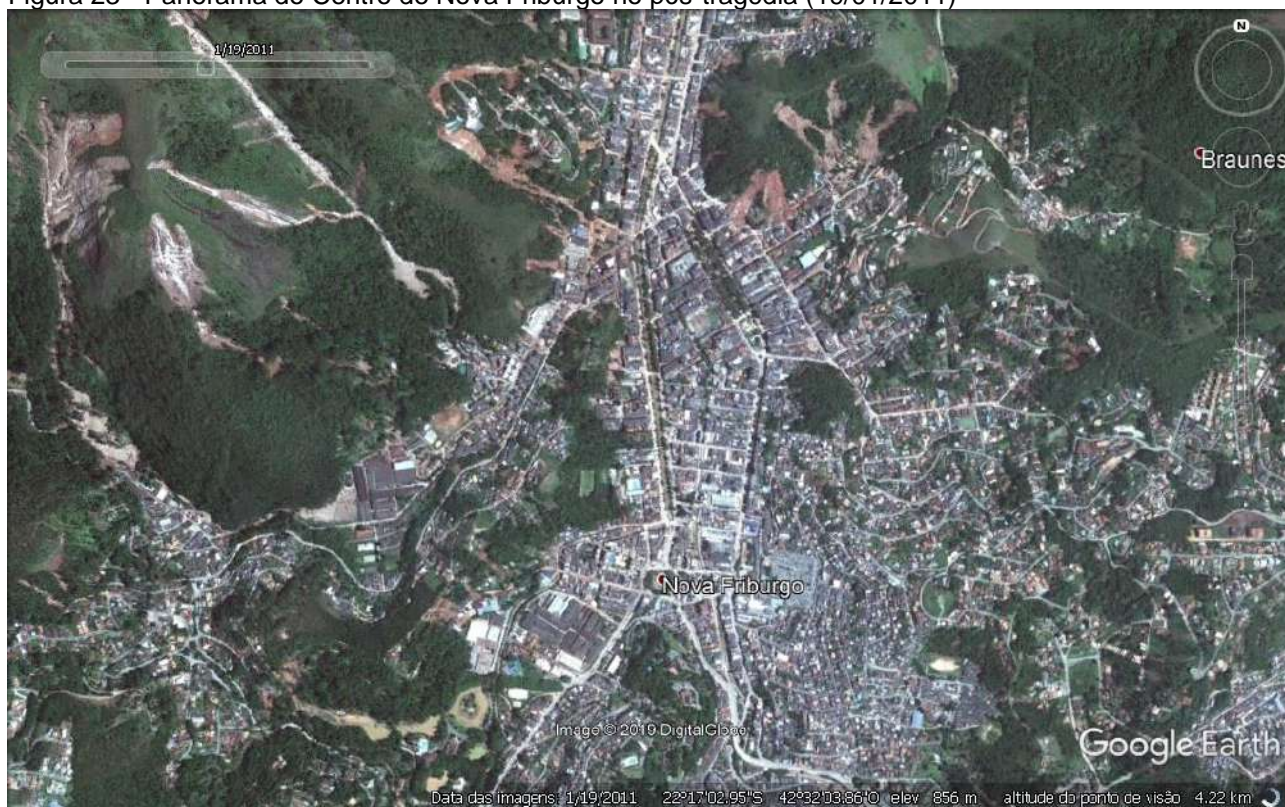
Figura 22 - Panorama do Centro de Nova Friburgo antes da tragédia (12/10/2010)



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth

A primeira imagem (Figura 22) mostra um panorama geral da parte central de Nova Friburgo a uma altitude do ponto de visão de 4,22 km, em imagem gerada no dia 12 de outubro de 2010, ou seja, três meses antes da tragédia. Nela é possível observar a configuração da distribuição espacial da mancha urbana pelo fundo do vale, cercado por morros com vegetação preservada. A imagem seguinte (Figura 23) mostra a mesma área em imagem gerada no dia 19 de janeiro de 2011, uma semana após o evento.

Figura 23 - Panorama do Centro de Nova Friburgo no pós-tragédia (19/01/2011)



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth.

Na figura 23 é possível observar diversos trechos de encostas “rasgadas” por deslizamentos, incluindo as mencionadas áreas de vegetação preservada. Muitos profissionais do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil de Nova Friburgo relatavam surpresa com os deslizamentos nestas áreas, antes consideradas seguras.

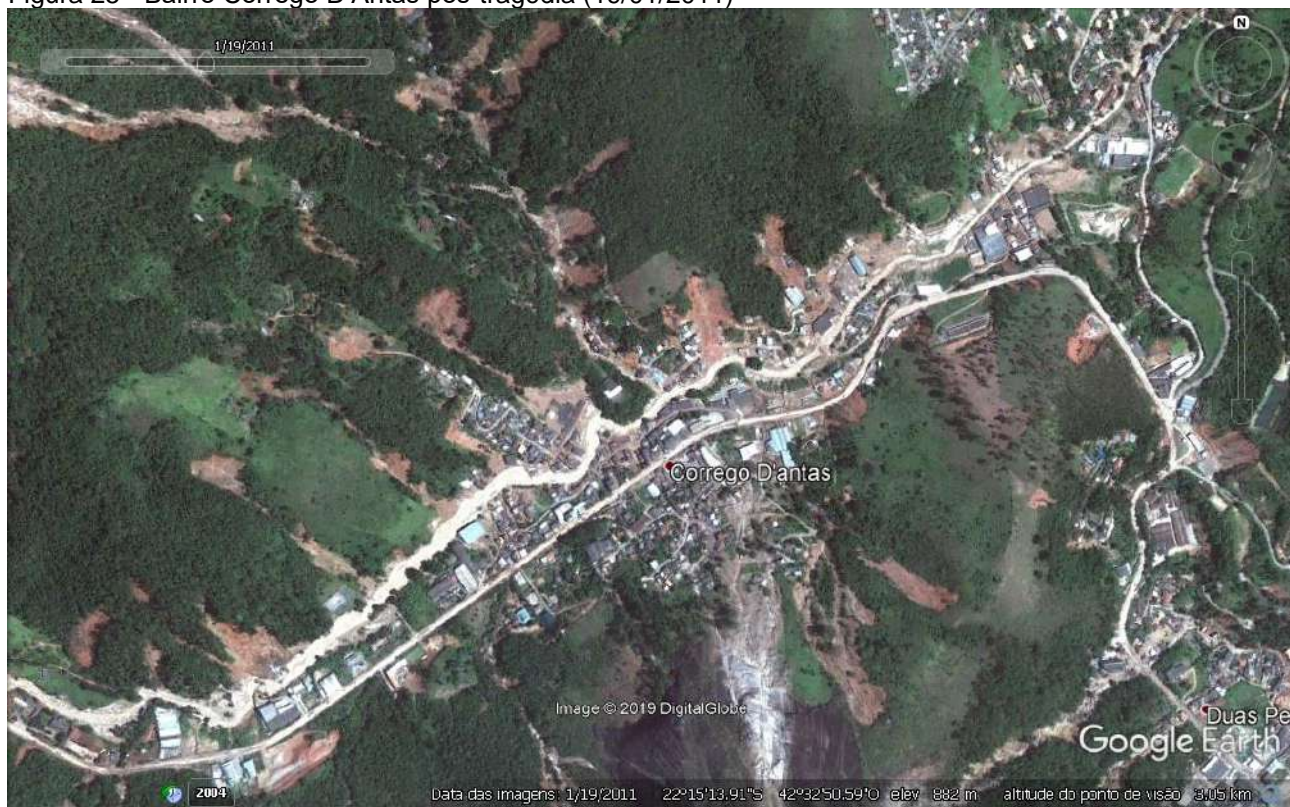
As duas próximas imagens se referem também a capturas de antes e depois (nas mesmas datas das anteriores) através do Google Earth, no bairro do Córrego D’Antas, recorte específico da pesquisa, a uma altitude do ponto de visão em 3,05 km. Nestas se observa a quantidade maior de movimentos de massa tanto em números absolutos, quanto (e principalmente) por unidade de área, demonstrando a severidade do evento para esta porção espacial.

Figura 24 - Bairro Córrego D'Antas antes da tragédia (12/10/2010)



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth

Figura 25 - Bairro Córrego D'Antas pós-tragédia (19/01/2011)



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth



Pelas figuras 24 e 25 fica evidente a amplitude do estrago causado pelas chuvas e as diversas cicatrizes na paisagem do bairro. O bairro do Córrego D'Antas foi escolhido para as entrevistas pelo fato de ter sido um dos mais atingidos, bem como por também ser um dos que vem desenvolvendo ações de mitigação e memória, através, por exemplo, de um "Atlas da Tragédia". Além disso, permite também refletir a questão de classe presente em um desastre "natural": os efeitos de eventos catastróficos tendem a ser mais severos sobre a população economicamente mais vulnerável, evidenciando omissão do poder público. Apesar de na área central do município também ter havido alguns estragos provenientes de movimentos de massa, bem como o rastro de lama e sujeira espalhada, a magnitude destes efeitos sobre o bairro do Córrego D'Antas se deu de modo bem mais severo e evidente, atraindo diversos pesquisadores interessados em compreender e dar contribuições para o entendimento do evento.

Na sequência, apresentamos algumas imagens retiradas do site da AMBCD, de capturas realizadas em diferentes momentos, sendo algumas nos dias subsequentes e outras alguns meses após o evento que dão uma dimensão melhor por retratar os momentos ao nível do solo, tanto das alterações na paisagem quanto do esforço da comunidade em refazer o bairro.

Foto 2 - Centro do bairro dias após o desastre



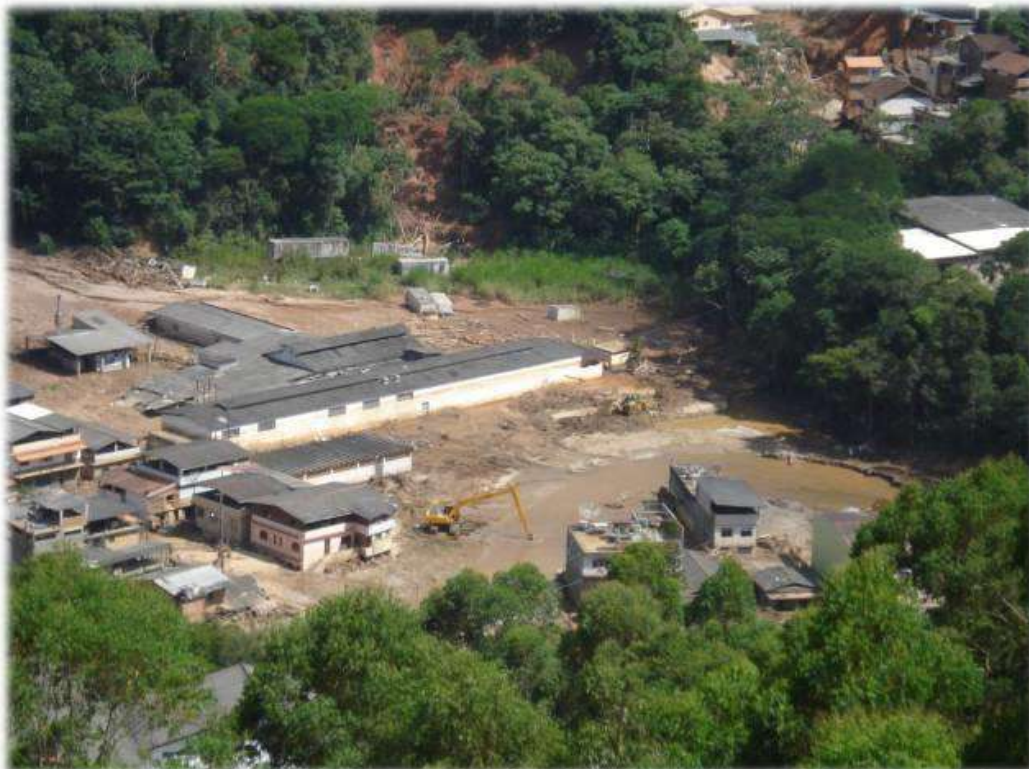
Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/o-bairro-e-seus-desafios/>>. Acesso em: 21/07/2020.

Foto 3 - Cenário pós-desastre no Córrego D'Antas (Localidade Sítio Dois Esquilos)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/sobre/>>. Acesso em: 21/07/2020.

Foto 4 - Cenário pós-desastre no Córrego D'Antas (fábrica de mortadela)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/sobre/>>. Acesso em: 21/07/2020.

Foto 5 - Cenário pós-tragédia no Córrego D'Antas (ponte improvisada pelos moradores)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/sobre/>>. Acesso em: 21/07/2020.

Foto 6 - Cenário pós-tragédia no Córrego D'Antas (cicatriz em encosta)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/sobre/>>. Acesso em: 21/07/2020.

Os meses que se seguiram à tragédia não foram dos mais fáceis para a comunidade. Em 23/03/2011, ou seja, mais de dois meses após o ocorrido foi postado no site da AMBCD um “texto-desabafo” assinado pela “Comissão de Reconstrução do Bairro”, no qual se relatava a situação de abandono:

O bairro ainda apresenta um cenário de destruição no qual pessoas caminham sobre escombros de casas soterradas e ruas interditadas por entulhos trazidos pela enchente e pelo deslizamento de encostas. Há muitas galerias água pluvial entupidas. Toda rede de água e esgoto do bairro foi comprometida e só foi recuperada em caráter provisório. Em grande parte do bairro, o sistema de telefonia fixa não funciona. Há muitas famílias desabrigadas e desalojadas atendidas pelos abrigos oficiais ou por parentes, ou que conseguiram alugar outra casa, mas têm vontade de retornar às suas residências - para tanto aguardam tão somente a limpeza das ruas. Muitos moradores são obrigados a atravessar um pontilhão improvisado pela própria população para chegar a estrada que dá acesso à cidade. Hoje, quando chove forte, o rio transborda e as pessoas ficam isoladas. (SITE DA AMBCD. Disponível em: <<http://corregodantas.wordpress.com/fotos/sobre/>>. Acesso em: 15/07/2020)

Foto 7 - Cenário do bairro dois meses após o desastre



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/sobre/>>. Acesso em: 21/07/2020.

Aliás, diversas outras postagens no site parecem ter o objetivo de publicizar não somente as condições do pós-tragédia, mas principalmente mostrar que, ao contrário do que muitos pensavam, o bairro não havia acabado. Assim, foram organizados diversos mutirões que reuniam os moradores da comunidade e voluntários de outras áreas para fazer a reconstrução do bairro, de modo a não depender do emaranhado burocrático do poder público. O site da AMBCD mantém postagens relativas a cinco destes mutirões, dos quais apresentamos algumas imagens a seguir.

Foto 8 - Mutirão de reconstrução do bairro (03/04/2011)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/fotos-mutirao-de-0304/>>. Acesso em: 22/07/2020.

Foto 9 - Faixa estendida durante mutirão no Córrego D'Antas (03/04/2011)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/fotos-mutirao-de-0304/>>. Acesso em: 22/07/2020.

Foto 10 - Retirada de lama ressecada em mutirão de reconstrução (07/05/2011)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/mutirao-de-0705/>>. Acesso em: 22/07/2020.

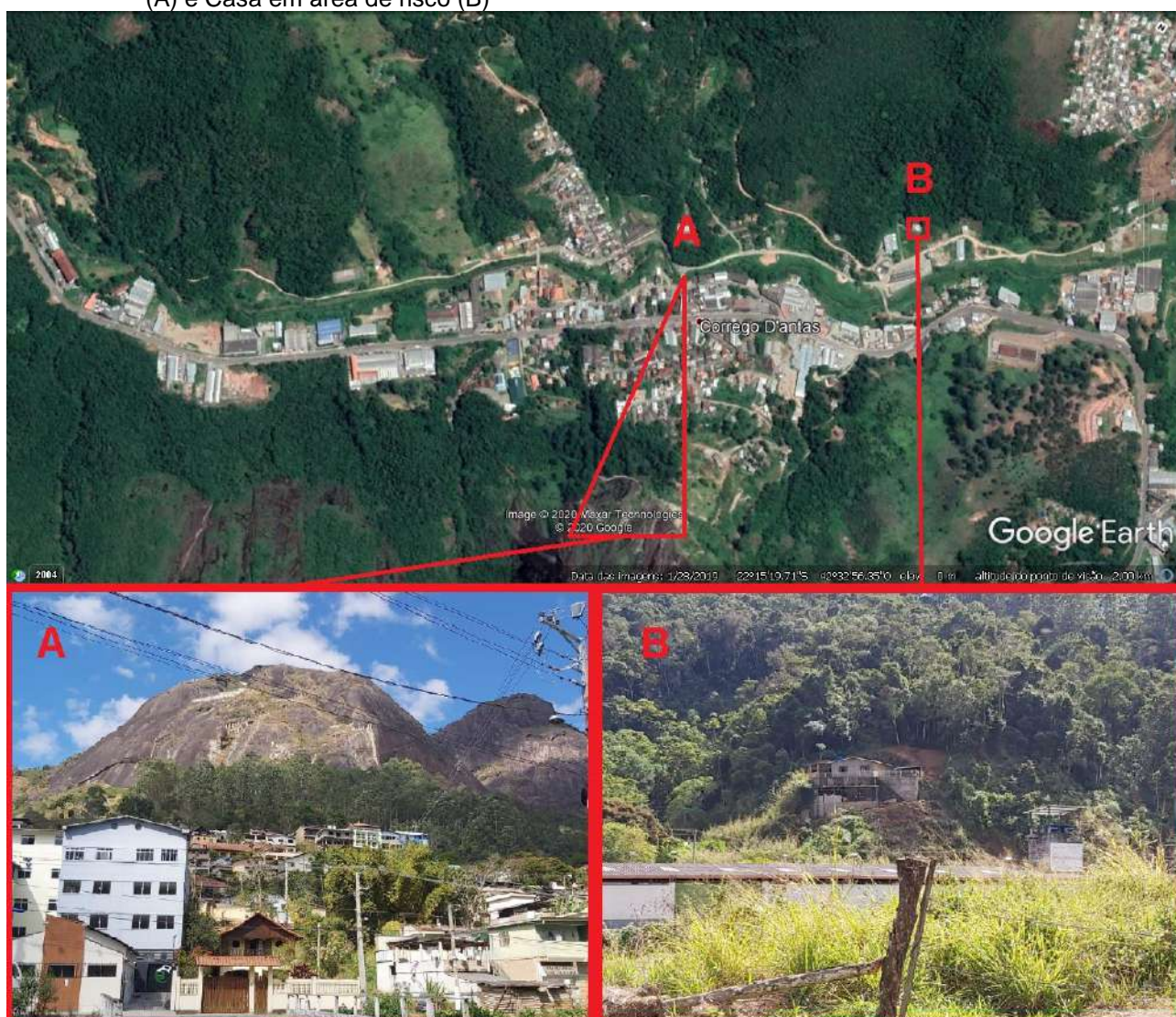
Foto 11 - Interior de casa durante mutirão de reconstrução (07/05/2011)



Fonte: Site da AMBCD. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/fotos/mutirao-de-0705/>>. Acesso em: 22/07/2020.

Algumas das marcas deixadas pelo evento ainda hoje chamam a atenção. Além destas, também as próteses remetem ao ocorrido, pois muitas foram colocadas em áreas atingidas ou em áreas de potencial risco, como forma de prevenção. As últimas imagens listadas neste tópico se referem a nossa última visita de campo realizada ao Córrego D'Antas, datando do dia 23/07/2020. Nestas, estão expostas algumas áreas do bairro que demonstram que a comunidade segue a vida, apesar da convivência com as memórias da tragédia e com o risco de novos problemas.

Figura 26 – Aspectos atuais do Córrego D'Antas: Próteses de contenção na Pedra das Duas Pedras (A) e Casa em área de risco (B)



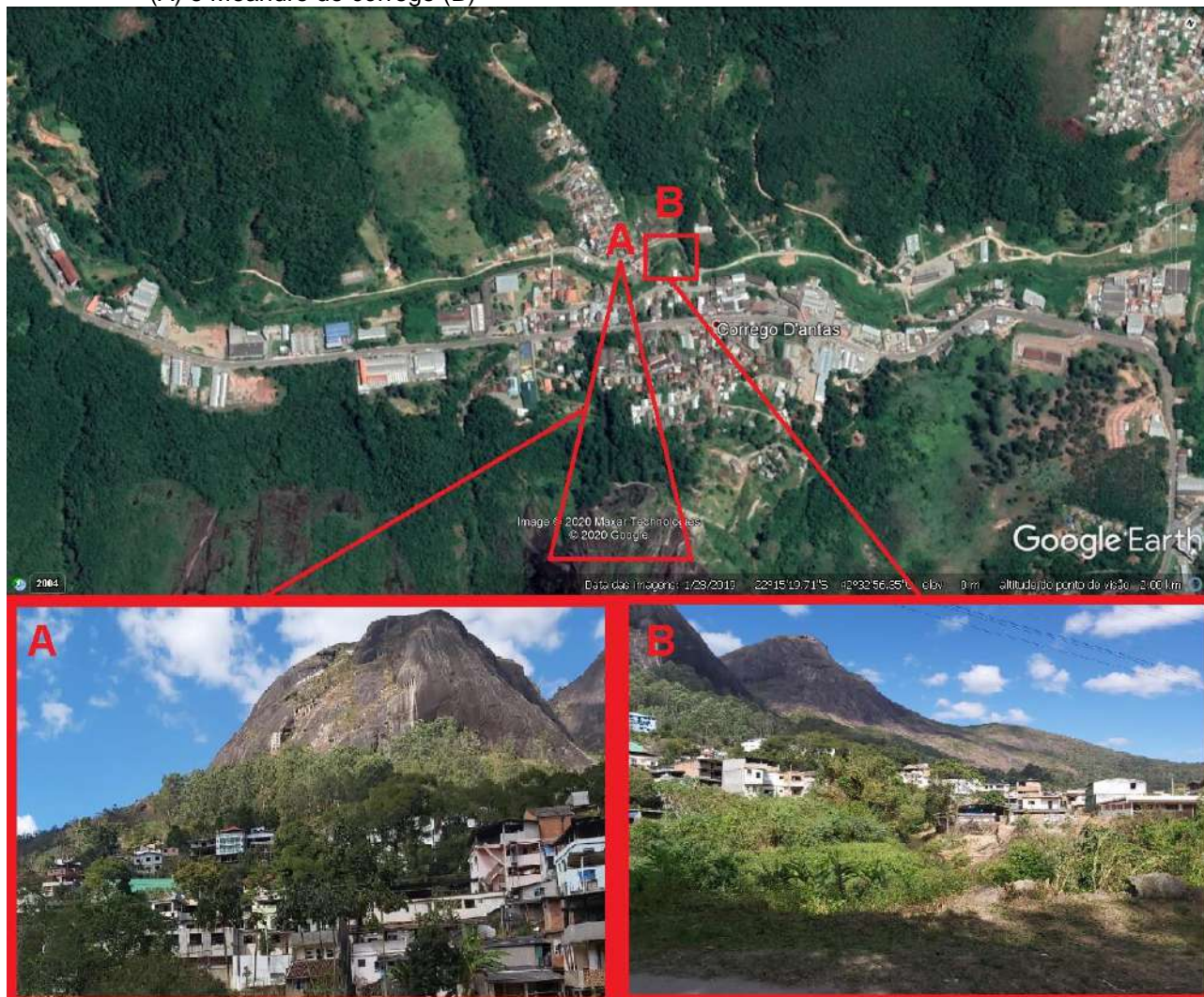
Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth e fotos de acervo pessoal

A imagem A na figura 26 acima mostra um panorama de trecho do bairro, no qual é possível observar diversos imóveis construídos na base do morro escarpado, bem como algumas próteses instaladas em diversos pontos da parede da pedra. A



imagem B é pontual de uma casa em um local que possui um barranco com solo exposto na parte de trás, evidenciando risco de movimentos de massa e consequente desabamento.

Figura 27 – Aspectos atuais do Córrego D'Antas: Casas amontoadas ao sopé da Pedra Das Pedras (A) e Meandro do córrego (B)



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth e fotos de acervo pessoal

Na figura 27 acima, a imagem A mostra o panorama das construções no sopé da Pedra Das Pedras por um ângulo um pouco diferente da imagem A da Figura 26 anterior. A imagem B retrata um trecho de meandro do córrego, com algum lixo espalhado e padrão estético demonstrando certo abandono.

Por fim, duas fotos da parte alta do bairro (Figura 28), num trecho que sofreu com queda de blocos de rocha, os quais destruíram cerca de 3 casas que, conforme relatos de moradores, numa das casas houve 4 mortos e nas demais interdição pela Defesa Civil e, consequente mudança dos moradores para outras áreas. Pelas fotos

observa-se alguns pedaços destas rochas quebradas remanescentes e as duas casas interditadas, em ruínas por abandono.

Figura 28 - Aspecto atual de trecho da parte alta do bairro: pedaços de rochas remanescentes (A) e casas em ruínas (B)



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth e fotos de acervo pessoal

Deste modo, o objetivo do tópico foi o de ilustrar as condições do bairro do Corrego D'Antas, através de imagens que retratam os momentos anteriores ao desastre (imagem do Google Earth), os dias subsequentes ao ocorrido, as ações de reconstrução pela comunidade, bem como algumas imagens das condições atuais. Até este momento, o capítulo buscou uma contextualização que levasse a um conhecimento sobre o recorte espacial escolhido. Os tópicos seguintes abordarão o cerne da tese, ou seja, as relações dos atores sintagmáticos envolvidos com a comunidade (aqui selecionados o poder público e as religiões) e, evidentemente, a própria comunidade.

#### 4.4 Os níveis da História Ambiental aplicados

Conforme exposto anteriormente, a História Ambiental instrumentaliza o seu entendimento sobre o desenrolar do processo histórico ao emergir a influência e a importância dos fatores da natureza sobre a sociedade. Já foi mencionado também o fato de não se tratar de uma variação do determinismo ambiental, na medida em que não se considera que os fatores naturais/ambientais determinem ou direcionem o desenvolvimento humano (muito menos que expliquem por si só os contextos que levaram as civilizações às suas diferentes configurações), mas tão somente listar e privilegiar a natureza como parte do conjunto das variáveis que devem ser levadas em consideração ao se buscar compreender as diversas realidades sociais. Para tanto, busca a abordagem a partir de seus três níveis (não-hierárquicos) que são, na verdade, três angulações possíveis de enfoque dos fatores da natureza para a constituição de um contexto social.

Em nossa pesquisa, o grande “fator natural” abordado se refere à ocorrência de eventos críticos desencadeados por condições físicas, que geram situações trágicas pelas perdas humanas e econômicas. Buscamos fazê-lo pelo viés de uma história ambiental, tentando dar conta de seus níveis: nos tópicos anteriores, principalmente os 4.1 e 4.2, o primeiro nível, ou seja, aquele que caracteriza o recorte e o fator pelas suas propriedades físicas, através das conformações geomorfológicas, climáticas e biogeográficas. Os demais níveis serão abordados nos tópicos seguintes, ao apresentar as ações do poder público relacionadas ao desastre (nível 2), bem como das denominações religiosas e da própria comunidade (nível 3).

Para tanto, analisaremos documentos oficiais do poder público municipal, a saber, as versões do plano diretor (a de 2007 e a atual revisão), bem como a devolutiva de revisão deste plano diretor para a comunidade do bairro Córrego D’Antas. Além disso, abordaremos também um acordo de cooperação para prevenção e mitigação de desastres do qual fez parte a Prefeitura de Nova Friburgo e a construção de conjuntos habitacionais destinados aos desabrigados do desastre.

#### 4.4.1 O poder público e a tragédia

Uma constante no pensamento geral da população brasileira (referente não somente ao nosso recorte) no que diz respeito às ações do poder público se dá de modo negativo. De certa forma, estamos acostumados ao noticiário relacionando as atuações de políticos e demais agentes públicos com engrenagens excusas no manejo do erário, resultando em diversos casos de corrupção nas mais diversas esferas, beneficiando uns (os chamados “amigos do rei”) em detrimento de outros (a população, em especial os mais pobres). Uma busca simples no google usando os termos “o que a população brasileira pensa sobre políticos?” é suficiente para se conhecer algumas das pesquisas que demonstram insatisfação e não-identificação popular com governantes. Lima (2007) enxerga esta situação mais como uma crise política, mais profunda, do que uma crise de simples representação.

No caso em tela, a situação de repete. A condição de calamidade pública (no caso, provocada pelo desastre) gera uma configuração de exceção para a administração pública, ao permitir que se realize a dispensa do processo de licitação para execução de obras, contratação de serviços e compra de materiais, visando maior agilidade e menor burocracia para o socorro aos mais necessitados. Entretanto, não raro são noticiadas situações nas quais a decretação do estado de calamidade pública é aproveitada por políticos para o benefício próprio e de seus apoiadores. A sensação que se tem é a de que políticos mal-intencionados sempre possuem um plano de uso das facilidades do estado de calamidade pública engatilhado para quando estas condições ocorrerem (e torcem para que elas de fato ocorram). O desastre de janeiro de 2011 formou o cenário para este tipo de situação, levando a investigações pelo Ministério Público Federal, com consequente afastamento dos então prefeitos de Nova Friburgo e de Teresópolis.<sup>31</sup>

Entretanto, apesar desta condição, o objetivo deste tópico é observar as ações realizadas pelo poder público na condição de ator sintagmático destacado, haja visto

---

<sup>31</sup> Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/em-nova-friburgo-corrupcao-derruba-mais-um-prefeito-da-regiao-serrana-do-rio/>>; <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/07/denuncias-indicam-desvio-de-verbas-destinadas-regiao-serrana-no-rio.html>>; <<https://veja.abril.com.br/politica/mp-investiga-desvio-de-verba-destinada-a-tragedia/>> e <<https://www.oabrf.org.br/noticias/cpi-revela-irregularidades-obra-prefeitura-friburgo>>. Acesso em 29/07/2020.

ser aquele do qual se espera o planejamento e execução de ações preventivas e mitigadoras dos danos sofridos pela população atingida. Apesar de entendermos, como Castro (2010), que é na esfera municipal que de fato se realizam os resultados das políticas públicas e da vida cotidiana, a dependência das demais esferas, gerada pelo mecanismo do pacto federativo, fez com que fosse necessária uma avaliação das atuações que englobaram e integraram as esferas estadual e federal.

Em consulta à nova lei orgânica de Nova Friburgo, (lei municipal 4.637 de 2018), se observa a preocupação dos legisladores com o reforço a dispositivos de ordenamento territorial e prevenção de novos desastres. O artigo 270, por exemplo, que trata do uso e ocupação do solo no território municipal traz, em seu parágrafo segundo, a consideração sobre as características geológicas do território, na qual as áreas se classificam em:

I - estáveis: propícias ao desenvolvimento urbano e rural e à ocupação segura pela população; II - instáveis: inadequadas ao desenvolvimento urbano e rural, caracterizando-se como inseguras à ocupação pela população, carecendo receber medidas de prevenção, proteção, controle e vigilância pela administração pública; III - de proteção ambiental, com vistas à sua conservação ou restauração. (NOVA FRIBURGO, 2018, p. 115)

Outro exemplo pode ser encontrado no artigo 387 que traz em seu caput ser “dever do município a adoção de medidas necessárias à redução dos riscos de desastre” (p. 157), a partir de sistemas de informações e monitoramento, além de permanente asseguramento de órgão de defesa civil. Diversos outros artigos da lei orgânica destacam a preocupação com a ocorrência de desastres (inclusive com o uso do termo em 18 oportunidades ao longo do texto, tirando sumário e título de seção), abordando a articulação com demais esferas do poder público (estadual e federal), bem como o “planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território municipal” (p. 157).

Outro dispositivo legal que permeia a atuação do poder público se refere ao Plano Diretor que, no caso de Nova Friburgo, teve sua primeira versão (de 2007) premiada como “melhores práticas” em avaliação da Caixa Econômica Federal<sup>32</sup>. A elaboração do plano diretor foi direcionada em consonância com o previsto e determinado pelo Estatuto da Cidade e a referida premiação teve como motivação principal a participação popular. Entretanto, um diagnóstico comum trata do fato de

---

<sup>32</sup> Conforme nota na Folha de São Paulo, em edição de 17 de janeiro de 2011, ou seja, 5 dias após o desastre. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701201113.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701201113.htm)>. Acesso em: 06/08/2020.

que uma legislação bem elaborada não necessariamente se reflete em uma boa aplicação da mesma. O plano diretor de 2007 abordava, por exemplo, no artigo 11, ao tratar das diretrizes da política urbana e gestão do território municipal, em seu inciso VII o de “promover o reassentamento de populações que ocupam áreas de risco, áreas de preservação permanente e demais áreas inadequadas à moradia, resguardando o direito à cidade sustentável” (NOVA FRIBURGO, 2007, p. 03). De certo que a aplicação do inciso, teria feito reduzir os efeitos do evento crítico de janeiro de 2011, entretanto as dificuldades práticas de sua execução engrossam o coro da população na sua descrença em relação ao poder público.

Uma característica interessante desta primeira versão do plano diretor é o fato de ele não tratar diretamente de situações de eventos críticos (ou tratar apenas genericamente, como no exemplo acima), fato que se altera no processo de revisão para a nova versão. Esta, ainda em anteprojeto enviada pelo poder executivo para a apreciação pelo legislativo, traz em alguns trechos a preocupação e pode ser mensurada, inclusive, pela quantidade de vezes em menção direta: o termo desastre, não mencionado na versão de 2007, está em três partes do novo texto, enquanto que o termo risco(s) se apresenta em 8 vezes na versão de 2007, aumentando para 22 menções na versão revisada. Corroborando, temos uma entrevista dada pelo prefeito de Nova Friburgo ao sítio da Câmara Municipal, por ocasião de uma das audiências públicas de revisão do plano diretor, em maio de 2019, na qual o governante declarou que:

O plano diretor de 2006 já não mais representa a situação real do município quanto ao seu zoneamento e definições de critérios técnicos de parâmetros urbanísticos, o que tem prejudicado a análise e tramitação de diversos procedimentos administrativos os quais, apesar de se encontrarem, por vezes, em consonância àquela legislação de 2006, não seriam passíveis de licenciamento diante da situação fática hoje vivenciada, **sobretudo após o cataclisma que assolou nossa cidade no ano de 2011**. (grifo nosso)<sup>33</sup>

Outra inovação da nova versão, motivada pelo desastre de 2011, é a inclusão de um capítulo sobre as áreas riscos geológicos e hidrológicos, trazendo a definição de “porções do território com possibilidades de incidência de ocorrências geológicas e geotécnicas como movimentos de massa, erosões, solapamento de margens de córregos e rios, inundações, colapsos e subsidências” (NOVA FRIBURGO, no prelo, p. 17). A partir desta definição, a legislação se compromete com o

---

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://www.novafriburgo.rj.leg.br/institucional/noticias/plano-diretor-de-friburgo-sera-discutido-em-audiencia-publica-1>>. Acesso em: 12/08/2020.

georreferenciamento e atualização periódica das áreas nestas condições, a definição de diretrizes para criação de padrões de ocupações adequados às condicionantes de predisposição a perigos e desastres, o envolvimento de moradores e lideranças comunitárias no monitoramento das áreas suscetíveis, bem como a articulação entre as esferas municipal, estadual e federal para promover intercâmbio de informações.

Por fim, no que tange as mudanças da revisão, há o artigo 127 que trata do chamado “Planos dos Bairros”, em sentido de aprofundar o caráter participativo da elaboração das políticas públicas no município (ao menos na teoria). Deste modo, o anteprojeto prevê a formação destes planos de bairros de forma a melhorar:

I - a infraestrutura de microdrenagem e de iluminação pública; II - a oferta e o funcionamento de equipamentos urbanos e sociais de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e assistência social, adequados às necessidades dos moradores de cada bairro; III - a acessibilidade aos equipamentos urbanos e sociais públicos; IV - os passeios públicos, mobiliário urbano e as condições de circulação de pedestres, ciclistas e de pessoas com deficiência; V - a qualidade ambiental das áreas residenciais; VI - o sistema viário local e o controle de tráfego; VII - os espaços de uso público e as áreas verdes, de lazer e de convivência social; VIII - as condições do comércio de rua; IX - a limpeza, arborização e jardinagem de passeios, espaços e praças públicas; X - a coleta de lixo, inclusive a coleta seletiva; XI - as condições de segurança pública, em especial no entorno dos equipamentos educacionais; XII - a proteção e uso adequado do patrimônio histórico, cultural e ambiental existente; XII - as condições para o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com a vocação da área. (NOVA FRIBURGO, no prelo, p. 35)

O artigo orienta também quando ao conteúdo dos planos, devendo este realizar pesquisas de campo junto aos moradores, bem como a abordagem de dados produzidos por diferentes órgãos de pesquisa. No caso, foram realizadas reuniões comunitárias devolutivas em diversos bairros, nas quais se definiram cinco eixos temáticos de atuação do poder público em consonância com as demandas da comunidade. Para cada eixo temático, as propostas foram divididas em estruturais (que demandam obras) e não estruturais (gestão e projetos): o eixo 1 “mobilidade urbana e rural, acessibilidade e emprego”; o eixo 2 “infraestrutura urbana dos bairros”; o eixo 3 “regularização fundiária, habitação adequada às necessidades humanas”; o eixo 4 “áreas verdes, de lazer e equipamentos comunitários no contexto urbano e rural”; e o eixo 5 “patrimônio cultural, educação e turismo”.

Na reunião referente ao bairro do Córrego D’Antas, realizada em 23 de agosto de 2014, diversas solicitações dos moradores foram levantadas e inseridas no

documento<sup>34</sup> produto da reunião. Ao todo, o documento lista 51 reivindicações, as quais destacamos algumas que guardam maior relação com a ocorrência do desastre de 2011: “reconstrução das três pontes do bairro”, “reconstrução das escadas” (eixo 1 - estruturais); “continuação do desassoreamento e limpeza do rio e conclusão do trabalho do ‘gabião’”, “limpeza dos bueiros, revisão e reconstrução da rede de captação de águas pluviais do bairro” (eixo 2 - estruturais); “promover a demolição das ruínas, limpeza e revitalização paisagística nas áreas onde as casas foram retiradas” (eixo 3 - estruturais), “promover estudos de terreno apropriados à construção, a fim de se promover uma realocação dos moradores dentro do próprio bairro”, (eixo 3 - não-estruturais); “conscientização da população local para prever o escoamento de água em seus terrenos, a fim de evitar problemas para si e para o entorno” (eixo 4 - não estruturais); “resolução do problema de reservas legais sendo destruídas por conta dos problemas da tragédia climática de 2011” (eixo 5 - não estruturais).

Como se percebe, foram muitas as questões que restaram pertinentes no dia a dia da comunidade e que se fizeram presentes também nas entrevistas que realizamos com os moradores (abordadas nos tópicos adiante).

Assim, dentre as atuações mais efetivas realizadas no âmbito do poder público (em suas esferas municipal, estadual e federal), selecionamos uma referente a acordo de parceria e cooperação com outras instituições (nacionais e internacionais), visando a elaboração de planos de ação para prevenção e mitigação de efeitos de catástrofes (Projeto GIDES), bem como a construção de conjunto habitacionais e doação para aqueles que tiveram suas residências destruídas ou interditadas, com destaque para o Terra Nova, por ter sido o maior e, portanto, o que realizou mais atendimentos.

O Projeto GIDES é resultado de um acordo firmado entre os governos brasileiro e japonês, firmado em 2013. O acordo, intermediado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela Japan International Cooperation Agency (JICA), teve participação de diversos ministérios (das Cidades; de Minas e Energia; da Integração Nacional; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), de órgãos governamentais (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais [CPRM]; Serviço Geológico Brasileiro [SGB]; Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais [CEMADEN]; Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

---

<sup>34</sup> Disponível em: <[https://b81019e0-e031-4c39-a624-a1331ba57c6a.filesusr.com/ugd/daef47\\_762ee1108a93447981fa762d22bfd0d8.pdf](https://b81019e0-e031-4c39-a624-a1331ba57c6a.filesusr.com/ugd/daef47_762ee1108a93447981fa762d22bfd0d8.pdf)>. Acesso em: 10/08/2020.



[CENAD]), bem como das prefeituras de Blumenau-SC, Petrópolis-RJ e Nova Friburgo-RJ.

Deste projeto foram elaborados seis manuais técnicos, abordando diversos temas ligados à prevenção, monitoramento e mitigação de situações de desastres, a saber: “mapeamento de perigo e risco a movimentos gravitacionais de massa” (manual 1); “elaboração, transmissão e uso de alertas de risco de movimentos de massa” (manual 2); “planos de contingência para desastres de movimento de massa” (manual 3); “intervenções estruturais para fluxo de detritos” (manual 4); “elaboração de planos de intervenções contra rupturas de encostas” (manual 5); e “redução de riscos de desastres aplicado ao planejamento urbano” (manual 6).

Nas diversas visitas de campo que fizemos ao bairro, bem como nas entrevistas/conversas com os moradores muitos se queixaram de que o poder público até chegou a iniciar algumas ações, mas parte foi abandonada. Dentre os movimentos descritos no manual, talvez os únicos que se consegue observar com mais clareza no bairro são o sistema de alerta, com sirenes instaladas próximas ao imóvel da AMBCD e que os moradores confirmaram estar funcionando e ser bastante eficiente, e também as obras de contenção na Pedra Duas Pedras, tida à época como “a maior obra do estado”<sup>35</sup>. Sobre estas obras, alguns moradores demonstraram receio quanto a sua eficiência, já que estas não foram de fato “testadas” em chuvas mais fortes. Correa (2015) relata ainda a dificuldade que os moradores tiveram em obter informações sobre o andamento e objetivos das obras e, muito mais, em participar das decisões do grupo gestor.

De todo modo, o projeto GIDES é uma tentativa do poder público de, se não dar soluções, ao menos manter planos de prevenção e mitigação, com apoio de órgãos com certa experiência em situações de desastre, tal qual a agência japonesa de cooperação internacional. Os manuais desenvolvidos são bastante ricos e detalhados e contam com estruturação técnica, demonstrando preocupação em situar-se em embasamento científico sólido.

No âmbito da inserção dos poderes públicos estadual e federal, compreende-se a atuação a partir de dois momentos distintos como forma de realocar as famílias que tiveram suas casas destruídas ou condenadas no desastre de 2011, a saber: um

---

<sup>35</sup> Conforme matéria veiculada em A Voz da Serra (11/09/2013). Disponível em: <<http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/obra-de-contencao-do-corrego-dantas-sera-maior-do-estado-e-custara-r-43-milhoes>>. Acesso em: 15/08/2020.

primeiro momento emergencial e provisório, com o oferecimento de auxílio de “aluguel social”; e um segundo momento, de caráter permanente, com a construção dos conjuntos habitacionais denominados Terra Nova.

No referente ao “aluguel social”, este já existia em lei municipal mesmo antes da ocorrência do desastre, para as pessoas que tivessem suas residências interditadas pela Defesa Civil, estando limitado a um máximo de 100 famílias, com o benefício no valor de R\$ 200. Todavia, a magnitude do desastre de janeiro de 2011, viu fazer saltar de modo exponencial a quantidade de pessoas desabrigadas, forçando uma revisão daquelas condições anteriormente estipuladas. Neste sentido, viu-se a necessidade de aporte de recursos provenientes das esferas superiores do poder público (estadual e federal), fazendo com que, no mês seguinte a ocorrência do desastre (fevereiro de 2011), o número de famílias que passou a receber o benefício chegasse a 1833, com valor de R\$ 500 (CASTRO, 2016). Em consulta ao site<sup>36</sup> mantido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro referente ao aluguel social, o número atual de recebedores do benefício (agosto de 2020) está em 31 pessoas, mantendo-se o valor de R\$ 500, a despeito das perdas inflacionárias desde a época de sua estipulação.

O segundo momento de atuação governamental, de caráter permanente, se refere à construção dos conjuntos habitacionais, nos quais houve o reassentamento das famílias que perderam suas casas, por destruição ou por interdição. Castro (2016, p. 42) lista as possibilidades que foram concedidas pelo poder público no que concerne às soluções habitacionais permanentes: a compra assistida; a indenização; a doação de nova moradia construída pelo Estado (caso aqui exemplificado pelo Conjunto Habitacional Terra Nova); e o auxílio no financiamento de imóvel no programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Tratando-se especificamente das moradias construídas e doadas pelo Estado, esta se deu de modo prioritário sobre as demais modalidades, por conta de decreto publicado em dezembro de 2013<sup>37</sup>, condicionando inclusive sua aceitação por parte da população atingida, uma vez que a não aceitação implicaria na perda do direito ao aluguel social, bem como às demais modalidades (CASTRO, 2016, p. 45). A principal

---

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.portalaluguel-social.rj.gov.br/default.asp>>. Acesso em 15/08/2020.

<sup>37</sup> Decreto nº 44.520, de 12 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/6016951939760128>>. Acesso em: 21/08/2020.

atuação neste sentido foi a construção do Conjunto Habitacional Terra Nova, que entregou um total de 2180 apartamentos, divididos por nove condomínios. A entrega das moradias se iniciou em agosto de 2013 (cerca de dois anos e meio após o desastre) e foi finalizada em dezembro de 2016 (quase seis anos após). Cada apartamento possui cerca de 42 m<sup>2</sup>, com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. O conjunto habitacional localiza-se as margens de uma rodovia, a RJ 148 (Nova Friburgo-Carmo) (Figura 29) e é cortado por um córrego (Córrego dos Afonsos). Foram despendidos um total de R\$ 292 milhões para a sua implantação, sendo R\$ 163 milhões do governo federal (para a construção das unidades) e os R\$ 129 milhões restantes do governo estadual para desapropriação e obras de infraestrutura.<sup>38</sup> Outros dois conjuntos habitacionais também foram construídos com a mesma finalidade, o “Parque das Flores”, em Conselheiro Paulino, com 61 casas, e o “Vista Bela”, no bairro Floresta, com 96 apartamentos.

Figura 29 - Localização dos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público para abrigar os atingidos pelo desastre



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do Google Earth

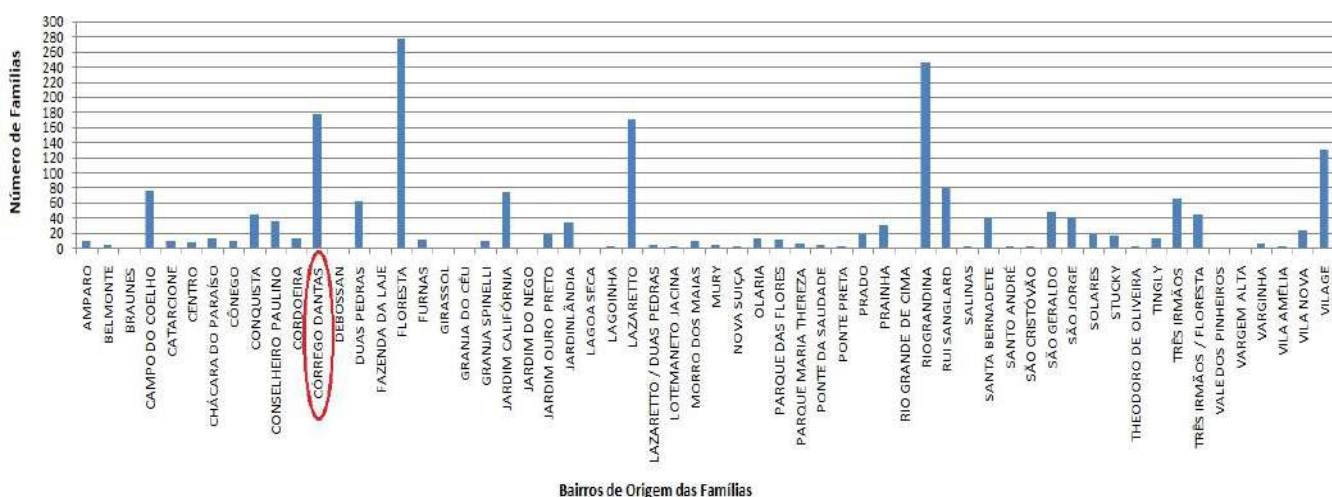
<sup>38</sup> Segundo notícia publicada no portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2016/06/vitimas-das-chuvas-em-nova-friburgo-recebem-apartamentos-nesta-quarta.html>>. Acesso em: 22/08/2020.

Como se percebe o Terra Nova foi, de longe, o maior empreendimento habitacional executado pelo poder público na mitigação dos danos causados pelo desastre em Nova Friburgo, o que, evidentemente, não se deu sem conflitos. Parte destes pode-se explicar até mesmo pelas diferentes origens das famílias reassentadas, que suscitam sentimentos de nostalgia com seus bairros originais, enumeradas no gráfico apresentado na figura 30. Lobosco (2016), em pesquisa estruturada com 18 famílias residentes no Terra Nova (de diferentes bairros de origem), revela estes conflitos:

A heterogeneidade do Terra Nova é abordada como um dos grandes problemas da nova morada pelos entrevistados. Alguns afirmam que a mistura de pessoas de várias localidades do município é um complicador para a convivência e relacionamento em comunidade. (...) A afinidade e identificação com a localidade de moradia acontece com o tempo, com as experiências compartilhadas e com as gerações que crescem e, depois de adultos, continuam morando naquele bairro. (LOBOSCO, 2016, p. 21)

Lobosco aponta também outras condicionantes sociais que acabaram por gerar conflitos, tais quais a situação em que muitos se encontraram no pós tragédia, com diversas perdas materiais, de bens e mesmo de empregos, além das perdas de parentes e amigos, formando desconforto psicológico. Soma-se a isso a dificuldade de formação de lideranças locais e de identidade territorial com os novos espaços de convivência.

Figura 30 - Origem das famílias do Conjunto Habitacional Terra Nova (Córrego D'Antas destacado)



Fonte: Adaptado de Associação de Moradores do Terra Nova (apud LOBOSCO, 2016)

Pelo gráfico acima, pode-se notar os bairros nos quais houve maior quantidade de residências destruídas ou interditadas e, conseqüentemente, mais famílias

reassentadas. No caso do Córrego D'Antas (destacado em vermelho) foram cerca de 180 famílias. Não buscamos contato diretamente com estas, mas relatos dos vizinhos (através das entrevistas realizadas) demonstraram que muitos deles externam o desejo de retornar ao bairro de origem. As motivações principais deste desejo de retorno estão na nostalgia supracitada, remetendo ao conceito de lugar na forma como o abordamos no primeiro capítulo, bem como nos problemas sociais que vez por outra são noticiados nos veículos de comunicação da cidade, como tráfico de drogas e assaltos<sup>39</sup>.

Apesar de não ser mote deste trabalho (compondo, inclusive, possibilidade de pesquisas futuras) percebe-se, deste modo, uma quebra do chamado processo “T-D-R” (territorialização – desterritorialização - reterritorialização), próximo do descrito por Raffestin (2011), para analisar no processo migratório como se dão estas relações de consolidação das identidades territoriais. Assim, o processo T-D-R não se completa no caso em tela já que a apropriação simbólica dos espaços aos quais os moradores nutrem na esperança do regresso ao lugar original, com o qual possuem “um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço” (HAESBAERT, 1995, p. 35).

Conforme explicitado, a ação do poder público se deu de modo a buscar condições de prevenção e mitigação dos efeitos de eventos catastróficos, a partir de acordos com instituições nacionais e estrangeiras, além da reparação direta de danos, com a construção e doação de moradias em novas áreas. Os próximos tópicos abordarão, portanto, os demais atores sintagmáticos, isto é, as denominações religiosas apontadas pelos moradores, enquanto entes formadores do imaginário social e, evidentemente, os moradores do bairro do Córrego D'Antas. Antes, decidimos pela elaboração de um tópico descritivo a respeito das entrevistas realizadas com as lideranças religiosas das duas denominações mais citadas e com os moradores, como forma de facilitar o entendimento dos tópicos que abordam diretamente os atores sintagmáticos.

---

<sup>39</sup> Disponível em: < <http://novafriburgoam.com.br/home/2019/10/29/homem-e-presos-por-trafico-de-drogas-no-condominio-terra-nova-em-nova-friburgo/>>. Acesso em: 28/08/2020; e <<https://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/suspeito-de-roubos-mao-armada-e-presos-no-terra-nova>>. Acesso em: 28/08/2020.

#### 4.4.2 Entrevistas

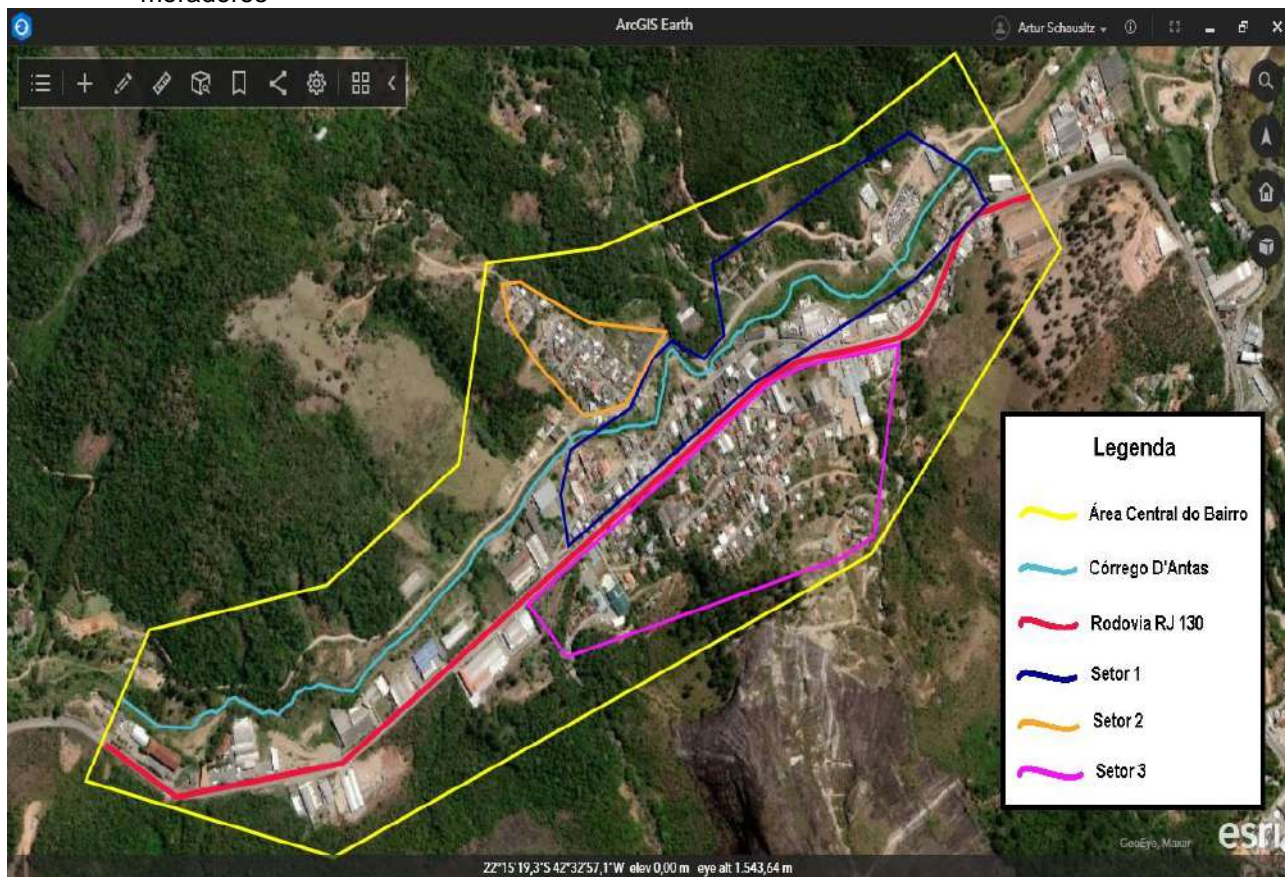
A fim de dar conta do proposto nesta tese, vislumbrou-se a necessidade da realização de entrevistas como passo metodológico, isto é, a obtenção de informações diretamente com as “pessoas-objetos”. Dois roteiros de entrevistas foram elaborados: um para os moradores e outro para representantes das denominações religiosas mais citadas pelos moradores, a saber: a Igreja Católica, a Igreja Batista e a Igreja Assembleia de Deus (divididas em três de suas filiadas). A seleção das denominações religiosas se deu com base nas respostas obtidas nas entrevistas com os moradores, entretanto não necessariamente representa uma estatística sobre quantidade de fiéis por denominação no bairro. Isto porque a amostragem de moradores entrevistados respondeu a um determinado perfil (quando da ocorrência do desastre ter no mínimo 18 anos e estar morando no bairro), sendo portanto, necessária outras abordagens para outros resultados.

As entrevistas com os moradores foram realizadas presencialmente, de porta em porta. Foi ventilada a possibilidade de se realizar remotamente através de formulário do Google, entretanto, a rigidez deste formato faria perder as oportunidades de melhor compreensão proporcionada pela entrevista presencial. De modo a dinamizar o procedimento, foi realizada uma “visita-teste” (com quatro entrevistas), em localidade diversa do nosso recorte espacial, a fim de perceber a efetividade das perguntas pré-estabelecidas, ganhando a possibilidade de se aprimorar uma ou outra questão que porventura pudessem estar mal elaboradas, bem como obter maior experiência na condução das entrevistas quando estas fossem se realizar de fato com o público-alvo.

Em face da impossibilidade prática de se entrevistar a todos os moradores que, conforme dito, estão em cerca de duas mil pessoas, optamos pelo pré-estabelecimento de uma amostragem de cerca de 50 casas (foram realizadas, de fato, em 52 casas), divididas em três diferentes setores da área central do bairro, conforme figura 31. Apontamos a condição de “casas” pelo fato de que, por vezes, mais de uma pessoa respondia as questões propostas em conjunto (geralmente marido e esposa), formando amostragem pessoal mais ampla. Quando havia divergências nas respostas (raro) foram anotadas todas elas, especificando-se as respostas de um e de outro.

Quanto à definição dos setores, esta se deu pelas configurações geográficas que diferenciam as áreas e, conseqüentemente, o tipo e grau de afetação enfrentado durante a catástrofe. Comumente, os moradores tratam de duas partes do bairro, cortado ao meio pela rodovia: a parte alta, a direita da rodovia (no sentido centro de Nova Friburgo) e a parte baixa a esquerda da rodovia. Entretanto, durante uma das visitas prévias ao campo (foram cerca de três no total, de carro), notamos algumas diferenciações dentro da parte “baixa” e optamos por dividir em mais um setor, por se encontrar em área de encosta, apesar da proximidade maior com o córrego. Assim, a divisão dos setores ficou do seguinte modo: o setor 1 (azul escuro) se refere a uma área mais baixa, próxima ao córrego, que sofreu com inundações durante o evento crítico; o setor 2 (laranja), que apesar de estar a esquerda (sentido centro) da rodovia se configura em um agrupado de imóveis em uma encosta, que sofreu com deslizamentos; e o setor 3, a direita da rodovia, parte alta do bairro, no sopé do morro das Duas Pedras, na qual os movimentos de massa provenientes da elevação foi o principal problema enfrentado. Deste modo, se percebe a divisão dos setores selecionando apenas áreas de predominância residencial, desconsiderando as áreas comerciais e fabris.

Figura 31 - Divisão de setores da Área Central do bairro do Córrego D'Antas para as entrevistas com moradores



Fonte: O autor, 2020, a partir de imagem do ArcGis



Foto 12 - Entrevista realizada no setor 1



Fonte: O autor, 2020.

Foto 13 - Entrevista realizada no setor 3



Fonte: O autor, 2020.

Diante disto, foi elaborado um roteiro com algumas perguntas-guias (Apêndice A), nas quais se buscou extrair as percepções dos moradores quanto à ocorrência do desastre, as questões ambientais relativas a ele, bem como suas inserções e participações na comunidade. Nesta etapa da pesquisa estive presente no bairro em cerca de 10 oportunidades, em dias não consecutivos, munido simplesmente de canetas, folhas de papel com o roteiro das entrevistas e minha carteirinha de estudante. Todos os entrevistados foram informados de que se tratava de uma pesquisa de doutorado em Geografia e que, portanto, as respostas deveriam ser as mais sinceras possíveis, já que não haveria uso para além da divulgação em trabalho acadêmico, assegurado o anonimato, sendo usado apenas a inicial de seus nomes. Como forma de evitar bloqueios, procurei iniciar as entrevistas sem perguntar os nomes “de cara”, deixando esta pergunta para o final, em momento no qual os entrevistados já se sentiam mais a vontade nas respostas. Importante destacar a solicitude das pessoas entrevistadas: ninguém se recusou a ajudar, muitas indicaram outros potenciais entrevistados e, mesmo numa condição de “forasteiro” (já que não sou morador do bairro), fui convidado em diversas ocasiões para entrar, sentar no sofá e tomar café.

As perguntas serviram como guias para o andamento da entrevista, entretanto, buscou-se o desenrolar em formato de conversa: sempre que o entrevistado aparentava ter algo mais a dizer para além do estritamente perguntado, procedia-se algum comentário que o instigasse a continuar falando. Este formato serve também para quebrar as barreiras da desconfiança e do receio, normal em entrevistas acadêmicas.

No caso das entrevistas com representantes das denominações religiosas, estas foram realizadas através de *e-mail*, já que este teve um caráter mais fechado, buscando-se informações diretas sobre a visão institucional das denominações quanto ao relacionamento com a comunidade, suas aproximações com a ideia de natureza sob seus preceitos religiosos, bem como de suas ações relacionadas especificamente à ocorrência do desastre. Saliento também a boa vontade dos representantes em colaborar com a pesquisa, fornecendo as informações solicitadas.

Deste modo, este pequeno tópico buscou demonstrar de que modo foram elaborados os formatos para a obtenção das informações necessárias à tese, bem como a descrição do andamento das entrevistas. Estas informações prévias servirão de base para a compreensão dos tópicos posteriores, referentes à atuação das

comunidades religiosas e da percepção dos moradores sobre seus espaços de vivência, atingidos por um evento crítico.

#### 4.4.3 As denominações religiosas e a tragédia

Tradicionalmente, estudos que envolvem religião e Geografia enfatizam a questão de definição dos espaços sagrados em relação aos espaços profanos, diretamente ou remotamente ligados àquele. Estas relações se mostram bastante profícuas, fazendo emergir o campo da Geografia da Religião, com diversas pesquisas produzidas.

Todavia, o uso da variável cultural religiosa como forma de se compreender determinado aspecto da conformação do espaço geográfico promove um incremento no arsenal que os geógrafos têm a sua disposição. Assim, o componente religioso será aqui avaliado a partir de sua influência na constituição do imaginário social da comunidade abordada, ou seja, os modos pelos quais as concepções religiosas das denominações que fazem parte do cotidiano do bairro se fazem presentes na forma como as pessoas lidaram com o desastre e, especialmente, em como elas confluem a ideia de natureza com suas ideias religiosas.

Desde o Renascimento, a ciência busca a primazia da razão sobre o pensamento mítico, despovoando a natureza dos deuses que nos impediam de dominá-la (PORTO-GONÇALVES, 2007). Entretanto, Peter Berger diagnostica que a previsão do campo sociológico de caminhar dessecularizador da modernidade não se realizou, sendo o mundo atual “tão ferozmente religioso quanto antes, e até mais em certos lugares” (BERGER, 2000, p. 10). As religiões continuam presentes, na forma de denominações, de conjuntos identitários e, principalmente, de fatos (ou representações) sociais. Deste modo, não seria válido (para esta pesquisa) buscar investigar alguma manifestação hierofânica que porventura tivesse sido observada através do desastre e que, portanto, pudesse constituir em objeto para uma pesquisa em Geografia da Religião, mas tão somente reconhecer na variável religiosa uma peça na engrenagem que move o pensamento social.

Destarte, a compreensão dos componentes desta engrenagem deve perpassar o modo como se operam os sentimentos religiosos relativos à natureza. Machado

(2014), a partir de leituras em Feuerbach, apresenta a “religião da natureza” como primeira forma religiosa, na medida em que o homem primitivo, ao desconhecer os mecanismos dos fenômenos naturais, passa a “deificar a natureza com vistas a controlá-la a partir de seus cultos” (p. 16). Deste estatuto, inclusive, se presume a existência de entidades “sobrenaturais”, isto é, que estão acima (são superiores) ao natural. Entretanto, o processo de complexificação das religiões não faz desaparecer a crença na atuação divina sobre a natureza. Um exemplo mais próximo pode ser observado no dito popular que atribui a São Pedro um “controlador das chuvas”, pelo fato de ser ele o “portador das chaves dos céus”.

Oliveira (2010) observa que uma separação mais rígida dos animismos dirigidos à natureza no cristianismo se deu a partir da Reforma Protestante, no século XVI. Ao buscar a purificação do cristianismo, a Reforma implicou “a remoção de todos os traços de magia, sacralidade e poder espiritual do âmbito da natureza e uma redução do domínio espiritual aos seres humanos” (OLIVEIRA, 2010, p. 30). A autora distingue, então, o que seriam as chamadas “religiões do livro” (a exemplo do cristianismo) das “religiões da terra”, na medida em que estas guardariam o sentido sacralizado nos elementos da natureza, em concepção anímica de uma perspectiva cosmobiológica. Corroborando, Aguiar (2007) se refere a atribuição de um teor antiecológico do monoteísmo judaico-cristão, pilar do ocidentalismo, a partir do qual se justifica “a noção de progresso ilimitado como base da civilização industrial e o domínio destruidor do homem sobre a natureza” (p. 04). Assim, “o sentido dos textos bíblicos assimilado pela modernidade foi o da legitimação divina para a conquista e a exploração ilimitada da natureza pelo homem” (p. 04). Posto ser o cristianismo a religião mais difundida na comunidade analisada, uma das questões colocadas estava em investigar se estes pressupostos atribuídos ao cristianismo se observavam nas falas dos moradores e dos representantes das denominações entrevistados.

Ao todo, foram citados 6 tipos religiosos (tabela 2) entre todos os entrevistados. Buscamos contato com representantes de todas as denominações, tendo sido atendido por representantes da Igreja Católica, da Igreja Batista e das Assembleias de Deus Central e Palavra Viva. Estas formam o grupo predominante, respondendo por quase 80% do total da amostragem de entrevistados.

Tabela 2 - Tipos religiosos da amostragem de entrevistados

<b>Tipos religiosos (Amostragem de entrevistados)</b>					
Católica: 19 (36,5%)	Assembleias de Deus: 14 (26,9%)	Batista: 9 (17,3%)	Sem religião: 5 (9,6%)	Universal: 4 (7,7%)	Ateu: 1 (1,9%)

Fonte: O autor, 2020.

Assim, conforme exposto nas entrevistas com os moradores, a identificação de filiação religiosa (que serviu de base para as entrevistas com os representantes das denominações mais citadas), demonstrou esta predominância do catolicismo (36,5%) e das denominações protestantes Assembleias de Deus (pentecostal) (26,9%) e Batista (de missão) (17,3%). No que se refere à denominação “Assembleia de Deus”, foi utilizado no plural graças à enorme variedade que forma uma espécie de “grande ‘guarda-chuva’ de comunidades pentecostais, distribuídas nos ministérios e convenções” (BAPTISTA, 2007, p. 32). No caso em tela, as “Assembleias” mais citadas foram a AD Palavra Viva (situada no setor 2), a AD Central (situada no bairro de Olaria, a cerca de 7 km de distância do Córrego D’Antas) e a AD 6º Templo (situada na rodovia RJ 130, entre os setores 1 e 3).

O questionário elaborado foi bastante sucinto, haja visto ter como objetivo captar as ações e a mentalidade das denominações, no modo como estas podem interferir e ajudar a moldar o imaginário social relacionado à ideia de natureza, meio ambiente e desastres naturais. Além disso, pode-se citar o fato de ter sido aplicado por email, o que demanda concisão. Deste modo, está estruturado em um cabeçalho de identificação somado a seis perguntas, que estarão identificadas no decorrer do tópico por numeração, evitando precisar repetir a pergunta para cada resposta das denominações.

Assim, o cabeçalho solicita os dados de identificação da denominação e do representante, sua escolaridade e função na instituição, o local e a estimativa da quantidade de fiéis/participantes. Separamos estes dados, expostos na tabela a seguir:

Tabela 3 - Identificação das denominações religiosas

<b>Identificação das denominações religiosas</b>				
<b>Denominação</b>	<b>Católica (Cáritas Diocesana)</b>	<b>Batista</b>	<b>AD Central</b>	<b>AD Palavra Viva</b>
Estimativa de fiéis	Não soube estimar	30	4300	70
Local	Duas Pedras	Córrego D'Antas	Olaria	Córrego D'Antas
Representante	Rafael da Silva França	Daniel Fraga Oliveira	Marcelo Oliveira dos Santos	Jeferson Zebende Forny
Escolaridade	Superior Incompleto	Pós-graduado	Superior Incompleto	Ensino Médio
Função	Diretor/Tesoureiro	Pastor	Pastor	Evangelista

Fonte: O autor, 2020.

As questões propostas se referiram aos seguintes temas: “hierarquia da instituição” (1); “existência de documento próprio da denominação para situações de emergência (como no caso do desastre)” (2); “o entendimento da denominação sobre a ocorrência de desastres naturais, a partir de seus preceitos religiosos” (3); “as ações da denominação após o desastre” (4); “se alguma destas ações ainda perduram” (5); e “o entendimento da denominação sobre a ideia de natureza” (6).

Iniciando pelas Assembleias de Deus, abordaremos-as em conjunto, expondo as especificidades nas respostas, quando for o caso. As Assembleias de Deus têm como uma de suas características uma ramificação bastante acentuada, as quais os núcleos de pregação e congregações respondem hierarquicamente às convenções gerais, sendo as principais no Brasil a CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) e a CONAMAD (Convenção Nacional das Assembleias de Deus do Brasil - Ministério Madureira). No caso dos núcleos aqui abordados, todas estão em consonância com a CGADB, portanto, a ausência da AD 6º Templo não deve sacrificar o entendimento da posição das ADs para as perguntas realizadas.

À primeira questão, referente à hierarquia da instituição (1), ambas as denominações se declararam independentes, porém estando de acordo com a CGADB. Internamente, a AD Palavra Viva tem pastor presidente, pastor vice, presbítero, evangelista, diácono e membros. Já a AD Central listou apenas uma

diretoria, formada por obreiros. À segunda questão, referente a orientações para situações de calamidade (2), ambas disseram seguir as determinações de órgãos competentes, apenas transmitindo estas a seus membros.

A terceira questão, abordando sobre como a denominação compreende a ocorrência de desastres naturais a partir de seus preceitos religiosos (3), o representante da AD Central foi conciso, respondendo entender serem “ocorrências da própria natureza, conforme registrado na história da humanidade”. Por sua vez, o representante da AD Palavra Viva relatou não haver um posicionamento oficial da instituição, que dá liberdade aos seus membros de refletirem sobre estas questões, completando que:

Cada pessoa é responsável por tirar suas próprias conclusões, expor suas ideias e debater suas conclusões em alguma reunião de estudos teológicos. Alguns veem tragédias como um castigo de Deus sobre a humanidade, outros como permissão de Deus para provar a fé, mas muitas pessoas veem como eventos naturais, que ocorrem mediante a incapacidade humana de administrar sua coexistência com a natureza e habitat, e acabam arcando com as consequências desses abusos. E precisam se voltar pra Deus e ter fé para corrigirem esses atos e conseguirem passar por essas catástrofes.

Em seguida, questionamos as ações promovidas pela denominação relacionadas ao desastre, as que ocorreram logo após (4) e as que porventura ainda ocorrem (5). Sobre as ações do momento logo posterior ao desastre, o representante da AD Palavra Viva respondeu que a igreja cessou as atividades de culto por meses, tendo permanecida aberta apenas para recebimento e distribuição de doações de igrejas parceiras. Sobre ações ainda em curso, foi relatado apenas a readequação de horários de culto e reuniões quando do alerta de chuvas fortes. No caso da AD Central, o representante respondeu que todas as ações (tanto à época quanto atualmente) perpassaram a atuação do setor de Assistência Social da instituição, mais intensificada no pós-desastre, principalmente com alimentos e medicação) e que atualmente atua colaborando no monitoramento das congregações em áreas de risco.

A sexta, e última questão, interpelou diretamente sobre a relação da denominação com a ideia de natureza (6). O representante da AD Central respondeu concisamente que a instituição “zela pela conservação da natureza e ensina a importância de sua preservação”. A resposta do representante da AD Palavra Viva foi mais longa (e, a nosso ver, mais representativa do pensamento geral de parte da comunidade entrevistada ligada ao protestantismo), motivo pelo qual a transcrevemos na íntegra:

A natureza, para nós, refere-se a toda obra criada por Deus. Que deve ser cuidada e respeitada. Desde a forma como o cristão se alimenta, se veste, o que consome, até a maneira como cria seus animais, plantas e interage com o meio ambiente, deve passar pelo crivo da mordomia cristã e consciência. Acreditamos que o homem foi colocado no mundo e capacitado por Deus para cuidar da terra como um zelador. E prestará contas a Deus de toda atividade e trabalho que faz em relação ao planeta. Acreditamos que um dia Deus restaurará todas as coisas, inclusive toda vida terrestre. Portanto, o homem é moralmente responsável pela forma que vive e consome aqui. A terra é de Deus, e nós prestaremos contas dessa relação. Incentivamos também a obediência a toda forma de lei que regulamenta as atividades individuais em relação à "natureza" podendo o membro que desrespeita essas leis ser desligado da denominação até que corrija o problema com a justiça.

A outra denominação protestante (de missão) entrevistada, a Igreja Batista no Córrego D'Antas, respondeu às questões através de pastor que esteve à frente da igreja à época do desastre, tendo saído em 2019, se disponibilizando gentilmente em contribuir mesmo não estando mais como líder desta unidade. A unidade do Córrego D'Antas está vinculada hierarquicamente a Igreja Batista Central de Nova Friburgo, formando nucleação nos bairros como estratégia de difusão espacial. Assim como no caso das Assembleias de Deus, a Igreja Batista também não possui quaisquer documentos orientadores para procedimentos em caso de situação de emergência, seguindo orientações da Defesa Civil e Corpo de Bombeiros.

Sobre o entendimento da respeito da ocorrência de desastres naturais (3), a resposta dada pelo pastor foi bastante emblemática e enfática quanto a "participação" divina:

Não que seja uma visão da Igreja Batista, mas uma visão bíblica. Os desastres naturais sempre ocorreram por permissão de Deus. Se fizermos uma análise dos desastres naturais registrados na bíblia veremos que a causa é o pecado e a maldade existente no ser humano e hoje não é diferente. O problema está no ser humano.

A diferença principal entre a resposta dos representantes da AD Palavra Viva e da Igreja Batista para a questão anterior, se refere uma atribuição mais puramente bíblica deste, enquanto aquele relata autonomia dos participantes da denominação. Deste modo, para o representante da Igreja Batista, a ocorrência dos desastres naturais passa sempre pelo crivo divino, posição também relatada pela representante da AD Palavra Viva para parte de seus fiéis, tendo também os que entendem sua ocorrência como fenômeno físico.

No que tange as ações ligadas ao desastre (4 e 5), o pastor nos informou que a igreja prestou assistência aos moradores do bairro, com alimentos e água, mas



principalmente com assistência psicológica, uma vez que a esposa do pastor é psicóloga. Esta atuação de assistência psicológica perdurou até a saída do pastor, em 2019, momento a partir do qual ele não soube responder. As marcas psicológicas, inclusive, foram as mais apontadas pelos moradores (mais de 80%) em suas entrevistas, no que concerne à afetação direta com o desastre, motivo pelo qual foi o trabalho assistencial mais duradouro da denominação.

No que diz respeito à relação da denominação com a ideia de natureza (6), o representante fez menção ao trecho bíblico da Epístola de São Paulo aos Romanos, capítulo 8, versículo 19, no qual “a natureza criada aguarda, com grande expectativa, pela manifestação dos filhos de Deus”. Assim sendo, segundo ele, “aqueles que se denominam filhos de Deus, que têm essa convicção, têm a responsabilidade de cuidar daquilo que Deus criou para o nosso bem-estar”, em ideia bem próxima da Assembleia de Deus.

Por último, abordaremos as respostas do representante católico (Cáritas Diocesana). A pessoa que nos atendeu não responde pela Igreja Católica no município e região, entretanto chegamos a ele pelo fato de ser diretor de uma entidade da igreja ligada aos trabalhos sociais de acolhimento de necessitados, portanto participante direto das relações da denominação com o tema abordado. Este dado já ajuda a responder a primeira questão, já que a Cáritas Diocesana funciona como um braço da Igreja Católica na área social, apesar de entidade independente.

Sobre a segunda questão, o representante nos informou que a entidade se baseia em estatuto próprio, “que prevê trabalhos de assistência aos vulneráveis quando de situações de calamidade”. Este dado é interessante, já que, no caso das denominações protestantes, todos responderam apenas seguir as orientações de órgãos competentes.

Quanto ao entendimento sobre a ocorrência de desastres naturais, o representante evitou a resposta direta, apenas pontuando que “entende como um dever estar junto daqueles que por algum motivo estão em situação de sofrimento”. A quarta questão, sobre as ações no pós-desastre, foi retalhada as atuações em três etapas: “1- assistência de alimentos e água; 2- cadastramento e análise de situação da família; e 3- distribuição de material para reorganização da moradia (móveis, eletrodomésticos e utensílios domésticos)”. Neste caso, grande parte destas ações se destinou ao Córrego D’Antas, haja visto o grau de impacto do evento na localidade. As “etapas” descritas fazem parte das orientações do estatuto interno informado pelo

representante. Esta organização reflete o fato de a entidade ser de caráter internacional, tendo, portanto, experiência no trato com comunidades em situação de vulnerabilidades diversas. Entretanto, conforme respondido na quinta questão, as ações não se tornaram perenes, tendo sido pontuais no pós-tragédia.

Por fim, na questão referente à relação da denominação com a ideia de natureza, o representante católico respondeu genericamente que “(a natureza) deve ser respeitada e preservada. E que é necessário se analisar os impactos que o meio ambiente pode sofrer quando alguma coisa é projetada”.

Todos estas informações que nos foram relatadas indicam que, ao menos no discurso, não se pode inferir um caráter “anti-ecológico” ao cristianismo, conforme atribuição anteriormente apresentada. Não se negligenciando as demais vertentes cristãs que não fizeram parte do escopo desta pesquisa, a amostragem aqui apresentada expôs uma tendência de respeito pela natureza, tanto na condição de “obra do criador”, quanto em caráter científico, isto é, da natureza como objeto da ciência que interessa a todos os seres humanos, independente de suas crenças.

Deste modo, ao buscar compreender mais a fundo as relações que a comunidade estabelece com a ideia de natureza e de como esta se configura numa situação pós-desastre, considerar a religião como componente destacado das representações sociais se faz extremamente necessário. Este tópico buscou dar conta desse dado ao investigar, através de representantes das denominações mais citadas pelos moradores do recorte espacial abordado, a respeito das ações de suas respectivas instituições relacionadas à tragédia, bem como seus entendimentos sobre a ideia de natureza e da ocorrência de desastres naturais. Acreditamos ter dado um passo a mais para esta compreensão, elucidando este aspecto crucial da constituição do imaginário social.

O tópico seguinte aborda o cerne da tese, ou seja, os moradores do recorte espacial, através de entrevistas/conversas com amostras nos três setores definidos, buscando reconhecer nestas os impactos do desastre a partir de suas percepções ambiental e geográfica.

#### 4.4.4 Os moradores do Córrego D'Antas e a tragédia

Conforme visto anteriormente, a ocorrência de um evento catastrófico deixa diversas marcas na paisagem, mas também na configuração dos valores, sentimentos e atitudes das pessoas com o ambiente. Muito se fala em relação ao conceito de resiliência que, na Física, se refere à capacidade que determinados materiais têm de retomar à sua forma original após submetidos a deformações. Neste caso, em se tratando de uma comunidade que experienciou um evento crítico, o conceito ganha uma conotação mais ligada a reconstrução, ou seja, à capacidade de suportar e se reinventar. Até porque, como observam Freitas e Netto:

A despeito dessa tendência de busca, por parte da sociedade e dos governos, de restabelecimento da estrutura social anterior, conforme observa Gomez (2005), a sociedade que surge depois de um desastre é distinta daquela que existia antes. Geralmente, emergem novos conflitos entre os atores sociais e as relações de poder tornam-se visíveis a partir desses conflitos. (FREITAS & NETTO, 2016, p. 170)

A absorção destes novos conflitos pelas comunidades atingidas por um desastre revelam uma condição de resiliência tanto simbólica quanto propriamente material. Neste trabalho, procedemos essa abordagem a partir das visões de natureza e ambiente ressignificadas no espaço vivido, emergidas na experiência do desastre enquanto fenômeno a um só tempo natural e social. Conforme já explicitado em tópico anterior, nossa abordagem para nos aproximarmos da compreensão destas ressignificações se deu pelas entrevistas/conversas com os moradores diretamente afetados no desastre de 2011, respeitando determinado perfil. Parte destas ressignificações está ligada à percepção ambiental das pessoas, nas quais se buscou as remodelações a partir da ocorrência do desastre.

Deste modo, Ferrara (1993, apud Pacheco, 2007) indica ser a percepção ambiental a composição da imagem que um lugar faz de si mesmo através dos signos que ela constrói, sendo, portanto, seu desvendar um exercício de semiótica. Nesta composição, os signos se revelam através de seus constructos visíveis (na arquitetura e nas artes, por exemplo), mas também (e principalmente, para esta pesquisa) na linguagem, isto é, na produção discursiva que a comunidade do Córrego D'Antas entrega sobre a experiência do desastre.

O roteiro das entrevistas se encontra como apêndice nas pós-textuais da tese, entretanto reproduziremos aqui algumas das perguntas que serviram como guia para o andamento da conversa, como forma de descrição do processo investigativo. Trataremos das respostas a partir de interpretação qualitativa, contudo alguns dados quantitativos também serão úteis à compreensão.

A investigação sobre grupos sociais geralmente revela a necessidade de constituição de tipos ideais, na concepção weberiana, sob a qual se pode compartimentar grupos de respostas de natureza similar. Todavia, a formação destes tipos ideais responde a racionalizações do pesquisador, se observado, conforme Baptista (2007, p. 32), que sua elaboração “está ligada à relação com os valores do cientista”, na qual se procede a “acentuação de singularidades da realidade em estudo”. Deste modo, a presente pesquisa evitou esta elaboração na medida em que consistiria em “labirinto metodológico”, já que haveria a possibilidade da elaboração de diversos destes tipos, para cada pergunta-guia do questionário. Optamos, portanto, por agrupar as similaridades das respostas obtidas sem enquadrá-las em tipos, a fim de evitar confusão e obscurecimento no texto.

A primeira parte do questionário (“Identificação/Perfil”) visou estabelecer os perfis dos moradores que responderam. O perfil pré-estabelecido, conforme já explicitado, se consistiu em pessoas que já moravam no bairro quando da ocorrência do desastre e que possuíam ao menos 18 anos à época, visando maior clareza sobre o acontecimento. Após a certificação destas informações, procedeu-se a formação de perfil mais amplo, composto por faixa etária, gênero, escolaridade e religião professada (já abordada no tópico anterior). A amostragem foi de 52 casas, nas quais por vezes mais de uma pessoa ajudava nas respostas, sendo praticamente uníssono (em casos raros houve divergência nas respostas).

Assim, os perfis gerais se consistiram conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 4 - Perfil Geral dos Entrevistados

PERFIL GERAL DOS ENTREVISTADOS							
Gênero	Masculino: 16 (30,7%)			Feminino: 36 (69,2%)			
Escolaridade	Analfabetos: 1 (1,9%)	Fund. Incomp.: 10 (19,2%)	Fund. Completo: 14 (26,9%)	Médio Incomp.: 9 (17,3%)	Médio Completo: 11 (21,1%)	Superior Incomp.: 7 (13,4%)	Superior Completo: 0 (0%)
Faixa Etária	27-35 anos: 9 (17,3%)	36-45 anos: 7 (13,4%)		46-55 anos: 6 (11,5%)	56-65 anos: 16 (30,7%)		>66 anos: 14 (26,9%)

Fonte: O autor, 2020.

Conforme explicitado no tópico explicativo das entrevistas, nossa abordagem se deu de porta em porta, ou seja, sem nenhum contato anterior com os entrevistados. Assim, procedia-se uma apresentação do que se tratava a visita e a pessoa que atendia era questionada de início se atendia ao perfil pré-estabelecido. Quando não atendia, perguntava-se se havia alguém na casa que pudesse colaborar com a pesquisa. Deste modo, na maioria das casas (quase 70%) as respostas ao questionário foram realizadas por mulheres, tanto quando estas já eram as pessoas que atendiam ao chamado, quanto quando eram indicadas por quem atendeu. Os extratos de escolaridade predominantes foram fundamental e médio completos (48% somados), sendo que a escolaridade de fundamental incompleto foi predominante entre os mais velhos (acima de 60 anos). A faixa etária descrita se refere às idades atuais, sendo predominante os entrevistados acima de 56 anos (57,6%).

A segunda parte do questionário, intitulada “Inserção na Comunidade”, buscou compreender o enraizamento dos entrevistados com o espaço, seu engajamento nas atividades e movimentos do bairro, bem como o tipo e grau de afetação com a tragédia. Entre os 52 entrevistados, 49 (94,2%) são naturais de Nova Friburgo, sendo que 41 (78,8%) moram no bairro há mais de vinte anos, ou seja, acompanharam processos de transformação espacial desde bem antes da tragédia. Quanto à participação em atividades da comunidade, apenas 4 (7,7%) responderam participar sempre, a partir da AMBCD, enquanto que 8 (15,3%) responderam participar esporadicamente (quando há algo de maior interesse) e 40 (76,9%) responderam que não participam nunca ou quase nunca. No que se refere ao tipo e grau de afetação, organizamos as respostas na tabela a seguir:

Tabela 5 - Tipos de afetação com a tragédia

<b>Tipo de afetação</b>	<b>Quantitativo</b>
Perdas materiais (objetos de casa)	16 (30,7%)
Perdas materiais (partes da casa)	3 (5,7%)
Morte de familiares/amigos	4 (7,7%)
Sem poder sair de casa	17 (32,6%)
Obrigado a sair de casa	16 (30,7%)
Sem suprimentos básicos	27 (51,9%)
Psicológica	34 (65,3%)
Nenhuma	8 (15,3%)

Fonte: O autor, 2020.

Os tipos de afetação apresentados na tabela 5 foram extraídos das respostas livres dos entrevistados e agrupados pelo pesquisador. Assim, mais de um tipo de afetação foi apontado por diversos entrevistados. Como se percebe, muitos destes relataram problemas psicológicos, especialmente relacionados ao medo de novos desastres. Uma das entrevistadas, L., de 38 anos, descreveu “um clima pesado que fica dentro de casa toda vez que chove mais forte. Por exemplo, minha mãe, se escutar uma trovoada, pronto! Não dorme!”. Algumas pessoas demonstraram consternação nesta parte da entrevista, expressando tristeza ao recordar do ocorrido e receio de novos eventos similares.

Alguns tipos de afetação guardam relação com os setores nos quais os entrevistados moram. No tocante às “perdas materiais (objetos de casa)”, este tipo foi apontado pelos moradores do setor 1, próximo ao córrego, portanto, área que sofreu com inundação, na qual muitas casas ainda têm marcas da altura da água. Também o horário de ocorrência das chuvas (na madrugada) ajudou no processo de desorientação das pessoas, que tiveram pouco tempo para tentar salvar seus pertences. O tipo “obrigação de sair de casa” foi correlato a este, na medida em que

a destruição dos móveis e eletrodomésticos inviabilizou a estada nestas residências por algum tempo, sendo possível o retorno posterior. Já no que se refere as perdas de partes de casa, estas foram citadas por moradores dos setores 2 e 3, por se tratarem de áreas de encostas.

Outro tipo bastante citado foi o isolamento em casa, que causou também a afetação por falta de suprimentos, já que algumas áreas (principalmente nos setores 1 e 2) tiveram os acessos de ruas e pontes danificados. Poucas pessoas relataram morte de familiares e amigos, sendo explicada pelo fato de que grande parte dos mortos se deu em residências que foram completamente destruídas, causando ou o óbito de todos os componentes ou a mudança dos sobreviventes, formando assim grupo fora do escopo da pesquisa.

A terceira parte do questionário, intitulada “imaginário social”, engloba as percepções geográfica e ambiental, interpelando a respeito das noções de natureza e meio ambiente, das mudanças na paisagem do bairro, das relações afetivas com o bairro e da responsabilização sobre os processos de prevenção e mitigação de eventos extremos. Neste trecho, procederemos por mais transcrições de respostas literais, utilizando-se de algumas como exemplos categorizados da amostragem geral.

Na questão referente ao que se entende por natureza, 16 entrevistados (30,7%) fizeram associações com elementos da vegetação. “São as florestas e as matas. Acho que também as minhas plantas, que eu adoro. Acho que quanto mais planta a pessoa tem em casa, melhor é a natureza”, respondeu S., 68 anos (setor 1). D., 28 anos (setor 2), deu ênfase as florestas, porém listou também os oceanos como parte do que ela entende por natureza. Nestes casos, pela conversa desenvolvida, o que se percebeu foi uma vinculação com campanhas publicitárias, que remetem a noção de natureza aos elementos e objetos naturais, tais quais árvores e animais.

Em 14 dos entrevistados (26,9%) a natureza é tida como oposto ao que é artificial, ou seja, a natureza é vista como os fenômenos e objetos não produzidos pela humanidade e em 5 destes (9,6%) ela é vista como uma força fora do controle humano. W., 35 anos (setor 3), definiu seu entendimento como “tudo que as pessoas não fizeram, que já existe sem as pessoas”. De modo correlato, L., 52 anos (setor 2), respondeu que “são as coisas que acontecem. A gente não manda nela”. J., 60 anos (setor 3), acrescenta que “tem que temer o mais forte, não é?”. Aqui o que fica claro é a percepção de medo relacionado à força dos fenômenos da natureza, a qual se movimenta independente das vontades humanas.

Outro padrão de respostas para o entendimento da noção de natureza, presente em 17 entrevistas, foi a designação a partir de palavras soltas, sem explanação. As palavras citadas foram “Deus”, em 9 entrevistas (17,3%), “tudo”, em 5 entrevistas (9,6%) e “vida”, em 3 entrevistas (5,7%).

A segunda questão abordava os entrevistados sobre o entendimento a respeito da noção de meio ambiente. 15 dos entrevistados (28,8%) indicaram respostas que remetiam a relação entre a humanidade e natureza e suas “formas de viver”. Outros 13 entrevistados (25%) atribuem similaridade entre as noções de natureza e meio ambiente, 9 (17,3%) responderam não saber, 6 (11,5%) fizeram aproximações com outras noções como conservação e preservação e 9 (17,3%) designaram por ideias soltas como “não desmatar”, “não incendiar” e “não jogar lixo no chão”. Entre todas as respostas expostas, buscou-se explorar noções como responsabilidade direta e indireta, sendo uma tônica das falas dos moradores uma culpabilização do “governo” (ainda que em condições um tanto abstratas), mas também uma identificação de sua condição de agente ambiental. Por exemplo, quando perguntados sobre o que poderia ser feito por eles mesmos para melhorar o meio ambiente do bairro, 38 entrevistados (73%) responderam que devem fazer a sua parte, tendo entre as principais temáticas a questão do lixo doméstico e a cobrança sobre governantes, 9 (17,3%) responderam que não sabiam como fazê-lo e 5 (9,6%) disseram não ter de fazer nada.

No que tange as mudanças na paisagem do bairro, os principais impactos visuais apontados foram as obras de contenção na Pedra Duas Pedras, localizada no setor 3, mas melhor visualizada dos setores 1 e 2, apontado por 46 entrevistados (88,4%), sendo todos os dos setores 1 e 2 mais 6 entrevistados do setor 3, bem como as marcas dos deslizamentos no setor 2, de visão privilegiada no setor 3, citado por 23 entrevistados (44,2%). Outro impacto visual bastante citado, principalmente pelos entrevistados do setor 1, foi o vazio de casas nas margens do córrego, mencionado por 21 entrevistados (40,3%). Esta área era toda tomada por residências e pequenos comércios, tendo sobrado apenas algumas poucas ruínas. Os moradores relataram também que quando das intervenções governamentais citadas no tópico 3.2.2, o governo estadual apenas procedeu o ressarcimento e realocação das pessoas que viviam nestas áreas, não dando continuidade ao projeto do Parque Fluvial através do INEA. As demais menções aos impactos observados na paisagem do bairro foram a quantidade menor de pessoas nas ruas (fato também observado por nós quando das visitas de campo, tendo sido citado por 9 entrevistados [17,3%]) e 1 menção ao fato



de atualmente haver um número maior de casas com muros altos (a despeito de praticamente todos os entrevistados relatarem o clima de tranquilidade social do bairro, ou seja, da raridade de notícias sobre violência).

Ainda nesta parte do questionário, perguntou-se sobre o significado do bairro para os moradores. Esta pergunta buscou avaliar o sentido de lugar, mas também as noções de topofilia e topofobia que porventura pudesse ser amplificada pela ocorrência da tragédia. De todos os entrevistados, apenas 1 mostrou indiferença pelo bairro e 1 outro respondeu não gostar. A grande maioria expressou palavras de afetividade positiva, sendo que 17 (32,6%) responderam considerar o bairro um lugar ótimo, sem ressalvas, e 33 (63,4%) relataram gostar do bairro, mas que veem aspectos que precisam ser melhorados. Dentre estes aspectos, a maior parte se referiu a falta de equipamentos urbanos de lazer, nos quais muitos relataram a falta de “um parquinho para as crianças” e de “quadras para a prática esportiva”. Muitos reforçaram a tranquilidade social do bairro, remetendo sensações de medo e angústia direcionados aos eventos naturais, em especial após “viver na pele” a tragédia.

As duas últimas questões interpelaram sobre as causas da tragédia e sobre a responsabilidade em evitar novas tragédias. Assim, para se evitar mal entendidos quanto ao questionamento, explicou-se a diferenciação conceitual entre o evento extremo (a chuva e os deslizamentos enquanto condições de natureza) e a tragédia enquanto o efeito dramático das perdas derivadas do evento. Ainda assim, sobre as causas, 20 entrevistados (38,4%) responderam ter sido a própria natureza (como na fala de L., 65 anos, que disse acreditar que “foi a chuarada, os relâmpagos e algum tremor de terra também. Essas coisas não tem ninguém que controle, quando vem, leva tudo o que estiver na frente mesmo”), 19 (36,5%) apontaram o governo como causador, 9 (17,3%) disseram ser os próprios moradores os causadores (em uma das entrevistas, L., 38 anos, disse que “para alguns moradores, dinheiro não falta. Constroem em áreas perigosas porque querem. Os mais pobres não tem muito para onde correr, mas alguns têm e preferem se arriscar”). Além destes, 3 (5,7%) não souberam responder e 1 entrevistada disse acreditar em castigo divino.

Apesar de a maioria apontar a própria natureza como causa da tragédia, a maior parte (31 [59,6%]) direcionou ao poder público a responsabilidade em evitar que novas tragédias ocorram. Outros 13 (25%) apontaram que os próprios moradores devem ser os responsáveis, 5 (9,6%) responderam Deus (“somente Ele pode controlar

a natureza por completo, então só Ele pode evitar” [R., 38 anos]) e 3 (5,7%) responderam não saber.

Deste modo, algumas questões ficaram patentes durante as entrevistas, sendo percebidas na grande maioria delas. A principal é que a comunidade guarda sentimentos de receio quanto a possibilidade de o evento extremo vivido em janeiro de 2011 se repita, entretanto este receio não se traduziu num aprimoramento de uma chamada consciência ambiental. Conforme exposto nos resultados categorizados das entrevistas, as noções de natureza e meio ambiente apresentados pela amostragem de moradores entrevistados não se distanciam muito de um senso comum. As ações de educação ambiental listadas pelos grupos ambientalistas tiveram um *boom* nos momentos logo posteriores ao evento, mas sofreu um arrefecimento desde então. O que não significa o esquecimento com relação à tragédia. Muitas menções à tragédia são feitas nos eventos sediados no município que possuem algum cunho ambiental/ecológico, elencando-a como marco na história da região. Aliás, o próprio uso dos termos quando precedidos de artigo definido: “a tragédia”, “o desastre”, “a catástrofe” quando são mencionados em Nova Friburgo (e creio que encontre eco nos demais municípios atingidos) reportam automaticamente ao evento de janeiro de 2011, a despeito de outros que já tenham ocorrido desde então em diversos outros lugares.

A percepção do medo relacionado aos eventos da natureza foi também observada quando das respostas referentes a como o evento teria afetado os moradores. Foram listadas diversas formas de perdas ocorridas, sendo estas muito relacionadas ao setor no qual o entrevistado mora, todavia a afetação psicológica foi a mais citada de modo geral, perpassando todos os setores. Ainda que, na maioria das entrevistas, não se tenha usado este termo, as respostas remetiam claramente ao impacto comportamental de se passar a conviver com o medo de que outra chuva daquela magnitude possa causar estragos de ordem similar aos de janeiro de 2011. Este dado ficou claro também pelo fato de muitos moradores dizerem manter “um pé atrás” quanto a eficácia das obras de contenção de encostas realizadas na Pedra Duas Pedras. Isso porque a memória coletiva percebida na comunidade indica que o maior impacto não se dá tanto pelas perdas materiais, mas sim pela chamada perda de cotidiano, na qual as transformações acarretadas pelo evento geraram reviravoltas nos modos de viver (e, conseqüentemente, de pensar) o espaço vivido.

Outro dado interessante se refere à concepção de afeição ao bairro demonstrado pela grande maioria dos entrevistados, mas que não se efetiva em participação direta em suas questões, dado que pouco mais de 3/4 dos entrevistados responderam nunca ou quase nunca participar de movimentos ou atividades do bairro, seja através de sua associação de moradores ou outros quaisquer.

Deste modo, pode-se definir uma relação topofílica dos moradores com relação ao bairro em si, entretanto topofóbica, se considerado o receio exposto quanto a possibilidade de o evento se repetir, por não se sentirem totalmente confiantes nas ações de prevenção e mitigação apresentadas pelo poder público.

As marcas deixadas pelo evento extremo remodelaram a paisagem do bairro, tanto no que concerne aos fixos (a exemplo do vazio de imóveis que muitos moradores do setor 1 relataram na parte próxima ao córrego), quanto nos fluxos, já que quase não se vê pessoas pelas ruas no bairro, em diversos trechos e horários diferentes nos quais realizamos as visitas de campo. A única parte com movimento constante são as margens da rodovia RJ 130, que corta o bairro ao meio.

Posto isto, este tópico buscou dar conta de compreender as percepções geográfica e ambiental de parte dos moradores que vivenciaram a experiência da tragédia. A partir de suas respostas aos questionamentos aplicados foi possível perceber os impactos da ocorrência da tragédia para além das cicatrizes físicas nas proximidades do córrego e nas encostas. Os impactos percebidos se operam no *modus vivendi* da comunidade, que se enxerga envolta nos sentimentos de afetividade e angústia, esperança e medo. Nem todas as emoções transmitidas durante as entrevistas podem ser de descrição fidedigna, já que se revela em tonalidades de voz, expressões faciais e gestuais. Entretanto, ficaram claras as condições de marco na história ambiental da região, pela força devastadora que causou destruição material e imaterial e gerou, por conseguinte, remodelações na vida da comunidade, ainda que, conforme visto, mais valorativas que atitudinais.

#### **4.5 Considerações**

O evento catastrófico provocado pela enchente de janeiro de 2011 tem conotações para além das explicações climatológicas e geomorfológicas. Se configura

em tragédia pelas perdas humanas, mas principalmente por uma condição quase metafísica de infortúnio, ou seja, de algo que foge à capacidade humana de controlar, apesar de todos os esforços de previsão, prevenção e mitigação. A sensação causada, de que quando as forças naturais atuam de modo “anormal”, remete a humanidade à sua condição de vulnerabilidade, que o pretense domínio sobre a natureza não foi capaz de exercer. Ou, como nas palavras de Tuan (2005, p. 91), “a mudança de vila para estado, da cultura para a civilização, não redundava necessariamente em nenhuma redução significativa do medo”. Na comunidade abordada, ficou claro o direcionamento da questão do medo aos fenômenos da natureza, já que praticamente todos os entrevistados relataram ser o Córrego D’Antas um bairro “tranquilo até demais”, no que tange a outras perturbações sociais comuns dos dias atuais, tendo a violência como exemplo mais nítido.

Uma consideração que foi bastante recorrente nas entrevistas com os moradores esteve no fato de que muitos investem sua confiança numa seguridade garantida pelo Estado, ou seja, na crença de que os “governos” estarão (ou deveriam estar) sempre prontos a dar respostas eficazes aos diversos problemas que incorrem contra a harmonia social, entre eles as catástrofes naturais. Esta não é exatamente uma confiança cega, que deposita total crença de que de fato o dito Estado de Bem-Estar Social efetivamente funcionará. A confiança a que nos referimos é aquela na qual a população sempre enxerga no Estado o responsável pela geração das condições que melhor atendam aos anseios de uma vida tranquila, com todas as conjunturas satisfeitas, incluindo evitar/mitigar os danos causados por eventos naturais.

Nesse sentido, o poder público esteve em exposição durante todo o processo de reconstrução e mitigação dos danos causados pelo desastre abordado. Como já mencionado, tratar do desastre de janeiro de 2011 se tornou um *leitmotiv* no município, estando presente em diversos eventos promovidos e/ou apoiados pelo poder público municipal. Entre estes, um recente e bastante emblemático foi o acordo de cooperação com a Cátedra de Conservação Ambiental e Ecoturismo da UNESCO (Anexo), em janeiro de 2019, com vistas a, entre outros objetivos, “educar, treinar, aconselhar e cooperar com os governos locais e centrais, bem como com as populações nas áreas urbanas e não urbanas, para mitigação, preparação, resposta e recuperação contra desastres naturais e provocados pelo homem”. Por se tratar de uma espécie de carta de intenções, não tendo ainda nenhuma ação de fato ligada ao documento, não foi possível uma análise sobre sua efetividade e impactos sobre

alguma localidade do município. Entretanto, este pode vir a se tornar um objeto para estudos futuros.

Outro possível objeto de pesquisas futuras, mais próximo da geografia, se refere ao desenvolvimento pela AMBCD, em parceria com a UFRJ, de um Atlas da Tragédia, que se encontra ainda em fase de elaboração. A análise do atlas faria parte do tópico referente a Reger-CD (3.2.2), entretanto, a não conclusão deste impossibilitou tal análise nesse momento. Não tivemos acesso a nenhuma versão preliminar, mas acreditamos que, de certo, quando finalizado, este será um excelente objeto e fonte de pesquisas para os interessados no tema.

Deste modo, o capítulo buscou realizar a proposta principal deste trabalho, a saber - analisar o desenrolar do desastre de janeiro de 2011, a partir de uma abordagem que o enxerga como marco da história ambiental da Região Serrana Fluminense, centrada no recorte espacial de um dos locais mais atingidos, num dos municípios mais atingidos, ou seja, o bairro do Córrego D'Antas, em Nova Friburgo. Para tanto, buscamos compreender diversos aspectos que concorrem na composição desta história: as configurações físico-geográficas do recorte e de que forma elas montaram o cenário para sua ocorrência; as ações realizadas pelo poder público na condição de ator sintagmático do qual se espera o *feedback* solucionador dos problemas sociais; o papel das denominações religiosas enquanto componentes dos mais importantes da engrenagem simbólico-material do imaginário social (de um modo geral, mas aqui tratado mais especificamente do imaginário ligado à natureza e ao meio ambiente); e a percepção geográfica e ambiental dos moradores do bairro, a partir de entrevistas/conversas.

A grande conclusão, portanto, é de que mesmo a memória da tragédia, abordada a partir de uma comunidade tomada como tipo ideal de pesquisas (pelas circunstâncias e efeitos nela provocados), não fez sentir uma remodelação de nossa relação para com a natureza. Em nosso entendimento, esta conclusão se clarifica pela visão moderna e dicotômica sobre a natureza, enraizada na sociedade e calcada na história da civilização ocidental, na qual ela se transfigura em um ente distante e separado da humanidade e que precisa, por conseguinte, ser intocado. Ao não nos enxergarmos como parte da natureza, a colocamos na condição de mero recurso, justificada pela concepção da permissão divina de uso, como um contrato de *commodatum* de coisa não fungível, expressa, por exemplo, nas respostas dos moradores na qual a natureza (e seus fenômenos) é algo que “só Deus pode conter”.

Assim, o resultado demonstra que a resposta da tese se configura em formato tão impreciso quanto à própria ideia de natureza. Isto é, por mais que a natureza (representada por seus elementos e fenômenos) se apresente como um conjunto de objetos (ainda que em constante movimento) focalizados pelas diversas ciências que têm nela sua preocupação primordial, as ideias que se formam sobre ela guardarão as imprecisões características da subjetividade humana.

Procede-se, em seguida, às considerações finais do trabalho, não de modo conclusivo, já que como abordado no início da tese, o grande brinde destinado às ciências humanas no campo do saber reside justamente na dificuldade de acomodação no chamado método científico puro, proporcionando caminhos e meandros extremamente férteis ao pesquisador e a todos os que desejam compreender a realidade para além dos resultados definidos. Por esta razão, serão chamadas de considerações finais, não conclusivas, mas instigadoras de mais conhecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturaremos nossas considerações finais de modo a apresentar um traçado geral de nosso trabalho, identificando o atingimento dos objetivos propostos e a avaliação dos resultados, bem como propor possibilidades para o estabelecimento de agendas de pesquisas dentro da temática.

Ao compor a angulação que se daria ao objeto proposto para esta pesquisa, isto é, abordar o imaginário social relativo à ideia de natureza em uma comunidade atingida por um desastre natural, tomamo-nos de reflexões em torno de quais apontamentos, direções, caminhos e procedimentos se deveriam lançar mão. Sendo o imaginário social uma espécie de objeto-ferramenta frente ao pesquisador, o desafio inicial estaria em definir as variáveis que permitiriam à nossa angulação fazer emergir os aspectos que atingissem os objetivos traçados.

Assim, a revisão bibliográfica é base geral de qualquer pesquisa. Esta estará presente em praticamente todos os momentos, haja visto que “dificilmente uma pesquisa fará avançar o estudo sobre o tema do qual se ocupa se não se voltar ao que já foi interpretado, descrito e escrito a propósito” (SOUZA, 2017, p. 226). Deste modo, compreender o objeto por um viés será sempre também considerar outros vieses através dos quais este objeto já foi angulado.

Entretanto, somente a revisão bibliográfica não dá conta de uma tese. Esta necessita apresentar contribuições ao campo científico que façam progredir as visões sobre determinado tema. No caso em tela, a compreensão do objeto (e sua angulação) somente se faria possível se abordasse a camada mais atingida pelo desastre, tomado como referência: as pessoas que vivenciaram o ocorrido e suas consequências diretas e indiretas. Para tanto, elaboramos os questionários que serviram como guias, já que o desenrolar da abordagem se fez por conversas, em busca de instigar os moradores a entregarem as informações necessárias à elucidação da investigação proposta.

Compreender um imaginário social implica, portanto, em definir as variáveis de sua composição. Buscando nos ater a uma explicação geográfica do fenômeno, nos cercamos de um arcabouço teórico-conceitual que faria compreender nossa proposta: os conceitos de paisagem e lugar (estritamente geográficos), e os de fatos (representações) sociais e de percepção ambiental. Esse amálgama conceitual

abarca uma aproximação entre os campos da Geografia, da Sociologia e da Psicologia, como subsídios analíticos da composição mental da ideia de natureza, que se transfigura em valores e comportamentos. A ideia de natureza, abordada enquanto pilar do Ocidente, é também ideia fundante de grande parte das ciências, entre elas a Geografia.

Contudo, esta ideia de natureza não se apresenta completamente autônoma: ela depende e vem acompanhada de suas nuances próximas, como meio ambiente e ecologia, preservação e conservação. Neste sentido, procuramos conhecer alguns dos movimentos de cunho ambientalista/ecológico estabelecidos em Nova Friburgo, antes e depois do desastre. Nestes, buscamos investigar as ações ligadas ao evento extremo, bem como as remodelações ocorridas ao longo destes anos seguintes ao ocorrido, a fim de desenlaçar mais um nó na trama que envolve compreender o imaginário social.

Por fim, o cerne da investigação, a partir dos diálogos com os envolvidos diretamente na experiência do desastre, ou seja, os moradores do nosso recorte espacial, também com os representantes das denominações religiosas mais destacadas pela comunidade, bem como as ações do poder público, nos apoiando, para tal, nos chamados níveis da História Ambiental para dar conta de compreender o desastre em seus diversos aspectos.

Descrever, aqui, um traçado geral do que foi esmiuçado nos capítulos ao decorrer da tese, remonta a todas as dificuldades ocorridas. Um curso de doutorado, com o tempo previsto de quatro anos, carrega o pesquisador por fases e etapas de execução programadas, revistas e refeitas em passo constante. Por vezes, ao ler as produções científicas (sejam em formato de artigos, trabalhos acadêmicos ou livros) temos a sensação de que o autor as escreveu em uma tomada só, como se isso fosse possível. Quando nos vemos na condição de produtor, percebemos com mais clareza que a execução do trabalho perpassa diversos momentos diferentes, com contextos diversos, por vezes contraditórios, por vezes desanimadores, por vezes empolgantes: a pesquisa acadêmica se metaforiza na imagem de uma montanha-russa na qual se vivenciam emoções diversas, sendo este, agora, o momento da chegada.

Ainda assim, a sensação de que, apesar do esforço empreendido na execução de uma tese, resta muito mais o que conhecer, motiva a continuar estudando e contribuindo. Esta é a chegada de uma etapa, o final do curso, mas início do que há por vir. A Geografia, afinal, nos guarda essa condição: um mundo em constante



transformação exige constante averiguação, estudo e aprendizado. Por isso o alerta ao final do capítulo anterior de que estas considerações finais não poderiam ser de modo algum conclusivas.

Apesar deste atributo, algumas considerações sobre o produto da pesquisa se fazem imperativas. A primeira delas é sobre a afinidade entre o traçado metodológico e os objetivos do trabalho. A fim de se estabelecer esta conexão indispensável, buscamos nos cercar dos procedimentos que nos levariam a alcançar os objetivos propostos. A maior parte dos objetivos exigia ouvir as pessoas. Neste sentido, as entrevistas foram essenciais. Para outras partes, vasculhar sites, reportagens e artigos se fizeram suficientes, necessários e válidos.

Deste modo, o objetivo geral traçado, a saber, de se “identificar as nuances da ideia de natureza no imaginário social de uma comunidade atingida por um desastre natural”, composto em *leitmotiv*, ou seja, como preocupação dominante que perpassa toda a obra, teve seu momento culminante no tópico 4.4.4, que buscou ouvir diretamente dos moradores a partir suas experiências pessoais com o evento, suas angústias com a possibilidade de novas ocorrências similares, seus sentimentos contrastantes de afetividade e receio com o lugar de vivência, suas percepções das mudanças na paisagem, bem como suas relações com as condições ambientais e a própria ideia de natureza.

Para tanto, buscou-se, através dos objetivos específicos, cercar-se de um referencial teórico-conceitual que gerasse um substrato sólido de entendimento da temática. Os capítulos 1 e 2 abordaram estes referenciais, com o primeiro tratando dos conceitos geográficos de lugar e paisagem, enquanto coordenadas mais íntimas das pessoas com os espaços e, por conseguinte, com a ideia de natureza, além da compreensão dos referenciais de fatos/representações sociais e da percepção ambiental, enquanto componentes da constituição da referida ideia. Optamos por destacar a ideia de natureza em capítulo específico, por se tratar do grande conceito aqui trabalhado, estando os anteriores na condição de auxiliares na sua compreensão.

Outro objetivo específico listado foi o de compreender a relação do povo friburguense com os eventos naturais, ressaltados os que ocasionam enchentes e deslizamentos, apontados a partir de uma caracterização histórico-geográfica dos recortes espaciais. Destacou-se o recorte específico da área central do bairro do Córrego D’Antas, entretanto, sua contextualização necessitou do entendimento em escalas temporais e espaciais mais amplas, tendo sido realizadas nos tópicos 4.1, 4.2

e 4.3, que abordaram, respectivamente, a caracterização do recorte espacial, a caracterização do evento de janeiro de 2011 e os impactos do evento em imagens.

Por fim, no que tange ao último objetivo específico, ou seja, o de identificar as ações dos atores sintagmáticos, foram evidenciados os movimentos ambientalistas do município (capítulo 3), o poder público (tópico 4.4.1) e as denominações religiosas (tópico 4.4.3), na condição de agentes destacados tanto das ações concretas quanto (e principalmente para nossa pesquisa) das suas características como constituintes do imaginário referente a ideia de natureza.

Entretanto, por mais densa e empenhada que seja uma pesquisa acadêmica, ela dificilmente esgotará um determinado assunto. Diversos nós foram deixados atados para trás e diversas portas não foram abertas. Todas estas questões apontam para as muitas possibilidades de se engendrar uma temática. Dentre estas possibilidades, um em especial que nos parece pertinente consiste em aprofundar o entendimento da ideia de natureza e a compreensão dos desastres em padrões culturais distintos do ocidentalismo. Apenas como exemplo, podemos citar o que ficou conhecido como “Sismo e Tsunami de Tohoku”, ocorrido no Japão em março de 2011, ou seja, dois meses após o desastre abordado nesta pesquisa. Passados alguns meses, surgiram diversas matérias jornalísticas estabelecendo comparativos do processo de reconstrução das áreas danificadas na região serrana fluminense e na costa leste japonesa<sup>40</sup>. Em nossa pesquisa, apenas mencionamos o acordo de cooperação do qual a prefeitura de Nova Friburgo faz parte juntamente com o governo japonês, mas uma investigação mais ampla, que adentre a compreensão da ideia de natureza e meio ambiente na cultura oriental (ou em outras) de certo é terreno fértil.

Sobre a mudança na ideia de natureza propriamente dita, pudemos perceber que a magnitude do evento, apontado em diversos trabalhos pela denominação de “megadesastre”, transmuta-se no imaginário social em tragédia pela condição na qual os atingidos tomam ciência de sua vulnerabilidade diante da força brutal dos fenômenos físicos. Em muitas das entrevistas realizadas, os moradores narravam o drama vivido, revelando em suas falas a noção de separação entre a humanidade, a natureza e o sobrenatural. Estabelece-se, portanto, uma relação triangular entre os

---

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/memoria-japao-mostra-capacidade-de-recuperacao-diante-de-tragedia-natural-15145746>> e em: <[https://noticias.uol.com.br/album/110721rioxjapao\\_album.htm#fotoNav=1](https://noticias.uol.com.br/album/110721rioxjapao_album.htm#fotoNav=1)>. Acesso em: 26/09/2020.

entes, apesar do caráter hierárquico: um primeiro plano “humano”, no qual se inserem não somente as pessoas, mas também seus constructos (como as casas, as ruas, o “bairro”, os animais domésticos, ou seja, tudo aquilo que compõe a vida do cotidiano); um segundo plano da “natureza e seus fenômenos”, acima do plano humano, que em situações de normalidade gera as condições de sobrevivência e de desenvolvimento das sociedades; e o terceiro plano “sobrenatural” ligado às divindades (no caso em tela, principalmente o Deus cristão), que regem os planos anteriores. A relação, portanto, se dá na noção de que os planos interagem pela atribuição de suas “forças”: a humanidade se utiliza da natureza que por vezes se mostra através de seus fenômenos; em contrapartida, o plano divino controla a natureza e o plano humano, por tê-los criado. Em algumas falas, os planos natural e sobrenatural se confundem na ideia de Deus, que designa, nessas condições, a própria natureza.

Por fim, uma última consideração sobre a percepção que tivemos durante a pesquisa de que os atores e agentes abordados revelam movimentos que demonstraram um período de “efervescência” no pós-tragédia e posterior abatimento, tanto intelectual quanto em ações práticas, apesar da persistência na memória das pessoas. A tragédia deixou marcas (visíveis e invisíveis), mas estas aparentemente vão se desfazendo conforme as impressões na paisagem vão mudando e se tornando banais. Este dado serve como um dos referenciais que revelam que a preocupação ecológica, nas suas mais variadas nuances, também demonstra um arrefecimento aparentemente direcionado a acomodação. Talvez até o próximo evento catastrófico.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AB'SÁBER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGEVAP/COHIDRO. **Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e planos de ação de recursos hídricos das bacias afluentes**. 2014. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/arqforum/Cohidro/COH403-REV0-FEV14.pdf>>. Acesso em: 15/06/2020.

AGUIAR, Leonel A. de. Discurso biocêntrico: o sagrado na pós-modernidade. **Revista Aulas**. Campinas, n. 04, abr-jun, 2007.

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Revista Comum**, n. 23, v.10, pp. 122-138. jul-dez 2004.

ALONSO, Angela. COSTA, Valeriano. MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Revista Novos Estudos**, nº 79, pp. 151-167, 2007.

AMBCD. **Breve apresentação do bairro Córrego d'Antas e de seus desafios**. Disponível em: <<https://corregodantas.wordpress.com/o-bairro-e-seus-desafios/>>. Acesso em: 01/06/2020.

ARAÚJO, Sérgio B. **Administração de desastres: conceitos e tecnologias**. SYGMASMS, 2012. Disponível em: <<http://www.defesacivil.pr.gov.br/sites/default/files/documento/2018-12/AdministraçãodeDesastres.pdf>>. Acesso em: 27/06/2020.

ASSIS, Vívian de. FAUTH, Gabriela A. CAVALLAZZI, Rosângela L. Cidadania da cidade: escolhas para o desenho institucional participativo do Plano Diretor do Município de Nova Friburgo de 2007. **Revista de Direito da Cidade**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 02, pp. 235-256, 2019.

BAPTISTA, Saulo de T. C. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**. 2007. 562 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2007.

BERGER, Peter L. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e sociedade**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, pp. 9-24, 2000.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural: uma antologia** (vol. 1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

BOY, Walison. **Dos lugares de conservação: o diálogo de saberes e a democratização da gestão ambiental na APA Estadual de Macaé de Cima**. 2010. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da cidade e legislação correlata**. Brasília: Senado, Subsecretaria de edições técnicas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Passo a passo da agenda 21 local**. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável: pesquisa nacional de opinião: principais resultados**. Rio de Janeiro: Overview, 2012.

BRAUDEL, Fernand. **A gramática das civilizações**. São Paulo: Campus, 1988.

CAMARGO, José Carlos Godoy. ELESBÃO, Ivo. O problema do método nas ciências humanas. In: **Revista Mercator**, nº 06, pp. 07-18. 2004.

CARVALHO, José L. de. Denis Cosgrove e o desenvolvimento da perspectiva simbólica e iconográfica da paisagem. In: **Revista Geograficidade**, vol. 7, nº 2, p. 87-97, 2017.

CASTREE, Noel. **Nature**. Oxford: Routledge, 2005.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, Ricardo F. de. **Análise do provisionamento habitacional no município de Nova Friburgo pós desastre de 2011**. 2016. 69 f. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) - Escola Politécnica - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAVALCANTI FILHO, Ernani C. et al. **Tragédia climática e ambiental na região serrana/RJ 2011: diagnóstico, desafios e ações**. In: Anais do XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Maceió, 2011.

CENTRO DE ESTUDOS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (CECNA). Informações gerais e sobre projetos desenvolvimento pela organização. Disponível em: <<http://cecna.blogspot.com>>. Acesso em: 02/01/2019.

CIDADE, Lúcia C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. In: **Revista Terra Livre**, nº 17, p. 99-118. 2º semestre/2001.

CONCEIÇÃO, Gilmar H. da. ANTUNES, Jadir. Questões acerca da chamada dialética da natureza. In: **Revista Educere et Educare**, vol. 3, nº 6, p. 165-178, jul.dez. 2008.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21 Global**. Rio de Janeiro, 1992.

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE NOVA FRIBURGO (COMMAM). Informações gerais e legislação ambiental de Nova Friburgo. Disponível em: <commamnovafriburgo.wixsite.com/commam>. Acesso em: 03/01/2019.

CORREA, Maria Suellen T. **A política no desastre em Nova Friburgo/RJ**: uma análise da participação de moradores na reconstrução do bairro Córrego D'Antas. 2015. 190 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

CORRÊA, Maria Janaína B. **Histórias e memórias de Nova Friburgo**. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2011.

CORRÊA, Roberto L. A periferia urbana. **Revista Geosul**. Florianópolis, v. 1, n. 2, pp. 70-78, 1986.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, v. 94, pp. 1-11, 2016.

CORRÊA, Roberto L. ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

CRONON, William. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. In: CRONON, W. (Org). **Uncommon ground: rethinking the human place in nature**. New York: W. W. Norton & Company, Inc., 1996.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DE SOUZA, Paulo R. **A Agenda 21 Local de Nova Friburgo**. Disponível em: <<http://demarchesterritorialesdedeveloppementdurable.org/nova-friburgo-brasil/>>. Acesso em: 25/04/2020.

DIEGUES, Antonio C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

DINIZ FILHO, Luis L. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: Ed. IBPEX, 2009.

DINIZ FILHO, Luis L. DA COSTA, Herivelto S. Da ética geocrítica à ética socioambiental: o sentido dominante no campo geográfico brasileiro. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Curitiba, v. 11, n. 5, pp. 36-50, jun/dez. 2016.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1978.

ESPINDOLA, Haruf S. A problemática espacial e a história ambiental. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, n. 20, v. 2, pp. 343-374, 2015.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: Edusp, 1993.

FILHO, Virgílio C. Cidades serranas (Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 9, nº 1, pp. 03-56, 1947.

FOLLY, Luiz Fernando D. **A história da Praça Princesa Isabel em Nova Friburgo: o projeto esquecido de Glaziou**. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FRANCISCO, Cristiane N. ALMEIDA, Cláudia M. de. Interpretação de imagens orbitais por meio de sistema especialista para o mapeamento de cobertura da terra em região montanhosa. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 24, nº 2, pp. 283-302, 2012.

FREITAS, Inês A. de. PERES, Waldir R. RAHY, Ione S. A janela de Hitler. **Revista GeoUERJ**, nº 6, pp. 29-36, jul./dez. 1999.

FREITAS, Inês A. de. A Geografia na construção de uma História Ambiental brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 22, nº 2, pp. 155-168, jul/dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Geografia Física e História Ambiental - para manter a tradição de dar sentido à natureza. In: **VI Encontro Nacional da ANPEGE**. Fortaleza, 2005.

\_\_\_\_\_. História Ambiental e Geografia: natureza e cultura em interconexão. **Revista GeoUERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, nº 17, p. 20-33, jun/dez. 2007.

\_\_\_\_\_. História Natural, História da Natureza e História Ambiental: três histórias sobre uma grande ideia. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, nº 35, p. 153-175, jan./jun. 2014.

FREITAS, Leonardo E. de. NETTO, Ana Luiza C. REGER CÓRREGO DANTAS: uma ação coletiva para enfrentamento de ameaças naturais e redução de desastres socioambientais. **Revista Ciência e Trópico**. Rio de Janeiro, v. 40, nº 1, p. 165-190, 2016.

\_\_\_\_\_. Gestão de riscos de desastres e participação popular: lições aprendidas e a relevância da educação para a consolidação da Rede de Gestão de Riscos da Bacia Hidrográfica do Córrego D'Antas (REGER-CD), Nova Friburgo/RJ. **Revista Giramundo**. Rio de Janeiro, v. 4, nº 7, p. 89-101, 2017.

FUNDAÇÃO DOM JOÃO VI. Acervo de materiais históricos sobre Nova Friburgo. Disponível em: <<https://www.djoaovi.com/>>. Acesso em: 15/03/2020.

FUNDAÇÃO NATUREZA. Informações gerais e sobre projetos desenvolvimento pela organização. Disponível em: <<http://fundacaonatureza.org.br/index.html>>. Acesso em: 02/05/2020.

GERALDINO, Carlos F. G. **A questão da geografia na “Origem das Espécies” de Charles Darwin**. 2016. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GLACKEN, C. **Traces on the Rhodian Shore: nature and culture in western thought from the ancient times to the end of eighteenth century**. Los Angeles: Berkeley, 1991.

GODOY, Paulo R. T. Algumas considerações para uma revisão crítica da História do Pensamento Geográfico. In: GODOY, P. R. T. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOTO, Tommy A. Fenomenologia, mundo-da-vida e crise das ciências: a necessidade de uma geografia fenomenológica. **Revista Geograficidade**. Niterói, vol. 3, nº 2, p. 33-48, 2013.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

HAESBAERT, Rogério. **O binômio território-rede e seu significado político-cultural**. In: Anais do Encontro O ensino de Geografia de 1º e 2º graus frente as transformações globais. Rio de Janeiro, 1995.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **Revista GEOgraphia**. Niterói, Ano V, nº 10, p. 113-123, 2003.

\_\_\_\_\_. O método fenomenológico: humanismo e a construção de uma nova geografia. In: ROSENDAHL, Zeny. CORRÊA, Roberto L. **Temas e caminhos da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.



- HOOPER, John W. In search of nature: imagining the precolumbian landscapes of ancient Central America. In: **Nature & Culture Colloquium**, 1996. Disponível em: <<http://research.famsi.org/aztlan/uploads/papers/Hoopers-InSearchOfNature.pdf>>. Acesso em: 16/11/1018.
- HOPKINS, Rob. **The transition handbook**: from oil dependency to local resilience (Free edit version). Disponível em: <<http://www.cs.toronto.edu/~sme/CSC2600/transition-handbook.pdf>>. Acesso em 16/03/2020.
- HUMBOLDT, Alexander Von. **Cosmos**: ensayo de una descripcion física del mundo. Sevilla: Eduardo Perié Editor, 1875.
- JAPIASSÚ, Hilton. MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- JUNG, Carl G. Chegando ao inconsciente. In: JUNG, C. G. (et al.). **O homem e seus símbolos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1969.
- KESSELRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Revista Episteme**. Porto Alegre, nº 11, pp. 153-172, jul-dez. 2000.
- KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **Revista História, Ciências e Saúde**. Maguinhos, vol. VIII (suplemento), pp. 863-880, 2001.
- LAMEGO, Alberto R. Nova Friburgo e as repercussões contrárias do seu clima. In: LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.
- LIMA, Elias Lopes de. O mito do "fator antrópico" no discurso ambiental geográfico. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 14, nº 3, p. 109-122, set/dez. 2015.
- LIMA,IVALDO. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: SANTOS, Milton (et al.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- LIMA, Raphael N. de S. **Análise de movimentos de massa no Córrego Dantas, Nova Friburgo (RJ)**. In: Anais do 9º Simpósio Nacional de Geomorfologia. Rio de Janeiro, 2012.
- LOBOSCO, Amanda A. F. **Desastre de 2011 e a realidade do pós-desastre para 18 famílias friburguenses atingidas**. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MACHADO, Mônica Sampaio. As implicações do realismo na Geografia e no seu objeto de estudo, a geografia como materialidade, categoria da determinação do real. **Revista GeoUERJ**. Rio de Janeiro, nº 17, pp. 25-69, jan-jun. 2007.

MACIEL, Caio A. A. A retórica da paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, nº 26, pp. 32-48, jul-dez. 2009.

MANO, Maria A. M. RAMOS, Nara V. TREVISAN, Amarildo L. O momento da tragédia: o papel da educação e da saúde na perspectiva da justiça social. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas; Sorocaba, v. 24, n. 2, pp. 545-565, jul. 2019.

MARANDOLA JR., Eduardo. Uma ontologia geográfica dos riscos: duas escalas, três dimensões. **Revista Geografia**. Rio Claro, v. 29, n. 3, pp. 315-338, set-dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Revista Geograficidade**. Niterói, nº 2, pp. 49-64, 2013.

\_\_\_\_\_. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. São Paulo: Blucher, 2014.

MARRETTO, Rodrigo M. **A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX**. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

MEDEIROS, Vanesca S. **Análise estatística de eventos críticos de precipitação relacionados a desastres naturais em diferentes regiões do Brasil**. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. BARROS, Mario T. L. de. **Análise de eventos críticos de precipitação ocorridos na região serrana do estado do Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 2011**. In: Anais do XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Maceió, 2011.

MELLO, João Baptista F. de. A humanização da natureza - uma odisseia para a (re)conquista do paraíso. In: MESQUITA, Olindina V. SILVA, Solange T. (Coord.). **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE Departamento de Geografia, 1993.

\_\_\_\_\_. Valores em Geografia e o dinamismo do mundo vivido na obra de Anne Buttimer. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, nº 19-20, p. 33-39, 2005.

\_\_\_\_\_. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. **Revista ACTA Geográfica**, v. 5, n. 9, jan./jun. 2011.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2009.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Global. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>>. Acesso em: 18/04/2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Local. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local.html>>. Acesso em 18/04/2020.

MOLLISON, Bill. **Introdução a permacultura**. Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998. Disponível em: <[https://grupos.moodle.ufsc.br/file.php/346/referencias/introducao\\_a\\_permacultura.pdf](https://grupos.moodle.ufsc.br/file.php/346/referencias/introducao_a_permacultura.pdf)>. Acesso em: 20/04/2020.

MORAES, Antonio Carlos R. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NOVA BÍBLIA PASTORAL. Gráfica Paulus. 2014.

NOVA FRIBURGO. **Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (Lei complementar nº 24)**. Nova Friburgo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Agenda 21 Comperj Nova Friburgo**. Nova Friburgo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei orgânica municipal (Lei municipal 4.637/18)**. Nova Friburgo, 2018.

NOVAES, André R. Uma geografia visual? Contribuições para o uso das imagens na difusão do conhecimento geográfico. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 30, pp. 6-22, jul/dez. 2011.

\_\_\_\_\_. Geografia e história da arte: apontamentos para uma crítica à iconologia. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 33, pp. 43-64 jan/jun. 2013.

NUNES, Flavio S. B. **Base de dados geoespaciais no apoio à gestão participativa de riscos de desastres: o caso da Bacia Hidrográfica do Córrego D'Antas - Nova Friburgo/RJ**. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

OLIVEIRA, Livia de. Percepção Ambiental. In: **Revista Geografia e Pesquisa**, v. 6, n. 2, jul-dez. 2012.

\_\_\_\_\_. MACHADO, Lucy Marion C. P. Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade. In: VITTE, Antonio C. GUERRA, Antonio J. T. (Orgs). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

OLIVEIRA, Rosalira dos S. Religiões da terra e ética ecológica. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 8, n. 17, pp. 26-44. 2010.

OLIVEIRA FILHO, Gerson R. de. Os movimentos de massa na região serrana do estado do Rio de Janeiro em 2011: diagnóstico e proposição de medidas para o enfrentamento de desastres ambientais. **CES Revista**. Juiz de Fora, n. 1, v. 26, pp. 149-164. 2012.

OTTERO, Clarisse R. CHARGEL, Leonardo T. HORA, Mônica A. G. M. Análise da frequência dos dados pluviométricos observados em 2011 e 2013 na região serrana, estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 33, n. 1, pp. 131-139. 2018.

PACHECO, Éser T. **Crítica epistemológica e percepção ambiental**. In: IV Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (IV EPEA), Rio Claro, 2007. Disponível em: [http://www.epea.tmp.br/epea2007\\_anais/pdfs/plenary/TR77.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2007_anais/pdfs/plenary/TR77.pdf). Acesso em: 23/02/2018.

\_\_\_\_\_. **Percepção ambiental como desvelamento do ethos embrionário**. 279 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PÁDUA, José A. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico? **Revista Varia Historia**. Belo Horizonte, nº 33, v. 21, 2005.

\_\_\_\_\_. As bases teóricas da História Ambiental. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, nº 68, v. 24, 2010.

PIGA, Talita R. MANSANO, Sonia, R. V. MOSTAGI, Nicole C. A Agenda 21 e seus limites. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, 2016.

PINHO, Gustavo M. de. FRANCISCO, Cristiane N. SALGADO, Carla M. Análise espacial dos movimentos de massa em Nova Friburgo/RJ: o caso do desastre natural de janeiro de 2011. **Revista Tamoios**. São Gonçalo, ano 9, n. 1, pp. 16-27, 2013.

PINTO, Rodrigo W. P. FREITAS, Marcelo M. de. Considerações a respeito dos movimentos de massa ocorridos em janeiro de 2011 na bacia do Córrego D'Antas, Nova Friburgo-RJ. **Revista GeoPUC**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, pp. 79-96, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton (et al.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 2011.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR., Eduardo. HOLZER, Werther. OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCKWELL, Lew. **As raízes anti-humanas do movimento ambientalista**. [2010]. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=676>>. Acesso em: 10/09/2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A abordagem ambiental unifica as geografias? In: MENDONÇA, F. et al. (Orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMDAN, 2009.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço e educação na Geografia Cultural. **Revista Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 28, jul/dez. 2010.

ROSS, Jurandyr. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia (USP)**. São Paulo, v. 08, 1994.

SANT'ANNA NETO, João L. Por uma Geografia do Clima: antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. **Revista Terra Livre**. São Paulo, n. 17, pp. 49-62, 2001.

SANTOS, Jader de O. ROSS, Jurandyr L. S. Fragilidade ambiental urbana. **Revista da Anpege**, v. 8, n. 10, pp. 127-144, ago./dez. 2012.

SAUER, Carl. O. A morfologia da paisagem. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, Armando C. Geografia e ideologia. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 52, pp. 93-100. 1976.

SOARES, Angélica. **Gêneros literários**. São Paulo: Princípios, 2007.

SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORENSEN, Daphne de S. L. DUTRA, Roberta O. **Manual Formação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs)**. Care Brasil, 2012.

SOUZA, José A. X. de. **Espaços de peregrinação: ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim-TO**. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPRINGER, Kalina Salaib. A concepção de natureza na geografia. **Revista Mercator**, nº 18, vol. 9, 2010.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SÓFOCLES. **Rei Édipo**. Disponível em: <<http://dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000024.pdf>>. Acesso em: 15/06/2020.

TAVARES, Rodrigo B. **História Ambiental e paisagens simbólicas no município de São Pedro da Aldeia**: a Lagoa de Araruama e a Serra de Sapatiba. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TRANSITION NETWORK | TRANSITION TOWNS | THE CIRCULAR ECONOMY - Informações gerais sobre o movimento Transition Towns. Disponível em: <<http://transitionnetwork.org>>. Acesso em: 11/03/2020.

TRICART, Jean. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Revista Geograficidade**, nº 1, vol. 1, 2011.

\_\_\_\_\_. A cidade: sua distância da natureza. **Revista Geograficidade**, nº 1, vol. 3, 2013.

UNISDR (The United Nations Office for Disaster Risk Reduction). **Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030**. Disponível em: <[https://www.preventionweb.net/files/43291\\_sendaiframeworkfordrren.pdf](https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf)>

VALENTINI, Luigino. **O caminho fenomenológico do fazer**: transcendendo as lógicas, trabalho. São Paulo: Companhia Ilimitada, 1988.

VENTURI, Luis Antonio B. Técnicas de interlocução. In: VENTURI, L.A. B. (Org.). **Geografia**: práticas de campo, laboratório e sala de aula. São Paulo: Editora Sarandi, 2011.

VESENTINI, José W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989.

VITTE, Antonio Carlos. GOMES, Rodrigo Dutra. As incertezas científicas e a Geografia. In: **Revista Brasileira de Geografia**, nº 01, vol. 62, pp. 51-72. 2017.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 198-215, 1991.

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com moradores

### 1- Identificação/Perfil:

1.1 Nome: \_\_\_\_\_

1.2 Idade: \_\_\_\_\_ 1.3 Sexo: \_\_\_\_\_

1.4 Escolaridade \_\_\_\_\_

1.5 Profissão: \_\_\_\_\_

1.6 Parte do Bairro \_\_\_\_\_

1.7 Religião: \_\_\_\_\_

### 2 - Inserção na comunidade:

2.1 É natural de Nova Friburgo? \_\_\_\_\_

2.2 Há quanto tempo reside no município? \_\_\_\_\_

2.2.1 E no bairro atual? \_\_\_\_\_

2.3 Estava no Córrego D'Antas quando da tragédia de janeiro de 2011?

2.4 Foi afetado de alguma forma com o ocorrido? Como?

2.5 Participa de algum movimento ou atividade no bairro? Se sim, descreva brevemente a atividade/movimento e sua função:

### 3 - Imaginário Social

3.1 O que é a natureza para você?

3.2 O que é meio ambiente para você?

3.3 A religião que você frequenta realizou alguma ação para ajudar aos afetados pela tragédia?

3.4 Você percebe(u) mudanças na paisagem do bairro desde que você mora aí? Quais?

3.5 O que o bairro do Córrego D'Antas significa para você? Sua percepção é boa ou ruim?

3.6 O que você acredita que causou a tragédia de 2011?



3.7 Quem você acredita que tenha maior responsabilidade em evitar novas tragédias?

3.8 Como este responsável deveria agir para evitar novas tragédias?

3.9 Você acredita que pode fazer algo para melhorar o meio ambiente do seu bairro? Se sim, o que?

3.10 Você acredita que foram dadas soluções para evitar novas tragédias ou caso haja outra chuva intensa o desastre pode novamente acontecer?

**APÊNDICE B** - Roteiro de entrevistas com representantes de denominações religiosas

Denominação religiosa: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Estimativa do número de fiéis/participantes: \_\_\_\_\_

Nome do representante: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Função na instituição: \_\_\_\_\_

1- Como funciona a hierarquia da instituição? O núcleo que o senhor administra está vinculado a outro(s) superiores ou é totalmente independente?

2- Existe algum documento oficial (ou não) da instituição com orientações de como lidar com situações de emergência (como na tragédia de 2011)?

3- Como a instituição entende a ocorrência de um desastre natural, com base em seus preceitos religiosos?

4- Qual(is) foi(ram) a(s) ação(ões) da instituição local no momento logo posterior à ocorrência da tragédia de 2011?

5- Qual(is) ação(ões) continuam a acontecer atualmente?

6- De um modo geral, qual relação a denominação tem com a ideia de natureza?

## **APÊNDICE C - Relato pessoal daqueles dias**

Cada pessoa que estava em Nova Friburgo na madrugada de 11 para 12 de janeiro de 2011 (e os dias subsequentes) tem sua história sobre a enchente para contar. Sempre que o assunto toma conta de uma conversa vem a tona as situações nas quais os interlocutores se encontravam e as aventuras protagonizadas pelos próprios ou por amigos, parentes e conhecidos. Conforme relatado no desenvolvimento da tese, é impossível se descrever com precisão a experiência do vivido em um evento como este: todas as sensações experimentadas, tanto internamente quanto nas expressões das outras pessoas não são de fácil escrita. Entretanto, decidi incluir ao final da tese, como apêndice, este relato pessoal, através do qual tentarei rememorar o que vivi e fiz naqueles dias, também como forma de justificar a escolha do tema. E por se tratar de um apêndice, me permitirei uma linguagem mais informal, não tão submetida à rigidez da escrita acadêmica tentada até aqui.

Pois bem. À época eu morava e trabalhava em Cabo Frio, na região das Baixadas Litorâneas, e cursava o mestrado pela UERJ. Pelo fato de toda a minha família e amigos serem de Nova Friburgo (minha terra natal), eu revezava minhas semanas no triângulo Cabo Frio - Friburgo - Rio de Janeiro. No final de 2010, alguns amigos e familiares se hospedaram no apartamento no qual eu morava em Cabo Frio para a passagem de ano e, após os festejos, lá para o dia 04 ou 05 de janeiro, rumamos a Nova Friburgo, onde eu estenderia as férias da UERJ e do trabalho próximo da família e dos amigos.

Consigo me lembrar com alguma clareza do fato de ter sido um período no qual as chuvas estavam acontecendo nos dias anteriores, seguindo o padrão meteorológico do verão tropical de altitude da região. Recordo também especificamente do 11 de janeiro (uma terça-feira), chuvoso durante praticamente todo o dia, com pequenos intervalos. Num destes intervalos, recebo uma mensagem de um amigo convidando para ir a uma chopperia da cidade, a fim de aproveitar a promoção conhecida como “terça em dobro” (na qual se paga pela metade do total de chopps consumidos). Um pouco relutante em aceitar graças à chuva constante, acabei convencido a ir justamente pelo convite ter sido realizado num destes intervalos “secos” (entre aspas porque chovia pouco, se comparado a intensidade do

restante do dia). Não recordo com precisão do horário que combinamos de nos encontrar, mas acredito que tenha sido algo por volta de 21:00. Ao chegarmos a chopperia (localizada no centro da cidade, em uma das extremidades da Praça Getúlio Vargas), encontramos por acaso um outro amigo que estava sozinho (também aproveitando a promoção) e se juntou a nós. O local era grande (e talvez a denominação de chopperia não ajude, pois passa uma ideia de “barzinho”. A chopperia em questão pode ser melhor denominada como uma casa noturna) e possuía basicamente quatro ambientes: uma parte frontal, num formato retangular (de corredor) bem largo, onde haviam diversas mesas de sinuca (bilhar) e balcões servindo os chopps (e demais serviços); ao final deste, uma elevação metade escada (com alguns poucos degraus - creio que, no máximo, uns 5), metade rampa separados por um pilastra que levava ao segundo ambiente, com formato mais quadrado onde ficavam algumas mesas, um palco ao fundo com um espaço a frente no estilo pista de dança. Ainda neste segundo ambiente havia uma escada, que levava ao segundo andar (camarote - terceiro ambiente), com vista panorâmica da pista e do palco, com acesso restrito. Voltando a parte de baixo, havia uma saída para uma parte externa (quarto ambiente), geralmente frequentado pelos fumantes e grupos mais interessados em conversar, já que nos ambientes internos o som alto dificultava.

Assim, na primeira parte da noite (entre 21:30 e 23:00, aproximadamente) revezamos entre os três ambientes permitidos (não tínhamos acesso ao camarote), bebendo e conversando (e chovendo). Numa das idas ao ambiente externo, já próximo das 23:00, percebemos um aperto grande na chuva, a ponto de o barulho das gotas sobre o telhado estar abafando o som da banda no segundo ambiente. Ao retornar para dentro, ouvimos um dos seguranças avisar que a água estava começando a entrar na parte de baixo (primeiro ambiente) e vimos as pessoas que lá estavam passarem para o segundo ambiente. Não deve ter demorado muito mais do que uns 20 minutos e a água já estava chegando ao segundo ambiente. A banda parou e todos foram redirecionados ao terceiro ambiente (camarote, no andar de cima). A área do camarote devia ocupar aproximadamente um terço do total do segundo ambiente, mas como era uma terça-feira não haviam tantas pessoas a ponto de superlotar o terceiro ambiente. A vista panorâmica do palco se transformou na sensação de se estar em uma daquelas cenas de filmes de ação nas quais se está preso em uma sala que se inunda aos poucos. O que víamos era a água subindo e atingindo os pontos: os assentos das cadeiras, o tampo das mesas, a beirada do

palco. Madrugada adentro, corta-se o fornecimento de energia elétrica, sensação um tanto claustrofóbica na pequena área de confinamento. Para amenizar, o gerente da casa permite que aos poucos formem-se grupos que podem ir até a sala da gerência, que tinha uma janela grande de madeira (na verdade aquele era um imóvel antigo revitalizado e refuncionalizado) voltada para a Praça Getúlio Vargas. Já amanhecendo, resolvemos ir lá dar uma olhada e respirar um ar fresco. Nesse momento, creio que próximo das 06:00 do dia 12 já não chovia tanto. Pela janela, o que vi foi um grande rio lamacento tomando toda a praça e ruas do entorno, com a água na altura do pescoço de algumas pessoas que estavam na rua tentando se deslocar, não me recordo de onde para onde. Do lado esquerdo, alguns edifícios que circundam a praça e por trás destes dava para ver parte do morro da Village. Olhando meio atônito para a cena, um barulho chamou a atenção para o morro mencionado: pedras rolaram juntamente com grandes blocos de terra, deixando uma cicatriz imensa. Assustados, decidimos voltar lá para dentro. Como a chuva já havia diminuído para uma leve garoa, o passatempo da vez era observar a água baixando na pista do segundo ambiente. Quando finalmente baixou tudo (próximo das 08:30), o que se via era uma grossa capa de lama no chão. Os funcionários da casa fizeram uma espécie de trilha com cadeiras para que as pessoas conseguissem sair sem pisar no lamaçal. A saída mais viável era pelo estacionamento, no final da área externa (quarto ambiente), que fica na Avenida Comte Bittencourt, margeando o Rio Bengalas. A quantidade de lama na avenida fez parecer tola a trilha feita carinhosamente pelos funcionários da casa, pois tão logo estávamos na rua e não havia um centímetro quadrado possível de ser pisado sem se afundar o pé.

Cansados e sem muitas opções, só restava encarar a lama e caminhar até em casa (à época eu morava no Paissandu, cerca de 1,3 km da chopperia). Demos a volta por trás do quarteirão para sair na rua Sete de Setembro. Assim que chegamos nesta rua, um cenário de guerra: carros passando rapidamente na contramão e um grupo de pessoas correndo e gritando para sairmos rápido dali, pois parecia que um dos bares iria explodir (havia uma porta de ferro deformada e rasgada para dentro e uma fumaça branca e densa saindo de lá). Tratamos de passar pelo canto na calçada oposta para seguir caminho. Chegando a esquina da rua Luiz Spinelli, da metade para frente não havia mais rua, apenas um monte de terra. Um bombeiro militar conhecido meu estava sentado com as mãos na cabeça. Cumprimentei-o e perguntei sobre aquela terra e ele me informou sobre um deslizamento que tinha acontecido algumas

horas antes (demorei a “ligar o nome à pessoa”, mas me toquei de que se tratava do que havia visto pela janela da chopperia). A razão da desconsolação do bombeiro era pelo fato de haver pessoas soterradas, entre elas um colega de profissão dele. O fato de eu ter alguns amigos que trabalham como bombeiros me fez perguntar o nome do bombeiro soterrado: era um amigo meu da época do colégio. Ele completou dizendo que ali pelo centro ainda estava relativamente tranquilo, pois o pior tinha sido nas áreas periféricas, notadamente o Córrego D’Antas e nos distritos de Conselheiro Paulino e Campo do Coelho. Neste momento, parece que a “ficha caiu” sobre o que estava acontecendo de fato: uma tragédia! Chegando em casa, todos acordados e apreensivos me esperando. Contei o que acabara de escutar sobre este nosso amigo bombeiro, fui tomar banho e tentar descansar um pouco.

Na parte da tarde, voltamos a praça para saber mais notícias. A rua Luiz Spinelli já estava fechada para os trabalhos de resgate dos bombeiros e não haviam muitas informações. Quando finalmente chegou a informação, um misto de tristeza e orgulho: nosso amigo havia falecido enquanto tentava salvar duas pessoas que estavam presas numa casa soterrada. Ele foi um verdadeiro herói. Estava em casa, de folga, quando ouviu o barulho referente ao primeiro deslizamento (ele morava na esquina da rua Luiz Spinelli), desceu na escuridão (ainda era madrugada e o fornecimento de energia já havia sido cortado). Conta-se que ao ver uma outra pessoa na rua com uma lanterna, apresentou-se como bombeiro militar, tomou a lanterna emprestada e foi ao local do deslizamento iniciar os procedimentos enquanto solicitava por reforço dos colegas. Já havia conseguido contato com as pessoas que estavam presas numa casa (na verdade era um adulto e uma criança - pai e filho) quando aconteceu um segundo deslizamento (provavelmente o que eu vi pela janela da chopperia) que o vitimou. Graças a essa atuação inicial dele, o trabalho dos demais bombeiros que continuaram o resgate foi finalizado com sucesso, conseguindo salvar o pai e a criança. Por esta razão, a dedicatória nas pré-textuais desta tese ao amigo e herói Victor Lembo Spinelli.

Nos dias seguintes, combinei com um amigo de procurar prestar alguma ajuda. Fomos até a prefeitura para perguntar de que modo poderíamos colaborar e nos direcionaram à antiga fábrica Ypu, que estava sendo preparada para receber as doações de mantimentos e necessitava de voluntários. Preferimos estas tarefas, que incluíam descarregar caminhões de garrafas de 20 litros de água mineral, sacos de cestas básicas, caixas de materiais de limpeza e alimentos etc, a ter que ir ao Córrego

D'Antas ou a Conselheiro Paulino, por exemplo, onde poderíamos ver, conforme relatos de outros amigos que foram, partes de corpos mutilados em meio aos escombros de imóveis destruídos.

Em um destes dias, uma situação inusitada, que terminou por se tornar uma lenda anedótica em Friburgo. Lá para o quarto ou quinto dia de trabalho na Ypu, mandei mensagem ao meu amigo informando que não iria na manhã seguinte, pois estava extremamente cansado e já estava há dois dias precisando tomar analgésicos para aguentar a labuta. Então, reservei aquela manhã para dormir e descansar. E lá estava eu cumprindo o combinado, quando batidas nervosas na porta do quarto me acordam. Era minha cunhada, falando em tom de desespero que a rua estava em polvorosa, com pessoas correndo para todo lado, por conta de uma represa que havia se rompido e iria inundar toda a cidade. Apesar do absurdo de imaginar uma represa que pudesse ter água suficiente para inundar toda a cidade, como um mega *tsunami*, o clima de insegurança e medo generalizado em uma população que ainda procurava entender o que estava acontecendo, fez com que até mesmo aqueles de quem se espera calma e aplicação de procedimentos, como bombeiros e policiais, estivessem em pânico correndo com os demais populares.<sup>41</sup> A ideia da minha cunhada ao me acordar era ir para a casa da mãe dela, que ficava a poucos metros. Quando descemos à rua, vimos muitas pessoas de pijama e expressão de apavoramento. Um carro da polícia, com um megafone, já passava avisando de que se tratava de um boato, pedia calma e solicitava às pessoas que voltassem para as suas casas. Conforme as pessoas se acalmavam, vinham à cabeça as obviedades que revelavam se tratar de um boato: a corrida das pessoas se dava em sentido sul-sudoeste, ou seja, subindo. Como seria possível que uma suposta represa que se estourou na parte mais baixa ao invés de descer mais no sentido dos municípios ao norte, subiu?! A racionalidade e a lógica estavam seriamente comprometidas pelo apavoramento. Este episódio, inclusive, inspirou a criação de um bloco carnavalesco, o “Corre que a represa estourô!”<sup>42</sup>, evidenciando a situação tragicômica.

Assim, apesar de morar em outro município quando da ocorrência da tragédia, fiz questão de permanecer em minha terra natal por tantos dias quanto foram

---

<sup>41</sup> O episódio ficou famoso também por este vídeo, no qual uma repórter da Rede Record de Televisão estava ao vivo durante a disseminação do boato. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LKIlqtcH5eg>>. Acesso em: 02/08/2020.

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/blococorre/>>. Acesso em: 02/08/2020.

possíveis antes de ter de retornar ao trabalho em Cabo Frio e aos afazeres da pesquisa do mestrado, para tentar ajudar de alguma forma no processo inicial de socorro aos mais afetados. Esta tese, de certo modo, é mais uma contribuição, no sentido de buscar reflexões que permitam compreender melhor a ideia de natureza em uma comunidade atingida por um evento extremo.

Por fim, deixo meu abraço fraterno a todos os meus conterrâneos!



## ANEXO – Acordo de Cooperação entre a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo e a Cátedra de Conservação Ambiental e Ecoturismo da UNESCO (Memorandum of Understanding)



### Acordo Nacional/Regional de Ponto Focal

#### A. Obrigações

- 1) Apoiar e promover a cátedra de Conservação Ambiental E Ecoturismo ("Con-E-Ect"), sua constituição, visão e ações, seguindo sua Declaração de Princípios (pode ser encontrada no site oficial);
- 2) Proteger e promover o meio ambiente, ecossistemas raros, água e todos os tipos de recursos naturais, flora e fauna, investigando, pesquisando e agindo de forma apropriada;
- 3) Educar, treinar, aconselhar e cooperar com os governos locais e centrais, bem como as populações nas áreas urbanas e não urbanas, para mitigação, preparação, resposta e recuperação contra desastres naturais e provocados pelo homem;
- 4) Proteger e promover cultura(s), tradições, valores históricos e monumentos a nível local, nacional, regional e internacional;
- 5) Apoiar e promover atividades para o turismo, especialmente aquelas relacionadas ao meio ambiente (ecoturismo) e à socioeconomia local;

#### B. Responsabilidades

- 1) Aplicar e seguir métodos legais para atingir os objetivos do Con-E-Ect;
- 2) Associar-se com autoridades locais, organizações voluntárias e residentes de seu país / região em um esforço comum para realizar os objetivos da Con-E-Ect;
- 3) Estabelecer uma rede de pesquisadores e especialistas relacionados à missão da Con-E-Ect que atuará, apoiará e cooperará com o Con-E-Ect;
- 4) Sugerir ideias, projetos e outras iniciativas que sigam os pilares do Con-E-Ect e promovam seus princípios em nível local, nacional, regional e internacional;
- 5) Auxiliar no processo de pelo menos um Memorando de Acordo ("MOU") entre uma universidade ou organização relacionada ou centro de pesquisa ou entidade legal de seu país / região e a Con-E-Ect e / ou a Instituição Anfitriã da Con-E-Ect (Instituto de Tecnologia da Trácia e do Oriente da Macedônia, Grécia);
- 6) Cumprir todos os aspectos legais, de acordo com os objetivos do Con-E-Ect.

#### C. Benefits

- 1) Reconhecimento e Menção sob ações bem-sucedidas da Con-E-Ect de que tenham participado;
- 2) Participação em eventos científicos e acadêmicos, workshops, seminários (transporte coberto e / ou custos de hospedagem quando possível);
- 3) Livre acesso à pesquisa e outros dados relacionados coletados pelo Con-E-Ect;
- 4) Benefícios financeiros quando possível (*Por favor, note que o Con-E-Ect, assim como outras entidades da UNESCO não oferece contratos de tempo integral ou parcial. Este título é honroso e visa fortalecer as colaborações internacionais entre Academia, Sociedade e Meio Ambiente. No entanto, bônus financeiros ou outros poderiam ser dados estritamente sob acordos escritos, legais e oficiais para tarefas e serviços específicos.*)

#### D. Duração e Rescisão

- 1) Este Contrato só será válido quando ambas as partes o assinarem. A duração deste título durará enquanto o Con-E-Ect estiver ativo.
- 2) Este Acordo será rescindido imediatamente se ocorrer uma das seguintes situações:
  - (a) o Ponto Focal está envolvido em ilegalidades ou outras atividades ilegais;
  - (b) o Ponto Focal está usando seu título ou o Con-E-Ect para benefícios pessoais e / ou acordos financeiros;
  - (c) o Ponto Focal não reporta, comunica e interage com o Con-E-Ect;
  - (d) o Ponto Focal não fornece assistência ao Con-E-Ect quando necessário;
  - (e) o Ponto Focal deseja se retirar;
  - (f) o Ponto Focal não promove os Princípios de Con-E-Ect e / ou a UNESCO

Por favor, note que cada Ponto Focal deve ser apoiado por acadêmicos, pesquisadores e outros especialistas (preferencialmente por universidades, centros de pesquisa e setor privado) antes de assinar este acordo.

#### E. Assinaturas

Dr. Dimitrios Emmanouloudis  
Presidente da cátedra de  
Conservação-E-Ecoturismo  
UNESCO

Sr. Renato Pinheiro Bravo  
Prefeito de Nova Friburgo  
Nova Friburgo, RJ, Brasil  
Prefeito.nf@gmail.com  
+55(22)2525-9155

---

Date:

Date:

---